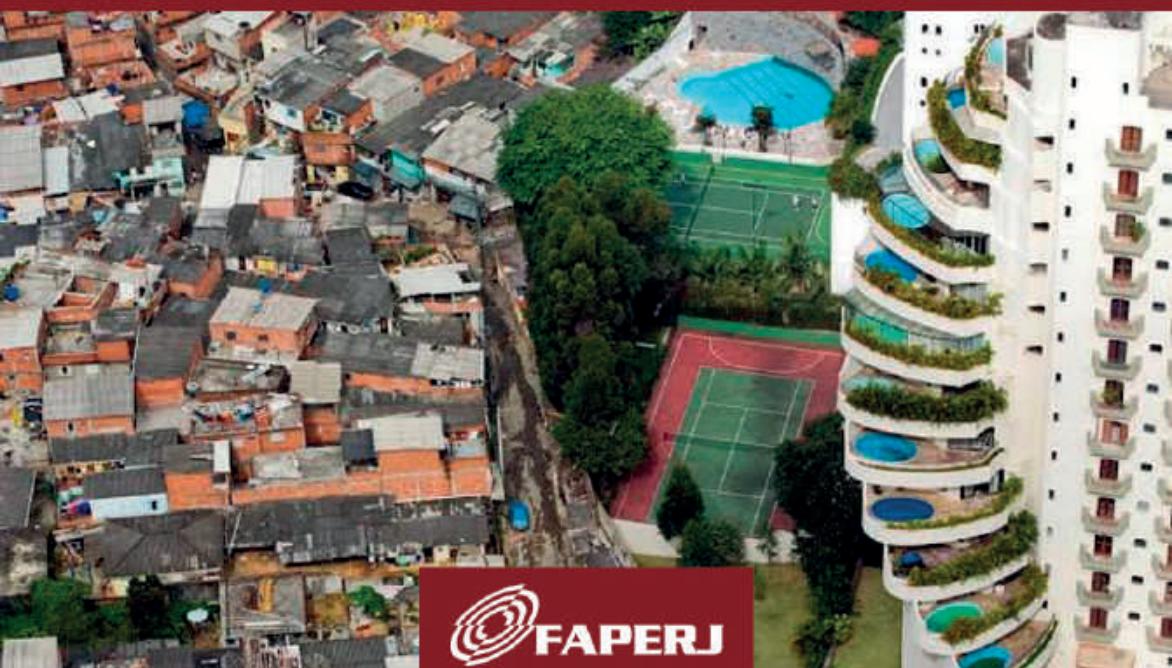


DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.



ADRIANA RAMOS
DOUGLAS BARBOZA
LARISSA DAHMER PEREIRA
TATIANA DAHMER PEREIRA
(ORGANIZADORES)



DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E
POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS PARA O
SERVIÇO SOCIAL

Adriana Ramos
Douglas Ribeiro Barboza
Larissa Dahmer Pereira
Tatiana Dahmer Pereira
(Organizadores)

**DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA
E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS
PARA O SERVIÇO SOCIAL.**

1º EDIÇÃO

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2019



Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Copyright © by autor, 2019.

D451 – Ramos, Adriana et al. (Orgs.) Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ISBN: 978-65-81417-05-5



10.29388/978-65-81417-05-5-0

Vários Autores

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

CDU – 36

Revisão: Lurdes Lucena

Capa: Paulo Bonatti

Diagramação: Paulo Bonatti

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360



Pesquisadores Nacionais

- Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique da Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Unibue – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmíro Santos Resende – UFU – Brasil
Fábioane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Sguassardi – UFSCar – (Apos) – Brasil
Valéria Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Editores

- Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Internacionais

- Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Univ. Cat. M. y Me –, Rep. Dominicana
Carolina Crisólogo – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Un. of the W. I., St. Augustine – Trinidad & Tobago
Christian Hauser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nijmés / Univ. de la Reunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergj – Universidad de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz, Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesús Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Ecuador
Michael Zeusk – Universität Zürich – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – University of London – Inglaterra
Víctor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yael Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
Marilda Villela Iamamoto	
doi - 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.1-4	
APRESENTAÇÃO	5
Adriana Ramos - Douglas Ribeiro Barboza - Larissa Dahmer Pereira	
Tatiana Dahmer Pereira	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.5-8	
PARTE I	9
DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E FORMAÇÃO SOCIAL	
BRASILEIRA	
CAPÍTULO I	11
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: RETROCESSOS SOCIAIS E AVANÇO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL	
Ana Cristina Oliveira - Giselle Souza - Marcela Soares	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.11-24	
CAPÍTULO II	25
SOBRE HUMANOS E DESTITUIÇÃO DE HUMANIDADES - DA CONSTRUÇÃO DO ÓDIO À DIFERENÇA NA MODERNIDADE PERIFÉRICA	
Denilson Araújo de Oliveira - Guilherme Almeida - Márcia Cristina Brasil Santos - Silvia de Sousa Carvalho - Tatiana Dahmer Pereira	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.25-42	
CAPÍTULO III	43
QUESTÃO URBANA, DIREITO À CIDADE E O SERVIÇO SOCIAL	
Eblin Farage - Francine Helfreich - Isabel Cardoso	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.43-60	
CAPÍTULO IV	61
A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À REFORMA AGRÁRIA	
Douglas Ribeiro Barboza - Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza	
Maria das Graças O. P. Lustosa - Raquel Santos Sant'Ana	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.61-80	
PARTE II	81
POLÍTICAS PÚBLICAS, ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	
CAPÍTULO V	83
PARTICULARIDADE CAPITALISTA E UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL	
Simone Silva - Lalo W. Minto - Katia Lima	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.83-100	

CAPÍTULO VI	101
CAPITALISMO DEPENDENTE, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E PADRÃO EDUCACIONAL REBAIXADO: SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS	
Andréa Araujo do Vale - Fabíola Bouth Grello Kato - Larissa Dahmer Pereira	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.101-118	
PARTE III	119
POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO PROFISSIONAL	
CAPÍTULO VII	121
O DEBATE TEÓRICO ÍDEO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS	
Adrianyce A. Silva de Sousa - Ivy Ana de Carvalho - Morena Marques	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.121-140	
CAPÍTULO VIII	141
NÚCLEO DE ESTUDOS DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE SAÚDE	
Adriana Ramos - Luciana Gonçalves Percira de Paula	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.141-154	
CAPÍTULO IX	155
AVANÇO DO CONSERVADORISMO, REGRESSIVIDADE E OS ATAQUES A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E DROGAS	
Rachel Gouveia Passos - Tathiana Meyre da Silva Gomes	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.155-160	
CAPÍTULO X	167
DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A QUESTÃO DO ATO INFRACIONAL NO BRASIL	
Rodrigo Silva Lima - Fábio do Nascimento Simas - Fabiana Schmidt	
doi – 10.29388/978-65-81417-05-5-0-f.167-188	
SOBRE OS AUTORES	189

PREFÁCIO

Este livro espelha a produção acadêmica de docentes do Programa de Pós-Graduação em *Serviço Social e Desenvolvimento Regional* da Universidade Federal Fluminense, em um trabalho coletivo com pesquisadores de outras universidades públicas brasileiras (UERJ, UFRJ, UniRIO, UFRRJ, UNESP e UFPA). Ele encontra-se organizado em três partes, a saber: I. Desenvolvimento capitalista e formação social brasileira; II. Políticas públicas, ensino superior e formação em Serviço Social; e III. Políticas públicas e trabalho profissional

Prefaciar a coletânea “Desenvolvimento, Formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social”, organizada por Adriana Ramos, Douglas Ribeiro Barboza, Larissa Dahmer Pereira e Tatiana Dahmer Pereira, é certamente um privilégio. É um privilégio conhecer, em primeira mão, o resultado de pesquisas congregadas em torno das particularidades do desenvolvimento capitalista na formação social brasileira e do debate sobre Serviço Social, políticas públicas e formação universitária. São ensaios densos de historicidade, realizados com competência, aguçada criticidade e ineditismo, que trazem à cena pública o trabalho científico sério e enriquecedor que vem sendo desenvolvido na *Universidade Brasileira*.

Nesses tempos de obscurantismo e de profunda regressão conservadora de conquistas civilizatórias, este livro é um testemunho na defesa dos direitos humanos, dos direitos sociais e da Universidade pública gratuita, de qualidade autônoma e voltada aos interesses da maioria de brasileiros. Esta coletânea *desafia*, assim, as atuais políticas governamentais para o ensino superior, para a ciência e tecnologia que impulsionam a mercantilização da universidade pública, comprometendo o exercício de suas funções precípuas de ensino, pesquisa e extensão. Pressões e restrições orçamentárias prenunciam outro projeto de universidade em bases empresariais, movido pela busca da lucratividade, que passa a subordinar o compromisso com o interesse público e os dilemas nacionais em um país periférico e dependente em relação aos centros hegemônicos mundiais.

Esta produção coletiva de docentes em Serviço Social condensa temáticas que são representativas da pauta de investigação desta profissão e área de conhecimento na atualidade. Observa-se fina sintonia do Serviço Social brasileiro com grandes dilemas que atravessam a sociedade e o Estado no país, o que permite afirmar que o Serviço Social encontra-se imerso à realidade de seu tempo: nas relações entre classes sociais em suas desigualdades, diferenças e contradições em um país capitalista e periférico; e em suas implicações para os sujeitos individuais e coletivos, atribuindo visibilidade às suas necessidades e lutas.

O destaque para a *história da sociedade* enriquece a análise aqui empreendida, enquanto recurso fundamental para elucidar sua dinâmica e tendências nela presentes. A orientação teórica que informa a análise “questiona o real e o pensado, tanto os pontos de vista de grupos e classes compreendidas na pesquisa como as interpretações elaboradas sobre e eles”, como afirma IANNI¹

¹IANNI, O. (Org) Florestan Fernandes. Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

nas trilhas da obra de Florestan Fernandes (Ianni, 1968 p. 16). Submeter o real e o pensado à reflexão crítica “permite descontinar diversidades, desigualdades e antagonismos, enquanto momentos nucleares das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica” (idem, p. 17). Esta perspectiva analítica também permite situar o Serviço Social na divisão social do trabalho no marco das relações entre o Estado e a sociedade de classes ao apanhar a totalidade histórica enquanto unidade do diverso.

As elaborações desta coletânea contemplam as particularidades históricas da revolução burguesa no Brasil², distinta dos casos clássicos europeus. Aqui ela é marcada pelo passado colonial agroexportador e escravocrata, fundado na grande propriedade territorial, que atribui particularidades à formação das classes sociais no Brasil. Trata-se de uma revolução burguesa acompanhada por frequentes surtos de contrarrevolução, com fortes limites às conquistas democráticas, especialmente no que se refere ao universo dos trabalhadores e segmentos subalternos. Conforma-se uma *democracia restrita: da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital*, nos termos de Fernandes (Op. Cit). A dominação burguesa irradia-se de forma heterônoma - “de fora para dentro” – com uma burguesia associada e dependente - e “de cima para baixo” com mecanismos de autoproteção do Estado em nome da autocracia burguesa, excluindo os trabalhadores do circuito de influência do poder, aprofundando desigualdades internas entre regiões, classes, raças, etnias, gênero e gerações. Essa formação histórica verbera na “questão social”, enquanto condensação histórica de desigualdades e de lutas nos vários momentos da formação histórica cujo marco fundamental é o desenvolvimento urbano-industrial e o processo de constituição da classe operária. As múltiplas expressões da “questão social” que eclodem nas primeiras décadas do século XX estão na raiz da constituição e desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Elas são mediadas pelas respostas acionadas de parte da Igreja Católica, do Estado e de suas políticas públicas – com o privilégio das políticas sociais –; e pelas requisições coletivas de segmentos de trabalhadores urbanos e rurais expressas na defesa de suas necessidades e de seus interesses coletivos, expressos por meio de formas de organização, de lutas e movimentos sociais na cena pública.

O Serviço Social afirma-se como profissão na divisão social e técnica do trabalho, tendo como “matéria” de sua atuação as expressões da “questão social” tal como vividas pelos sujeitos individuais e coletivos, sendo as políticas públicas uma das mediações fundamentais dessa atividade profissional. As políticas sociais enquanto propostas e ações de Estado e/ou governo não se confundem com a profissão. O Serviço Social, enquanto profissão, preserva sua autonomia intelectual e prático-profissional perante as mesmas, ainda que o assistente social se constitua um trabalhador assalariado nesse campo. Ele opera a formulação, implementação, avaliação e financiamento de políticas públicas, dimensões das competências e atribuições do assistente social, cujos principais empregadores são o Estado (nos distintos níveis da federação), organizações civis não-lucrativas e organismos empresariais.

²FERNANDES, F, A revolução Burguesa no Brasil. 2 ed. São Paulo: Zahar Ed., 1976.

As/os assistentes sociais brasileiras (os), há quatro décadas, constituíram coletivamente um projeto ético-político profissional, fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da democracia, dos direitos humanos e sociais com opção privilegiada pelos interesses do conjunto dos trabalhadores. Tais princípios éticos, indissociáveis da “grande política” em termos gramscianos, imprimem nortes ao trabalho de assistentes sociais brasileiros e reverberam nos requisitos acadêmicos, técnicos e políticos à sua condução, envolvendo o zelo pela qualidade dos serviços prestados e a identificação com os interesses das classes subalternas.

Esses tempos de contrarreformas, de mercantilização universal, de culto ao individualismo e de inegável avanço do conservadorismo são também tempos de estímulo à violência, a práticas de extermínio de jovens pobres, negros, com graves violações de direitos sociais e humanos. Essas violações atingem trabalhadores urbanos e rurais em luta pela terra, por trabalho, moradia e direito à cidade; nações indígenas na preservação de seu povo e de suas tradições; dos afrodescendentes em luta contra as marcas históricas da herança escravocrata, pela preservação de suas raízes e direitos; crianças e adolescentes de famílias pobres das periferias urbanas; mulheres no embate contra o feminicídio, a opressão, o assédio e pela legalização do aborto; LGBTTQIs pelo respeito às diferenças e reconhecimento de sua humanidade, dentre muitos outros segmentos sociais. Tais violações são objeto de análise e de sérias denúncias nessa coletânea.

Considerações críticas sobre a Universidade Pública em tempos de contrarrevolução neoliberal são aqui objeto de atenção, o que se desdobra na problematização do ensino superior e, em particular, da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, fornecendo um elucidativo quadro da mesma. Ele coloca em evidência o perfil de expansão dessa área de ensino no Brasil, com significativa incidência do ensino à distância (EAD) estruturada em moldes capitalistas empresariais, no nível de graduação, com deletérias repercussões em um padrão educacional rebaixado.

O trabalho de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas na atualidade é objeto de questionamentos e provocações ao debate salientando-se duas tendências presentes no universo da profissão no Brasil: a “socialista reformista” e a “neoconservadora”. No âmbito dos fundamentos do Serviço Social socializa-se a trajetória de um grupo de pesquisa sobre o tema, com ênfase no Serviço Social na área da saúde pública. O debate se amplia para a política nacional de saúde mental e as incidências do projeto conservador e ultraliberal na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial. A obra é encerrada com o trabalho do assistente social em relação aos direitos humanos de crianças e adolescentes, a partir da questão do ato infracional no Brasil.

Convido os/as leitores (as) a usufruírem do prazer da leitura deste livro: um percurso que contempla dilemas da sociedade brasileira e preocupações emergentes no Serviço Social contemporâneo.

Finalmente registro meus agradecimentos ao convite para prefaciar esta coletânea e expresso minhas congratulações às (aos) autoras (es) pela inestimável contribuição.

Juiz de Fora (MG) 08 de outubro de 2019.
Dra. Marilda Villela Iamamoto
Prof. Titular aposentada da UFRJ e da UERJ.
Prof. Visitante da UFJF
Pesquisadora do CNPQ

APRESENTAÇÃO

Adriana Ramos
Douglas Ribeiro Barboza
Larissa Dahmer Pereira
Tatiana Dahmer Pereira

A obra que apresentamos ao(à) leitor(a) resulta de um esforço coletivo do conjunto de docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), em apresentar uma síntese parcial do que viemos produzindo no âmbito do Programa em conjunto com pesquisadores(as) de demais Programas de Pós-Graduações. Ainda que seja um Programa relativamente recente, criado em 2012, os diferentes núcleos de pesquisa e extensão a ele vinculados vêm buscando uma articulação com outros núcleos, visando ao fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social e, também, maior interlocução interdisciplinar com pesquisadores (as). Portanto, a presente coletânea expressa tal articulação, visto que todos os capítulos foram escritos a várias mãos institucionais, com participação de pesquisadores(as) de, além da UFF, mais oito Instituições de Ensino com destacado trabalho na pesquisa em Serviço Social: UERJ, UFRJ, UniRIO, UFRRJ, UFJF, UNICAMP, UNESP, UFPA.

Organizada como uma coletânea temática, os seus eixos analíticos correspondem ao que abordamos na formação de Mestres, a partir das duas grandes linhas do PPGSSDR: “Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira” e “Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional”. Cabe ressaltar que as duas linhas articulam-se dialeticamente, sendo uma prioridade do Programa a formação de Mestres em Serviço Social e Desenvolvimento Regional com sólido conhecimento sobre a formação social brasileira. Compreendemos a necessidade de realizar a crítica ao conceito de “desenvolvimento” no capitalismo e relacioná-la à histórica relação do Estado com as classes sociais, ao enfrentamento da “questão social” pelo primeiro frente ao conflito entre capital e trabalho, ao uso predominante da força e autoritarismo na história brasileira, especialmente considerando a posição do país enquanto um país capitalista dependente e de histórico colonialista e escravocrata.

Partindo da leitura crítica quanto ao desenvolvimento capitalista e a formação social brasileira, busca-se problematizar frente aos(as) futuros(as) Mestres(as) os limites e possibilidades das políticas públicas e suas incidências sobre a formação e o trabalho dos assistentes sociais brasileiros.

Em consonância às linhas do Programa, organizamos a presente coletânea em três partes. Na primeira parte, intitulada “Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira”, contamos com quatro capítulos. O primeiro, denominado “Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conservadorismo reacionário em tempos de crise do capital” e de autoria das pesquisadoras Ana Cristina Oliveira (UFF), Marcela Soares (UFF) e Gisele Souza (UniRio), discorre sobre o conservadorismo reacionário nos tempos

atuais, analisando sua intrínseca relação com a posição do país enquanto um país de capitalismo dependente. As autoras trazem, inicialmente, um importante debate sobre as particularidades brasileiras por meio da interlocução com pensadores brasileiros, como Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Em um segundo momento analisam os impactos da crise do capital, as contrarreformas que atingiram o fundo público e as condições de trabalho e, por fim, apontam a legitimação e a ascensão do conservadorismo reacionário.

O segundo capítulo, escrito por cinco pesquisadores(as) - Denilson Oliveira (UERJ); Guilherme Almeida (UFRJ); Marcia Brasil Santos (UERJ); Silvia de Sousa Carvalho (UFRJ) e Tatiana Dahmer Pereira (UFF) – realiza uma importante reflexão sobre o atual contexto nacional, marcado por discursos de ódio, violações e práticas de extermínio contra pessoas negras, indígenas, LGBTTQIs e mulheres. O capítulo, intitulado “Sobre humanos e destituição de humanidades - da construção do ódio à diferença na modernidade periférica”, analisa o aprofundamento da crise capitalista e seu potencial destrutivo, especialmente voltado àqueles que não se adequam ao padrão normativo “universal”, considerando as especificidades da formação social brasileira.

O terceiro capítulo - “Questão urbana, território e direito à cidade” -, das pesquisadoras Eblin Farage (UFF), Francine Helfreich (UFF) e Isabel Cardoso (UERJ), analisa, com base em uma apreensão crítica da formação social brasileira, a questão urbana a partir das determinações do uso da terra urbana, da constituição dos territórios pauperizados, em especial as favelas e, por fim, discorre sobre os desafios postos à formação profissional e ao projeto ético político do Serviço Social.

Finalizando a primeira parte da coletânea, temos o quarto capítulo, “A Questão Agrária na Formação Social Brasileira: desafios contemporâneos à Reforma Agrária”, de Douglas Ribeiro Barboza (UFF), Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza (UFF), Maria das Graças O. P. Lustosa (UFF), Raquel Santos Sant’Ana (UNESP), que apresenta uma breve história da Reforma Agrária no Brasil, relacionando-a com a condição de dependência do país, a violência estatal e problematiza, especialmente na quadra histórica atual, como a luta pela terra está umbilicalmente ligada ao direito à vida.

Na segunda parte da coletânea, intitulada “Políticas Públicas, Ensino superior e Formação em Serviço Social”, dois textos analisam como as particularidades brasileiras, enquanto um país capitalista dependente, conformam nosso ensino superior que, por sua vez, trazem impactos substanciais para a formação dos assistentes sociais no país. O primeiro, “Particularidade capitalista e universidade pública em tempos de contrarrevolução neoliberal”, de autoria de Simone Silva (UFRJ), Lalo Minto (UNICAMP) e Katia Lima (UFF), realiza breves reflexões sobre as novas expressões do capitalismo dependente no Brasil do novo século, dialogando com a obra de Florestan Fernandes. Em seguida, objetiva contribuir para as análises sobre as políticas educacionais, com enfoque no ensino superior, conduzidas pelo governo federal no período 2003-2016.

O segundo texto Capitalismo dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação

dos assistentes sociais brasileiros, de Andréa Araujo do Vale (UFF), Fabíola Bouth Grello Kato (UFPA) e Larissa Dahmer Pereira (UFF), discorre sobre o perfil da expansão do ensino superior no país, bem como, a função da educação e da formação da força de trabalho complexo, em um país cuja formação social é marcada pela histórica relação de dependência com os países capitalistas centrais. Destarte, com base em tais considerações, passam à discussão da formação dos assistentes sociais brasileiros, apresentando alguns dados relativos ao crescimento do EaD nesse curso e problematizando o perfil profissional então constituído.

A terceira parte da coletânea, por fim, problematiza e aborda o trabalho do Serviço Social no âmbito de determinadas políticas públicas sociais. Intitulada “Políticas públicas e trabalho profissional”, é composta por três capítulos. O primeiro, denominado “O debate teórico ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas”, das pesquisadoras Adrianyce Silva de Sousa (UFF) e Ivy Ana de Carvalho (UFF), e de Morena Marques (UniRio) analisa duas tendências presentes no debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: uma tendência socialista reformista e, outra, (neo) conservadora, expressa no empoderamento como metodologia de intervenção profissional. Para as autoras, tais tendências só são possíveis de apreensão se compreendidas à luz da análise acerca das particularidades do capitalismo brasileiro nos anos 2000, o que buscam realizar.

O capítulo seguinte, de autoria das docentes Adriana Ramos (UFF) e de Luciana Gonçalves Pereira de Paula (UFJF), apresenta a proposta do Núcleo, tanto em relação às atividades realizadas, quanto aos resultados de pesquisa realizada pelas mesmas sobre o trabalho do Serviço Social na área de Saúde Pública, o que é extremamente necessário, considerando a importância da Saúde enquanto um direito social e, ainda, como campo empregador significativo de assistentes sociais no país.

O penúltimo capítulo, intitulado “Avanço do conservadorismo, regressividade e os ataques à Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas” e escrito pelas pesquisadoras Rachel Gouveia Passos (UFRJ) e Tathiana Meyre da Silva Gomes (UFF), propõe-se a refletir sobre as consequências da crise do capital, o avanço de um projeto conservador e ultra neoliberal no Brasil e sua incidência na reforma psiquiátrica brasileira e o movimento da luta antimanicomial.

Por fim, o texto “Direitos humanos de crianças e adolescentes: a questão do ato infracional no Brasil”, dos docentes Rodrigo Lima (UFF), Fábio do Nascimento Simas (UFF) e Fabiana Schmidt (UFRRJ), problematiza o tratamento dado a adolescentes pobres no Brasil com enfoque na temática do sistema socioeducativo passado quase três décadas de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Observam profundas violações de direitos humanos das mais variadas naturezas, o que guarda conexões com o legado histórico dispensado a esse público marcado pelo autoritarismo e violência do Estado e das classes dominantes.

Agradecemos a todos os envolvidos e, especialmente, à Fundação de Amparo e à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que viabilizou

recursos para a editoração da obra.

Esperamos que o presente trabalho contribua para o fortalecimento da pesquisa na área e uma maior interlocução com demais pesquisadores(as), fortalecendo o campo de pesquisas sobre formação social brasileira, políticas públicas, formação e trabalho profissional, especialmente em tempos tão sombrios e que requerem de todos(as) leitura crítica da realidade, trabalho coletivo e coragem.

PARTE I

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

CAPÍTULO I

CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: RETROCESSOS SOCIAIS E AVANÇO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

Ana Cristina Oliveira (UFF)
Giselle Souza (UNIRIO)
Marcela Soares (UFF)

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns elementos do capitalismo dependente e está dividido em dois eixos de análise: o primeiro com o debate sobre as particularidades brasileiras, por meio da interlocução entre importantes pensadores brasileiros, como Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Discutimos alguns dos elementos fundantes do capitalismo dependente, a partir da apreensão da dinâmica da divisão internacional do trabalho e, consequentemente, do desenvolvimento desigual do capitalismo.

O segundo eixo aponta os impactos da crise do capital na vida da classe trabalhadora, por meio das contrarreformas atingindo o fundo público e as condições de trabalho. Ainda neste segundo eixo, apontamos a legitimação e a ascensão do conservadorismo reacionário¹ fundada no pensamento conservador clássico articulado ao pensamento pós-moderno.

Este texto teve a intenção de iniciar uma reflexão sobre as disputas por hegemonia repletas de obscurantismo, desarticulação e escamoteamento da realidade. E, por sua vez, ressaltar que o agravamento da desigualdade social e a ampliação do sobretrabalho, conforme sinalizou Marx, são características inerentes do modo de produção capitalista com particulares expressões para a realidade brasileira.

A particular condição da dependência brasileira nunca possibilitou um padrão hegemônico dos direitos do trabalho, e, hoje, temos a ampliação do trabalho sem direitos, que tem levado ao adoecimento e/ou sofrimento da classe trabalhadora. Um longo período contrarrevolucionário², que somado a um

¹O termo conservadorismo reacionário pode aparentar uma contradição, uma vez que seriam como dois movimentos distintos no pensamento social burguês, porém o conservadorismo moderno apresenta-se em algumas de suas vertentes como uma reação ao Iluminismo e à Revolução Francesa, mas com a defesa de conservação de vários elementos da sociedade burguesa. Para maiores esclarecimentos, veja Netto (2011).

²O cenário brasileiro desde a ditadura civil-militar configura-se em um período de *contrarrevolução*, “porque não se tratava realmente de uma “autodefesa da democracia contra o comunismo internacional”. [...] O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada*, que prometia não uma “democracia populista” ou uma “democracia de massas” (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. Pôr um paradeiro a esse processo e revertê-lo, eliminando tal espaço político de participação direta ou indireta das classes trabalhadoras e das massas populares, queria dizer não só “brecar a revolução dentro da ordem”, mas também restabelecer um *status quo ante*, no qual as chamadas “franquias democráticas” apenas teriam eficácia para as classes possuidoras e suas elites políticas”

contrarreformismo sem precedentes, dilacera as condições de vida e de trabalho dos (as) trabalhadores (as).

A contrarreforma trabalhista trouxe enormes retrocessos e aproxima as condições de trabalho ao conceito de “escravidão do século XXI” (ANTUNES, 2018). Ao contrário do que foi postulado por seus defensores, esta contrarreforma exacerbou as possibilidades da precarização e da desregulamentação das condições de trabalho de aproximadamente 36 milhões de trabalhadores³, e não gerou mais postos de trabalho.

De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre de 2019, o desemprego alcançou 13,4 milhões de pessoas (12,7%), além dos 6,8 milhões de pessoas que trabalharam menos horas do que poderiam e das 4,8 milhões que desistiram de procurar emprego, o desemprego por desalento. No Brasil, 28,3 milhões de pessoas são classificadas pelo IBGE como subutilizadas, mas o presidente Jair Bolsonaro prefere afirmar que existe um erro metodológico⁴ do tradicional instituto de pesquisa federal, e que na verdade o desemprego diminuiu.

Na esteira das *fake news*, ressurge com força o antigo e falacioso argumento do “rombo” da previdência social e o suposto privilégio dos(as) trabalhadores(as) beneficiários(as) do INSS, legitimando a meta urgente do atual governo, que corrobora com os interesses das burguesias locais e externas, que é a contrarreforma da previdência.

Assim, com base na tradição marxista e na teoria marxista da dependência, objetivamos apreender alguns dos processos, que se gestam no presente momento histórico do capital e suas expressões em nossa formação social. Analisamos desde os elementos centrais que configuram a condição da dependência em nossa formação social; do mesmo modo, os elementos contemporâneos, em especial a dívida pública - mecanismo central de expropriação do fundo público - e sua funcionalidade para a manutenção da dependência frente ao capitalismo financeirizado. Dentro da atual configuração político-econômica, temos como pressuposto que o aprofundamento dos efeitos negativos, para os(as) trabalhadores(as), da nossa inserção periférica e dependente tem amparo e legitimação no pensamento conservador reacionário.

Elementos conceituais do capitalismo dependente brasileiro

A inserção da América Latina na dinâmica capitalista se expressa de forma dependente. Ao apreender o desenvolvimento desigual do capitalismo e os determinantes da concreção dos países, enquanto formações sociais particulares na divisão internacional do trabalho, torna-se inteligível a condição periférica e dependente do Brasil.

A condição periférica e dependente brasileira permitiu e, ainda, possibili-

(FERNANDES, 2011, p. 157-158).

³De acordo com a Pnad Contínua (IBGE - 1º trimestre de 2019) são 36 milhões de trabalhadores com carteira assinada entre setores privado, público e domésticos.

⁴Verifique a reportagem: <https://www.redebrasilitual.com.br/economia/2019/04/bolsonaro-descobriu-o-responsavel-pelo-desemprego-elevado-o-ibge> Acesso em: 30 de abril de 2019

ta a existência de um processo produtivo que aparenta uma fusão de diferentes temporalidades históricas, na qual os aspectos supostamente obsoletos não são uma “falha” do modo de produção capitalista ou produto da “incapacidade” das burguesias locais, mas configuram-se na conformação de um padrão de acumulação ancorado na “sobreapropriação repartida do excedente econômico” (FERNANDES, 2009, p. 62).

A modernização capitalista estabelecida com o domínio externo impediu o desenvolvimento independente e a integração nacional, consequentemente sem autonomia real. Porém, isso não significa que os setores sociais internos não se beneficiem desta situação, porque dependência e subdesenvolvimento são proveitosas tanto para o domínio externo como para o interno (Idem, p. 34).

Para Florestan Fernandes (2009), a essência do subdesenvolvimento latino-americano é a sobreapropriação capitalista e a dependência. As relações de trabalho de origem colonial foram cruciais para a eclosão do mercado capitalista moderno, e, por sua vez, a inserção no mercado mundial e o esquema de produção-exportação-importação. Quando a revolução comercial acelerou a modernização interna, as típicas relações de trabalho de origem colonial tornaram-se um entrave à expansão interna do mercado, exigindo a mercantilização da força de trabalho.

Assim, para Fernandes (2009, p. 66), as relações de trabalho pré-capitalistas permaneciam apenas nos locais onde a economia nacional redefiniria “[...] sua condição neocolonial a partir de dentro, embora o padrão de acumulação repartida do excedente econômico impusesse, de forma universal, uma forte depressão relativa na remuneração do trabalho (envolve, portanto, a combinação do trabalho assalariado com compensações pré-capitalistas)”.

Para o autor, quando se iniciou a industrialização, somente os setores econômicos e regiões com maior vitalidade conseguiram adequar e normalizar as relações de trabalho aos padrões capitalistas de mercantilização da força de trabalho. Já outros setores econômicos “[...] que, por falta de vitalidade, se convertem nos focos internos de dependência e subdesenvolvimento”. E “sofrem a partir de dentro o que foi descrito acima como sobre-espolação e sobreapropriação, através de agentes econômicos internos ou externos” (FERNANDES, 2009, p. 67, grifos nossos). A sobreapropriação garante a partilha do excedente com as burguesias externas dominantes e os superprivilégios das classes dominantes internas.

De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 2009).

Referente a esta condição do desenvolvimento desigual entre os países e a condição dependente da América Latina, Ruy Mauro Marini ressalta que

o mecanismo utilizado pelas burguesias latino-americanas para compensar sua perda de lucro nesta relação com as burguesias externas e imperialistas é a superexploração da força de trabalho.

A principal descoberta da Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi a de demonstrar que o antagonismo capital-trabalho e as contradições entre produção e apropriação de riqueza, entre produção e consumo e entre produção e circulação são acirradas em nossos países latino-americanos. Isto se dá no contexto da economia mundial capitalista e suas relações de desenvolvimento desigual.

Tem por princípio que as tendências sistemáticas e estruturais - as transferências de valor - expressam relações de intercâmbio desigual e a superexploração da força de trabalho referente ao divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas. Com essas formulações, a TMD ajuda a desvelar o sentido de exploração redobrada e das ameaças às soberanias (tanto do ponto de vista da soberania nacional, como da soberania popular), como em nosso país subsumido às relações imperialistas, que fincam raízes em nossa formação social.

Dentre as categorias originais da TMD, Mathias Luce (2018) ressalta: a superexploração da força de trabalho; a transferência de valor; a cisão no ciclo do capital; o padrão de reprodução do capital; a dependência e o subimperialismo. As fontes principais da TMD são a teoria do valor de Marx, a teoria do imperialismo e o debate sobre a diferenciação das formações econômico-sociais e o desenvolvimento desigual em Lenin⁵.

Nesta perspectiva, a marca do desenvolvimento funda-se no passado colonial e a inserção subordinada da ex-colônia na divisão internacional do trabalho e pelas transformações qualitativas que esta sofreu com a emergência do imperialismo como fase monopolista do desenvolvimento capitalista. Isto não significaria falta de capitalismo, mas sim a formação de um capitalismo dependente.

A conformação arquitetônica da dependência e do imperialismo, portanto, considera a região no desenvolvimento capitalista em escala mundial, em suas determinações internas e externas. O aprofundamento das relações capitalistas na Europa nos séculos XVIII e XIX contou com um importante fluxo de alimentos e matérias-primas, vendidos abaixo de seu valor a partir da América Latina. Assim se configurou o fator essencial para o rebaixamento do valor da força de trabalho e para a predominância de extração de mais-valia relativa dos trabalhadores europeus. Em destaque, Mathias Luce (2018) chama atenção de que a dependência, como toda categoria no marxismo, é a síntese de múltiplas determinações.

O capitalismo dependente estaria marcado por três elementos, todos interligados e em constante reconfiguração em sua mútua interação: a) pela transferência de valor às economias centrais; b) pela superexploração da força de trabalho; c) pela agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital,

⁵Sobre o debate das similaridades e discussão com a tese do desenvolvimento desigual e combinado, verifique em Theotonio dos Santos (1978 e 1991 apud MARTINS, 2009).

já que o determinante de acumulação nas economias dependentes produz em geral mercadorias destinadas à exportação e às elites (LUCE, 2018).

A categoria superexploração da força de trabalho é crucial para explicar as “[...] relações econômicas desiguais entre os produtores apoiados na alta tecnologia e as economias especializadas em atividades secundárias”, que encontra o fundamento das relações desiguais na economia mundial (MARINI, 2010, p. 22-23). Para Marini o processo de acumulação tem como papel central a exportação e a esfera de alto consumo (SADER, 2000). O autor percebe as distintas formas pelas quais diferentes nações e regiões se inserem no processo de acumulação capitalista em escala mundial.

Ao lado dos ganhos macroeconômicos frutos da exploração da força de trabalho, as classes trabalhadoras vivenciam, cada vez mais, a intensificação dos processos de trabalho, acidentes de trabalho, rotatividade da sua força de trabalho e postos de trabalho com remuneração rebaixada. Elementos que, antes de negarem, reforçam a presença da superexploração da força de trabalho.

Os determinantes particulares do capitalismo dependente e periférico permaneceram e são aprofundados pela política neoliberal. Ainda que ocorra a ampliação da produtividade do trabalho e da mais-valia relativa, se desenvolve e se reproduz a superexploração da força de trabalho, que significa a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, por meio de mecanismos usados pelo Estado e/ou pelo capital, constituindo-se a base estrutural do ciclo do capital nas economias dependentes.

A base real sobre a qual se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender às exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital - a produção e a circulação de mercadorias -, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2013, p. 155).

Aqui temos a essência do padrão de acumulação de capital típico da relação desigual entre as burguesias externas hegemônicas e as internas dependentes, em que a produção das últimas se subordina às primeiras, e, neste sentido, exige-se uma superexploração da classe trabalhadora da periferia.

O modo de produção capitalista, no ciclo do capital nas economias dependentes, para garantir a máxima exploração da força de trabalho, viabiliza meios para aumentar as horas de trabalho, a intensidade e a produtividade do trabalho, mas também expropria parte do fundo de consumo dos trabalhadores, a fim de torná-lo uma fonte adicional de capital que é adicionado ao fundo de acumulação.

Nos países de capitalismo dependente “[...] se impôs uma realidade marcada por leis tendenciais específicas - como são a transferência de valor como

intercâmbio desigual, a cisão nas fases do ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho, que se cristalizaram enquanto características sistemáticas e estruturais” (LUCE, 2018, p. 162, grifos do autor).

A TMD define a superexploração da força de trabalho como um mecanismo de compensação, que é acionado pelos capitalistas periféricos com o intuito de repor as perdas de excedentes sofridas devido à sua integração subordinada na divisão internacional do trabalho. Os países periféricos, inclusive aqueles que vivenciaram um processo de industrialização, são submetidos a relações desiguais no plano internacional. Com isso, tendem a compor mecanismos estruturais de transferências de valor entre a periferia e o centro.

A materialização deste mecanismo pode operar sob quatro formas principais de superexploração da força de trabalho com o (i) aumento da intensidade do trabalho; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho; e (iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, ou seja, a redução dos salários; e (iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem que os salários acompanhem tal elevação (AMARAL, 2014). Neste curso, existe um desgaste da força de trabalho que não é reposto, provocando assim um desgaste prematuro. O sentido, neste processo, é inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.

Com algumas semelhanças à TMD de apreensão do capitalismo dependente, Florestan Fernandes afirma que houve na formação social capitalista latino-americana a articulação da “modernização do arcaico” com a “arcaização do moderno”, permitindo os mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas, que alcança a fase industrial em ampla escala e a exportação de produtos industrializados.

Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo das relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc (FERNANDES, 2009, p. 48-49).

As consequências destrutivas desta integração periférica e dependente se aprofundam de acordo com as particularidades de cada país, articuladas à necessidade social do capital e às condições geopolíticas desses países. A atual condução política do governo expressa a história da nossa formação social, subordinados à condução imperialista dos países centrais, com uma cultura política de supressão do dissenso pela repressão ou pelo encantamento.

Desde 1970 vivenciamos uma contrarrevolução burguesa muito profunda. E chegamos ao período mais destrutivo da história do capitalismo, no qual a barbárie neoliberal vem promovendo o desmonte e a privatização de tudo o que for possível (ANTUNES, 2017).

Foi na década de 1990, que houve o desenvolvimento da política macroeconômica neoliberal no Brasil, com a ampliação da internacionalização da economia e, consequentemente, a privatização do setor produtivo estatal (side-

rurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos, entre outros) e com a expansão do mercado de commodities, retomando o impulso agroexportador. No curso de “[...] uma contrarrevolução burguesa poderosa, cujo objetivo primeiro foi destruir toda a organização da classe trabalhadora, do movimento socialista e anticapitalista” (ANTUNES, 2018, p. 257, grifos do autor).

O aparato político-ideológico do neoliberalismo garantiu a transformação dos processos produtivos, assim como das relações de trabalho, com o aumento da informalidade, da precariedade e da terceirização, reduzindo as formas de contratação da força de trabalho com garantia de direitos trabalhistas e ampliando os contratos temporários e/ou intermitentes.

Toda esta ampla e longa ofensiva à classe trabalhadora incidiu no aumento e incentivo ao autoemprego (empreendedorismo) e ao trabalho voluntário, no enfraquecimento da organização sindical, e no aumento das violações aos direitos humanos, como no caso do “trabalho escravo contemporâneo”⁶.

No marco atual de exacerbação e defesa da política neoliberal e do pensamento conservador reacionário, incentiva-se a censura e as perseguições na educação, como estratégias de ataque dos movimentos reacionários à liberdade de ensino e ao pluralismo de concepções pedagógicas, previstas na Carta Magna. Somado a isso, há o corte dos repasses públicos para as instituições de ensino superior, escolas públicas federais e institutos públicos federais.

O desmonte neoliberal promovido pelos últimos governos brasileiros foi ascendido no período do governo golpista de Temer (com o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016) e no atual governo, que apresenta uma centralidade midiática com acento nas redes sociais, disseminando *fake news*. Justamente para garantir legitimidade e aceitação popular, utiliza estes atuais artifícios para expressar negativamente as lutas sociais e tudo o que é público, reforçando a defesa das contrarreformas. Em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e com um discurso reacionário em todos os aspectos da vida social, coerente com o perfil autocrático da burguesia brasileira. Este governo atende aos interesses das burguesias locais e externas, por viabilizar as melhores condições ao capital financeiro com a sucção do fundo público da mais-valia socialmente produzida.

A condição dependente no capitalismo contemporâneo e as formas consolidadas pelo pensamento conservador reacionário

A análise da condição periférica e dependente traz as bases fundamentais para compreensão da dinâmica de organização da ordem burguesa no Brasil em um contexto de crise do capital. Trataremos agora do papel do Estado na garantia das condições gerais de acumulação e na contenção dos efeitos imediatos da crise por meio dos ajustes fiscais nesses países. Se em termos gerais o papel do Estado no capitalismo contemporâneo é propiciar ao capital condições ótimas de valorização, de amortecer os efeitos da crise - o faz via recursos do fundo

⁶Do ano de 1995 até dezembro de 2018 foram mais de 53 mil pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão em todo o Brasil. Verifique dados mais detalhados em:<https://observatorioescravo.mpt.mp.br/> Acesso em: abril de 2019.

público - na atualidade este Estado tem nas expropriações a alavanca para a lucratividade do capital diante da superacumulação e seus entraves.

O fundo público tem sido um instrumento fundamental no desenvolvimento das relações de produção capitalistas, portanto sua imprescindibilidade ao capital é de caráter estrutural. Porém, é com o capitalismo monopolista que entendemos que o fundo público ganha maior centralidade e passa a atender de forma mais sistemática às condições gerais de produção, um componente estrutural e insubstituível para o capital. Conforme Oliveira (1998, p. 21), “[...] o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marca- do por regras assentadas pelos principais grupos sociais e políticos”.

O fundo público se configura por recursos advindos tanto do trabalho excedente, o que quer dizer da mais-valia extraída da exploração do trabalho alheio, quanto do trabalho necessário, via tributação, que, no contexto brasileiro, é regressiva e onera a classe trabalhadora - para a TMD seria um dos mecanismos atuais da superexploração da força de trabalho.

As estratégias de captura desses recursos pela forma mais fetichizada do capital em tempos atuais têm sido, dentre outros, o desmonte dos direitos sociais historicamente constituídos e a financeirização perversa da Seguridade Social, que tem no âmbito orçamentário um dos seus principais instrumentos contrarreformistas. São drenadas do fundo público, o que quer dizer em grande parte dos recursos oriundos da classe trabalhadora, grandes somas para a remuneração do capital portador de juros. Isso é feito por meio do capital fictício, forma exacerbada do fetiche do capital portador de juros e que tem na dívida pública sua principal forma de atuação.

O endividamento público tem se tornado um mecanismo de manipulação e controle do Estado de que lança mão a oligarquia burguesa, em meio à correlação de forças presente no cenário contemporâneo a qual se apresenta mais favorável à atenção dos interesses do grande capital. A chamada hipertrofia da esfera financeira – possibilitada tanto pela eliminação das regulamentações e controles quanto pela abertura internacional – observa-se na disparidade entre o fluxo de capitais das atividades produtivas e das atividades financeiras.

A dívida pública e o domínio da oligarquia financeira reforçam a condição periférica e dependente dos países latino-americanos. No caso brasileiro, a armadilha da dívida reafirma o caráter autocrático da nossa formação social, cuja característica fundamental da burguesia é extrair a maior lucratividade possível via atividades especulativas e rentistas. Apresenta um neocolonialismo financeiro que condena as decisões políticas e econômicas aos ditames dos parasitas internacionais, articulados à burguesia brasileira. E a forma pela qual a sobreapropriação se dará será a expropriação de direitos do trabalho.

Fontes (2010) apresenta o debate das novas expropriações (somadas às expropriações primárias, referência ao que Marx analisou como período da acumulação primitiva) demonstram que para a existência do capital e sua reprodução é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. Para a autora, as expropriações na atualidade consistem no fato de toda população depender de relações

mercantis para subsistir e abrange praticamente todas as dimensões da vida social.

Estas novas formas de expropriações, a autora define como expropriações secundárias: nova forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado. Para Fontes (2010), as expropriações atingem também os direitos sociais, que abrem espaço à acumulação capitalista. Dizem respeito à concentração e centralização: trata-se de capturar recursos crescentes, de origem salarial, e de convertê-los em capital, como no caso das aposentadorias. Poderíamos afirmar que vem a consolidar a superexploração da força de trabalho ao retirar dela os elementos estruturantes da sua reprodução social.

Neste caso realiza-se um duplo movimento: ameaça às aposentadorias e estímulo à previdência privada. Além da expropriação de direitos, a autora fala que se atinge também bens naturais como a água, o patrimônio histórico e cultural, o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar, a expropriação das comunidades rurais e povos originários da terra em relação aos seus direitos tradicionais, como o uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, etc.

Concebemos, então, que as expropriações secundárias na atualidade têm no ataque ao fundo público sua principal forma de agir. A expropriação dos direitos, conquistados pela classe trabalhadora e por ela amplamente financiado, torna-se o instrumento fundamental de garantir a valorização do capital: por um lado enviando recursos para alimentação do capital portador de juros - via dívida pública - e por outro abrindo espaço para a mercantilização da reprodução social na sua totalidade.

Dialogando com Oliveira e concordando com boa parte de sua fundamentação conceitual a respeito do fundo público, cabe aqui contextualizar sua análise na atualidade. O autor trata do caráter estrutural do fundo público na garantia tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. Afirma que o salário indireto (ou seja, políticas sociais) tem um papel fundamental na constituição do trabalho abstrato em algumas sociedades e complementa: “A presença dos fundos públicos, pelo lado, desta vez, da reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais públicos gerais, é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível” (OLIVEIRA, 1998, p. 23).

Ora, as provas em contrário de que, em tempos de crise, para o capital não há mais imprescindibilidade na garantia das condições de reprodução da força de trabalho estão visíveis desde os anos 1980 e no Brasil, a partir dos anos 1990, com a implementação das medidas neoliberais. Se é impossível afirmarmos o retorno do Estado ao seu patamar anterior, de mero guardião das condições externas à produção, se é nítido o papel estrutural que o fundo público assume no processo geral de acumulação, não é possível mais defini-lo como insubstituível na reprodução da força de trabalho. Ao capital, na tentativa resolver os entraves da superacumulação gerada e em meio à crise, o fundo público será sua tábua de salvação. Reduzindo sua ação como salário indireto e ampliando seu papel de financiador e subsidiário do seu processo de acumulação

e valorização, em especial enquanto alimentador do capital portador de juros. As contrarreformas iniciadas no Brasil, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelos governos petistas e agudizadas à máxima potência no governo atual (fascista e liberal) são provas cabais de que o fundo público, na disputa entre capital e trabalho, tem sido o principal instrumento de salvação diante da crise do capital e de reafirmação da nossa condição dependente.

Neste percurso de nítida contrarrevolução para implementar as contrarreformas, o capitalismo brasileiro em crise demonstra que a sua burguesia anti-nacional e antissocial⁷ encaminha de forma brutal todos os encargos para a classe trabalhadora. A contrarreforma trabalhista aprovada pelo governo golpista, alterou 117 artigos da CLT, estas mudanças fortalecem e legitimam práticas antigas de contratação atípica, além de introduzirem o contrato intermitente e a figura do autônomo permanente. Ampliam e legalizam a terceirização irrestrita e a nova definição de trabalho autônomo, que pode potencializar o processo de “pejotização” (WELLE et al., 2018).

Esta política macroeconômica é implementada e reforçada, no atual governo, sob uma “cortina de fumaça” que potencializa o pensamento conservador e reacionário das classes dominantes brasileiras articulado ao que há de mais irracional das teorias pós-modernas.

Os “entusiastas”, como as lideranças da extrema-direita brasileira, aproximam-se da defesa dos valores tradicionais conservadores⁸, reacionários e do cristianismo, a exemplo da valorização da família tradicional burguesa e das teorias criacionista e terraplanista que vem reforçando o machismo e o racismo estrutural. Somada à ascensão do autoritarismo e de um nacionalismo (que na essência da dependência é antinacional) como uma solução aos problemas do mundo atual, como a crise imigratória⁹.

⁷De acordo com a sua condição de burguesia associada e com às necessidades do “padrão de acumulação de capital imposto pelo capital monopolista e à taxa de exploração da mais-valia [...]. Antissocial, com referência à expropriação do trabalho, à exportação do excedente econômico, à intensificação das desigualdades econômicas, [...] antinacional, com referência à subita expulsão de grupos radicais, do movimento sindical e das vanguardas políticas das classes trabalhadoras para fora da sociedade política, o que deteriorou ou esmagou os fracos dinamismos políticos que ligavam entre si a Nação e o Estado, bem como impedi a formação de dinamismos políticos novos que pareciam em desprendimento da gradual consolidação da democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 2011, p. 161-162).

⁸Dentro desse contexto e tradição, vivemos a defesa de uma visão pré-iluminista no cenário global contemporâneo, aproximada à defesa do Ancien Régime (sistema social e político aristocrático centralizado e absolutista), estabelecido na França contra o movimento da Revolução Francesa no mecanismo oitocentista. Esta tradição tem base no conservadorismo clássico defendidas por Edmund Burke, Visconde de Bonald, Joseph-Marie de Maistre, August Comte, Tocqueville e Durkheim, na defesa do *status quo* e do reformismo, compõe de liberais empiristas, liberais racionalistas a antiliberais intuitivos (NETTO, 2011). O conservadorismo clássico se faz presente no pensamento de Robert Nisbet e Anthony Guiddens. Em um ataque ao iluminismo fundamentado no Contrato Social de Rousseau, os conservadores clássicos introduzem dois elementos repugnantes contra a soberania popular : (i) a completa laicização da política (separação entre Igreja e Estado), onde nenhuma sociedade pode existir sem religião (Burke, Bonald e Maistre) e; (ii) fundar a liberdade na autonomia dos indivíduos significa para Burke pulverizar a unidade social. Assenta, portanto, na tradição conservadora numa cruzada anti-moderna e prolongada inclusive na obra de Durkheim (NETTO, 2011). Para maiores esclarecimentos, ver a obra de Leila Escorsim Netto (2011).

⁹Como foi o caso dos venezuelanos refugiados no município de Pacaraima (RR), que tiveram seus pertences queimados por brasileiros. Verifique a reportagem:<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/moradores-de-roraima-ateiam-fogo-a-abrigo-de-venezuelanos/> Acesso em: 30 de março de 2019.

Desde os anos 2000, o caldo cultural conservador vem sendo reatualizado, e não pode ser entendido em si mesmo. É expressão de algo mais profundo que o determina, pois representa a luta de classes e não apenas um debate de valores (IASI, 2015). Este caldo conservador revestido nas concepções presentes do pensamento pós-moderno, avançado a partir dos anos 1980, tem impresso um discurso legitimador.

Consideramos que estão fundamentadas, de fato, nas forças contrarreformistas e contrarrevolucionárias na América Latina, distanciando-se da proposta da Constituição Federal de 1988 e da consolidação dos direitos sociais e, neste contexto, despolitizando as políticas sociais. Trata-se de repolitizar a “sociedade civil” na direção ética e política para a construção de uma cultura burguesa hegemônica assentada num conservadorismo reacionário, de expressão mundial.

A direção social, ética e política da materialização do projeto capitalista e suas ações representam um novo marco de ajustes na dinâmica da hegemonia do projeto neoliberal. Procura captar, diante desse cenário atual, alguns elementos preliminares de como o conservadorismo dominante reitera a superexploração da força de trabalho.

A ofensiva contra a classe trabalhadora eleva-se e traz consequências perversas para a sua vida cotidiana. Como a violação aos direitos humanos, a exemplo do “trabalho escravo contemporâneo”, que antes era recorrente apenas nas áreas rurais e em determinados setores produtivos urbanos, como a construção civil e a indústria têxtil. Atualmente há o aparecimento de formas de “trabalho escravo contemporâneo” em áreas que não eram comuns¹⁰.

O contrato atípico, intermitente, terceirizado que são formas precárias de trabalho, legalizadas com a contrarreforma do trabalho, muitas das vezes são muito semelhantes às tipificações das formas análogas à escravidão, conforme o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB). Porém, os setores reacionários da burguesia brasileira antissocial, representados no Congresso Nacional pela bancada BBB (boi, bala e bíblia), disputam a mudança/retirada das tipificações do trabalho análogo à escravidão no CPB.

Neste sentido, estamos diante de um imenso desafio de compreender as disputas burguesas intraclases e a batalha das ideias na disputa pela hegemonia de classe e seus fundamentos no conjunto de suas estratégias representativas. Entretanto, sabemos que o pensamento conservador reacionário no Brasil, se fortalece nas raízes da cultura autocrática da nossa formação social, e, por sua vez, em como se cristalizaram as nossas classes dominantes. Uma burguesia

¹⁰ No ano de 2017, podemos citar o caso de 17 (dezessete) trabalhadores postos em situação análoga à escravidão no caso de uma empresa que vendia batata frita no Rock in Rio (2017) e o outro caso de 3 (três) pessoas em uma pastelaria de Copacabana da cidade do Rio de Janeiro (Verifique a reportagem: <https://www.poder360.com.br/justica/lista-do-trabalho-escravo-pastelarias-e-lanchonete-do-rock-in-rio-incluidas/>. Acesso em: maio de 2018). No início de 2019, 10 (dez) trabalhadores foram resgatados de um restaurante no centro da cidade do Rio de Janeiro por uma operação do Ministério Público do Trabalho e da Superintendência Regional do Trabalho.

Veja a reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-restaurante-no-rj.shtml> Acesso em: abril de 2019.

com perfil de um mandonismo oligárquico e que nunca foi a paladina da civilização, deixa cada vez mais nítida a sua marca antissocial e antinacional. É com este espírito que nos propomos aqui apontar as interpretações conservadoras.

Considerações Finais

O cenário contrarrevolucionário se expressa no pensamento conservador reacionário, que legitima as contrarreformas do trabalho e da previdência, além do desmonte de toda a Seguridade Social. O que trouxemos como debate, nestas poucas páginas, acena para ilustrar elementos presentes no capitalismo dependente no atual momento histórico do capitalismo. Com isso, tratamos aqui, de apontar que as análises da dependência elaboradas tanto por Florestan Fernandes, quanto por Ruy Mauro Marini confirmam que a dependência pode mudar de forma ou de grau, mas ela somente será superada com o enfrentamento das relações imperialistas, que fincam raízes em nossas economias, exigindo um projeto que questione o capitalismo em sua totalidade.

Os elementos da atual tendência de políticas econômicas e sociais para os países de capitalismo dependente e, sua versão no Brasil, enfrenta um ambiente que se instala de um caráter mais regulador, repressivo, com restrições dos direitos sociais e da diversidade ideológica, e de aumento da intolerância e de um conservadorismo sem precedentes.

Os processos sócio-históricos passam pela agudização da condição dependente da sociedade brasileira até o ataque frontal dos direitos do trabalho, forma pela qual a classe trabalhadora recebe parcialmente a parte da riqueza que produz via superexploração. Se os salários indiretos (políticas sociais) são uma forma de retornar à classe trabalhadora o fruto da riqueza que ela mesma produz, em tempos de crise, o Estado busca reduzir esse quantum para a classe trabalhadora ao passo que amplia para o capital. E o faz alimentando o capital financeiro, forma de capital que reforça e amplifica a condição dependente e periférica do nosso país. A dívida pública configura-se como um instrumento de expropriação dos recursos do trabalho (via fundo público) que reforça a condição dependente da nossa sociedade.

Devemos apreender todo este obscurantismo articulado a um longo processo político. Isto implica reconhecer que a atual barbarização da vida dos (as) trabalhadores (as) é insignificante para as nossas burguesias locais com perfis antissociais e antinacionais. E está claro que, hegemonicamente, “[...] as burguesias da América Latina passam do autoritarismo presidencialista para o fascismo” (FERNANDES, 2009, p. 141).

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. Superexploração do trabalho. In: _____. **Ruy Mauro Marini e a Dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, Escola Nacional Florestan Fernandes, 2014. p. 63-73.

ANTUNES, R. **O ano que não deveria ter existido.** Entrevista com Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. 4 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574907-2017-o-ano-que-nao-deveria-ter-existido-entrevista-com-ricardo-antunes>>. Acesso em: 6 maio 2018.

_____. **O privilégio da servidão.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CARCANHOLO, M. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis.** Madri: Maia ediciones, 2017.

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera - pequenos escritos políticos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina.** 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **A revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

IASI, M. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdabotempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>> . Acesso em: 15 abr. 2017.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras.** Economia Política, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

_____. **Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias - Uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.

_____. A crise do desenvolvimento. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI., **Revista Crítica Marxista**, n. 32, p. 127-146, 2011.

MARX, K. **O capital,** V. I, t. 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- _____. **O capital**, V. I, t. 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NETTO, L. E. Pensamento Conservador: determinações histórico-conceituais. In: _____. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. p. 35-70.
- OLIVEIRA, F. de. **Os Direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- OSÓRIO, J. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016.
- PRADO, F. C.; GOUVEA, M. M. **Texto escrito para o verbete sobre “Dependência” para o documentário Ruy Mauro Marini e a Dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular - Escola Nacional Florestan Fernandes, 2014. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/formacao-social-politica-e-economica-do-brasil-2016-1/fernando-correa-prado-e-marina-gouvea-verbete-sobre-dependencia/view>>. Acesso em: 9 set. 2017.
- PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v. 29, n. 2, p. 68-94.
- SANTOS, T. dos. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. **A América Latina e os desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio - Boitempo Editorial, 2009. p. 21-26.
- SADER, E. (Org.). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.
- WELLE, A. et al. Reforma trabalhista e Financiamento da previdência Social: simulação dos impactos da pejotização e da formalização. In: KREIN, J. D. et al. (Org.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

CAPÍTULO II

SOBRE HUMANOS E DESTITUIÇÃO DE HUMANIDADES - DA CONSTRUÇÃO DO ÓDIO À DIFERENÇA NA MODERNIDADE PERIFÉRICA

Denilson Araújo de Oliveira (UERJ)

Guilherme Almeida (UFRJ)

Márcia Cristina Brasil Santos (UERJ)

Silvia de Sousa Carvalho (UFRJ)

Tatiana Dahmer Pereira (UFF)

Apresentação

Esta reflexão consiste em produto de trabalho conjunto desenvolvido ao longo dos últimos anos, articulando docentes e pesquisadoras/es de diferentes instituições. Escrito por cinco pessoas, tem como foco central problematizar as determinações do atual contexto nacional, marcado por discursos de ódio e de certa convivência da sociedade brasileira em geral em torno de violações e de práticas de extermínio contra pessoas negras, indígenas, LGBTTQIs¹ e mulheres.

O “gancho” que nos une problematiza a relação entre o aprofundamento da crise capitalista e seus impactos destrutivos sobre seres humanos que não se enquadram no padrão normativo “universal” – e as especificidades dessa questão em um país que se modernizou sobre arcaicas estruturas patriarcais, elitistas, racistas e colonialistas como o Brasil.

O propósito é demonstrar o quanto raça, classe social e relações sociais de sexo e pautadas em identidades de gênero, não se constituem nem em “temáticas” distintas, em somatório de dimensões e, muito menos, enfoques paralelos ou secundários de leituras sobre o real. Integram a conformação estrutural de nossa formação social periférica na dinâmica histórica de acumulação capitalista - sendo aspectos fundantes da noção moderna eurocêntrica de ordenamento, progresso e, posteriormente, desenvolvimento do mundo ocidental.

Essa leitura que problematiza a imposição de formatações de existências versus lutas por direitos de existir e de (des)construções de identidades, associa tais contradições à dinâmica de formação de uma sociabilidade marcada pela centralidade de coisas subjugando vidas. O enfoque nos parece fundamental para que possamos entender não apenas os preconceitos e discriminações, irmãs siamesas do racismo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), mas suas origens e efeitos nefastos sobre a vida das pessoas e sua materialidade nos atuais discursos, atos de ódio e apoio da sociedade, de uma forma geral, assim como gestões racistas e sexistas dos territórios por parte do Estado - definindo quem

¹A sigla refere às identidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queers e intersexuais e demais expressões identitárias, sendo fruto de construção histórica pelo direito de existir por parte de movimentos sociais e entidades relacionadas ao campo da diversidade sexual. Para uma contextualização sobre essa construção, ler Facchini (2005).

é matável e deve viver uma vida subalterna².

Nesse sentido, organizamos a reflexão, para além dessa apresentação, com um momento central e outro de caráter conclusivo. Apresentamos as bases de compreensão de como essas manifestações de ódio e naturalização de políticas de extermínio (seja por ações deliberadas do Estado, seja por manifestações explícitas ou adesões silenciosas como conivência da sociedade em geral) se constituem nas suas origens a partir de episódios eurocentrados, estruturadores da modernidade ocidental.

Dentre diversas determinações, consideramos três: (i) eventos de conformação da hegemonia do cristianismo no ocidente (especialmente a partir da Inquisição e das Reformas Protestantes); (ii) o escravismo-colonialista; (iii) a difusão do Iluminismo, assentado sobre a universalização das relações mercantis como mediação social.

Por fim, refletimos sobre essa forma específica de conformação do urbano interseccionada a múltiplos padrões de exploração e opressão no Brasil, relacionado à nossa peculiar tara pelo desenvolvimento e o quanto, em um quadro de aprofundamento da crise do capital, a partir dos anos de 1970, tais expressões se intensificam e rebatem primeira e particularmente nas pessoas que são invisibilizadas por uma ideia de universalidade e homogeneidade quanto à definição do ser humano.

Traçamos breves considerações sem caráter conclusivo, mas de indicações sobre a relevância de olhares distintos, que não incorram no risco da construção de uma única história (ADICHIE, 2009), tampouco trate de forma fragmentada ou hierarquizada as diferentes dimensões da vida humana, as marcações socialmente construídas e as consequências que estas trazem para os seres humanos em cada cultura, tempo e lugar.

Elementos da construção do humano e da destituição de humanidade

O mundo moderno, especialmente na sua forma social ocidental periférica por nós vivenciada, tem suas bases impostas sobre longos e conflituosos processos deflagrados na Europa. A despeito das convenções quanto à divisão da história em pedaços (GRATALOUP, 2006), reconhecemos o que se convém nomear como “era moderna” (HOBSBAWM, 2011) - um período que tem início a partir da própria crise do feudalismo e de seu regime político, o Absolutismo e a criação do sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 2000) aos tempos presentes. Mais explicitamente, quando a modernidade traz consigo a construção inventada de uma história e uma geografia mundiais, definindo-se a partir do eurocentramento de mundo (Idem).

No contexto dos territórios europeus marcados por intensas disputas e

²Ressaltemos que apesar de o racismo estar frequentemente associado ao preconceito e à discriminação racial não são palavras sinônimas. O racismo é um padrão de poder que hierarquia o humano pela ideia de raça. O preconceito expressa a recusa simbólica do outro a partir de ideias pré-concebidas por um indivíduo. Já a discriminação operacionaliza no cotidiano preconceitos e práticas racistas. Cf. Sant’ana (2008).

guerras entre reinados, a permanente busca de afirmação do poder pelo Estado/Igreja Católica/burguesia em ascensão, alimenta e dissemina valores e constrói, sem previsões sobre o que seria produzido, um determinado ideal de ser humano, emblematicamente desenhado na figura do “homem vitruviano”³.

Desde a Inquisição⁴, a partir do século XIII, passando pelo fim da Idade Média⁵ e início dessa era moderna, os embates em torno da adequação do que deveria ser humano a partir das influências renascentistas (entre século XIV e XVI, aproximadamente) e, posteriormente, das guinadas no sentido e forma do conhecimento a partir dos ideais iluministas (entre os séculos XVII e XVIII)⁶, ganham força com o poder bélico dos reinados europeus silenciando outras experiências/vivências socioterritoriais.

A necessidade de expansão territorial e as descobertas científicas do século XV na Europa revelam: (i) a apropriação cultural do conhecimento do mundo muçulmano que dominou parte da Europa até o século XIII; (ii) o projeto colonial instituinte da modernidade europeia; (iii) a invenção da diferença colonial que impulsiona as iniciativas de escravidão racial sobre os povos “africanos” devido aos seus vastos conhecimentos em agricultura em ambientes equatorial e tropical, técnicas de mineração, de metalurgia para fundir os metais preciosos, para a comercialização dessas pessoas destituídas, pelos europeus, de humanidade, tratados como objetos⁷.

Dentro do movimento entre a colonização de terras nas “Américas”, marcada pelo extermínio e pelo aprisionamento de seus povos originários, in-

³ A figura do homem vitruviano é um desenho de Leonardo da Vinci, no contexto italiano do Renascimento, datado de cerca de 1490. Expõe uma figura masculina branca nua, de braços e pernas abertos no centro de um círculo e de um quadrado, é considerado como um “cânone das proporções” e personifica, com o passar dos anos, uma referência que inspira a noção universal de humanismo.

⁴ A Inquisição refere-se a um período da Igreja Católica após o século XIII em que foram criados tribunais eclesiásticos para se investigar, julgar e penitenciar sumariamente pessoas acusadas de cometer heresias e feitiçaria, como uma forma de enfrentar o síncretismo e a perda do controle do poder da Igreja Católica em territórios europeus. Ela ocorreu de formas distintas em cada lugar e reinado católico. Federici (2017) explora historicamente esse movimento e problematiza seu significado no ataque frontal às mulheres que se insurgiam contra o controle do Estado/Igreja sobre seus corpos e saberes.

⁵ O eurocentrismo também colonizou os recortes do tempo. Logo, a periodização que divide o tempo em Idade Antiga ou Antiguidade, Idade Média ou Medievo, Idade Moderna ou Modernidade e Idade Contemporânea ou Pós-Moderna são interpretação que não serve adequadamente para compreender a totalidade, mas sim uma pequena região desta totalidade, a Europa (OLIVEIRA, 2018). Ou seja, são recortes de tempo insuficiente para compreender outras experiências além da Europa (GRATALOUP, 2006). Desta forma, entendemos que é importante não (re)produzirmos um tipo de enquadramento cronológico, que muitas vezes é posto como universal, para diferentes regiões do mundo reduzido ao particularismo europeu (Idem).

⁶ Chamamos a atenção para uma compreensão não etapista sobre os processos históricos. As distinções entre a construção dos conhecimentos no período da Renascença e do Iluminismo, dois séculos depois, são elementos importantes. Gay (2001) afirma que “um ingrediente importante para a revolução no conhecimento no século XIX foi a divisão do trabalho claramente intensificada. A especialização deixou sua marca na paisagem cultural de todos os lugares; a instrução e as profissões mudaram quase a ponto de não serem mais reconhecidas. Mas a nova divisão do trabalho mostrou ser uma bênção duvidosa. Ao promover o treinamento especializado e ao recompensar atividades especializadas, ela tornou mais firme o domínio do homem sobre o mundo, mas abalou o ideal renascentista do generalista completo” (p. 474).

⁷ Os documentos acerca dos escravizados da área hoje conhecida como África Ocidental os definem como *peças da Guiné*. Isto é, seres desprovidos de subjetividade e humanidade. *Guiné* refere-se à parte ocidental do continente africano conhecida no século XVI.

dígenas⁸ de diversas etnias, à diáspora impetrada pelo colonialismo europeu contra povos “africanos”⁹, algo em comum orientava essas práticas: a certeza da ausência de humanidade, ratificadas pela Igreja Católica sob o argumento que negros e indígenas não possuíam alma.

Esses princípios teológicos cristãos que tiveram grande vigência na Idade Média foram dominados pela teoria camita. Segundo essa teoria, os povos descendentes de Cam foram seres amaldiçoados, sendo a África seu principal lócus¹⁰. Logo, a escravidão racial era salvação dos povos da África. A religião cristã contribuiu para forjar as mercadorias (os escravizados) que não apenas viabilizariam o lucro em si, mas também produziriam mais mercadoria pelo trabalho forçado nas colônias. É com base nisso que Carvalho (2017, p. 296) explicita o quanto “[...] relações raciais na sociedade capitalista foram forjadas sob um discurso fetichizado de progresso e civilizatório por meio da expansão colonial do final do século XV, e, posteriormente por meio dos princípios Iluministas das revoluções burguesas do século XVIII do qual havia como fim último a acumulação de riquezas”.

Como materialidade disso decorrem ações permanentes de subjugação, segregação, extermínio e aprisionamento do que se enxergava como o “outro”, na nomeação das pessoas que viviam em diferentes aldeias africanas pelos europeus¹¹.

Essas ações e empreendimentos do eurocentrismo, de chacinas, genocídios, estímulo de divisões, violências físicas, simbólicas, psicológicas, abusos sexuais, morais e físicos de toda ordem, inscrevem-se na história hegemônica como “conquistas” e “ações civilizatórias”, positivando pela racionalidade iluminista algo intrínseca e claramente violento e subjugador. Gestaram-se impactos na curta, média e longa duração.

Vejamos aqui o caso paradigmático (AGAMBEN, 2009) do método de Lynch, em meados de 1712. Lynch foi um proprietário de pessoas escravizadas no Caribe (Caraíbas), admirado por fazendeiros escravocratas dos EUA por conseguir manter seus escravizados submissos e sob forte disciplina. Lynch

⁸ Achilles Mbembe (2013) afirma que na África na época colonial indígena era o termo usado pelos europeus para referir-se às populações autóctones. Mbembe (Idem) comprehende que indígena significava o *não-sujeito*. Para esse autor, mesmo após o fim do colonialismo, resíduos desta ideia de *não-sujeito* permaneceram no imaginário sobre os negros na África [e na diáspora] ainda hoje.

⁹ Lima (2006) afirma que os escravizados no Brasil até o século XIX não se autonomeavam de africanos. Isso revela a diversidade de povos que foram homogeneizados pela ideia de raça pelo eurocentrismo.

¹⁰ A teoria camita refere-se às interpretações do livro de Gênesis da Bíblia. Segundo essa tradição *Cam*, o filho mais novo de Noé, teria flagrado o pai embriagado e nô, após uma colheita de uvas, no período após a era diluviana. Seus irmãos *Jafet* e *Sem* narram para Noé o desrespeito do irmão e, como punição, seus descendentes seriam amaldiçoados. Há um longo e intenso debate da localização dos descendentes de *Cam*. Contudo, no medievo as interpretações da sentença de Noé lançaram nocivas interpretações sobre a África e seus habitantes. Neste período, tudo o que era negro era o símbolo das trevas. Os descendentes de *Jafet*, o primogênito de Noé, teriam povoado a Europa e os descendentes *Sem* teriam povoado a Ásia. Com a Modernidade, a Cristandade já tinha argumentos teológicos para justificar a escravidão racial dos povos da África. Cf. Oliva (2008).

¹¹ Carvalho (2017) recupera como “os valores eurocêntricos esforçam-se por naturalizar e universalizar a dominação. Mbembe (2014, p. 84-85) – analisando as colônias de povoamento dos Estados Unidos – afirma que a categoria “branco” foi “pacientemente construída no cruzamento entre o direito e os regimes que praticam a extorsão da força de trabalho”. O “negro”, aponta Fanon (2008 apud MBEMBE, 2014), é uma figura inventada pelo “branco”, fixado pelos seus olhares, gestos, atitudes tecidas num cotidiano” (p. 300).

(para alguns estudiosos, de seu nome derivaria o termo linchar e linchamento) passa a visitar várias fazendas nos EUA, divulgando como realizava tal façanha. Escreve uma carta para ensinar seus métodos. Entendemos que suas ideias reverberam por toda a colônia, inclusive o Brasil. Vejamos alguns trechos deste documento histórico:

Tenho comigo um método de controle de escravos negros. Eu garanto que se você implementar da maneira certa, controlará os escravos no mínimo durante 300 anos. Meu método é simples e todos os membros da família e empregados brancos podem usá-lo. Eu seleciono um número de diferenças existentes entre os escravos; eu pego essas diferenças e as faço ficarem maiores, exagero-as. Então eu uso o medo, a desconfiança, a inveja, para controlá-los. Eu usei esse método na minha fazenda e funcionou; não somente lá, mas em todo o Sul.

[...] Na primeira linha da minha lista está "Idade", mas isso só porque começa com a letra "A". A segunda linha, coloquei "Cor" ou "Nuances". Há ainda, "inteligência", "tamanho", "sexo", "tamanho da plantação", "status da plantação", "atitude do dono", "se mora no vale ou no morro", "Leste ou Oeste", "Norte ou Sul", se tem "cabelo liso ou crespo", se é "alto ou baixo".

Agora que você tem uma lista de diferenças, eu darei umas instruções, mas antes, eu devo assegurar que a desconfiança é mais forte do que a confiança e que a inveja é mais forte do que a adulgação, o respeito e a admiração.

O escravo negro, após receber esse endoutrinamento ou lavagem cerebral, perpetuará ele mesmo, e desenvolverá esses sentimentos, que influenciarão seu comportamento durante centenas, até milhares de anos, sem que precisemos voltar a intervir. A sua submissão a nós e à nossa civilização será não somente total, mas também profunda e durável.

Não se esqueçam que vocês devem colocar o velho negro contra o jovem negro. E o jovem negro contra o velho negro. Você devem jogar o negro de pele escura contra o de pele clara. E o de pele clara contra o de pele escura. O homem negro contra a mulher negra.

É necessário que os escravos confiem e dependam de Nós. Eles devem amar, respeitar e confiar somente em nós¹².

Percebemos que o empreendimento do escravismo colonial, além de ter sido um projeto de longa duração, demandou diferentes dispositivos de controle e segurança que, em defesa da sociedade (FOUCAULT, 2005) branca tanto signatária quanto beneficiária do racismo (MILLS, 2013), criava uma política administrada de morte (MAC GREGOR, 2013) -Mills (2013) afirma que é necessário na análise sobre a história da subordinação racial e de gênero repensar, de forma holística, a teoria política baseada na teoria do contrato social de Rousseau.

¹²Retirado de <https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/> 10/11/2012. Acesso em: 10/05/2019.

Meu argumento é de que o conceito de “contrato de dominação” pode ser empregado de forma produtiva para superarmos os desacordos dos pressupostos gerais da teoria hegemônica do contrato social e, assim, termos melhores condições de lidar com as questões prementes de uma teoria “não ideal” que, longe de ser marginal, de fato determina o destino da maioria da população (MILLS, 2013, p. 17).

Esse alerta na construção da teoria política também intersecciona a outras formas de exploração e opressão como classe e a sexualidade na regulação no enfrentamento ao contrato de dominação (Idem).

O trabalho forçado gestado com o escravismo colonial foi instituído pela raça demonstrando o exercício da biopolítica na produção da riqueza como dispositivo. Contudo, inerente ao biopoder articulava-se a imposição do terror pelo necropoder contra quem gerava o medo branco da onda negra, esta era a patologia social do branco, lembra Guerreiro Ramos (1957). A hierarquia do humano pela raça, isto é, a colonialidade, passou a organizar o espaço-tempo.

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2014, p. 26) afirma que a raça se constituiu com a modernidade como uma ficção útil que não existe enquanto um fato “natural físico, antropológico ou genético¹³”. A raça não é um elemento natural, mas um constructo político, ideológico historicamente criado para dissimular projetos políticos de dominação. Fanon (apud MBEMBE, 2014, p. 26) afirma que

[...] a raça é também o nome que deve dar-se ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança, isto é, à raiva daqueles que lutaram contra a sujeição e foram, não raramente, obrigados a sofrer um sem-fim de injúrias, todos os tipos de violações e de humilhações e inúmeras ofensas¹⁴.

Esse projeto de dominação mobiliza, além da raça, distintos princípios hierárquicos que busca, em nossa formação, uma eficácia naturalizadora (LANDER, 2000) de seus efeitos. Essa naturalização se materializa nos monumentos em países colonizados com memoriais e monumentos de honras aos descobridores e desbravadores dos mares – não à toa, todos homens, brancos, europeus.

Argumentamos aqui que, dentre a complexidade de eventos, enfrentamentos e processos originados na Europa e impostos ao mundo, durante a Idade Média, três deles em momentos e lugares distintos alimentam centralmente os valores constitutivos de tempos presentes, quase que como atos fundacionais

¹³ Karen E. Fields e Bárbara J. Fields propõem distinções úteis entre "raça" (a ideia segundo a qual a natureza teria produzido humanidades distintas, reconhecíveis por traços inerentes e características específicas que consagrariam as suas diferenças, ordenando-as segundo uma escala de desigualdade), "racismo" (o conjunto das práticas sociais, jurídicas, políticas, institucionais e outras fundadas na recusa da presunção de igualdade entre os seres humanos) e o que eles chamam "racecraft" (o repertório de manobras que pretendem situar os seres humanos assim diferenciados em grelhas operatórias). Karen E. Fields e Barbara J. Fields, *Racecraft. The Soul of Inequality in American Life*, Verso, Nova Iorque, 2012 (ver nomeadamente a introdução e a conclusão). Ler, ainda, W.J.T. Mitchell, *Seeing through Race*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 2012.

¹⁴ James Baldwin, *Nobody Knows My Name*, First Vintage International, Nova Iorque, 1993 (1961).

da era moderna: a Inquisição, o Colonialismo-escravista e as Reformas Protestantes.

O primeiro, com base em uma leitura cronológica, se refere à Inquisição. Federici (2017) explora cuidadosamente o seu papel relevante em um contexto de profunda crise na sociabilidade medieval, expressa pelos questionamentos à legitimidade dos reis e aos valores do cristianismo. A política de Estado das inquisições nas formas específicas de cada reinado, sustentou o reordenamento e a formatação de valores o fazendo a partir do controle dos corpos, saberes e comportamentos das mulheres na célebre perseguição às bruxas. Destaca-se como esse modelo de dominação de caráter regional se colocou como universal na construção da colonialidade de gênero no processo de invenção sistema-mundo moderno (LUGONES, 2008).

Essa “guerra às mulheres” (SEGATO, 2016) e a reorientação desse sentido do feminino na constituição do que a autora nomeia de “patriarcado moderno”, impõem concretamente às mulheres a subjugação à égide cristã no controle sobre o trabalho reprodutivo como peça chave para a constituição da riqueza.

Às mulheres apresenta-se a obrigação de se responsabilizarem pelo cuidado e pela reprodução da vida, edificando paulatinamente as bases daquilo que reconhecemos hoje como essa forma estruturante das relações sociais, o patriarcado moderno, com suas claras marcas de colonialidade.

Essas construções sexistas e racializadas são marcadas pelas distinções econômicas de alguma forma, mas pela desigualdade racial de modo absoluto na modernidade. Como expressão, naturalizam-se valores constitutivos de um ideal universal de família burguesa heteronormativa, monogâmica e submissa à figura do pátrio poder. Com base nessas formas de vida que se impõem universalmente, impunham-se padrões “civilizatórios” às pessoas indígenas e negras escravizadas, não reconhecendo suas formas e vivências específicas e as destruindo nos processos de dominação.

Com esse modelo de família eurocêntrica cristã em formação sendo a referência em relação a outros povos, Davis (2016) nos mostra como nos Estados Unidos da América, durante os séculos XVIII e XIX, justamente como a ação dos colonizadores foram fundamentais para dilacerar os laços familiares das pessoas escravizadas e obrigá-las a construir novas formas de resistência, existência e significação das relações parentais – sendo discriminadas e estigmatizadas nessas conformações.

Nessa formação impositiva e violenta das identidades territoriais no ocidente, foram as descobertas científicas da época do Renascimento que impulsionam o colonialismo-escravista – e este é, como já mencionamos, o que podemos considerar como outro “advento” de conformação dos valores na modernidade.

A raça se constitui o centro do projeto moderno definindo o Ocidente (a Europa) e o resto (MBEMBE, 2014). A ideia de expansão ultramarina associada à busca de conquista territorial, naquilo que Harvey (2014) nomeou como nossa primeira globalização a partir de 1492, traz em si a leitura autocentrada de “descoberta”, como se algo só passasse a ser dotado de vida e sentido a

partir da atribuição dada pelos que invadiram essas terras. Por sua vez, Santos (2004) ressalta que a ideia de descoberta é uma relação de saber-poder já que é uma relação mútua. Quem se colocou como descobridor e aquele que foi posto como descoberta investe essa relação de um projeto de dominação. Para esse autor, a descoberta teórica precedeu a descoberta empírica instituindo seu caráter imperial.

Ao mesmo tempo, esse deslocamento da centralidade da História para a Europa (considerando que o inicio da formação dos continentes e da própria vida do homo sapiens teria se dado a partir do que é hoje o continente africano) expressa a força econômica e bélica dessa episteme eurocêntrica que se impõe sobre as narrativas do mundo.

Fanon (1968) e Mbembe (2014), em tempos próximos, mas distintos, desnudam a naturalização racional dessa lógica e trazem elementos para a sua desconstrução, demonstrando como na desumanização imposta pela escravidão, assentada sob o humanismo cristão¹⁵, é possível ler o que se considera como ser humano e o que não o é, a figura do “outro”, em relação ao branco, o negro.

Essa construção da alteridade, da diferença, do “outro”, também é recuperada por Beauvoir (2009), com base em diferente perspectiva, quando expõe o quanto uma ideia essencialista de feminino se constitui como o reverso, o inessencial, aquilo que falta no que é central – a própria definição pela ausência, o feminino, o outro sexo, o segundo sexo. Dentro dos limites do tempo histórico em que Beauvoir situa a inessencialidade do feminino em uma leitura binária, devemos projetar o quanto, em um mundo que avança predatoriamente recrudescendo valores arcaicos e mistificadores, são intensamente fortes e distintos os impactos sobre as diversidades de identidades de gênero e de orientações dos afetos.

Estas formas de existência incidem sobre a complexificação das masculinidades e feminilidades, visibilizando ainda outras formas de construções identitárias para além desses polos – intersexuais, não-binárias, queer, transexuais, travestis, entre outras, tensionando ainda mais as formas universais humanistas impostas pelo eurocentrismo.

A Inquisição e o Colonialismo-Escravista além de instituírem uma geograficidade prescrita para os escravizados e mulheres criam, concomitante, uma geografia do além (LE GOFF, 1995), que estabelece um imaginário espiritual do inferno e do purgatório como disciplinadores de condutas no mundo terreno para definir os caminhos para esses seres amaldiçoados (negros e mulheres).

Por fim, mas não menos importante, as Reformas Protestantes ocorridas a partir do século XVI, em diferentes lugares da Europa e fruto dos embates em torno da sociabilidade imposta pelo cristianismo, ressignificam o sentido do trabalho como o prenúncio do que este vem a ser na era moderna.

¹⁵ Ao prefaciar livro de Fanon (1968), Jean-Paul Sarte anuncia que a partir dos escritos do autor, devemos encarar o inesperado: “o striptease de nosso humanismo. Ei-lo inteiramente nu e não é nada belo. Não era senão uma ideologia mentirosa, a requintada justificação da pilhagem. Sua ternura e seu preciosismo caucionavam as nossas agressões” (p. 16-17)

Da noção de punição, inscrita no catolicismo tradicional, como sendo o trabalho algo relegado aos que não possuem “sangue nobre”, nem nasceram privilegiados e precisam trabalhar, repassando seus frutos ao Estado/Igreja e aos donos das terras na Europa, com as Reformas, especialmente a partir da Reforma Alemã, com Martin Lutero, o trabalho passa a ser elemento dignificante do ser humano, algo que constitui sua existência, assume dimensão ontológica, constitutiva da dimensão de humanidade.

Esse é um dos elementos que leva Benjamin (2013) a considerar que “na época da Reforma, o cristianismo não favoreceu surgimento do capitalismo, mas se transformou no capitalismo” (p. 24). Essa forma social, marcada por todas essas hierarquizações e preconceitos, consiste em nossa sociabilidade e se materializa em suas instituições e formas de vida.

As violações constitutivas (e cotidianas) de nossa formação social

Com base no que sinalizamos como elementos estruturadores hegemônicos dessa sociabilidade, refletimos como estas delineiam uma determinada construção do espaço urbano no Brasil e, ao longo dos anos, como a nossa peculiar noção de cidadania traz duras implicações para o próprio sentido de existência daqueles (as) que são reconhecidos como “indignos de vida” (ZACCONE, 2015) e contra os/as quais se dirigem atos e discurso de ódio na atualidade instituindo uma geocronopolítica urbana no uso do espaço por critérios econômicos, raciais, de gênero e sexualidade (OLIVEIRA, 2014).

Esse imaginário colonial que impõe normas de uso dos espaços da cidade os culpabiliza pelo próprio estupro e/ou morte por não adotarem um comportamento de submissão para os negros e de recato para as mulheres na sua indumentária. Esse imaginário colonial define os momentos do dia (especialmente a noite) que negros e mulheres terão um uso do espaço ainda mais normatizado interferindo diretamente nas suas trajetórias (Idem, p. 106).

Reforçamos o quanto essas marcas são históricas, estruturais de nosso projeto de “Brasil moderno” (IANNI, 2004) e não evolutivas, para entendermos como se manifestam na crise capitalista. Entendemos esta não apenas como uma crise econômica, mas como o limite total dessa sociabilidade edificada sobre valores mencionados anteriormente.

A nossa formação social, na condição de colônia escravista e extrativista em nossas origens do colonialismo, nos diz muito do que Oliveira (2015) recupera como a noção de Mbembe de “necropoder”. Para Oliveira (Idem), o racismo não é uma questão moral, mas na sua forma constitutiva moderna. Ele o entende como algo que segregava espacialmente aqueles que devem ter uma vida e espacialidade ampliada, dos que são tratados como descartáveis e dever se limitar a uma espacialidade restrita (p. 3.). Ele reforça que “o racismo ao inscrever-se espacialmente cria campos, isto é, territórios “fora/dentro” da ordem jurídico-política, os quais permitem materializar o estado de exceção (AGAMBEM, 2004)” (p. 4). As cidades são a materialização deste projeto bio-necropolítico (Idem).

Na linha de denunciar com consistência, visibilizando e qualificando a categoria de genocídio como uma ação deliberada de extermínio e aniquilação de formas de existência relacionadas às pessoas negras, como um projeto colonial entranhado e assumido pelo Estado, que não se extinguiu (CARVALHO, 2017).

Se outrora eram as senzalas que separavam espacialmente as pessoas negras escravizadas da casa grande, essa segregação é uma marca permanente, que se moderniza mesclando o arcaico e o moderno em nossa ordem. Confinamento (encarceramento) e contenção territorial (constranger e/ou impedir o uso do espaço) são a expressão da gestão racista do espaço. Oliveira (2015) demonstra essa gestão racista do espaço ao afirmar que

Exemplos racializados apontados como símbolos da desordem a serem eliminados tanto do plano material quanto do simbólico são inúmeros: os "farofeiros" e os funkeiros indo para praias e/ou espaços vitrines da cidade, a população em situação de rua, as cracolândias, entre outros são largamente utilizados (Idem p. 5).

Contudo, a gestão racista do espaço acopla e intersecciona outros princípios de hierarquização (gênero, sexualidade e classe) construindo uma gestão bionecropolítica do espaço (Idem). A segregação física, ainda que visível, forte e opressora, não é a única marca dos estigmas associados aos preconceitos que materializam uma imposição do que é humano sobre demais formas que assim não são reconhecidas. As opressões situam-se, como mencionamos, sobre todas as formas que ousam constituir-se como o “outro” em relação à régua corrente que mede a normalidade, na constituição de sujeitos que se materializam como seres humanos com cores de pele (nomeada colonialmente por “raça”); características sexuais, orientações distintas de seus afetos; performatividades singulares como pessoas e pertencimentos de classe social – estabelecidas por condições materiais concretas, mas também por identidades socioculturais construídas espacialmente.

Importante ressaltar como, quando as marcações dessas distinções se sobrepõem, sendo vivenciadas de forma muito singular, mas possuindo algo em comum: a criminalização que destitui o “outro” de humanidade. Na metade do século passado, Simone de Beauvoir (1967) expunha essa visão do outro não pelo reconhecimento e afirmação da alteridade, mas pela desvalorização, desqualificação e deboche:

Os racistas americanos e os colonos franceses desejam também que o negro se mostre gatuno, preguiçoso, mentiroso: com isso prova sua indignidade, põe o direito do lado dos opressores; se se obstina em ser honesto, leal, olham-no como um revoltado. Os defeitos da mulher exageram-se, pois, tanto mais quanto ela tenta não combatê-los mas, ao contrário, faz deles um adorno (p. 381).

Essa sua reflexão cabe também à forma instituída sobre como racistas,

sexistas e elitistas no capitalismo, de todos os lugares, mas especialmente no Brasil, materializam o pressuposto patriarcal de hierarquização, ridicularização e de menosprezo pela figura do “outro”.

Portanto, ainda que nos cause indignação, não é surpresa que orientações de afetos que destoem dessa heteronormatividade (e de suas específicas, duais e correlatas formas de masculinidade e de feminilidade) impositivamente naturalizada desde a formação de nossa era moderna como elemento constitutivo do ser humano ocidental civilizado, se expressem juridicamente para diversos países e lugares ainda como algo criminoso ou patológico, passível de investimentos punitivos e/ou coercitivos de “recuperação”.

Mesmo quando não inscritos claramente na legislação, a recorrente presença dos debates em torno da “cura gay”, no Brasil em tempos presentes, é um dos claros exemplos do quanto essa questão não nos é nada distante. Junto a isso, o enfrentamento de uma imposição binária sobre as formas de existência dos sujeitos é estruturante não apenas da convivência cotidiana entre pessoas, mas especialmente, faz-se presente no atendimento e apoio a pessoas transexuais que buscam, por exemplo, serviços de transição¹⁶ de gênero no país.

A necessidade de submeter-se aos laudos que devam atestar patologia denominada “disforia de gênero”, implica numa aceitação da patologização de sua condição e expressa a política sexista de um Estado na mediação das dinâmicas contraditórias dessa sociedade ocidental periférica.

A sobreposição dessas marcações agudiza ainda mais as condições concretas para a existência. Para pessoas negras transexuais ou travestis pertencentes às camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora, o acesso a serviços de assistência à saúde, de educação entre outros, bem como do próprio atendimento em processos públicos de assistência à redesignação sexual, coloca-se como obstáculo objetivo¹⁷. São seres postos como indignos e anormais, passíveis do desprezo e do ódio, logo matáveis. Nessa linha, Mascaro (2017) expõe o quanto:

[...] os direitos humanos são um quantum de direitos subjetivos específicos que venha a ser dado a partir da forma geral do sujeito de direito. Para que haja direitos humanos, é preciso que, antes, os indivíduos naturais sejam considerados sujeitos de direito. Então, após essa qualidade formadora, os chamados direitos humanos são certo grupo de garantias políticas e jurídicas específicas respaldadas às mesmas individualidades (p. 117).

¹⁶ Por “transição de gênero” considera-se o conjunto de procedimentos envolvendo terapêuticas hormonais e/ou cirúrgica para obtenção de maior conformidade entre a identidade sexual biológica atribuída ao nascimento e a reivindicada pelo sujeito como aquele que de fato lhe representa.

¹⁷ Cabe aqui ressaltar, a partir da experiência de uma das autoras do presente texto, Marcia C. Brasil Santos, que o acesso às instituições é bastante complicado. Para ela “essa problemática não tem sido ou tem sido pouco percebida, por isso não é questionada. Nem por profissionais nem por usuários. As instituições são o reflexo da sociedade e ainda temos muito a caminhar nesse aspecto. Se o racismo já é cruel e dinamizador de injustiça social, quando se entrecruza com a diversidade de gênero e identitária, tais injustiças são elevadas à máxima potência”. Essa questão nos remete a como o racismo institucional é uma das facetas que materializam o racismo estrutural dessa sociabilidade. Entrevista acessível em <http://agenciaaids.com.br/noticia/artigo-fala-sobre-como-e-ser-lgbt-negro-no-brasil/>

Essa condição não é pouca, secundária, nem acidental ou incidental – pelo que argumentamos até então, ela é central, ao subjazer sob a ideia de quem é, de fato, considerado humano e sob quais critérios em uma forma social mercantil universalizada e naturalizada.

Assim, nessa sociabilidade mercantil, o contexto atual de acirramento de conflitos raciais “restitui situações coloniais (FANON, 2008) que imprime os negros como ladinos (aqueles que aprenderam o seu lugar na estrutura espacial racista) e os boçais (os que não sabem, mas irão aprender – por bem ou por mal – o seu lugar na estrutura racista)” (OLIVEIRA, 2015 p. 2). Um elemento importante nessa reflexão é o quanto a violência, o linchamento, o extermínio e a escolha sobre quem deve viver ou morrer, integram essa forma de imposição de um ordenamento racista de espaço e de concepção do urbano e do civilizatório.

Na realidade, também como uma expressão dessa violência impositiva em torno de uma ideia hegemônica e abstrata de humanidade, refletindo sobre as formas de existência dessa condição humana, a própria constituição dos seres humanos para além da masculinidade e da feminilidade normativa coloca-se como um risco substancial à existência das pessoas, na medida em que seu trânsito pelos espaços, especialmente o urbano torna-se um risco à própria vida. Não nos referimos apenas ao movimento de procura por serviços públicos, mas a simples questões cotidianas, como o uso de banheiros públicos – quando as pessoas que não se encaixam nas nomenclaturas de “masculino” e “feminino” sentem-se repelidas desses espaços.

É importante sinalizar que, como consequência e expressão material das LGBTTQifobias existentes, há registros e denúncias de como o Brasil é um dos países que mais mata pessoas transexuais e travestis¹⁸ (com a clara marca do ódio às identidades e orientações LGBTTQi) no mundo. Se qualificamos

¹⁸O esforço coletivo de movimentos sociais LGBTTQi e pessoas da academia compromissadas com essa questão, expressa-se na apresentação metodológica do dossier “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018”, organizado por Bruna G Benevides e Sayonara Naider B. Nogueira (2019). Em trabalho realizado em acordo com a metodologia e em parceira com a Transgender Europe (TGEU), as autoras resgatam os desafios em obter dados sobre a real situação gerada a partir da LGBTTfobia, expressão de uma sociedade profundamente sexista. As autoras expõem que iniciam “este trabalho discorrendo sobre a tentativa de deslegitimação do trabalho que vem sendo desenvolvido sobre o levantamento dos assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras e que em 2018 passou a contar com a parceria do IBTE, a fim de trabalhar com os dados vinculados na mídia, sob os mesmos critérios adotados pela ONG TGEU, que leva em consideração dados absolutos pela dificuldade de levantamento de dados proporcionais à população, visto que não há dados a respeito da população trans no país, além dos estimados por ambas as instituições. Cabe esclarecer que a metodologia usada não se trata de uma mentira ou manipulação dos dados como diversos canais divulgaram. Existem duas maneiras diferentes de fazer a análise. Uma levando em consideração os números totais (absolutos), em que o Brasil tem 41% de todos os assassinatos de pessoas trans do mundo, esse método é o empregado pelas Ongs e o TGEU e que o coloca como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo (TGEU), exatamente por ter mais casos notificados; e outra levando em consideração o número populacional de pessoas trans no país. O Observatório de Pessoas Trans Assassinadas do projeto Transrespeito versus Transfobia no Mundo (TvT) do TGEU monitora, coleta e analisa sistematicamente relatórios de homicídios de pessoas trans e/ou gênero-diversas em todo o mundo. Os relatórios fornecem informações contextuais sobre o monitoramento e relato de assassinatos de pessoas trans e/ou gênero-diversas e resumem os resultados. As tabelas apresentam estatísticas sobre a região do mundo, país, data, localização e causa de morte, idade e profissão das vítimas”. Reforçamos a importância do fortalecimento e reconhecimento desse trabalho.

Para tanto, acesse <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

quem são essas pessoas que possuem identidade de gênero distinta ao padrão heteronormativo mais expostas à violência, identificamos que pessoas LGT-TBQi não brancas, negras ou indígenas encontram-se nas estatísticas de maior mortalidade por violência. Reforçamos a materialidade do ódio sexista de forte acento racista e misógino, quando expõem “As questões de gênero se reforçam e demonstram que 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos)” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 20). Junto a isso, em 2018, 163 pessoas transexuais e travestis foram assassinadas no Brasil – sendo 82% destas pessoas negras. Segundo as autoras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas (p. 20).

Essas cruéis estatísticas são expressões da naturalização de uma forma específica do ódio constituído na modernidade sobre as bases do patriarcado, do racismo e do elitismo e que se materializam particularmente de forma cruel em uma sociedade capitalista periférica. Chamamos a atenção para o especial empenho histórico do Estado brasileiro para com essa política de morte, a necropolítica – ao se constatar cotidianamente o extermínio de pessoas negras, faveladas e periféricas, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro.

Embora essa forma tenha se constituído originariamente como nosso modus operandi civilizatório, como problematizamos anteriormente, é visível a olhos nus e pelas estatísticas oficiais o quanto vem se acirrando consideravelmente nos últimos anos e assume proporções desmedidas nos primeiros três meses¹⁹ desse ano de 2019 sob os novos governos de Jair Messias Bolsonaro (presidente eleito em 2018) e Wilson Witzel (governador do Estado do Rio de Janeiro, eleito em 2018).

A partir da aberta defesa do armamento e da criminalização dos pobres, de falas racistas, elitistas e sexistas, o presidente Jair Bolsonaro é eleito “não a despeito de, mas justamente a partir de uma plataforma de ataque aos direitos humanos, de profissão explícita de discursos de ódio, de defesa do livre armamento da população, de falas racistas, misóginas e sexistas” (PEREIRA, 2019, p. 9).

Essa deliberação representativa, concretizada a partir de canais formais da democracia burguesa moderna, que entranha em sua forma social saídas de ódio contra parte significativa da humanidade, expõe

[...] estabilizações políticas e jurídicas lastreadas em formas sociais

¹⁹ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), 434 pessoas foram assassinadas por policiais militares ou militares nos últimos três meses, configurando uma média de quase 5 pessoas por dia. Os pesquisadores sinalizam que esse é um recorde desde que a série estatística teve início, há mais de duas décadas.

necessárias e em quantidades razoáveis. Com isso, justamente o movimento que garante o capital e seus detentores também é o que garante ou nega a liberdade de expressão, os direitos sociais, as liberdades associativas e políticas (MASCARO, 2015, p. 115).

Essas pactuações em torno de estabilidade institucional dessa forma social, em contextos de controle da crise permanente na dinâmica predatória da acumulação, nos faz parecer que há uma razoabilidade nas pactuações expressas pelas instituições em curso, uma lógica de reprodução do sistema, contra o qual se luta por “ajustes”.

Se é nos contextos de aparente normalidade que nos afastamos ainda mais da compreensão dessa forma social como bárbara em sua essência – naquilo que insiste Menegat, como sua substância – é nos momentos do que aparece como expressão da crise (e não como crise em si), nas grandes desestabilizações econômicas, na expressão da perda de lastro do dinheiro, que se impõem formas destituidoras de pactuações mínimas de institucionalidade.

Na nossa leitura, o equívoco é acentuar a adjetivação destas como barbárie, na medida em que, de alguma forma, não enxergamos essa essência na conformação dessa sociabilidade. Menegat (2019) expõe a forma aparente e ideológica como se enxerga a “esse tempo em toda a sua violência”. Nessa aparência,

[...] a era do capitalismo seria uma bem-sucedida forma de controle da destrutividade cotidiana dos seres humanos, tendo como obra prima o monopólio do uso da violência pelo Estado, que, conforme seus acólitos, parece ter suprimido a barbárie do passado (p. 149-150).

O autor argumenta o quanto, na “preservação deste culto ao progresso”, é essencial a permanente revolução técnica que se mostra uma assombrosa força destrutiva (p. 150). Portanto, é fundamental a leitura a contrapelo, acurada e sensível sobre a nossa formação social, como crítica à modernidade em curso não pela imposição do acirramento do caos a partir da crise do capital na qual mergulhamos nos anos 1970, mas pelos seus próprios pressupostos que a formam, pelos elementos encegueiradores que conformam o capitalismo como uma religião (BENJAMIN, 2013), como forma permanente de culto, seus deuses, tabus e, especialmente, sacrifícios.

Por fim, é com base nessa adesão à ideia de progresso, de ode ao desenvolvimento, do aceite da violência como forma constitutiva dessa sociabilidade que identificamos mesmo entre parte dos movimentos sociais, de entidades e de intelectuais que sempre se posicionaram contra relações de opressão e de exploração de classe social, silenciamentos ou construções naturalizadas de hierarquias partindo de uma adesão à noção de ser humano universal do iluminismo. Uma adesão cínica, na nossa leitura, aos seus anunciamos valores civilizatórios com sua violência inerente – brindada pela mistificação positivadora do Estado nessa forma social como um ente universal de proteção social ou de instância mediadora da violência e asseguradora de direitos.

Portanto, a percepção de “direitos” na forma como se apresenta – exposta ambigamente na letra da lei, pautada por essa compreensão universal, mas totalmente desgarrada da concreta materialização na e em prol da vida, acaba por ser, com a melhor das intenções, mistificada como algo capaz de restituir ou mitigar uma desumanização estruturalmente imposta como condição dessa formação moderna.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **A Essência das Coisas Não Visíveis**. Conferência anual – TED global 2009 – de 21 a 24 de julho. Reino Unido: Oxford. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-única-historia/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- AGAMBEN, G. **O estado de exceção: homo sacer II**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ALMEIDA, G. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 256, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- BEAUVIOR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- _____. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1967.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê – Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA)/ Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Racismo, Direitos e Cidadania. **Revista Estudos Avançados**. v. 18, n. 50, 2004.
- CARVALHO, S. C. de S. Eurocentrismo e racismo: o fetiche nas relações sociais da sociedade capitalista. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 296-313, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14941/13260>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.
- FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de

identidades coletivas nos anos 1990 – Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1232/facchini-regina.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Disponível em: <https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 1 maio 2019.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **O Calibã e a bruxa.** Tradução de Coletivo Sycorax. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

GAY, P. **O cultivo do ódio** – a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRATALOUP, C. Os períodos do Espaço. **GEographia**, Niterói, v. 8, n. 16, 2006.

GUERREIRO RAMOS, A. Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil, In: _____. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Andes, 1957. p. 205-216.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 1995.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções – 1789-1848.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno.** A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. **A Colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

LE GOFF, J. **O nascimento do purgatório.** Lisboa: Estampa, 1995.

LIMA, M. Como os tantãs na floresta: reflexões sobre o ensino de História da África e dos africanos no Brasil. In: _____. **Saberes e fazeres.** Volume 1: modos de ver. coordenação do projeto Ana Paula Bran-dão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101,

jul./dic. 2008.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, Boitempo editorial, 2015.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sevilla: Fundación BIACS. 2006.

_____. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial**. Mangualde: Edições Pedago, 2013.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofes – o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

_____. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. (Coleção Pensamento Criminológico).

MILLS, C. W. O Contrato de Dominação. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, jul./dez. 2013.

OLIVA, A. R. Da Aethiopia à Africa: as ideias de África, do medievo europeu à Idade Moderna. Fênix. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 4, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, D. A. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: COSTA, C. L. (Org.). **Abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: UFG, 2018. Disponível em: <<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/01.html>>. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. **Gestão racista e necropolítica do espaço urbano**: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu: Anais do Copene Sudeste, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/36614907/GEST%C3%83O_RACISTA_E_NEOPOL%C3%83O_DTICA_DO_ESPA%C3%87O_URBANO_APONTAMENTO_TE%C3%93RICO_E_POL%C3%83O_DTICO_SOBR_O_GENO%C3%83O_DDIO_DA_JUVENTUDE_NEGRA_NA_CIDADE_DO_RIO_DE_JANEIRO_1_Denilson_Ara%C3%83o_Baixo_de_Oliveira_Professor_Adjunto_do_Departamento_de_Geografia_FFP-UERJ_Coordenador_do_NEGRA>. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 85-106, maio 2014.

PEREIRA, T. D. Sobre resistências, medo e esperança em tempos de colapso. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 8-21, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/23883/16690>.

Acesso em: 10 maio 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 2, n. 6, p. 342-386, 2000. Special Issue: Festchrift for Immanuel Wallerstein - Part I. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/poscolonial/9.2.colonialidad%20del%20poder%20y%20clasificacion%20social-quijano.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SANT'ANA, A. O. de. História e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SANTOS, B. de S. O Fim das Descobertas Imperiais, **Jornal da AGB**, 2004.

SANTOS, M. C. B. **Entrevista “Sobre como é ser LGBT negro no Brasil**. Disponível em: <<http://agenciaaids.com.br/noticia/artigo-fala-sobre-como-e-ser-lgbt-negro-no-brasil/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45segatoweb.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2019.

ZACCONE, O. **Indignos de vida** – a forma jurídica de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan Editora, 2015.

CAPÍTULO III

QUESTÃO URBANA, DIREITO À CIDADE E O SERVIÇO SOCIAL

Eblin Farage (UFF)
Francine Helfreich (UFF)
Isabel Cardoso (UERJ)

Introdução

Iniciamos uma quadra histórica em que as conquistas, mesmo que parciais e ainda tímidas, garantidas pelas lutas travadas no regime democrático que teve início após a ditadura militar empresarial do Brasil (1964-1985), estão sob risco.

Vivenciamos um processo de retrocessos, sem precedentes, na história recente de nosso país colonizado e já marcado pelo patriarcado, pelo racismo, pelo machismo e pela escravidão. Um histórico, que forja a estrutura social imposta pelo capitalismo, não apenas para gerar a produção, mas essencialmente para gerar um modo de vida em diferentes dimensões, seja no trabalho, na educação, na cultura na forma e na forma de constituir o espaço rural e urbano, entre outras dimensões.

O conjunto de retirada de direitos em curso, de destruição de algumas conquistas da Constituição Federal de 1988 (CF/88), em especial o desmantelamento da seguridade social, a destruição do sentido do público estatal e gratuito, tem impactos profundos na desestruturação das políticas públicas e sociais, entre elas a da educação, além de agravar a crise cotidiana que recai sobre os mais pobres. Impactos esses que se expressam na questão habitacional em suas diferentes faces, como a crise habitacional, o esgotamento do sistema público de saúde, a dificuldade para a mobilidade urbana dos mais pobres, o aumento da violência nas cidades, o desemprego que atinge cerca de 23 milhões de brasileiros(as), o subemprego, o aviltamento das condições de vida dos refugiados/migrantes e tantas outras expressões da questão urbana presentes em nas cidades. o aumento da violência nas cidades, a subutilização da força de trabalho¹ que já atinge, no primeiro trimestre de 2019, cerca de 28,4 milhões de brasileiro(a)s, o aviltamento das condições de vida dos refugiados/migrantes e tantas outras expressões da questão urbana presentes nas cidades.

Esse cenário piora com o agravamento da conjuntura, que é acrescido de um forte recrudescimento do conservadorismo, evidenciando a crise cíclica e estrutural do capitalismo que impõe reconfiguração ao papel do Estado, de forma a atender às exigências imediatas para a recuperação do sistema capitalista, em especial a partir da tentativa de elevação de suas taxas de lucro. A cada

¹Dado extraído de matéria da Folha de São Paulo, com base na pesquisa PNAD-contínua do IBGE,no sítio eletrônico: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/subutilizacao-da-forca-de-trabalho-bate-novo-recorde-no-pais.shtml>>. Acesso em: 31 maio 2019. Segundo o IBGE, o indicador de subutilização da força de trabalho é composto por pessoas à procura de emprego, trabalhadores subocupados (aqueles que trabalham menos horas do que gostariam ou estão disponíveis) e o desemprego por desalento.

crise, alternativas no campo político e econômico vão sendo gestadas, com rebatimentos importantes na vida social, cultural e política da classe trabalhadora. Diferentes formas de gestar a crise capitalista e a desigualdade social, através do Estado, já foram buscadas e recaem sobre os trabalhadores na forma de retirada de direitos, na mercantilização dos direitos sociais e na criminalização dos que lutam.

Essa realidade está articulada à forma como a cidade se organiza e se mercantiliza sobre as exigências do desenvolvimento capitalista, expressando o agravamento da questão urbana. Também incide na formação profissional dos assistentes sociais, uma vez que a educação superior passa - a partir do Consenso de Washington de 1989, das determinações do Processo de Bolonha de 1999 e das imposições dos organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) - por profundo processo de mercantilização e desestruturação da educação pública.

É partindo desses elementos que o presente artigo trará, ainda de forma provocativa, elementos para análise da questão urbana a partir das determinações do uso da terra urbana, da constituição dos territórios pauperizados, em especial as favelas e os desafios postos à formação profissional e ao Projeto Ético Político do Serviço Social na perspectiva de contribuir para a emancipação humana.

Territórios, espaço e o uso da terra urbana

Para compreender a produção social do espaço é necessário ir além do que enxergamos como paisagem urbana, como morfologia do espaço da cidade para buscar compreender o que Milton Santos (2004) chama teórica e metodologicamente de forma-conteúdo do espaço. Deste pressuposto nasce sua proposta de conceber o espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ou seja, o espaço é o conjunto das formas que se acumulam ao longo da história e que expressam diferentes tempos e relações entre o homem e a natureza. Sob esse registro, temos o espaço como paisagem. Porém o espaço não é apenas a paisagem, mas também a vida que a anima, logo, o espaço é o conjunto das relações sociais que o constitui e atribui sentido à sua paisagem. Portanto, antes de serem sinônimos, paisagem e espaço definem os termos dialéticos da forma-conteúdo.

Também para Lefebvre (2001) a cidade e o urbano formam uma relação dialética entre uma dupla morfologia: a prático-sensível ou material e a social. A cidade congrega, reúne a estrutura social e é neste âmbito que as ditas estruturas se fazem realidade sensível. Ao mesmo tempo, a cidade também está contida na ordem social e a revela em suas diferentes formas prático-sensíveis. Atravessando estes dois níveis da cidade – que também podem ser entendidos como as ordens próximas e distantes - está a vida cotidiana a dar densidade à práxis humana. Portanto, o espaço é fundamental para o conhecimento da vida social porque constitui a realidade social e, uma vez produzido socialmente, reage sobre as relações sociais como limite e/ou possibilidade às condições de

emancipação do ser social e da própria vida social. Logo, o espaço não é um “inerte” ou apenas um “pano de fundo” da história. Como nos ensina Lefebvre, mais importante do que conhecer os produtos do e no espaço, é fundamental conhecer seu processo de produção social, ou o espaço social.

É a partir de posições concretas no espaço, que entrelaçam e interseccionam relações sociais de classe, raça e gênero, que produzimos os “territórios” de nossas cidades e as “práticas de territorialização” das relações sociais. Logo, é através das práticas cotidianas da moradia, do trabalho, do desemprego, dos afetos, da festa, da locomoção, da violência, do estudo, da ausência, da necessidade, da discriminação e do preconceito, das vivências e das resistências às formas de exploração e opressão que podemos flagrar e analisar uma práxis também da história do espaço social e suas formas e conteúdos territoriais e de territorialidade. Afinal, como ensina Santos e Silveira (2001) “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada [...]. Mas a territorialidade humana pressupõe também preocupação com o destino, a construção de futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (2001, p. 19).

Logo, no espaço o que há são formas-conteúdo e não apenas formas. E isso se aplica às experiências cotidianas de viver e de realizar as diversas necessidades sociais e das formas institucionais de enfrentamento e regulação pública e privada sobre essas mesmas necessidades no espaço urbano, como é o caso da política habitacional e das demais políticas sociais e urbanas e seus diferentes registros espaciais e temporais acumulados na paisagem urbana da cidade. Do ponto de vista tempo-espacial, a forma-conteúdo da moradia, ou da “questão habitacional”, carrega dialeticamente as contradições das relações sociais que produzem socialmente o espaço e fundamentam os conteúdos das práticas e das formas do morar e do habitar a cidade enquanto experiências não apenas diferentes, mas, sobretudo, desiguais. Assim, a moradia, além de ser uma necessidade de reprodução social e uma manifestação histórico-cultural de modos de vida, está articulada ao processo histórico de produção material e simbólica da vida social e, enquanto tal, se transforma em questão social e urbana. Notadamente, a forma como histórica e espacialmente concretizamos a realização da necessidade de moradia é uma “chave interpretativa” importante para a análise da história social da terra e da propriedade no Brasil e, portanto, para a compreensão da questão urbana.

Para o deslindamento desse processo torna-se igualmente necessária a consideração teórica e histórica do que Marx (2017a) chama de acumulação primitiva, particularmente dos processos violentos de expropriação da terra e dos meios e modos de vida que estão na base da transformação capitalista da terra e da propriedade e da formação histórica da questão social no Brasil. As contradições decorrentes desse processo expressam o movimento de luta entre lógicas distintas: a lógica de produção da moradia e da terra como mercadorias subordinadas ao valor de troca; e a lógica de afirmação e defesa do valor de uso da moradia e da função social da terra e da propriedade. Como não há acesso à moradia sem acesso à terra, logo comprehende-se que a questão da moradia é também a questão da terra no Brasil.

Segundo Cardoso (2018), o processo de uso e ocupação da terra no Brasil, da colônia à república, se expressa a partir da dinâmica de forte concentração fundiária, como fundamento tanto das relações políticas e socioculturais do mando e do poder dominante – em suas diferentes manifestações monárquica, oligárquica, burguesa e da Igreja Católica - quanto das práticas econômicas de dominação e exploração da terra e do trabalho. Em suas palavras,

A terra foi destinada para uso das monoculturas de grandes lavouras e da pecuária, organicamente associadas ao sistema escravagista, com uso extensivo e predatório da terra e dos recursos e bens da natureza ali localizados, que se esgotavam após ciclos de uso intensivo, o que levava a ocupação de novas porções de terras, expandindo sempre a fronteira, sem fiscalização da Coroa portuguesa ou mesmo do governo imperial após a independência. Tal processo constitui a origem do latifúndio que será aprofundado após a lei de Terras de 1850, quando se regulamenta a propriedade privada. [...] a ocupação territorial através da grilagem de grandes porções de terras públicas devolutas ou já demarcadas como sesmarias, mas sem o controle territorial efetivo do Estado – o que suscitou muitos conflitos fundiários pela posse -, foi a principal forma de posse permitida pelo Estado, ao longo da história da ocupação colonial, com ou sem lei para legitimá-la. Desta forma, o latifúndio e a grilagem de terras são práticas estruturadoras e fundadoras da chamada “questão da terra e da propriedade” no Brasil” (2018, p. 56-57).

Marx (2017), em 1842, analisa o processo de expropriação do campesinato em uma província do Reno, na Alemanha, através do cercamento das terras comunais e da criminalização do que antes era legitimado pelo “costume” ou “direito consuetudinário” do uso camponês dessas terras, como a coleta de madeira verde. Também podemos analisar o nosso processo histórico de “cercamento das terras”, notadamente a partir da segunda década do século XIX, a partir da suspensão da instituição das sesmarias, mais fundamentalmente a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras e a instituição da subordinação legal da terra à uma nova lógica, a da mercadoria, onde a propriedade da terra se desvinculava da necessidade formal de sua ocupação efetiva (processo de absolutização da propriedade privada). Intensificava-se, assim, o não acesso à terra como condição da formação de trabalhadores expropriados de meios de vida, notadamente os trabalhadores livres e brancos empobrecidos no campo e na cidade, os trabalhadores negros libertos e aqueles saídos da escravidão apenas a partir de 1888, e os trabalhadores imigrantes. Ao mesmo tempo, como afirma Cardoso (2018, p. 58), “a instituição da propriedade privada da terra capitalizou a terra como “novo patrimônio” dos fazendeiros e preparou as bases para a substituição do escravo como principal patrimônio”.

Cabe ressaltar, ainda, a particularidade do processo de formação fundiária das cidades, em termos dos processos e mecanismos de distribuição e domínio das terras, durante e após o sistema de sesmarias, e a preponderância de três instrumentos fundiários: patrimônio religioso responsável pela concentração de

terras urbanas, no Brasil, o patrimônio leigo e o loteamento, esses últimos disseminados a partir de 1850² Cabe também destacar o sistema de distribuição de datas e chãos de terras ou chãos de sesmarias, espécie de distribuição de lotes urbanos no rocio das Vilas, pelas câmaras municipais, que, no dizer de Rolnik (2003) funcionavam como um tipo de distribuição de sesmarias urbanas.

A transformação da terra em propriedade privada produziu transformações também profundas na produção das cidades, cada vez mais na direção da sua subordinação legal, estética, urbanística e fundiária aos interesses do desenvolvimento do capital. Não casualmente, a demarcação dos limites entre terras de servidão pública e terras de propriedade privada, a criação de planos de arroamento, a elaboração de posturas municipais, a (re)definição de localizações mais valorizadas para atividades econômicas e moradia e os processos de expulsão e segregação socioespacial de moradores e comerciantes, o controle sobre os usos da rua, antigo território de trabalho do escravo urbano, em particular do escravo a ganho e dos já libertos, o disciplinamento dos espaços de uso comum e público, serão fundamentais para a formalização e valorização da propriedade privada e sua venda ou aluguel no mercado de terras e imóveis urbanos.

Tal processo, longe de se constituir em um momento originário e pós-território das relações capitalistas, constitui a força estruturante de violência sob a qual se assenta tanto a origem da reprodução simples do capital quanto o desenvolvimento da reprodução ampliada, assim como o processo histórico de formação da classe trabalhadora no Brasil construído sobre o exercício ainda da escravidão e de sua posterior abolição formal. Assim, na base da formação dessa classe trabalhadora estão os segmentos sociais empobrecidos e despossuídos, constituídos por brancos imigrantes ou não, por negros já libertos ou recém saídos da escravidão oficial, às vésperas do século XX, que não contaram com qualquer medida de proteção social do Estado imperial, nem republicano para inserção na sociedade do “trabalho livre” e da propriedade privada, e que ainda sofrem, até os dias atuais, o racismo estrutural e institucional como forma de opressão cotidiana e duradoura.

Logo, na base da formação da nossa classe trabalhadora está um passivo de violência, desigualdade e opressão e foi a partir dessa profunda desigualdade social que se adentrou no século XX e se transitou a uma nova dinâmica urbano-industrial. A formação da moradia como questão social e urbana, na transição ao século XX, acompanha esse processo e explica as condições desiguais de enfrentamento da necessidade social da moradia, por parte da classe trabalhadora, que se materializou na nascente cidade capitalista brasileira, a partir do século XX, através do déficit habitacional estrutural, particularmente impulsionado pelas reformas urbanas empreendidas em diferentes contextos históricos das primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, como as reformas dos períodos dos prefeitos Pereira Passos (1902 e 1906) e de Henrique Dodsworth (1937-1945).

Ao olharmos para o século XXI identificamos que a continuidade his-

²Para aprofundamento da questão da transformação das formas de apropriação do espaço e de construção da cidade indica-se a leitura de Murilo Marx (1991); Rolnik (1997); Fridman (1999).

tórica do processo de sucessivas expropriações de diferentes segmentos sociais da classe trabalhadora, conduz o movimento de reprodução das expressões da questão social, contudo, sob condições de aprofundamento exponencial das contradições da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2017b). Notadamente a reprodução expandida da força de trabalho sob condições cada vez mais precárias e expostas às experiências da pobreza e do pauperismo. É assim que nos deparamos com o crescimento do desemprego nacional, que, nesse primeiro trimestre de 2019, alcançou o número de 13,4 milhões de pessoas³. Assim, é através desse processo contraditório que podemos compreender a questão do desemprego, da formação de uma superpopulação relativa (sob as diversas matizes designadas por Marx como população flutuante, latente e estagnada), e da expansão da experiência social do pauperismo⁴ como elementos também constituidores das expressões urbanas da questão social e das dinâmicas de produção social do espaço urbano de nossas cidades, concomitantes ao processo de produção social da riqueza nacional e de sua apropriação privada e rentista. Dessa forma a articulação entre o anúncio do aumento de 14,6%, nas margens de ganhos financeiros, no ano de 2017, dos quatro maiores bancos com atuação no Brasil, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander, e a escalada crescente do desemprego e do pauperismo no país, deve ser compreendida como expressão do processo também expandido das contradições contemporâneas das relações sociais capitalistas, em especial o esgotamento de sua promessa civilizatória.

Não obstante, a análise de tal processo de reprodução da classe trabalhadora precisa também contemplar um olhar interseccional sobre esses mesmos dados. Assim, quando miramos as intersecções das relações sociais de classe, raça e gênero compreendemos que o desemprego é uma experiência individual e social marcado por profundas desigualdades que reproduzem as hierarquias das opressões e que marcam de forma definitiva os horizontes de expectativas da juventude pobre, no Brasil. Assim, segundo matéria do jornal eletrônico “globo.com”, de 16 de maio de 2019⁵, os indicadores da pesquisa do IBGE, referida anteriormente,

[...] mostram que o desemprego continua maior entre jovens, mulheres e negros. [...]. As mulheres seguem como a maioria (52,6%) da população desocupada e da população fora da força de trabalho (64,6%) [...]. Do total de 13,4 milhões de desempregados, os pardos representaram a maior parcela (51,2%), seguidos dos brancos (35,2%) e negros (10,2%).

³Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em abril de 2019.

⁴Ainda sobre a PNAD Contínua/IBGE, “5,2 milhões de desempregados procuram emprego há mais de 1 ano. Esse universo representa 38,9% dos desempregados no país. Do total de pessoas na fila do desemprego, 3,3 milhões (24,8%) estão desocupados há dois anos ou mais, uma alta de 9,8% na comparação com o 1º trimestre de 2018. Ainda segundo o IBGE, 6 milhões de pessoas (45,4% do total) estão procurando emprego há mais de 1 mês e menos de 1 ano, e 2,1 milhões estão na fila do desemprego há menos de 1 mês.”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/52-milhoes-de-desempregados-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge.ghtml>

⁵Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/52-milhoes-de-desempregados-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge.ghtml>>.

Tais elementos convergem para a (re)produção social do espaço e das suas contradições, que a linguagem sociológica busca analisar a partir do conceito de “questão urbana”, como as que se manifestam no déficit habitacional e na inadequação das condições de moradia, na criminalização da pobreza e dos seus territórios de vida e moradia, como as favelas e loteamentos periféricos onde residem, em sua maioria, os trabalhadores(as) negros(as) e a sua juventude que estão expostos cotidianamente à violência do Estado, prioritariamente na forma da política pública de segurança, que reivindica, agora de fato e de direito, através do atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, a “política do abate” e do extermínio, que tem o poder de matar do alto e à distância, com atiradores de elite, quem se fizer suspeito nesses territórios. Mas as formas de violação de direitos pelo Estado também se fazem presentes pela política da ausência ou da presença precária das políticas públicas sociais e urbanas nos territórios de favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais populares, que alimenta outras formas de atuação do Estado consideradas ilegais, como as milícias, revelando o quanto são porosas as fronteiras urbanas entre as atividades ilegais, informais e ilícitas, que também produzem o espaço de nossas cidades⁶ e expõe os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora a reatualizadas formas de opressão e violência.

Mediações possíveis entre o Serviço Social e o espaço da favela: desafios ao projeto ético político

O trabalho de assistentes sociais no espaço urbano é balizado pela sua inserção nas estruturas institucionais prestadoras de serviços e políticas sociais nos âmbitos público, privado ou da sociedade civil organizada. Trata-se de uma profissão que se insere predominantemente na esfera de atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, mas à regulação das relações sociais, à criação de condições necessárias ao processo de (re)produção social, por meio de ações que intervenham sobre as condições de vida, prioritariamente, dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. A partir dessa inserção sociotécnica, o assistente social também intervém nas relações sociais que colocam em movimento a dinâmica da produção social do espaço, a partir das contradições do espaço urbano, que se manifestam na cidade capitalista. Historicamente foi sobre as expressões socioespaciais da reprodução social da classe trabalhadora, manifestadas nos âmbitos tanto das moradias das famílias trabalhadoras pobres urbanas quanto dos territórios populares dessas moradias, que o Serviço Social produziu sua trajetória teórica e prática junto às favelas e demais experiências de territorialização da moradia popular, como loteamentos, áreas ribeirinhas, cortiços, conjuntos habitacionais, entre outras experiências.

O trabalho dos profissionais do Serviço Social nas favelas e espaços po-

⁶O desabamento de moradias, na favela do Muzema, no bairro do Itanhangá, na região Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2019, edificadas sob padrão vertical, ilegal e precário do ponto de vista das condições construtivas, urbanísticas e ambientais, evidenciou a dinâmica de atuação imobiliária e fundiária da milícia na Região Oeste da Cidade.

pulares de moradia não se configura como algo recente e incide, historicamente, sobre essa diversidade de segmentos sociais da classe trabalhadora que se encontram inseridos desigualmente no mundo do trabalho, nas formas institucionais de proteção social, na ordem legal do direito e na produção do espaço urbano da cidade capitalista. Assim, a história e a memória do Serviço Social nos possibilitam afirmar que se trata de uma das profissões mais antigas a desenvolver ações nos meios populares. Não obstante, pesquisar, sistematizar e ensinar tal trajetória e legado é uma necessidade e um desafio premente à profissão. Para os objetivos do texto priorizaremos refletir sobre os territórios das favelas e a atuação profissional do Serviço Social nesses espaços urbanos populares.

Com a expansão da industrialização e a transformação capitalista do espaço urbano da cidade, as favelas, para seus moradores, se constituíram como “solução” frente ao déficit habitacional de moradias populares oriundo da desigualdade do acesso e da ocupação da terra para fins de moradia, aprofundado ao longo do século XIX, e já analisado pelo texto. Para o Estado as favelas eram compreendidas como um problema urbanístico e social que desafiava a administração pública logo nas primeiras décadas do século XX e que se acentuou de forma significativa a partir da segunda metade do referido século. Nessa conjuntura, o país produziu profundas alterações políticas, econômicas, sociais e territoriais do eixo urbano-industrial e da relação rural-urbano. Tais transformações, sustentadoras da “modernização conservadora” do país, nos termos de Fernandes (1987), estiveram assentadas sob expropriações dos meios e modos de vida camponês (MARTINS, 1980) e de diferentes formas da pequena produção familiar no campo, aprofundadas pela “revolução verde” da agroindústria, a partir da década de 1970. Assim, a expansão das relações sociais capitalistas impulsionou tanto os processos migratórios rural-urbano como os intraurbanos, direcionados de forma espacialmente desequilibrada para as regiões metropolitanas do país, com maior ênfase demográfica para as capitais das regiões Sul e Sudeste, dando origem às favelas e desenvolvendo-as de forma exponencial nessas regiões.

Assim, ao longo do século XX, o processo de criação e de expansão das favelas tornou-se objeto de intervenção do poder público, ainda que de forma desigual e descontínua em termos de ações e políticas. Assistentes sociais, bem como, médicos e jornalistas tornaram-se atores importantes nas primeiras experiências de políticas sociais nas favelas. Durante a primeira metade do século XX, a atuação ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no início da década de 40, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth, através do projeto governamental de construção de Parques Proletários Provisórios, como forma de enfrentamento do “problema favela”. A população das favelas delimitadas deveria ser removida para áreas provisórias no entorno, os Parques Proletários, e, depois de um processo educativo social, moral e higiênico dos moradores, reassentada definitivamente em moradias proletárias de tipo econômico e higiênico, como definido pelo Código de Obras de 1937, preferencialmente em áreas do subúrbio. O que nunca aconteceu e, de provisórios, os “parques Proletários” se tornaram permanentes, por muitas décadas, na pais-

sagem urbana da cidade. A ação do Serviço Social ocorreu desde o primeiro momento do desenvolvimento da política dos Parques Proletários, iniciando-se no território das favelas a serem removidas, junto às famílias, com ações de integração às iniciativas do poder público e com levantamento de informações sobre as famílias a serem removidas⁷. A relevância do Serviço Social no desenvolvimento da política habitacional pode ser expressada no fato da assistente social Maria Esolina Pinheiro, posteriormente diretora da Escola de Serviço Social Cecy Dodsworth, atual Faculdade de Serviço Social da UERJ, tornar-se coordenadora do Parque Proletário número um, no entorno dos bairros da Lagoa e do Leblon.

A “dimensão social da educação” era pautada como uma possibilidade de se recuperar os valores morais da sociedade vigente. Apontava-se para uma perspectiva de transformação na mentalidade dos moradores que ocorria, não só pelo aparato governamental e institucional, mas, sobretudo, pelas relações estabelecidas com os agentes sociais, entre eles o assistente social (IAMAMOTO, 1995), configurando aquilo que Valla (1986) chamará de “permanente educação dos favelados”. Nesse período de aproximação inicial dos assistentes sociais com as favelas e a questão da moradia popular, os fundamentos teórico-metodológicos da profissão estavam vinculados ainda à doutrina social da Igreja, mas também já incorporavam referências acadêmicas científicas, como as do Serviço Social norte-americano e da Medicina Social, que se expressavam na preocupação de realização de pesquisa e levantamento sobre a realidade social e territorial da moradia, o perfil da população atendida e as condições de vida, através dos inquéritos sociais, para fundamentação da ação profissional. Os fenômenos como a miséria e a pobreza do proletariado urbano eram vistos como uma situação patológica e social de desajustamento dos comportamentos, reforçada pela crise de formação moral e a ausência de educação dos comportamentos e mentalidades para a integração social. Assim, a ação dos profissionais era caracterizada como a “[...] de modernos agentes da caridade e da justiça social” (IAMAMOTO, 1995), ou, segundo Gomes e França (2012, p. 180), definida como “[...] uma prática de caráter tutelar exercida através da ação educativa e da viabilização da assistência e de outros serviços concretos”.

É interessante destacar aqui um breve trecho do documento “Regimento interno dos parques proletários” produzido pelo Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Social que exemplifica as ações “educativas” realizadas pelo Serviço Social nos parques proletários.

3º. Zelar pela casa, trazendo-a sempre em perfeitas condições de asseio, lavando o soalho pelo menos uma vez por semana.

5º. Juntar o lixo em recipiente que colocará nos lixeiros em hora em local certos, bem como despejar os urinóis nas latrinas, transportando-os em caixas apropriadas desde que o façam entre 8 e 19 horas.

8º. Não cuspir nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, man-

⁷O trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência Silva, de 1942, acerca da favela do Largo da Memória, uma das primeiras favelas a ter seus moradores removidos para o Parque Proletário I, sistematiza o perfil dessa população.

tendo escarradeiras em boas condições, com areia sempre renovada.

13º. Comparecer e fazer com que os de sua família compareçam quando chamados para as comemorações das datas da Pátria, da tradição cristã e para festas do Parque.

16º. Procurar por todos os meios um trabalho que garanta a subsistência decente de sua família.

17º. Não permitir residir na casa em que mora, pessoas estranhas ou de sua família que não estejam recenseadas pelo Serviço do Censo, ao ser entregue a casa.

12º. Legalizar em tempo que combinará e ajudado pela administração a sua situação conjugal perante as leis do país e religião professa, bem como se ajustar perante as leis militares e trabalhistas (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 55).

Destaca-se que o trabalho profissional do assistente social ainda se confundia com o desenvolvimento da política pública de assistência social, realizada à época. As primeiras ações do Serviço Social no âmbito da moradia popular estiveram em grande parte vinculadas às Secretarias de Bem Estar Social ou Assistência. Tal característica é presente ainda hoje. Assim, os dispositivos de controle e de disciplinamento sobre a população pobre apareceu com proeminência no trabalho dos assistentes sociais, visto como o braço do Estado nas favelas através prioritariamente das instituições de assistência e bem-estar social, a exemplo do que foi a Fundação Leão XIII.

A compreensão sobre a favela e os segmentos da classe trabalhadora que lá vivem se modificou ao longo da trajetória da profissão e da sociedade. O legado crítico do movimento de Reconceituação e as prerrogativas atuais do projeto ético-político da profissão expressam um salto de qualidade ao redefinir o compromisso explícito com os interesses dos trabalhadores, demandando ao exercício profissional a materialização de conhecimentos teóricos e metodológicos, procedimentos técnico-operativos e princípios e valores que fundamentem o trabalho e materializem tal compromisso⁸. Da mesma forma, as lutas sociais urbanas, notadamente a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, na transição à década de 1980, foram responsáveis pela construção da pauta nacional pela reforma urbana que influenciou o texto da Constituição Federal de 1988, a definição de planos diretores municipais democráticos, e a regulamentação tardia dos dispositivos constitucionais da Política Urbana através da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, marco jurídico das políticas públicas urbanas do Estado.

Todavia, nota-se que o exercício profissional nesses territórios da cidade ainda apresenta muitos desafios e alguns retrocessos na medida em que os moradores, em sua maioria negros e negras (demograficamente classificados como pretos e pardos), estão expostos cotidianamente à violência de Estado e não só das práticas dos grupos civis/paramilitares armados, que faz da favela um território cada vez mais dominado pelo uso das armas. Soma-se a essas práticas a

⁸Uma expressão desse processo de mudança pode ser evidenciada no documento do Conselho Federal de Serviço Social, elaborado em 2016, e intitulado “Atuação de assistentes sociais na política urbana”.

produção incessante e sempre renovada de formas ideológicas de associação da favela como “área de risco”, “território conflagrado”, lugar a ser “pacificado” e que influenciam as próprias políticas públicas e sua forma de pensar e planejar a relação com as favelas e seus moradores. Portanto, um dos desafios do Serviço Social no campo do conhecimento e da intervenção profissional é compreender que a favela é fundamentalmente um território racializado, com presença hegemônica da população trabalhadora negra e que, assim, a categoria analítica de raça é estruturadora da produção social do espaço urbano. O conjunto dessas práticas aprofunda a precariedade de condições de trabalho que prejudica a atuação do assistente social e sua presença no território, fundamental para a criação de laços profissionais com os moradores, construção de conhecimento teórico e prático sobre as favelas como territórios de vida e criação e não só de morte, ausência e segregação.

O início do século XXI chama a atenção às ações profissionais nas favelas: no campo da política urbana, trouxe as marcas das diretrizes das agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Tais projetos podem ser exemplificados como o programa Habitar Brasil BID, o Programa Favela Bairro, o Programa Morar Carioca, o Programa Morar Melhor, onde o componente do trabalho social, no qual se insere o assistente social, concentra-se em atingir três objetivos: “mobilização da participação e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental e, geração de trabalho e renda”. Da mesma forma, ao olharmos os eixos de ação do trabalho social nas políticas urbanas, definidos pela Portaria 464, de julho de 2018, pelo então Ministério das Cidades, são definidos: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; e desenvolvimento socioeconômico. Sem entrarmos no mérito da avaliação desses programas e dos eixos de ação do trabalho social nas políticas de habitação e saneamento, cada um deles, em suas diferentes temporalidades históricas, pressupõe ação profissional no território. Cabe, contudo, ao assistente social indagar de qual concepção de território está se partindo teórica e praticamente? Os territórios de vida ou territórios utilizados que nos ensina Santos e Silveira (2001), carregados de contradições e que, portanto, também produzem “resíduos” do e no espaço, no sentido lefebvriano (LEFEBVRE, 1991), que resistem, escapam e são irredutíveis ao disciplinamento dos corpos e das práticas, das formas de pensar e desejar, no plano da vida cotidiana e no exercício da sua superação? Ou partimos do território abstrato pensado, representado, esquadrinhado e projetado a partir dos gabinetes das secretarias de governo, de cima para baixo, sem participação da população e, muitas vezes, dos próprios profissionais que executarão as suas ações, sejam eles da carreira pública ou de equipes terceirizadas de trabalho social? Para responder tal questão é necessário aprofundar processos de investigação sobre a longa história do Serviço Social nos territórios da moradia popular e das políticas urbanas voltadas para esses territórios a fim de conhecer e, assim, divulgar e ensinar no âmbito da profissão sobre os fundamentos teóricos-metodológicos e ético-políticos dessas experiências e o quanto elas revelam de capacidade criadora do

Serviço Social, sem esquecer que essa é também uma capacidade construída coletivamente e de forma interdisciplinar, na direção da luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), partindo do “território utilizado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e de seus sujeitos.

Se historicamente o assistente social foi um dos primeiros profissionais que se aproximou das favelas e construiu reflexões sobre a mesma, atualmente este profissional pouco escreve, pouco sistematiza e publica sobre o espaço urbano e principalmente sobre favelas. É importante registrar que essa baixa produção ocorreu mesmo com a ampliação do mercado de trabalho, com a requisição de profissionais para atuar em favelas com políticas educacionais, habitacionais, de assistência social e de saneamento. É importante relacionarmos esse fenômeno aos limites estruturais impostos pelas políticas neoliberais e os processos da precarização das condições de trabalho que se expressam na ampla terceirização do trabalho social no interior das Políticas Urbana e Social, na consequente alta rotatividade das equipes profissionais e na descontinuidade e fragmentação das suas ações, na “pejotização do assistente social” (ANTUNES, 2018), levando à ausência e precarização de condições éticas e técnicas⁹ enfrentadas pelos assistentes sociais nos seus espaços sócio ocupacionais, além da violência já mencionada. Mas é necessário aprofundar tal diagnóstico para que se torne possível pensar em frentes de ação no âmbito do ensino e do exercício profissional. Outros elementos que merecem destaque na limitada produção e reflexão sobre o trabalho profissional e a questão urbana podem ser identificados na significativa ausência da temática no âmbito da formação profissional, assim como no processo de despolitização da categoria profissional, na sua base interventiva, diante das contradições impostas pela relação capital x trabalho. Esse último fenômeno evidencia que os desafios de aprofundamento do projeto ético-político do Serviço Social, na contemporaneidade, são grandes e ainda mais complexos quando articulados à defesa de um projeto societário.

Formação profissional e direito à cidade: desafios ao projeto ético-político

O Serviço Social, assim como todas as demais profissões, deve ser compreendido na contemporaneidade, a partir das metamorfoses do mundo do trabalho e da nova “morfologia do trabalho”, nos termos expressos por Antunes (2018). Assim também devem ser compreendidas as transformações na formação profissional, impactadas pela dinâmica das relações sociais capitalistas, das necessidades de reconfiguração do Estado diante da crise estrutural do capital e das implicações na luta de classes. Ou seja, o Serviço Social e a formação profissional não pairam e nem mesmo têm independência das relações sociais capitalistas, ao contrário, como afirma Iamamoto (1995), o grande avanço de nossa profissão foi reconhecer que a história é o chão de nosso fazer profissional.

⁹O Conselho Federal de Serviço Social publicou em 2006 a resolução de número 493 que dispõe sobre as Condições Éticas e Técnicas do exercício profissional de assistentes sociais. Para mais informações ver: www.cfess.org.br

Diante das reflexões até aqui expostas, três elementos se colocam como fundamentais para o direcionamento social do fazer profissional dos assistentes sociais no sentido de contribuir para a luta ao direito à cidade dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. O primeiro é o reconhecimento de que as contradições capital x trabalho, impostas pelo sistema capitalista, definem um lugar de classe aos assistentes sociais, o que deveria implicar, para os assistentes sociais, no seu reconhecimento como trabalhadores; o segundo elemento se refere ao desafio de inserir na formação profissional o debate qualificado e transversalizado sobre o direito à terra e seu papel fundamental na lógica do desenvolvimento capitalista, o que implica no debate aprofundado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como fundamento para o desenvolvimento territorial desigual, nos termos de Harvey (2006), dando origem à questão urbana; terceiro, a compreensão que o projeto ético-político do Serviço Social não está dado e não tem independência frente às relações sociais, o que implica no reconhecimento de que deve ser construído e legitimado pela orientação política do fazer profissional e pelo compromisso de classe da categoria.

É nessa perspectiva que compreendemos que a formação profissional desempenha papel central para o compromisso ético-político dos assistentes sociais. Por isso, refletir sobre as imposições do projeto do capital, através dos organismos internacionais como Banco Mundial (BIRD), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), nas diretrizes educacionais implementadas a partir do Consenso de Washington (1999) e do Processo de Bolonha (1999). Um projeto educacional homogeneizado, massificado, que impõe o aligeiramento da formação (com a redução de carga horária dos currículos), a certificação em larga escala (que difunde o ensino à distância/EaD), a mercantilização do ensino superior como uma das estratégias na tentativa de recuperar os patamares de lucro do capital.

Nesse sentido, compreendemos que a formação profissional deve incorporar o debate sobre a produção social do espaço e da questão urbana de forma articulada ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, como dimensões determinadas e determinantes desse processo, a partir do debate sobre a função social da terra. Além de reconhecer que o debate do direito à cidade implica reconhecer os sujeitos sociais e políticos da classe trabalhadora e seus territórios de moradia. Para o qual se faz fundamental o desvelamento das novas formas de vilipêndio do valor do trabalho, desde as diferentes dimensões da superexploração da força de trabalho na formalidade e na informalidade até as novas e atuais formas de trabalho análogo ao escravo cada vez mais presentes nas cidades.

Por isso, partilhando da análise de que a cidade é fruto da lógica do desenvolvimento capitalista desigual e combinado e que a sociedade é dividida em classes, tendo na propriedade privada o centro da manutenção do poder e da segregação social, comprehende-se como importante para explicar a lógica cotidiana construída na favela o estudo das diferentes dimensões da vida cotidiana,

como ensina Martins (2009).

Silva e Barbosa (2005) afirmam que as favelas são vistas como espaço da ausência, da precariedade e da falta de recursos. Nesse sentido passam a ser consideradas uma “cidade” à parte da cidade formal. Um espaço que se constitui com regras próprias, no qual o Estado não pode intervir. Considerada pelo senso comum como espaço da prostituição, da vagabundagem, da malandragem e da desordem, seus moradores acabam sendo colocados em uma posição de não-sujeitos e não-cidadãos¹⁰.

Essa imagem construída histórica e culturalmente sobre as favelas cariocas, contribui para a reprodução de estigmas e estereótipos que acabam por afastar seus moradores das oportunidades, serviços e direitos que a cidade oferece aos seus habitantes. Como afirma Paulo Lins, no prefácio do livro “Favela - alegria e dor na cidade”, de Silva e Barbosa (2005), “A favela sofre, ainda, os mesmos males e preconceitos presentes desde a época de seu aparecimento no jogo político de uma sociedade outrora escravista e, agora, racista e egoísta”.

Os estigmas e estereótipos que norteiam as análises e também alguns estudos sobre as favelas direcionam a relação entre poder público e moradores residentes nas favelas. Ao mesmo tempo, influenciados e às vezes até mesmo “formados” por uma visão estereotipada, os assistentes sociais balizam suas intervenções profissionais na lógica construída pelo senso comum a partir da massificação dos meios de comunicação de que as favelas são o local da violência.

A conjugação entre produção de estigmas, formação profissional precária, ausência de formação continuada fragiliza a orientação da ação profissional para a mediação de direitos e o combate às formas de preconceito e opressão, que acabam por gerar mais negação e violação de direitos.

Nesse sentido, compreendemos que a luta pelo direito à cidade, que não será uma concessão do capital, mas parte da luta de classes, deve estar no horizonte do fazer profissional dos assistentes sociais. Não só por se tratar de uma área que demanda políticas públicas, nas quais estamos inseridos profissionalmente, mas, sobretudo, porque o atual estágio do desenvolvimento capitalista exige reações organizadas no espaço da cidade, não apenas no âmbito da resistência, mas essencialmente para a construção cotidiana de um projeto alternativo ao hegemonizado pelo capital para a divisão territorial desigual do espaço e suas manifestações urbana e rural, no sentido da criação de uma nova práxis emancipadora do e no espaço.

Segundo Haesbaert (2006, p. 16), o território é analisado em uma perspectiva “intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”. Assim, o território é concomitantemente produto e produtor das relações sociais, expressando contradições, disputas, tensões e resistências. Essas disputas e tensões são a expressão da questão urbana, portanto a expressão das lutas sociais em curso. Nesse sentido, compreende-

¹⁰Entendendo como Cidadão o ser da cidade, da polis, que pode usufruir de todos os espaços, serviços e direitos.

mos que tratar da questão urbana nos marcos da luta pelo direito à cidade¹¹, se coloca como prerrogativa para a compreensão das diferentes dimensões históricas e espaciais da vida cotidiana, na cidade, das disputas em torno dos direitos sociais e das políticas públicas conquistadas pelos trabalhadores.

Para o Serviço Social pensar a questão urbana e o direito à cidade não como “temas”, mas como dimensões estruturadoras da vida social é uma tarefa imperativa. A classe trabalhadora encontra-se hoje majoritariamente em territórios urbanos, sendo neste local onde os assistentes sociais estão inseridos profissionalmente. A questão urbana e a construção capitalista das cidades engendram conflitos cotidianos, tornando o binômio cidade/fenômeno urbano o lócus e a matéria fundamental das lutas sociais.

A formação pode proporcionar a apreensão da dinâmica do real, possuir natureza generalista, estar articulada às camadas exploradas da sociedade e suas formas de luta e organização. Assim, a formação profissional deve estar aliada aos princípios presentes no Código de Ética e nas indicações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que constituem a resistência no âmbito da formação. Frente aos avanços do conservadorismo e da ofensiva neoliberal, faz-se imperativo o fortalecimento do atual projeto ético-político que depende, como afirma Duriguetto (2014), do avanço da luta das classes subalternas e da vontade majoritária do corpo profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

CARDOSO, I. C. C. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, J. V. (Org.). **Habitação e Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2018.

DARLAN, A. 5,2 milhões de desempregados procuram trabalho há mais de 1 ano, aponta IBGE. **G1.Globo.Com**, 16 maio 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/52-milhoes-de-desempregados-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge>>

¹¹ Nos termos de Lefebvre, “O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 135). Assim, o direito à cidade não é uma agenda reformista, mas antes uma tarefa da práxis emancipadora do ser social, que nos convoca a partir do tempo presente a pensar e a elaborar as estratégias de sua experimentação e criação, pois “o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, a centralidade renovada, aos locais de encontro e trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permite o uso pleno e inteiro desses momentos e locais,, etc). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária” (LEFEBVRE, 2001,p. 143).

dos-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2019.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990. In: _____. **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

GOMES, M. de F. C. M.; FRANÇA, B. A. SAGMACS, Serviço Social e **favelas cariocas**: referência e/ou produto de um contexto histórico? In: MELLO, M. A. da S. et al. Favelas cariocas. Ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Anna-blume, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização** - do "fim dos territórios" a multiterritorialização. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** - Ensaios críticos. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitc, 1980.

_____. **Fronteira** - a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARX, K. Debates sobre a lei referente ao furto de madeira. In: _____. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. A chamada acumulação primitiva. In: _____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017a. cap. 24.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017b. cap. 23.

MARX, M. **Cidade no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

PRIETO, G. F. T. Sob o império da grilagem. Os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis**, São Paulo, n. 8, p. 1-18, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Isabel/Downloads/terrabrasilis-2137%20(2).pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, M. H. do N. e. **Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela**. 1942. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Social, Prefeitura do Distrito Federal/Secretaria Geral de Saúde e Assistência, Rio de Janeiro, 1942.

SILVA, J. de S. et al. (Org.). **O que é Favela, Afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. 53 folhas.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **Favela** - alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, X Brasil, 2005.

VALLA, V. V. **Educação e favela**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAPÍTULO IV

A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À REFORMA AGRÁRIA

Douglas Ribeiro Barboza (UFF)
Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza (UFF)
Maria das Graças O. P. Lustosa (UFF)
Raquel Santos Sant'Ana (UNESP)

Introdução

Pesquisar a questão agrária no Brasil requer considerarmos a complexidade da nossa formação sócio-histórica, que vai aprovisionar à luta de classes uma dinâmica particular, especialmente pelas características da consolidação do capitalismo no país e da formação das classes urbanas, afinadas em seu surgimento com os setores dominantes rurais. Será a particularidade da formação social brasileira, constituída pelo sello rural, que nos ajudará a compreender o Estado como agente da prática legal da violência contra os pobres, utilizando de ideologias capazes de justificar toda ação coercitiva em nome da propriedade privada.

Na apreensão de processos de transição “não clássica” para o capitalismo (ou seja, processos que não seguiram as formas de transição ocorridas nas revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII) pode-se utilizar dois importantes conceitos elaborados no âmbito da tradição marxista. O primeiro refere-se à perspectiva trazida por Lenin denominada de “via prussiana”, a qual serve, sobretudo, para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, em que, na nova ordem fundada pelo capital, conservam-se claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extraeconômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais. O segundo refere-se à noção de “revolução passiva” elaborada no interior do pensamento de Antonio Gramsci, que se refere a processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista.

A partir da fundamentação em tais conceitos, Coutinho (2005) nos revela um importante norte para direcionar as análises da especificidade brasileira em relação as vias “não clássicas” de transição para o capitalismo. Enquanto na Alemanha, a solução “prussiana” para a unificação nacional é precedida pela solução igualmente “prussiana” da questão agrária, e na Itália as duas questões são simultaneamente resolvidas “passivamente”, o caso brasileiro revela uma lógica diversa. Aqui, a solução “pelo alto” da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução “prussiana” da modernização agrária: a “revolução passiva” iniciada com a Independência e consolidada com o golpe da Maioridade conservou a grande exploração rural e o domínio político

dos proprietários de terras e da população escravizada, e, desta forma, acabou preparando o desfecho “prussiano” para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno quando as potencialidades das relações escravistas de trabalho se esgotam. Nesse sentido, “ambos os movimentos foram importantes degraus na lenta e “não clássica” marcha do Brasil para o capitalismo, deixando ademais profundas marcas em nosso presente” (Ibidem, 2005, p. 234).

O mundo rural revela o peso da violência do Estado como marca do capitalismo dependente, avançando sobre os direitos dos trabalhadores, incorporando e superando formas de exploração pré-capitalistas e suas ideologias de conservação que responsabilizam o trabalhador rural explorado pela sua condição social e econômica. No processo de construção de nossa formação social, as rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem”, desagregando e desorganizando seus movimentos de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação, cuja aspiração se resumisse em obedecer à constituição e às leis. O poder econômico latifundiário precisava de ordem e tranquilidade para os seus negócios. Necessitava de um cenário onde as diversas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais não fossem empecilho para que minorias dominantes e suas sucessivas gerações conseguissem escamotear os direitos das “multidões” castradas e sangradas, sem que com isso levassem-nas ao desespero.

Assim, sob brutal violação dos direitos humanos, emerge a questão agrária no Brasil, reveladora do conflito Capital x Trabalho no campo, impondo grande concentração fundiária e miséria aos trabalhadores rurais, arrancando da terra aqueles que dela vivem e trabalham. Um padrão de “modernização agrária” onde a função pública do Estado na regulação da propriedade fundiária tem seus elos com o mercado cada vez mais acirrados ao longo da história da formação social brasileira. As controvérsias sobre os direitos dos trabalhadores na sociedade burguesa - os quais, em sua essência, advêm do desenvolvimento das relações de produção capitalistas – tonam-se mais evidentes nessas particularidades sócio-históricas, as quais foram concebidas por Florestan Fernandes como capitalismo subserviente¹. Essa lógica de relações entre o capital, o trabalho e o Estado delineiam formas diferenciadas e desiguais na apropriação, exploração e extração de riquezas, a despeito das condições precárias de produção e de reprodução de expressivos segmentos de trabalhadores rurais. Tal condição também serve para definir a proletarização e a escravidão moderna como alternativas aos homens e mulheres do campo. Num processo de incorporação

¹ Florestan Fernandes, em sua análise sobre os padrões de dominação externa sobre o capitalismo dependente em países da América Latina, chamou atenção para os tipos de dominação externa de países hegemônicos sobre o colonialismo, segundo o qual se trata de uma “[...] tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional [...] controlada a partir de fora”. Essas formas de dominação hoje se ampliam, para além da concepção de subserviência, que não se esgota na ordem do capital. No capitalismo mundializado esses elos se aprofundam no domínio da propriedade (FERNANDES, 1981, p. 12).

e superação de relações de produção pretéritas, a violência vem crescendo no campo como fruto do aprofundamento de formas históricas de dominação reiteradas pela violência institucional e negação de direitos políticos e sociais a esta população, especialmente representada por mulheres, pobres, negros(as), analfabetos(as), cujo direito ao voto só é adquirido no Brasil em 1934. Guimarães criticou de forma contundente a longa história desse regime de propriedade da terra no Brasil, quando nos séculos XV e XVI emergia a gênese da formação da propriedade. Para ele, nascia ali o germe de um regime de domínio econômico e político da classe rica sobre os pobres, traduzido pela apropriação desigual de “[...] grandes extensões territoriais entregues aos senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas” (GUIMARÃES, 1989, p. 46).

Durante décadas os trabalhadores se organizaram no país em resposta à questão agrária, cobrando a implementação da reforma agrária no campo, na luta por direitos trabalhistas da população rural e por acesso aos recursos naturais, como terra para o plantio e água. O presente artigo pretende demonstrar como o Estado brasileiro serviu historicamente como agente privilegiado na defesa dos interesses dos proprietários; ou seja, como a superestrutura política e jurídica integrante do modo de produção capitalista opera nos diferentes setores e relações de produção - base de origem dos direitos sociais e humanos na sociedade burguesa -, frente aos antagonismos implicados nessas relações com vistas à garantia de condições à sua própria reprodução. Além do fomento à estruturação do capital, constitui-se como um espaço de manutenção da base material e objetiva desse modo de produção, especialmente, na garantia das condições para a “[...] extração de trabalho excedente [...]” (MÉSZÁROS apud PANIAGO, 2012, p. 82-83), e, no cômputo particular, o direito à propriedade. De modo inverso, Esse Estado atua diretamente no aprofundamento da concentração fundiária, a despeito dos rumos dos governos em suas relações com as classes sociais, onde o empobrecimento do campo, o agravamento dos conflitos agrários, em décadas recentes, aponta para um fenômeno: o abandono da pauta histórica da reforma agrária. A posição privilegiada que ocupa o agronegócio e a bancada ruralista na relação Estado-sociedade civil demonstra que as contradições do mundo rural avançam para a cidade como estratégia de disputa hegemônica dos setores dominantes.

Breve histórico da luta pela reforma agrária no país

A defesa da reforma agrária no país não viceja sem que haja críticas das classes dominantes, reunidas de forma multiorganizacional no Brasil, com vistas a fortalecer processos de resistência pujantes contra a luta dos trabalhadores em prol desta política. Desta forma, estes setores não medem esforços para que a luta pelo acesso à terra no Brasil (e seus combatentes) caiam na ilegalidade, operando um histórico processo de criminalização dos movimentos campesinos. O patronato rural segue associado na construção do interesse de todos acima dos interesses das frações, com a exigência de um Estado provedor e protetor para o fortalecimento do mercado e da propriedade da terra como

direitos absolutos, trazendo um discurso da solidariedade entre as classes sociais no campo e imprimindo a violência como prática de classe (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012).

Neste sentido, organiza-se o agronegócio no Brasil, à revelia dos direitos sociais e humanos de milhares de trabalhadores rurais, atacados na sua diversidade pelas características das atividades produtivas com a força de trabalho familiar (quebradeiras de coco de babaçu, castanheiros, seringueiros, lavradores, colonos, pequenos agricultores, sertanejos, meeiros, assentados); pela condição social e histórica sem definição de propriedade (quilombolas, posseiros, agregados, rendeiros, meeiros, sem-terra, acampados); pela localização geográfica e residencial (ribeirinhos, faxinlaenses, extrativistas, cizaleiros, fundo de pasto); pela condição de assalariados temporários e avulsos que moram na terra (diaristas, vaqueiros, e peões); incluindo as comunidades indígenas (BOGO, 2008). Considerando a diversidade de homens e mulheres trabalhadores (as) do campo no Brasil, podemos identificar que a luta pela terra é muito mais antiga que a reforma agrária e que sua organicidade ajudou a construir elementos de resistência de uma reação política capaz de definir projetos de reforma agrária a serem implementados como política pública pelo Estado brasileiro. Resistências construídas pelo povo negro, pelas populações tradicionais e camponesas, que em suas diversas denominações, ao longo da formação brasileira, contestaram o poder do latifúndio e a propriedade privada da terra.

Como fruto do acúmulo de experiências de luta pela terra, organizadas nos sindicatos rurais e nas Ligas Camponesas (em 1946), a bancada do PCB apresentou uma proposta considerada a primeira Lei de Reforma Agrária ampla, com discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte pelo senador Luiz Carlos Prestes, em que está presente a denúncia da alta concentração fundiária no Brasil. Na época, o censo de 1940 publicizava a realidade em que pouco mais de 1% dos habitantes do campo eram donos de 2/3 da área total das propriedades rurais. Em 1954, o projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB/SP), destacava a preocupação em “dar combate ao latifúndio e ao minifúndio”, através de medidas que evitassem que o pequeno proprietário rural se proletarizasse, e destacava as condições em que poderia se realizar o processo de expropriação das terras, definindo os termos da indenização aos proprietários de terras.

Entre os anos de 1961 e 1962, a proposta da Igreja católica conservadora é contundente na *conotação criminosa* conferida aos socialistas e comunistas que “recusam ao homem a propriedade da terra”. No ano seguinte (1963), o Deputado Leonel Brizola e outros deputados da frente parlamentar nacionalista apresentam uma proposta de reforma agrária, em que definem como objetivos a criação de meios de acesso à terra própria aos trabalhadores rurais e *às pessoas capacitadas a explorá-la*. Em março de 1964, no Comício da Central do Brasil, o presidente João Goulart anuncia perante um público de mais de 200 mil pessoas que enviaria ao Congresso Nacional um projeto de Lei de Reforma Agrária que previa o estabelecimento do tamanho máximo de mil hectares para a propriedade rural e a consequente desapropriação de todas as fazendas acima

deste limite, ao longo de 10 quilômetros das margens das estradas federais para a propriedade rural (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004). Tal projeto representou uma tentativa de reforma agrária clássica no Brasil, com vistas a uma desapropriação e distribuição massiva de terras para fortalecimento do mercado interno, expressando um projeto organizado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado. É importante lembrar que, a partir da segunda metade do século XX, as burguesias nacionais dos países centrais, temendo novas revoluções socialistas, aceitaram negociar reformas junto ao proletariado. Na particularidade brasileira, a ameaça comunista foi respondida com ditadura e repressão às lutas sociais, a exemplo da extinção das Ligas Camponesas em 1964 (ARCARY, 2011).

Neste período ocorre o que se convencionou chamar de “modernização dolorosa” (ou “modernização conservadora”), onde a ênfase no aumento da produtividade vai ser buscada pela modificação da base técnica da agricultura. Com isto ocorre um amplo processo de modernização agrícola com intensa utilização de maquinário pesado, insumos químicos e venenos para a viabilização de produção monocultural em larga escala. Enquanto milhares de camponeses se endividavam com os pacotes tecnológicos oferecidos pelo próprio Estado em parceria com os bancos - e, com isto, perdiam suas terras -, os grandes proprietários se fartavam com a política de crédito rural que os beneficiavam com juros baixos e remontagem de dívidas. Durante o regime empresarial militar, seguiram-se vinte anos de expulsão da população do campo, e, como contraponto, a priorização de programas de colonização, com distribuição das terras públicas na fronteira da Amazônia Legal para os camponeses sem-terra, grandes fazendeiros e empresas capitalistas do Centro Sul (STÉDILE, 2012). Ou seja, a reforma agrária é inaugurada de forma pontual, com o intuito de arrefecer os conflitos sociais no campo e evitar as reações mais vigorosas dos camponeses. Posteriormente, tal artifício foi arrebatado pela forte ebulação dos movimentos sociais no campo entre 1979-1983, com muitas lutas dos posseiros da Amazônia e o ressurgimento da luta pela terra em todo o território nacional de forma massiva.

A grande urbanização na periferia do capitalismo, o aumento da produção agrícola com introdução de tecnologias modernas - ainda que absurdamente contrárias a soberania alimentar -, a queda do socialismo real, a ascensão do neoliberalismo, bem como a expansão dos conglomerados do *agrobusiness* global foram construindo de forma orquestrada a formação da opinião pública em relação à redistribuição fundiária. Em reação a este processo, um novo ciclo de lutas por terra surgiu com força, no início da década de 1980, especialmente na região Sul do país, com o apoio de uma rede progressista no meio religioso e a assistência de vários sindicatos de trabalhadores rurais, num cenário de intensa modernização agrícola, crescentes demandas na sociedade civil pela restauração da democracia e o declínio gradual do regime militar. Este foi o processo de instituição formal do MST que ocorre em nível nacional em janeiro de 1984².

²Desde a sua origem, o Movimento tem desenvolvido uma sofisticada organização popular, com presença em quase todo o território nacional, com um número estimado de 1,14 milhão de membros, mais de 2.000

Um ano depois, o país testemunha a inauguração de um novo governo civil, sob a promessa de executar um amplo programa de reforma agrária.

Os movimentos populares de luta pela terra (a exemplo das Ligas Camponesas, extinta pela ditadura empresarial militar), os sindicatos do campo e seus dirigentes (constantemente perseguidos pelas forças policiais do Estado) foram vingados pelo reaparecimento dos movimentos de luta pela terra neste período. Em 1979, a CONTAG realizou seu 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em que se reivindicava que a reforma agrária não fosse compreendida apenas como processo de colonização, mas como um conjunto de medidas que deveriam buscar promover uma melhor distribuição da terra, através da alteração no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Em 1984, o MST definia o seu Programa de Reforma Agrária, explicitando a identidade extremamente heterogênea do trabalhador rural: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários, pequenos proprietários com menos de 5 hectares, tomando como princípios gerais a luta por uma sociedade igualitária, definindo claramente a busca pelo fim do capitalismo.

No ano de 1985, a eleição de Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral marcou o fim da ditadura civil militar e o novo período de governos civis, quando é criado o Ministério da Reforma Agrária. Com sua morte, ascende ao poder José Sarney, que lança em 1986 o 1º Plano nacional de Reforma Agrária; mesmo com metas modestas de assentar 1000 famílias, ao final do seu mandato executa apenas 1% da meta proposta³.

Foi na década de 1990 que ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, estando o MST à frente desse processo. Também nesta época corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador através do agronegócio que aglutina, com pesos diferenciados, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico (FERNANDES, 2008). O período de 1990 e 1991 foi emblemático para os trabalhadores rurais, visto que se tornaram ainda mais evidentes as consequências da chamada “Revolução verde” (que fora introduzida no Brasil nos

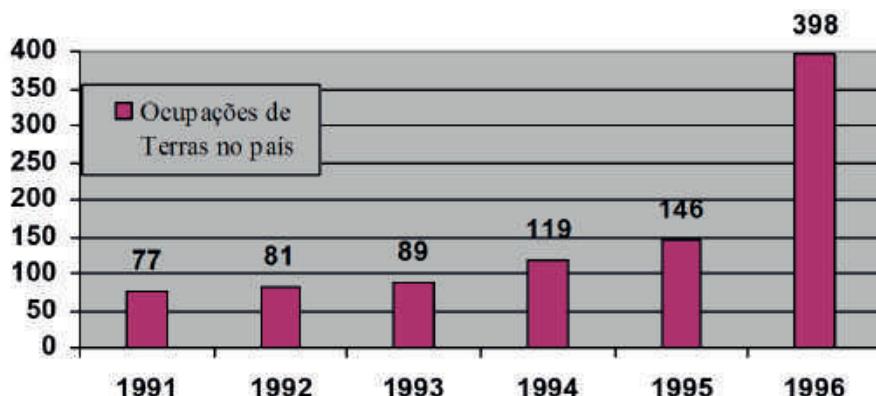
assentamentos agrícolas, uma rede de 1.800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias. Entre 1985 e 2006 o MST pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça. Após meados da década de 1990, o Movimento ganhou fama nacional como um dos principais críticos das políticas neoliberais e constituiu-se em uma vigorosa voz em defesa dos setores mais despossuídos do Brasil (CARTER, 2010, p. 39).

³Entre 1985 e 1986 diante da pressão popular por um projeto democratizante, a “Nova República” não tinha como recuar fazendo aparecer nesse contexto o Plano Cruzado do Ministro Dílson Funaro e o *I Plano Nacional de Reforma Agrária*. O plano, que não fora implementado, destinava-se a conter a violência que era alarmante no campo, fazendo vítima dezenas de trabalhadores cuja morte era legitimada pelo rótulo de invasores da propriedade privada, ao mesmo tempo em que também crescia no campo a capacidade de organização e mobilização. Embora o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (2003-2006) tenha apresentado elementos de reforma agrária clássica, esta política social no Brasil não passou de desapropriações pontuais, oriundas das pressões dos movimentos sociais. A este processo seguiu-se programas de colonização da Amazônia que não promoveram alteração na concentração da propriedade da terra no Brasil, que, ao contrário se intensificou com o processo de desnacionalização para o capital internacional num evidente movimento do capital contra a reforma agrária.

anos 50 e 60) que deu direcionamento a modernização implantada que criou a dependência de sementes geneticamente modificadas e do uso de produtos químicos em larga escala. Neste contexto a agricultura camponesa esteve abandonada, sem subsídios, sem créditos acessíveis, o que se traduziu na dificuldade em organizar a produção com autonomia⁴.

Apesar das promessas do governo Collor de Mello (1990-1992), a reforma agrária não saiu do papel, realizando ao todo apenas 8 desapropriações, uma delas em Marabá (PA), outras três em Bataiporã (MS). Outras três foram áreas cujo decreto de desapropriação assinados por Sarney caducaram. Esta postura do governo perante a reforma agrária foi expressão do “receituário da dependência” assumido em seu governo, diante do compromisso com a política econômica do FMI que previa: a desvalorização da moeda local; a diminuição dos gastos governamentais em serviços públicos; o controle sobre os salários; a redução do controle sobre o comércio e o câmbio internacional; a restrição ao crédito local e a redução da intervenção do Estado na economia (CPT NACIONAL, 1991)⁵. Mesmo diante da dura repressão, as ocupações de terra aumentam de forma significativa a partir do ano de 1991, alcançando a marca de 398 ocupações no ano de 1996.

Gráfico 1 - Comparativo das ocupações 1991-1996 (número de casos)



Fonte: CPT, Conflitos no campo, Brasil, 1996, Goiânia, junho de 1997. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/254-conflitos-no-campo-brasil-1996>>. Acesso em: 24 maio 2019.

⁴O acirramento da questão social no campo, o aumento das desigualdades regionais e do distanciamento entre os pobres e ricos colocava em xeque as promessas de desenvolvimento. Este contexto gerou o aumento das lutas sociais nas décadas de 1970 e 1980.

⁵Um exemplo paradigmático aconteceu no ano de 1991, no Paraná. No conflito da Fazenda Santana, município do Campo Bonito, o advogado da fazenda desafiou o governo dizendo que se este não autorizasse a polícia a fazer o despejo, os próprios fazendeiros o fariam utilizando homens armados, que eram apoiados pela UDR e pela Sociedade Rural. Os jornais A folha de Londrina e o Estado do Paraná publicaram na época o pronunciamento de Ernesto Hauer, presidente do sindicato Rural Patronal de Ribeirão do Pinhal: “O *mercado da segurança está inflacionado em Ribeirão Pinhal. O salário de um pistoleiro, livre de casa e comida é de 110 mil cruzeiros. Quem é que aguenta manter esse pessoal que vem de fora em plena colheita de café?*” (Folha de Londrina 27/08/91 e O Estado do Paraná, 27/08/91 apud CPT Nacional, 1991).

Entre os anos de 1989 e 1991 conforma-se um novo período histórico, marcado por uma nova fase do capitalismo em nível mundial, afastando-se crescentemente dos padrões do Estado de Bem-Estar Social e retirando direitos sociais, econômicos e laborais dos trabalhadores através do ajuste neoliberal dos anos 1990 e, no contexto mais recente, do endividamento dos estados nacionais provenientes de políticas de auxílio estatal às quebras de bancos e empresas abertas pela crise mundial de 2008 (FERNANDES, 2008). As determinações sociais, econômicas e políticas embutidas nessas relações classistas acenam complexidades à realidade dos trabalhadores rurais, como o aumento significativo de conflitos de terras, cujas disputas por recursos naturais com latifundiários não se reduzem à terra, mas, inclui minérios, vegetação, água etc⁶.

Em 2003 assume a presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores e permanece no poder até 2011, quando é substituído também por uma candidata do seu partido, Dilma Rousseff. Ainda que o partido historicamente tenha defendido a Reforma agrária, quando sobe ao poder, Lula o faz através de um arranjo político muito conservador. Com isto, as possibilidades concretas de dar um redirecionamento a democratização do acesso a terra estão praticamente esvaziadas, aliás, pelo contrário, a grande ênfase de seu governo será para o agronegócio. Ainda que, neste período, diversas políticas públicas tenham sido criadas e tenha sido lançado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, em quase nada se alterou as bases fundiárias do país. Ainda assim, o governo Dilma não consegue se manter no poder e, em 2016, a partir de um golpe institucional midiático, a presidente é deposta.

Enquanto isto, porém, a luta pela terra segue sendo realizadas por milhares de sujeitos sem terra ao longo do país. O MST aprova, no V Congresso Nacional do Movimento (2007), a sua proposta de Reforma agrária e depois a complementa em 2012 com proposições feitas pelo setor de produção nacional. Neste documento estão definidos alguns objetivos: eliminar a pobreza no campo, combater todas as formas de exploração dos camponeses, garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, garantir soberania alimentar para toda a população brasileira, garantir a participação igualitária para todas as mulheres que vivem no campo, preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, estimulando a permanência no campo.

Na atualidade, o MST segue defendendo sua proposta de *reforma agrária popular* que busca a construção de “um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio” (MST, 2016). Este modelo irá buscar a produção agroecológica como alternativa para a vida no campo, com produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo, com vistas ao desen-

⁶Tais conflitos resultam em agravos nos níveis de desigualdades sociais, além de processos de superexploração da força de trabalho. Como mostra Oliveira, no ano de 2015 ocorreram 1.217 conflitos no campo, sendo em média mais de três conflitos agrários por dia, envolvendo mais de 816 mil pessoas (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

volvimento do país. Cabe analisarmos, a partir da dinâmica da luta de classes no Brasil, as reais possibilidades de colocarmos em marcha este projeto frente às investidas do agronegócio, que ganha atuação expressiva inclusive via educação, atuando sob os aparelhos privados de hegemonia, sendo a escola o espaço privilegiado.

Diversos movimentos sociais do campo articulados à Via Campesina - como o MST, o Movimento das Comunidades Quilombolas e o Movimento dos Pescadores do Brasil, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - estão reunidos na defesa da Reforma Agrária Popular, compreendida como processos de distribuição massiva de terras a camponeses, especialmente em momentos de mudanças de poder, onde se constitui uma aliança entre governos de natureza popular e os camponeses. Cabe a nós a análise da realidade brasileira e os limites à implementação de uma reforma agrária de tipo popular no Brasil, considerando o processo de financeirização da economia que organiza a vida social desde a década de 1970.

:

A relação campo-cidade e os desafios contemporâneos à luta pela terra: entre o acesso à terra e o direito à vida

Seguindo a linha de Caio Prado Jr., podemos afirmar que as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm, ao contrário, contribuído para ele. Muitas vezes, “o negócio” da agricultura se mantém graças aos baixos padrões de vida dos trabalhadores e ao reduzido custo da mão de obra que emprega⁷. Em sua análise sobre a “revolução brasileira”, Prado identificou que a gênese da economia agrária foi uma base importante para a transição do padrão de economia agroexportadora na direção ao modelo capitalista brasileiro. Uma das particularidades fundamentais à configuração da questão agrária na formação social do Brasil foi o fato de que no país não houve o modo de produção baseado no feudalismo, visto que a exploração da grande propriedade já se iniciara com base na exploração comercial em grande escala. Ou seja, a base histórica desse modelo de desenvolvimento não se fundamentou na economia camponesa, a qual exigia o parcelamento da terra como a questão central. No Brasil esse processo ocorreu diferente da forma clássica do modelo europeu, no qual o desenvolvimento ocorreria na transição entre os modos de produção: feudalismo para o capitalismo (PRADO JR., 2004, p. 35-39).

⁷É importante ressaltar que, quase um século após a extinção da escravidão negra por lei no Brasil, comprava-se e vendia-se escravos. Em 1970, cerca de 500 trabalhadores foram libertados de uma fazenda no norte de Mato Grosso, sendo 50 menores de idade. Em 1984, foram encontrados 160 peões escravizados numa fazenda da periferia do Rio de Janeiro, entre os quais podíamos encontrar dezenas de menores de idade. Em dados levantados por José de Souza Martins, “*Numa das fazendas foram encontradas quarenta e seis mil balas*” (MARTINS, 1986, p. 41). Importante dizer que em alguns casos os documentos, contratos e carteiras de trabalho, quando existiam, eram recolhidos antes da chegada à fazenda e destruídos. Colocava-se em prática, desta maneira, uma execução simbólica do princípio da igualdade civil e do princípio do contrato, mesmo nos termos liberais. Naquele momento, morria o trabalhador como cidadão e nascia um novo escravo. O débito era o principal mecanismo de escravidão destes trabalhadores que legitimava a violenta repressão.

A queda dos preços dos seus excedentes agrícolas é fatal a este trabalhador que tem reduzida a sua capacidade de compra daqueles artigos que complementam sua subsistência e que não pode produzir diretamente. Este trabalhador sofre diretamente os efeitos sociais de calamidades pequenas e grandes - como as doenças e as secas - exigindo que o camponês viva no limite entre ficar e partir definitivamente (MARTINS, 1988, p. 52-53). Na medida em que o salário, para o migrante, só complementa a sua reprodução e a de sua família como força de trabalho, o migrante, se recria como operário para o capital, mantendo-se pronto para o trabalho novamente.

A migração antes do término do ciclo agrícola e a substituição do camponês pela mulher e pelas crianças constituem a melhor expressão de que o capital, por esse meio, invade o próprio núcleo da produção camponesa, retirando dela os seus trabalhadores de maior vitalidade e forçando a entrada prematura de crianças na produção agrícola. E essa é a produção que garantirá a subsistência e reprodução do migrante, não só como camponês, mas como operário para o capital (Ibid., p. 54).

Na análise que Marx realiza sobre o processo de produção como processo de produção de mais-valia e de capital, o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente são momentos do mesmo processo. Porém, na realidade apresentada por Martins (ibid.), percebemos que a linha divisória desses dois tempos deixa de ser *invisível* ao senso comum e passa a apresentar-se, em grande parte, de forma *visível*. No entanto, este visível é, ao mesmo tempo, *falso*, quando:

[...] ilusoriamente, os trabalhadores migrantes sentem repulsa pelas relações de trabalho capitalistas, que são as que encontram na fazenda e na fábrica, alegando que desconhecem o destino do seu produto, que não conhecem o patrão, que não dominam o conjunto das relações em que, intuitivamente, sabem que estão mergulhados. Ao mesmo tempo valorizam as relações pessoais que têm no campo, quando lá estão, valorizam o conhecimento do que produzem e do destino do que produzem. Mas aquilo que veem é apenas aparente. Pensam que o produto do seu trabalho agrícola e de sua família é o feijão, o milho, o porco, o alimento. Na verdade, a partir do momento em que se tornam migrantes temporários, a produção real da família camponesa é a força de trabalho barata que vai alimentar a produção e reprodução do capital nas fazendas de café, de cana, da construção civil na indústria (MARTINS, 1988, p. 57).

Esta condição cria uma alienação singular neste operário que se recria como camponês para ser operário, na medida em que a destruição dos laços familiares, a incorporação crescente da criança ao trabalho produtivo, a doença, a pobreza e o analfabetismo não aparecem como resultados da exploração do trabalho pelo capital, mas como insuficiências do trabalho agrícola, como pro-

duto da própria condição camponesa⁸.

De acordo com Bogo (2008), outro elemento a ser destacado no processo violento de superexploração capitalista que avança na destruição da identidade de classe é a questão da perda da soberania alimentar. O autor denuncia que, em nossa sociedade, as empresas negligenciam que trabalhador rural representa mais do que uma profissão, quando, essencialmente, trata-se de uma cultura em que se entrelaçam práticas e sentimentos que dão identidade ao trabalho do homem rural que há anos produz alimentos (Ibid., p. 77). Por sua vez, pesquisas destacam que a produção de alimentos, no limite, é uma ação desprezada no Brasil; melhor dizendo, “[...] deixou de ser prioridade nacional, e passou a ser mercadoria onde quer que ela seja produzida” (OLIVEIRA, 2012, p. 6). Neste sentido, é importante ressaltar também as formas desiguais nos processos de produção, desde o tamanho da terra, as técnicas e as tecnologias disponíveis. Como nos mostra o último Censo agropecuário, a ocupação do território brasileiro por grandes propriedades com mais de mil hectares passou a dominar, pois detém 47,5% das terras para produção agrícola, enquanto os estabelecimentos menores, de cem até mil hectares, reduziram sua participação de 33,8% para 32%⁹. Nessa modernização da agricultura, detecta-se avanços das tecnologias, mecanização mas, também, efeitos devastadores sobre o mundo do trabalho, como redução da força de trabalho, precarização, terceirização do trabalho, e a superexploração deste”¹⁰.

Desta forma, os trabalhadores do campo perdem sua identidade, e a utopia e cultura camponesas entram em colapso através do forte processo de manipulação da identidade, onde a perda de controle sobre os alimentos representa a perda do direito de produzi-los. A própria soberania alimentar está perdida, com empresas impondo aos governos políticas de importação que favorecem ganhos exorbitantes dos monopólios.

A soberania da humanidade frente ao imperialismo de um pequeno grupo de nações está colocada em risco, pois ela não depende apenas do desenvolvimento econômico e tecnológico, mas da capacidade de produzir autonomamente, ou seja, da capacidade de preservar as reservas naturais de florestas, dos minérios, do petróleo, das fontes de água doce e de educar o seu povo para que produza os meios de

⁸ Martins (1986) nos traz alguns elementos importantes para pensarmos esta questão ao apresentar a situação das migrações temporárias em nosso país (um traço marcante no trabalho no campo). O autor nos aponta o processo histórico em que o operário e o camponês misturam-se na mesma figura do homem explorado, divorciado do seu lugar e destituído pelo capital de sua identidade camponesa. Esta identidade é mantida viva pelo trabalhador rural no retorno para casa após duros dias de trabalho na terra da empresa – cujo proprietário capitalista não é imediatamente visto pelo trabalhador como seu algoz. A responsabilidade pela sua situação de pobreza é, para ele, definida por sua condição naturalmente miserável de homem do campo, sem estudos, *matuto e atrasado*.

⁹ Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

¹⁰ Segundo pesquisa (Cesit) de autoria de Vitor Filgueiras da Unicamp, “[...] dos dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos no Brasil, entre 2010 e 2013, em 90% dos flagrantes era de trabalhadores terceirizados”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/04/13/sindicatos-e-movimentos-sociais-vao-as-ruas-dia-15-por-direitos-trabalhistas.html>>. Acesso em: 24 set. 2017.

vida de tal modo que as futuras gerações tenham melhores condições de gerirem a sua própria existência (BOGO, 2008, p. 88-89).

A partir das reformas neoliberais ocorridas nos anos 1990, o Banco Mundial (BIRD) interferiu nos países da América Latina, Ásia e África através de um conjunto de programas e de políticas (entre as quais, as fundiárias) voltadas ao desenvolvimento do mercado de terras, tendo a “reforma agrária de mercado”¹¹ como o núcleo duro desse projeto (PEREIRA, 2006, p. 7). Os limites deste trabalho não permitem alongamentos, mas sabe-se que o ponto de ataque dessas estratégias foi “[substituir a reforma agrária redistributiva]” baseada na desapropriação de terras, pela reforma agrária de mercado; ou seja, a compra e venda de terras cujo argumento era desconcentrar a propriedade rural e fazer cumprir a função social da terra, em sociedades desiguais (PEREIRA, 2006, p. 22). Ou seja, as reformas previstas na agenda do BIRD com vistas a mudanças na organização da propriedade fundiária possuíam a finalidade de “[...] liberalização dos mercados de terra”. Na ótica institucional o objetivo era:

[...] elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial-financeira (PEREIRA, 2006, p. 16-17).

As agências financiadoras internacionais exigiram dos países em desenvolvimento, uma reorganização no funcionamento dos mercados, especialmente, no regime de propriedade privada da terra, cujas agências passaram a exercer maior controle sobre o funcionamento do mercado de compra e venda de terras. Em síntese, o propósito era retirar o papel do Estado e dar lugar ao mercado, decretando a falência da reforma agrária “[...] conduzida pelo Estado”, um modelo “desapropriacionista”¹² tal como vem ocorrendo (Idem, p. 22). Nesse sentido, colocam-se limites financeiros à aquisição de terras, especialmente para os trabalhadores pobres que vivem e nela trabalham. Esse se tornou um cenário lamentável, pois o acesso à terra para os camponeses representa o direito à vida, o direito ao trabalho, ao alimento saudável, à sua cultura. A luta pela terra no Brasil tem ficado do lado oposto ao direito à vida na medida em que os trabalhadores rurais precisam se organizar coletivamente para denunciar que lutar não é crime. A morosidade no processo de regularização fundiária e o aumento da concentração de terras nas mãos de poucos tem garantido um ambiente de conflitos diários no campo, que faz crescer a cada ano o número de assassinatos, ameaças e agressões aos trabalhadores rurais.

¹¹ Os grifos são do original

¹² Os grifos são do original.

Tabela 1 – Tipos de conflitos agrários em números absolutos por ano

Conflitos	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Terra	1027	751	854	853	1035	1067
Conflitos Trabalhistas	416	373	285	242	260	182
Água	87	46	45	87	68	79
Outros	8			4		39
Total:	1538	1170	1184	1186	1363	1364

Fonte: CPT, Nacional, (2012).

As ocupações de terra realizadas pelo MST e pela massa de trabalhadores sem-terra no campo são a principal estratégia de ação coletiva na luta por reforma agrária no Brasil. No último quartel do século XX as ocupações foram transformadas em instrumento fundamental de reivindicação da estrutura da propriedade rural no país e da transformação social (ROSA, 2012)

Na primeira década do século XXI, as mudanças conjunturais da questão agrária, com o fortalecimento do agronegócio, geraram diferentes conflitualidades, visto que os movimentos camponeses se confrontaram agora com corporações transnacionais e cada vez menos com os latifundiários. Tal processo foi estimulado pela territorialização das corporações transnacionais para vários países e, em contraposição a este processo, pela criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina (Ibid.)

Os ruralistas da década de 1980, em parte, integraram-se ao agronegócio por meio da produção ou através do arrendamento da terra para as corporações e, são, em grande parte, formados por pecuaristas, produtores de soja e de cana de açúcar. Os grandes latifundiários encontraram no agronegócio um meio “de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo”. Apesar do diálogo do governo Lula com os movimentos camponeses, este governo criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra e a reforma agrária, visto que o agronegócio é uma das forças do arco de alianças que o apoiou (FERNANDES, 2008). Desta forma, o governo Lula não desapropriou terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. O mais espantoso é que “mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras” (Ibid.p,6)

Na perspectiva de Gilmar Mauro (2008), um dos dirigentes nacionais do MST, o governo Lula *avançou muito pouco no processo de desapropriação para reforma agrária*, apesar das expectativas do Movimento de que esse processo pudesse avançar. De forma oposta ao esperado, Gilmar Mauro declara que os pequenos avanços são sufocados pelo crescimento do agronegócio no governo, posto que o assentamento lento de algumas famílias está combinado com o forte processo de desocupação pelo agronegócio dos territórios ocupados pelos trabalhadores.

A partir do segundo governo Lula haverá uma regressão na política de

assentamentos - o que se intensificará no primeiro governo Dilma -, representando “o abandono da política de criação de assentamentos por governos supostamente de esquerda, resultado do bloqueio estrutural da reforma agrária em favor da expansão do agronegócio” (ALENTEJANO, mimeo). O governo Dilma seguiu ainda pior que o governo Lula no tocante às desapropriações promovidas pelo governo. De 1985 a 2011, percebemos que as desapropriações no governo Dilma aparecem representando 1% do conjunto de desapropriações, contra 17% no governo Lula, 42% no governo FHC, 1% no governo Collor, 5% no governo Itamar e 34% no Governo Sarney (ALENTEJANO, s/d). Esses retrocessos nos permitem identificar que a redução no volume das desapropriações de terras por parte desses governos aponta a falência do modelo de reforma agrária conduzida pelo Estado moderno via a desapropriação de terras destinadas a viabilidade da reforma agrária no “modelo tradicional”¹³, que vigorou desde a criação do Estatuto da Terra em 1964. No entanto, os fortes argumentos das classes dominantes sobre esses desmontes não deixam dúvidas quanto a emergência da crítica a essas ofensivas do capitalismo imperialista, no domínio que não se reduz a terra, mas também a outras fontes naturais e à biodiversidade, à produção de mercadorias, lucros e riquezas (como água, minérios, vegetação, etc.), a despeito dos agravos às desigualdades na regulação dos interesses dos trabalhadores pobres desse setor. Nesse contexto de acirramento desses imperativos econômicos cabe lembrar a crítica de Marx quanto ao lugar dos direitos em sua concepção: “[...] o direito privado na sociedade capitalista emana da propriedade privada” (MARX, 1991 apud LUSTOSA, 2012, p. 203).

Por sua vez, no âmbito das relações políticas, tal processo promovido pelos governos de conciliação de classes concorreu para a promoção da despolitização da pobreza, que permitiu que parlamentares brasileiros, expressando em grande número o patronato mais tradicional, transformassem no ano de 2016 um instrumento contábil amplamente utilizado por vários governos anteriores em razão para decretar o impedimento de uma presidente eleita (Ibid.).

Esta ruptura política fortaleceu a fração bancária-financeira que estabeleceu o Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016), que limita os gastos sociais gerando saldo para pagamento dos serviços da dívida pública; atacou os direitos trabalhistas na intenção nefasta de reequilibrar a taxa de lucro frente à redução da capacidade de consumo; e, logicamente, fortaleceu a produção/exportação das commodities como principal sustentação do projeto de valorização financeira. O rentismo se tornou o consenso entre as classes dominantes (MALHEIRO; MICHELOTI; PORTO-GONÇAVES, 2018, p. 29-30).

Em um dos seus primeiros atos, o governo Temer extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cancelando demarcações de terras indígenas e quilombolas. Nesta direção buscou atender às reivindicações da Bancada Ru-

¹³ PEREIRA, 2006, p. 22

ralista. Segundo Paulo Alentejano, “em agosto 2016, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – nome oficial da Bancada Ruralista – e o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) lançaram um documento denominado “Pauta Positiva – Bicênio 2016-2017”, que além de assinado pelas duas entidades, estava legitimado por mais 38 associações ligadas ao agronegócio, encabeçado pela ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. No governo Temer, a FPA possuía 214 deputados e 24 senadores, respectivamente, 41,7% dos deputados e 29,6% dos senadores (ALENTEJANO, p. 310, 2018).

O projeto de conciliação de classes do PT trouxe políticas sociais compensatórias, com destaque para o campo da educação, inclusive como Lei de Cotas nas universidades Federais, políticas de ação afirmativa na educação básica, com as leis 10639/03, 11645/08, e também para a área da saúde. Mesmo não garantindo condições efetivas de fortalecimento dos movimentos sociais e das lutas sociais em defesa da ampliação da democracia, os governos Temer e Bolsonaro inauguraram um cenário extremamente novo, definindo o ataque aos direitos sociais como alternativa à crise capitalista, apresentada como uma crise de gestão do Estado, a ser superada com cortes no orçamento para as políticas sociais públicas e no combate à corrupção, com o uso da violência contra as organizações da classe trabalhadora.

A perseguição aos movimentos sociais e o ataque aos direitos sociais seguem como marca fundamental do governo Bolsonaro, com forte desprezo pela democracia e pela igualdade. Destacamos a atenção à gravidade dessas relações, especialmente, frente ao conservadorismo intolerável desse governo, ao qual cabe a crítica radical ao Estado capitalista em sua forma política, social e jurídica como “produto da divisão do trabalho”¹⁴. Mas, é preciso lembrar que “o sujeito de direito não advém do Estado, [...] mas das relações de produção capitalistas (MASCARO, 2013, p. 40). Nesse caso, o Estado efetiva os interesses de classes, onde a legalidade do direito à propriedade privada dissimula o direito em direito geral, ou “[...] igual para todos”, pois se trata do “[...] direito burguês”, o qual, como todo direito nessa sociabilidade, “[...] pressupõe a desigualdade”, isto é, usa a mesma regra para homens diferentes [...]” (MARX, 1984 apud LUSTOSA, 2019, p. 81 - no prelo).

O primeiro e mais agressivo aspecto desse governo foi estabelecido por conexões político-ideológicas rígidas, com o bordão “pátria acima de tudo, Deus acima de todos”. Como inimigo principal a ser eliminado, o governo aponta o comunismo, o socialismo e o petismo, igualados. O aparente combate à corrupção também assume destaque, com Sérgio Moro assumindo o ministério da Justiça, produzindo silêncio sobre as denúncias que incidem sobre o grupo governante (FONTES, 2019).

A gestão da economia no atual governo é integrada pelo Ministério da Agricultura que foi entregue a uma dirigente do agronegócio, Teresa Cristina, que conferiu pronunciamentos contra a demarcação de terras indígenas, coloando-se favorável à venda de terras a estrangeiros, assim como à aprovação quase irrestrita de agrotóxicos. Teresa Cristina é ex-dirigente da Frente Par-

¹⁴(MARX, 1991, p. 98)

lamentar do Agronegócio, conhecida como "bancada do boi", que incorpora grande parte da chamada "bancada da bala", na medida em que prega enfrentar questões sociais pelo uso da violência direta, o que concorre para o seu aumento (ibid.)¹⁵.

Os assassinatos no campo demonstram a estratégia de silenciamento das lutas dos trabalhadores rurais pelo latifúndio representado por madeireiras, mineradoras, contra a reclamação de direitos trabalhistas como forma de imprimir o terror no espaço rural e processos de acomodação. "No dia 24 de março de 2019 foram encontrados três corpos carbonizados em uma fazenda localizada nas imediações da vicinal da Martins, na zona rural de Baião, no sudeste do Pará". No ano de 2018, ao analisarmos os Conflitos Terra e Água, chegamos ao total de 73,5% dos casos em todo o Brasil, onde predominaram as Populações Tradicionais como protagonistas, desdobrando-se em 20,5% de Posseiros, 14,8% de Indígenas, 14,3% de Quilombolas e 26,9% de outras Populações Tradicionais (Ribeirinhos, Pescadores, Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, entre as diferentes formações). Os trabalhadores Sem-Terra, os Assentados e Pequenos Proprietários tiveram uma participação em conflito por terra e água em 25,3%, respectivamente com 16,5%, 6,5% e 2,5%, em todas as regiões brasileiras.

Nos últimos anos muitos dos conflitos por terra vêm envolvendo explicitamente uma das suas principais qualidades metabólicas, qual seja, a água. O número de localidades implicadas em conflito que implica água apresenta, desde 2005, um aumento exponencial: passou de 71 localidades registradas para 276, em 2018, um aumento de mais de 289%. O ano de 2018 apresentou um aumento de 40,1% em relação ao ano anterior (PORTO-GONÇALVES et.al., 2018, p. 102).

O levantamento dos dados da Comissão Pastoral da Terra também demonstrou que "486 mulheres sofreram algum tipo de violência (tortura, agressão, tentativa de assassinato, aborto, intimidação etc.) em conflitos no campo" no ano de 2018. Nesse contexto, duas mulheres sem-terra vieram a óbito a partir do conflito nos acampamentos em que moravam, outras seis mulheres sofreram tentativas de assassinato, 37 sofreram ameaças de morte e 16 foram presas injustamente (BASTER, 2018, p. 84).

Neste cenário, podemos perceber que a questão agrária não é um tema só para aqueles que querem estudar o campo. É também objeto daqueles que reconhecem a necessidade de enfrentar com profundidade as raízes estruturais

¹⁵ No dia 22 de março de 2019, a liderança do MAB no Pará, Dilma Ferreira Silva, foi uma das vítimas do massacre que vitimou três pessoas no Assentamento Salvador Allende, município de Baião, acerca de 60 quilômetros do município de Tucuruí (PA). Dilma, seu esposo, Claudionor Amaro Costa da Silva, de 42 anos e um conhecido do casal, Milton Lopes, 38, foram encontrados mortos na entrada da residência, onde funcionava um mercado/bar. Os três foram amarrados, amordaçadas e possivelmente esfaqueados, o laudo técnico ainda não foi concluído até o momento. O corpo de Dilma foi encontrado em uma cama. Segundo o MAB, em 2011 ela participou de uma audiência com a então Presidenta Dilma Rousseff, quando entregou documento pedindo uma política nacional de direitos para os atingidos por barragens e atenção especial às mulheres atingidas (CPT, 2019).

da particularidade do capitalismo na formação social brasileira, que trazem no selo rural a manifestação fundamental de sua contradição. Na atual conjuntura, a suspensão da reforma agrária no governo Bolsonaro acontece *ipsis litteris*, com a militarização do INCRA e seu controle pela UDR, exigindo radicalidade dos movimentos sociais na defesa da reforma agrária, pauta a ser fortalecida pelo Serviço Social. O ataque às comunidades quilombolas e aos povos indígenas, aberto pelo grupo dominante no atual governo desde à candidatura em 2018, segue robusto com a destruição de direitos sociais históricos conquistados por estes povos em nome de um projeto de desenvolvimento nacional que imprime esvaziamento humano do campo e fortalecimento do agronegócio.

Considerações Finais

Os interesses capitalistas, especialmente em sua fase de dominação pelo capital financeiro e empresas transnacionais, não estão voltados para uma necessária democratização da propriedade da terra como fator propulsor do desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas no campo. Na particularidade brasileira, o capitalismo dependente aprofunda as desigualdades no campo e define a superexploração do trabalho como regra para o acúmulo de riquezas apropriadas privadamente pelas grandes empresas transnacionais e Bancos.

Somos seduzidos diariamente por uma campanha midiática que nos quer fazer crer que o agronegócio é o grande responsável pelo desenvolvimento e progresso do Brasil: “Agro é Tech. Agro é Pop. Agro é Tudo”, quando na verdade o agronegócio é sinônimo de homicídio, pelo elevado número de assassinatos de indígenas, camponeses, e famílias inteiras registrados anualmente (CANUTO, 2018). Também a impunidade aparece como uma das principais causas da continuidade dos assassinatos no campo, funcionando como uma espécie de “licença para matar” (AFONSO, 2018, p. 115).

No Brasil, vimos que o Estado atua abertamente em benefício dos setores dominantes no campo e na cidade, o que impõem limites à organização dos trabalhadores, à realização da reforma agrária, traduzidos na criminalização das lutas sociais em defesa do acesso à terra, em defesa da água, e pelo assassinato de famílias de posseiros, sem terra, quilombolas, indígenas protagonizado por policiais e grupos armados, na grande maioria dos casos sem punição do Estado. O agronegócio atua na sociedade brasileira para além do envenenamento dos alimentos. Ele imprime processos de desterritorialização, alta concentração fundiária, esgotamento do solo e contaminação do meio ambiente, trabalho escravo, violência, perseguição política, adoecimento capazes de representar a morte no campo. Este é o projeto de desenvolvimento fortemente incentivado pelos últimos governos no Brasil e fortemente apoiado pelo atual governo. Caberá aos defensores da reforma agrária recuperar as estratégias fundamentais para seu avanço, presentes na pedagogia das ocupações rurais e urbanas. A luta pela emancipação política ainda é uma bandeira capaz de ferir de morte aquele que ousa lutar pelo direito à vida no campo. Superar esta condição é tarefa de todos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. P. A difícil luta para punir os responsáveis pelos crimes no campo. In: _____. **CEDOC Dom Tomás Balduino**, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- ALENTEJANO, P. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista OKARA**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2018.
- _____. **A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI**. Observatório Geográfico da América Latina. (mimeo).
- ARCARY, V. **O encontro da Revolução com a História**: socialismo como projeto na tradição marxista. 1. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.
- BATER, R. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. In: _____. **CEDOC Dom Tomás Balduino**, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BRUNO, C. P.; LACERDA, E.; CARNEIRO, O. B. Organizações da Classe dominante no campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: EPSJV, Expressão popular, 2012.
- CANUTO, A. A invisibilidade da morte de trabalhadores na cadeia do agro-negócio. In: _____. **CEDOC Dom Tomás Balduino**, 2018. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____. **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.
- CERQUEIRA, G. C.; FIGUEIRA, R. R. Introdução. In: _____. **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CERQUEIRA, G. C; FIGUEIRA, R. R; SHARMA, B. A Anti-Slavery Internacional e o combate ao trabalho escravo. In: CERQUEIRA, G. et.al. **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Terra, Água e Paz**: viver é um direito. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1991.
- _____. **Conflitos no Campo- Brasil**, 1996. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/254>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FERNANDES, B. M. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dez. 2008.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. R.J: ZAHAR Ed, 1981.

FONTES, V. **O Núcleo central do governo Bolsonaro**: o protofascismo. Esquerda Online, 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUSTOSA, M. das G. O. P. **Reforma Agrária à Brasileira. Política Social e Pobreza**, São Paulo: Cortez, 2012.

MALHEIRO, B.; MICHELOTI, F; PORTO-GONÇAVES, C. W. Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido. In: _____. **CEDOC Dom Tomás Balduíno**, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MARTINS, J. de S. **A reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, K. **Ideologia Alemã**. (I-Feuerbach). Tradução de José Carlos. B. Marco A. Nogueira. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: BoiTempo, 2013.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA 7., 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, maio 2012.

_____. Camponeses, indígenas e colombolas em luta no campo: A barbárie aumenta. In: _____. **Conflitos no Campo** - Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional-Brasil, 2015.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PEREIRA, J. M. M. Ajuste Estrutural e Políticas Pró-Mercado de Terras do Banco Mundial. In: SERGIO S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. Tradução de Werner F. e Sergio S. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018. In: _____. **CEDOC Dom Tomás Balduíno**, 2018. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso

em: 23 jun. 2019.

PRADO, C. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR., C. **A questão agrária**. Brasiliense: São Paulo, 1987.

STÉDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTE-JANO, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do Campo**. São Paulo: Expressão popular; EPSJV, 2012.

STÉDILE, J. P.; OLIVEIRA, A. U; Fórum Nacional de Reforma Agrária. In: O AGRONEGÓCIO AGRICULTURA FAMILIAR E A REFORMA AGRÁRIA. BRASÍLIA, 10., 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: Concrab, 2004.

PARTE II

POLÍTICAS PÚBLICAS, ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO V

PARTICULARIDADE CAPITALISTA E UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

Simone Silva (UFRJ)
Lalo W. Minto (UNICAMP)
Katia Lima (UFF)

Introdução

O presente capítulo é fruto das reflexões construídas coletivamente nos grupos de pesquisa COLEMARX¹, GEPESS² e GEPECS³ e nas ações políticas do movimento sindical em defesa da educação pública e gratuita em nosso país.

Partimos da consideração de que é imprescindível analisar as alterações em curso na conjuntura brasileira e como essas alterações incidem na política de educação superior como campo de disputa entre projetos antagônicos de universidade e de sociabilidade. Tal análise de conjuntura parte da concepção de uma tarefa urgente e necessária: identificarmos os eixos estruturantes de nossa história inserção capitalista dependente na economia mundial e suas manifestações dinâmicas em cada tempo histórico. Assim, capitalismo dependente e heteronomia cultural são duas faces do projeto burguês de sociabilidade, configurando um papel específico para a universidade, a ciência e a tecnologia.

Em um primeiro momento, o texto apresenta breves reflexões sobre as novas expressões do capitalismo dependente no Brasil do novo século, dialogando com a obra do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes. Recuperando o debate sobre as novas faces da contrarrevolução preventiva, objetiva contribuir para as análises sobre as políticas conduzidas pelo governo federal no período 2003-2016.

Tais reflexões nos remetem ao questionamento sobre o papel da universidade pública em um país capitalista dependente. Na segunda parte do texto, portanto, identificamos as diferentes fases de alinhamento da Educação Superior às condições do capitalismo dependente. Das reformas conduzidas no período do regime burguês-militar ao processo de contrarreforma do Estado, intensificado nos governos Fernando Henrique Cardoso e aprofundados no período seguinte, com Lula da Silva e Dilma Rousseff, observamos um processo claro de reordenamento das funções da universidade no capitalismo dependente nos marcos das reconfigurações atuais do capitalismo.

No item “A universidade na encruzilhada: manter a sua função social ou pesquisar para o capital”, apresentamos um conjunto de análises sobre o papel da ciência e tecnologia, evidenciando como as universidades públicas do Brasil constituem o lócus privilegiado da realização da pesquisa, mesmo no quadro de

¹Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação/UFRJ.

²Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/UFF.

³Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social/Unicamp.

reduzido financiamento público. No novo século, como parte da conformação de um novo padrão de financiamento e da pesquisa, a inovação passa a integrar o escopo das principais intencionalidades políticas do Estado, substituindo a pesquisa em ciência e tecnologia por pesquisa, desenvolvimento e inovação, que deveria ser realizada no interior do setor produtivo privado.

Tal processo intensifica as possibilidades de aprofundamento da inserção capitalista dependente do país na economia mundial pelo limite que esta política realiza na expansão da pesquisa científica e tecnológica e na produção do conhecimento crítico e criativo, alicerces fundamentais para ruptura com o capitalismo dependente e a heteronomia cultural a ele associada. Este texto objetiva, portanto, contribuir para as lutas intensas que nos aguardam nestes tempos de intensificação da contrarrevolução burguesa em curso no Brasil.

Contrarrevolução neoliberal no Brasil

A análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve considerar a forma de integração do país na economia internacional, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas e, simultaneamente, articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, as relações de dominação ideológica e exploração econômica.

Florestan Fernandes (1975), analisando este desenvolvimento, inscreve-o na configuração do padrão compósito de hegemonia burguesa que faz com que a burguesia se associe, historicamente, ao imperialismo e, simultaneamente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira, bem como, do padrão dual de expropriação do excedente econômico. Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores, no Brasil, é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira, duas faces de um projeto de dominação. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia “fraca”, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

Neste sentido, os pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe dominante, mais do que marcas de determinados momentos históricos, demonstram as características da burguesia brasileira: submissão consentida ao capital internacional; negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses particularistas, que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo e ampliar, internamente, a desigualdade econômico-social.

Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo e/ou ativo dos trabalhadores não constituem fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes. Desta forma, o padrão compósito de hegemonia burguesa é um traço constitutivo, estruturan-

te da dominação de classe, atravessando nossa formação econômico-social e denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações an-tissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de ex-portação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

A natureza violenta e conservadora da burguesia brasileira encontra, portanto, suas raízes na articulação do padrão compósito de hegemonia com o padrão dual de expropriação do excedente econômico que estruturou o de-senvolvimento do capitalismo em nosso país. Se nas economias capitalistas he-gemônicas a apropriação colonial foi um dos fatores geradores da acumulação originária de capital, nas sociedades capitalistas dependentes a transição não clássica ao capitalismo ocorreu pela perda constante e crescente de parte subs-tancial do seu excedente econômico.

Neste quadro analítico, as crises sistemáticas do capitalismo, que cons-tituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente re-pressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes.

Em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na econo-mia mundial, pelo padrão compósito de hegemonia burguesa e pelo padrão dual de expropriação do excedente econômico, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos. Recuperando as análises de Florestan Fernandes (1975a, p. 362), podemos identificar a contrarrevolução burguesa no Brasil de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, as-sociada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês.

O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe militar e em nome de “ideais revolucionários”, constitui, de fato, uma contrar-revolução. Seu caráter contrarrevolucionário se evidencia de modo espe-cífico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial (FERNANDES, 1980, p. 113).

A segunda forma de identificação está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contrarrevolução” (FERNANDES, 1975a, p. 347). As ações contrarrevolucionárias “a frio” demonstram a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista.

Nestas fases, ao lado dos controles inibitórios e destrutivos que persis-tem, aparece um esforço mais profundo e amplo, que busca a eficácia da con-trarrevolução, a estabilidade da dominação burguesa e o engrandecimento do poder burguês. A esse esforço se prende a criação e a aplicação de novas es-truturas jurídicas e políticas, a modernização de estruturas jurídicas e políticas

preexistentes, a renovação e a racionalização da maquinaria de opressão e de repressão do Estado e a adaptação de todo o aparato ideológico e utópico da burguesia a uma situação contrarrevolucionária que pretende “vir para ficar” (FERNANDES, 1975, p. 347).

Para a realização das ações contrarrevolucionárias “a frio”, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva e prolongada na qual três aspectos foram fundamentais: (i) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia, em sua dupla face: brasileira e internacional; (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias, operando uma metamorfose na consciência de classe.

As análises de Florestan Fernandes demonstram que a contrarrevolução “a frio” estava em curso no período 2003/2016, indicando novas configurações na luta de classes e evidenciando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade em apresentar “o velho sob a aparência do novo”, pois, “[...] basta incorporar um setor mais amplo da vanguarda operária e das burocracias sindicais ou partidárias do proletariado às classes médias, para convertê-los em burgueses e em cavaleiros andantes da democracia burguesa” (FERNANDES, 1991, p. 82-83, grifos nossos).

Estas análises nos auxiliam a compreender os eixos constitutivos da configuração da luta de classes em um país capitalista dependente, evidenciando a impossibilidade de constituição de um governo de coalizão de classes pelas alianças estabelecidas com uma burguesia que historicamente conduz o capitalismo de forma heterônoma, conciliando os interesses dos países imperialistas com os setores internos mais arcaicos, que relutam em promover sequer a desagregação da expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo.

A política de coalizão de classes adquire um caráter específico: é a manifestação da contrarrevolução preventiva e prolongada no Brasil no período de 2003/2016. Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com as desigualdades socioeconômicas. Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores/PT (de Lula da Silva a Dilma Rousseff) em associação, no período de 2003 a 2005 com o Partido Liberal/PL (José Alencar, vice-presidente da República); de 2005 a 2010 com o Partido Republicano Brasileiro/PRB (também com José Alencar como vice-presidente da República) e de 2011 a 2016, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB (Michel Temer, vice-presidente da República).

O exame da pauta de ação política dos referidos governos evidencia que o ajuste fiscal tem se constituído como um traço estruturante, associado ao próprio lugar que o Brasil ocupa na economia mundial, isto é,

[...] o controle externo dos “negócios de exportação e de importação”, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial (FERNANDES, 1968, p. 46).

Cabe ressaltar que a manutenção do ajuste fiscal e do superávit primário para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública constitui em um elemento chave do histórico padrão de dominação externa que organiza as relações entre os países hegemônicos e os países capitalistas dependentes, ainda que conduzido internamente pela burguesia brasileira. Encontram-se na raiz destas características particulares a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial e o aprofundamento desta forma de inserção no atual estágio da acumulação capitalista. Desde épocas remotas, os governos brasileiros solicitam empréstimos para cobrir os juros não pagos dos empréstimos anteriormente realizados. Estes empréstimos beneficiavam tanto os banqueiros internacionais, como a burguesia brasileira que repartia com o conjunto da classe trabalhadora o pagamento dos juros das dívidas. Este processo foi aprofundado enormemente com a instauração do regime burguês militar e com as crises, internacional e nacional, dos anos de 1980, fazendo com que este padrão de desenvolvimento impulsionasse os países centrais a realizarem uma incorporação devastadora dos países capitalistas dependentes ao seu projeto expansionista.

Neste sentido, o tributo colonial da dívida pública constituiu-se em uma das principais ações da contrarrevolução neoliberal conduzida pelo Governo Federal no período 2003/2016, materializando o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico historicamente vigente no Brasil. Este tributo colonial manteve-se durante todo o governo de coalizão de classes (2003/2016), demonstrando que o projeto em curso não indicava qualquer ruptura com a histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial¹⁴.

Apesar da pauta de ação política do governo de coalizão de classes (2003/2016) atender aos interesses da burguesia, em sua dupla face, local e internacional, frações ultraconservadoras da burguesia brasileira reivindicaram um novo momento no pacto de dominação de classe, retirando do “acordo pelo alto” a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora convertida à ordem do capital. Neste contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo no contexto mundial, o Governo Federal, apesar de manter a política de fazer concessões ao capital, tendo como pauta central o ajuste fiscal, encontrou-se pressionado por novas disputas. Em meados do ano de 2016, o esgotamento de uma fase da contrarrevolução neoliberal estava anunciado. As frações da burguesia brasileira conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agronegócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o

¹⁴ A análise dos dados sobre o ajuste fiscal conduzido no período 2003/2016 está disponível em Lima (2017).

impeachment (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material. A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva não se deu pelo fato do governo de coalizão ter ampliado direitos para os trabalhadores, mas pelo próprio esgotamento da política de aparente conciliação dos inconciliáveis interesses de classes (SAMPAIO JR., 2017).

A política de coalizão de classes abriu as portas da antessala para a ofensiva ultraconservadora, que busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política, e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro. Estas frações não necessitam mais das negociações conduzidas na fase anterior da contrarrevolução: cooptação das lideranças da classe trabalhadora e seu aburguesamento. Elas evidenciam toda a natureza antinacional, antissocial e antidemocrática da burguesia brasileira, reconduzindo as bases do “capitalismo selvagem” em sua mais pura expressão (FERNANDES, 1995, p. 141).

Estas análises evidenciam que o tripé ajuste fiscal, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e redução do financiamento público das políticas públicas é um eixo estruturante da pauta de ação política do neoliberalismo no Brasil e no mundo. A variação entre as duas fases da contrarrevolução neoliberal (2003/2016 e 2016/em curso) está na calibragem desta pauta.

Com o *impeachment* e a quebra da pactuação entre as diferentes frações da burguesia e as lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora convertidas à ordem burguesa, o novo bloco no poder busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro e manter a política de auto privilegiamento historicamente vigente no país. Não se tratava, como ainda não se trata, de uma disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, mas das disputas entre frações da classe burguesa pela ocupação do poder para garantia de seus interesses econômicos e políticos.

É neste contexto que está inscrito um conjunto de reorientações na política de educação superior e de ciência e tecnologia e que fundamenta a análise do papel da universidade pública no capitalismo dependente como analisaremos a seguir.

Capitalismo dependente e universidade pública

Pelo menos desde as reformas de 1968, as classes e frações de classe dominantes vêm combatendo, de modo mais intenso, toda e qualquer forma de educação superior que possa ter um papel ativo e inovador na construção de um capitalismo mais autônomo no Brasil. A educação superior nas condições da dependência tem sido estruturada para funcionar na base do mínimo esforço: por um lado, produzir os conhecimentos necessários e suficientes ao desenvolvimento do capitalismo dependente, bem como, formar mão de obra especializada para certos nichos (basicamente, uma tarefa do setor público e de pequena parcela do privado); por outro lado, suprir parte da demanda social de acesso ao nível superior, tarefa que foi terceirizada para o setor privado e, mais

recentemente, também se deu via expansão precarizada da rede pública (com o Reuni e o ensino à distância, sobretudo).

O primeiro momento dessa mudança que alinha a educação superior às condições do capitalismo dependente refere-se, portanto, às reformas da Ditadura. Destacam-se duas características delas: o esforço sistemático para criar um padrão de Educação Superior ainda mais fragmentário, dispondo de um lado as universidades, e, de outro lado, as escolas superiores isoladas; e o processo que deu materialidade a essa segunda tendência, que foi a opção do governo, e também de amplos setores da burguesia brasileira, em expandir o ensino superior pela via da privatização.

Com a “modernização conservadora” do capitalismo brasileiro, alteravam-se os requisitos científicos e tecnológicos que haviam caracterizado o período do chamado nacional-desenvolvimentismo, mas sem desmontar a sua estrutura institucional, na qual as universidades públicas tinham um papel central. O projeto de Educação Superior que se tornara dominante com a Ditadura contemplava uma universidade que ainda se preservava como instituição produtora privilegiada da ciência e da tecnologia (marco disso foi o estímulo à pós-graduação), porém, criaram-se inúmeros mecanismos para neutralizar os setores críticos e que podiam ter alguma autonomia frente ao imperialismo. A repressão sistemática ao pensamento crítico e mais avançado em todas as áreas foi uma das estratégias mais acionadas.

Uma universidade alinhada com o imperialismo, nessa ótica, era também uma instituição cujas opções de pesquisa e desenvolvimento acompanhavam cada vez mais a lógica de afastamento em relação aos problemas nacionais:

Ao contrário do que sucedia nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a marca do êxito não consiste em voltar-se e produzir para dentro, mas de “vencer” lá fora. A universidade adere à internacionalização, deslocando para o plano ideal e abstrato a confrontação crítica com a sociedade, perdendo densidade e substância, como se a história a partir de dentro fosse extemporânea e marginal. Ocorreram enormes saltos, quantitativos e qualitativos, porém sem amadurecimento da consciência militante de que o Brasil não é um comensal passivo da civilização consumida aqui dentro (FERNANDES, 1989, p. 84).

Essa reorientação implicou canalizar os esforços dos setores mais avançados da produção de conhecimentos (entre eles as universidades públicas) para os objetivos estratégicos do novo projeto em curso. Assim, se com o II PND houve um “boom na pesquisa científica” brasileira, não o foi no sentido de uma produção autônoma, que poderia incrementar as condições de emancipação científico-cultural do país. Ao contrário, ocorreu uma intensificação da heteronomia cultural da universidade. Para isso, a adesão dos docentes universitários tinha que ser fomentada por mecanismos que ultrapassassem a mera repressão e a estratégia da Ditadura foi a de retirar do controle das universidades os recursos de fomento à pesquisa, concentrando-os no Ministério do Planejamento, para onde foram levados quadros próximos ao regime ou, pelo menos, não

críticos o suficiente para que seus posicionamentos se tornassem um empecilho (LEHER, 2010, p. 37).

Já nos anos 1980, com os desdobramentos da crise da dívida, inicia-se uma mudança que iria corroer até mesmo uma parte do projeto dominante de ensino superior instaurado pela Ditadura. Tratava-se de uma mudança na concepção de desenvolvimento associado ao capital multinacional, o que foi abrindo espaço para uma progressiva adesão (também uma reacomodação) dos setores dominantes ao neoliberalismo, momento em que o formato de universidade pública, pautado na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, na gratuidade e no caráter público deixaria, definitivamente, de ser objetivo das classes dominantes, sendo, aliás, combatido cada vez mais como o grande problema a ser enfrentado (LEHER, 2010, p. 40). Os apelos antiuniversidade pública foram se tornando crescentes, via ataques à sua suposta ineficiência, ao seu “arcaísmo” e “irrelevância”, quase sempre se traduzindo em propostas como a de fim da gratuidade do ensino.

O segundo momento veio com o processo de reforma do Estado, intensificado nos governos Fernando Henrique Cardoso e aprofundados no período seguinte, com Lula e Dilma. Nesse contexto, reforçou-se a tendência diferenciadora da Educação Superior e também se promoveu a sua crescente mercantilização, pressionando para que fosse colocado no rol dos “serviços negociáveis”, nacional e internacionalmente. Esses movimentos foram abrindo as portas para a subordinação do ensino superior a uma das principais características do capital em tempos de crise estrutural: as tentativas de recomposição da lucratividade pela predominância das formas fictícias de capital.

No período que está aqui sendo denominado de contrarrevolução neoliberal, particularmente com Lula e Dilma, algumas mudanças foram cruciais para reforçar a tendência indicada acima, como aquelas que fomentaram o agigantamento das corporações atuantes na educação superior. As políticas de transferências de recursos públicos para o setor privado foram a maior expressão disso: os programas PROUNI e FIES, para citar apenas os mais conhecidos, tornaram o setor privado de ensino superior ainda mais poderoso. E isto não ocorreu apenas porque houve um aumento na receita proveniente das mensalidades para essas instituições: o volume exponencial de recursos foi decisivo para a maior concentração e centralização de capitais no setor, de modo a tornar os grandes conglomerados do ensino superior mais poderosos, mais capazes de impor seus lobbies e pressões ao Estado⁵. PROUNI e FIES, por isso, não são programas “de governo”, mas programas de Estado, cujo papel foi alterar a natureza do funcionamento, da composição e da lucratividade dos capitais do setor. Políticas, ademais, que respondem às recomposições de classe no contexto do neoliberalismo, favorecendo aqueles setores que se tornaram hegemônicos.

Os sucessivos cortes financeiros realizados em prol do “ajuste fiscal”,

⁵Segundo Burgarelli (2017), em 2010, para cada 100 reais gastos pelo governo federal com as universidades federais, outros 13 reais iam para o FIES. Em 2014, essa proporção sofreu uma reviravolta e os gastos com o FIES superaram o total de gastos com as federais. Ainda segundo o autor, entre 2004 e 2014, os gastos com o programa saltaram de 0,19% para 1,36% da receita líquida do governo federal.

desde 2015, num movimento combinado com a elaboração dos projetos que culminaram na Emenda Constitucional n. 95, prejudicaram ainda mais as universidades públicas ao contingenciar recursos públicos para suas políticas. O prejuízo, contudo, não foi igualmente distribuído entre ensino superior público e privado.

Por tudo isso, poderíamos dizer que a crise da universidade pública contemporânea não é apenas uma crise de financiamento ou, ainda, de “modelo”, como querem muitos de seus opositores. Seu contexto é o da nova forma de inserção social das IES, nacional e internacionalmente, na qual a relação com o desenvolvimento das forças produtivas se deslocou para um novo eixo estratégico. Um eixo organizado de forma cada vez mais global, em dois âmbitos principais: o da comercialização do serviço educacional de nível superior e o da padronização global das políticas de formação, dos currículos e das formas de gestão institucional e do trabalho docente. Isso reforça divisões entre as universidades públicas (as de “excelência” e as “massificadas”) e, também, dentro delas: entre áreas de conhecimento; entre graduação e pós-graduação; entre as unidades novas das IES, erguidas nos processos da chamada interiorização dos *campi*.

Não se pode esquecer que um dos centros irradiadores da (re)construção da heteronomia da educação superior, nos anos de contrarrevolução neoliberal, foi justamente a pós-graduação. Com estratégias pouco diferentes daquelas do período final da Ditadura, via centralização do controle sobre os recursos disponíveis para a pesquisa. Nesse sentido, o estímulo à presença de fundações privadas e a elevação da inovação à finalidade principal das atividades de pesquisa, foram mecanismos decisivos para o estabelecimento de uma nova lógica de apropriação e gestão de recursos nas universidades públicas.

Nos termos, portanto, de uma repactuação entre as frações das classes dominantes naquilo que se refere a um projeto para a universidade pública, vimos um processo claro de reordenamento do capitalismo dependente: numa ponta, as IES de “excelência” prestam serviços estratégicos para empresas que não dispõem (ou não querem embutir em seus custos de produção) de departamentos de P&D como, por exemplo, a adequação de pacotes tecnológicos em departamentos especializados das universidades ou fundações privadas ligadas a ela (LEHER, 2010, p. 21-22). Ou seja, as IES universitárias como um todo não são parte do interesse estratégico dos setores burgueses dominantes em países como o Brasil. Agronegócio, setor financeiro e, de modo geral, as *commodities* não demandam desenvolvimento de ciência e tecnologias próprias, estando bastante conectadas com esse processo em escala global, funcionando como subsidiárias dos grandes interesses corporativos globais. Na outra ponta, preservou-se o espaço para os negócios do ensino superior, com ampla liberdade de regulação e apoio estatal nas formas de transferência do fundo público, viabilizando a vinculação desses capitais com o setor financeiro internacional.

No léxico das políticas vigentes hoje, a internacionalização é o modo de se referir a esse objetivo de fazer com que as instituições se especializem em produzir os conhecimentos para a adequação do país às forças dominantes do

capitalismo global. A Lei n. 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024), instituiu um conjunto de metas e estratégias para essa educação que está basicamente assentado nessa lógica; para o ensino superior público, de: 1) expansão internacionalizada das áreas ditas de “excelência” nas universidades, com vistas a ampliar a competitividade do conhecimento nelas produzido; 2) expansão barateada e sem garantia permanente de recursos – ao modo REUNI – para os setores não “estratégicos” da rede pública, que se subordinam também a instrumentos de produtividade e “eficiência”; e para o privado, de 3) privatização do ensino de massas, com amplo suporte público ao ensino superior mais mercantilizado e associado ao setor financeiro. Além da patente flexibilização da noção de “público”, matizada por outras noções como as de “bem público” e “função pública”, noções estratégicas para legitimar a mediação privada na oferta do ensino, inclusive por instituições empresariais que recebem dinheiro público para ofertar ensino “gratuito”.

Como já afirmado na primeira parte, na conjuntura que se abriu pós impedimento de Dilma Rousseff, esses problemas se intensificaram, alterando a calibragem de certas pautas, mas não estabelecendo um novo ponto de partida. É mister, portanto, que as análises da educação e de suas políticas sejam feitas de modo mais global, evitando os equívocos provenientes de quando se busca periodizar tais análises apenas por mandatos governamentais. No item a seguir, serão tratados os aspectos das políticas para a ciência e tecnologia partindo de uma avaliação mais complexa, buscando identificar os elementos da sua constituição no país e as tensões e contradições que são peculiares ao capitalismo dependente em tempos de contrarrevolução neoliberal.

A universidade na encruzilhada: manter a sua função social ou pesquisar para o capital

As universidades públicas do Brasil são o lócus privilegiado da realização da pesquisa. De forma distinta dos países de capitalismo central, os setores privados não investiram e não investem na construção de centros de pesquisa no Brasil, confirmando a opção das frações burguesas brasileiras por nenhum projeto de desenvolvimento de nação autônomo. De outro lado, a comunidade científica sofre de outro mal da mesma origem. Ao não se desenvolverem, no país, políticas no sentido da construção deste projeto autônomo e ser encantada pela ideologia do desenvolvimento sob as determinações dos países centrais, ela não consolida a defesa da universidade pública e de políticas públicas para a ciência e tecnologia. Por vezes, parcelas da comunidade aceitam o jogo e passam a negociar as migalhas de financiamento pelo silêncio ou mesmo o apoio a políticas privatistas e corroborando com heteronomia.

Há muito, as universidades e as empresas estatais têm se constituído como espaços por excelência de criação e de pesquisa. Com a privatização de importantes estatais nos anos 1990, o volume desta atividade sobre a pós-graduação das universidades públicas aumenta ainda mais. Apesar de a contrarreforma do Estado ter tentando transformar a universidade pública em organi-

zação social e submetê-la a cortes substantivos de orçamento, elas mantiveram suas atividades de pesquisa.

As políticas neoliberais atingiram as agências de fomento, que viveram momentos difíceis não só no âmbito do financiamento, mas também no político, com a tentativa de extinção da Capes no começo da década de 1990 e a tentativa de controle do CNPq quando o ministro de Ciência e Tecnologia à época, Bresser-Pereira, assume sua presidência, o que gerou muito descontentamento na comunidade científica. Contudo, mesmo em meio a esta crise, as políticas de avaliação se mantiveram e ganharam um novo status com a criação do Proex (1996), que previa a definição de alguns programas sob o critério de excelência, estendendo-lhes certas garantias face à drástica situação financeira pela qual passavam as políticas públicas.

A medida de superação da crise em que se inscrevia a pós-graduação e a pesquisa foi a criação, em 1998, dos Fundos Setoriais⁶. Neste momento, com essa mudança relevante no padrão até então utilizado para o financiamento da pesquisa no país, inicia-se o estabelecimento de um novo padrão de pesquisa. As eventuais mudanças neste campo esperadas com a eleição da oposição no início do novo século, nomeadamente do Partido dos Trabalhadores, não se materializaram em políticas opostas a esse padrão. No caso da pesquisa, o que se confirmou foi o aprofundamento das intenções neoliberais, estimulando as parcerias público-privadas a partir de novas medidas e legislações e, principalmente, da utilização do fundo público.

No novo século, como parte da conformação de um novo padrão de financiamento e da pesquisa, propriamente dita, a inovação passa a integrar o escopo das principais intencionalidades políticas do Estado. Assumiu o lugar de palavra-chave diante da nova revolução tecnológica nos países que buscam uma melhor localização na economia-mundo, consequentemente uma obrigação para políticas que pretendam alcançar o “progresso”. No entanto, ao reconhecer que o principal lastro da ciência e tecnologia no país está localizado na pós-graduação das universidades públicas, a sua aplicação parece poder interferir no seu caráter.

Valendo-se da fetichização do capitalismo de hoje, a revolução científico-tecnológica é sustentada como um conceito válido também para a periferia e a semiperiferia. Reivindica-se alcance universal para o sedutor capitalismo intelectual. Destarte, as ideologias dominantes têm preconizado que os benefícios da nova economia serão para todos os que se prepararem para ela e, por isso, sustentam que a educação será a chave para o desenvolvimento, a prosperidade e o futuro da nação. Contudo, é preciso que as “velhas” universidades sejam convencidas de que não se trata de conhecimento acadêmico. O mercado requer conhecimento operacional e pragmático. É nesse contexto que a inovação tecnológica é inserida na agenda da educação superior da periferia do capitalis-

⁶A origem de suas receitas são as contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transferência de tecnologia do exterior.

mo (LEHER, 2004, p. 15, grifos nossos).

A questão não está em realizar a inovação, mas em fazê-lo dentro das universidades públicas, alterando sua função social ao substituir a pesquisa em ciência e tecnologia, que busca novas descobertas asseguradas no estudo das ciências básicas, por pesquisa, desenvolvimento e inovação, processo que deveria ser realizado no interior do setor produtivo privado.

Decerto, as medidas construídas ao longo da década de 1990, mais efetivamente ao final dela, se consolidaram nos anos seguintes. A aproximação da universidade pública com a empresa, o compartilhamento de risco desta última com o Estado, solidificando a parceria público-privada, e o protagonismo da pesquisa e desenvolvimento das universidades seguem sendo aplicadas e, com mais vigor, por meio da legislação e das políticas de financiamento.

No entanto, parece que os setores privados, mesmo diante de tamanho incentivo, não mudam de ideia quando o assunto é o investimento em pesquisa. A criação da “Lei do Bem” (Lei n. 11.196/2005), que trata dos incentivos fiscais às empresas que pratiquem a pesquisa, desenvolvimento e inovação, não foi o bastante para mudar o curso dessa história. Segundo dados do Relatório Anual de Incentivos Fiscais de 2014⁷, cento e trinta empresas investiram em PD&I em 2006, ano seguinte da criação da Lei do Bem; oito anos depois, em 2014, o número aumentou para mil e duzentas empresas, correspondente a apenas 3,2% do potencial do Parque Produtivo no país. Os investimentos do setor empresarial saíram de R\$ 2,19 bilhões para R\$ 8,19 bilhões, o equivalente a 0,09% e 0,15% do Produto Interno Bruto - PIB, respectivamente. Enquanto isso, a renúncia fiscal cresceu, no mesmo período, de R\$ 23 milhões para R\$ 1,71 bilhão.

Com os Parques Tecnológicos e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII, o processo não se deu de forma diferente. De acordo com a Análise da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, publicada em 2014, entre 2000 e 2013 o número de parques instalados já somavam 94, em operação ou em projetos. Destes, 5,3% estão instalados na Região Norte; 5,5% no Nordeste; 8,5 no Centro-oeste; 37,2% na região Sul e 41,5% no Sudeste. A participação de setores envolvidos no investimento segue a mesma lógica de incentivo público ao setor privado. Na fase de projeto e implantação, a maior parte dos recursos são públicos, R\$ 29,7 milhões, enquanto o setor privado investiu R\$ 3,8 milhões. Na fase de implantação, o recurso público atingiu R\$ 1.935,90 milhões e o investimento privado R\$ 15,7 milhões. Os valores só se invertem na fase de operação, em que o setor privado investe R\$ 2.094 milhões, enquanto o Estado aporta R\$ 1.709,10 milhões.

No caso da EMBRAPII, organização social voltada para as demandas de pesquisa, desenvolvimento e inovação apresentadas pelas empresas e que tem como fundamento garantir o compartilhamento de risco com estas, o financiamento é dividido entre os três setores envolvidos, a saber: a própria EMBRAPII, as empresas e as unidades de pesquisa credenciadas. No entanto, é preciso indicar que os recursos da EMBRAPII são oriundos do Ministério da

⁷SBPC, Jornal da Ciência, n. 772, dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações; das 28 instituições credenciadas, duas são unidades de pesquisa do estado de São Paulo, uma é unidade do MCTIC, dez são centros de pesquisa ligados a programas de pós-graduação de universidades públicas. Entre as demais, há uma organização social, uma Oscip, três unidades do “Sistema S”, uma universidade privada e nove instituições de pesquisa privadas ou privadas sem fins lucrativos. Vale ressaltar que algumas das instituições privadas credenciadas à EMBRAPII eram de origem pública, caso do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD, centro de pesquisa da Telebrás criado em 1976, que após a privatização da empresa, em 1998, foi transformado em fundação de direito privado, e do CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, que foi transformada em organização social e abriga o Laboratório de Luz Síncrotron, que existe desde a década de 1980 na Unicamp e funcionava por meio de parceria entre esta instituição e o CNPq. Além das universidades, e não contabilizadas entre as 28 credenciadas, a EMBRAPII ainda conta com seis polos de Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Ou seja, na divisão em três partes, o Estado assume quase dois terços.

O novo marco de ciência e tecnologia (Lei n. 13.243/2016) nada mais é que o aprofundamento da Lei de Inovação Tecnológica. Se a justificativa da primeira lei era tornar céleres as parcerias público-privadas entre a universidade e a empresa, o novo marco permite que esta operação seja feita desconsiderando a autonomia universitária. Além de emendar a Constituição Federal, altera outras dez leis que versam sobre contratação, licitação e importação (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei n. 8.666/93, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, Lei n. 12.462/11, a Lei das Importações de Bens Para a Pesquisa Científica, Lei n. 8.010/90, a Lei de Isenções ou Redução de Impostos de Importação, Lei n. 8.032/90). E ainda outras que atingem diretamente as instituições públicas de ensino (Lei de Inovação, Lei n. 10.973/04; Lei da Contratação Temporária no Serviço Público, Lei n. 8.745/93; Leis das Relações entre as Universidades, Lei n. 8.958/94; Plano de Carreira das Universidades, Lei n. 12.772/12; Lei dos Institutos Federais, Lei n. 11.892/08; e, ainda, o Estatuto do Estrangeiro). Com a aprovação do marco, à empresa será permitido utilizar espaços, equipamentos e servidores de instituições públicas; o estabelecimento de contratos entre essas instituições e as empresas será simplificado, assim como o processo licitatório. A lei também autoriza o recebimento direto de recursos das agências federais de fomento (Capes, CNPq e Finep) pelas fundações de apoio e, ainda, promove a integração de empresas privadas ao Sistema Nacional Público de Pesquisa, permitindo a elas o acesso a recursos públicos.

Entre 2004 e 2016, portanto, um contundente arcabouço de políticas foi elaborado e aprovado com o intuito de priorizar as parcerias público-privadas no campo da pesquisa no país. Isso tem levado a uma nova tipificação das pesquisas realizadas nas universidades públicas: a substituição da pesquisa em ciência e tecnologia por pesquisa, desenvolvimento e inovação representa, sem dúvida, uma redefinição da função social da universidade que, de muitas manei-

ras, confirma a opção pela associação subordinada das frações burguesas locais, comprometendo a possibilidade de um projeto autônomo de desenvolvimento.

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada. De um modo ou de outro, elas acabam descobrindo e aproveitando certos expedientes que permitem comercializar – econômica, política e culturalmente – as descobertas e os avanços realizados. As nações subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou podem alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada. Por isso, a universidade integrada e multifuncional propõe-se o objetivo de modernizar e intensificar o ensino, bem como, se impõe a missão de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma independente. Ela não procura, e seria um suicídio se o procurasse (pelo menos nesta fase), converter-se em mecenas do crescimento e do aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia científica (FERNANDES, 1975b, p. 88-89).

O novo padrão de financiamento baseado no modelo Hélice Tríplice estabelece uma relação entre a universidade pública e empresas privadas, onde o Estado tem um papel de operador e de financiador do estímulo e execução de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Para Etzkowitz (2009), na inovação não existe mais uma linearidade da ciência à tecnologia. A interação da universidade-empresa-governo faz com surjam distintos pontos de partida, como, por exemplo, as atividades de marketing, departamentos de pesquisa e desenvolvimento nas universidades. Em nome de apoiar o desenvolvimento do setor produtivo e estimular a inovação, o Estado opera uma desconfiguração da universidade pública, alterando a sua função social e as suas atividades bases de ensino, pesquisa e extensão e as submete a uma atividade funcional ao padrão de acumulação do capital.

A maior interação entre universidade, indústria e governo como parceiros relativamente iguais é o cerne do modelo Hélice Tríplice de desenvolvimento econômico e social. A tese da Hélice Tríplice leva esse modelo de interação entre esferas institucionais um passo além, para novas estratégias e práticas de inovação decorrentes dessa cooperação. A Hélice Tríplice também se torna uma plataforma para a “formação institucional”, isto é, a criação de novos formatos organizacionais para promover a inovação, e.g., incubadoras, parques tecnológicos e as firmas de capital de risco. Essas novas organizações surgem da interação entre universidade, indústria e governo para promover a inovação e são elas próprias uma síntese dos elementos da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ;

ZHOU, 2017, p. 31).

Nesse sentido, a Emenda Constitucional n. 95 representa um retrocesso ainda não mensurável, mas já é possível prever que, nos casos da saúde e da educação, incluindo aí a produção científica, os efeitos serão catastróficos. O processo de deterioração da educação pública por meio da redução de investimentos acontece paralelamente a um processo de reconfiguração de toda a educação no Brasil, a partir da caracterização de uma mercantilização de novo tipo potencializada pela hipertrofia do capital financeiro. Desde meados da primeira década do presente século, tais fundos têm adquirido um extraordinário número de instituições educacionais, constituindo grandes grupos econômicos, conformando monopólios na educação superior, grupos editoriais, cursos de idiomas etc. O que impulsionou o setor educação da definição de “Outros” em 2003 para o terceiro item mais negociado na Bolsa de Valores. As aquisições e fusões durante o período levaram a que a maior empresa de educação do mundo fosse a “brasileira” Kroton. Sem dúvida, neste campo também foi decisivo o estímulo do Estado.

Pesquisas têm confirmado que os fundos de investimentos requerem permanentes (e crescentes) recursos do fundo público, por meio de políticas justificadas por seu caráter supostamente democratizador e inclusivo, como o Prouni e Fies para a ensino superior e o Pronatec na formação profissional. As demandas de acumulação, lideradas pelos setores financeiros, chegam às universidades públicas, formando grandes coalizões de universidades. Ademais, buscam influir nas pesquisas, por meio de parcerias público-privadas, objetivando a realização de um novo padrão de pesquisa no interior dos programas.

Ademais, o “novo regime fiscal” previsto pela Emenda Constitucional n. 95 prevê o não aumento dos gastos públicos por duas décadas e, baseado em diagnósticos como o do Banco Mundial, em que se diz que o país gasta muito (e mal) com políticas sociais, aponta para medidas que se concentram em reduzir gastos, inclusive aqueles garantidos pela Constituição Federal de 1988.

[...] Tais medidas não são discutidas em detalhe neste relatório, mas deveriam fazer parte da estratégia de ajuste fiscal. No entanto, essas medidas adicionais não substituem o combate às causas fundamentais do aumento dos gastos públicos e a revisão das excessivas responsabilidades/obrigações associadas ao Estado brasileiro (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 8, grifo nosso).

O rebaixamento do limite de gastos, segundo indicação do relatório, passa por reduzir gastos do orçamento com a educação em todos os níveis, prevendo inclusive a não substituição de professores aposentados visando o aumento da relação aluno/professor em sala de aula; na saúde; nos salários dos servidores públicos e, como condição essencial, a aplicação da contrarreforma da previdência. Sobre a universidade, o relatório só faz referência para indicá-la como elemento de gasto e de ineficiência. A função social da universidade não é mencionada, nem tampouco a ciência e a tecnologia e sua conexão com a complexificação das cadeias produtivas. Tais indicativos evidenciam as lutas que

nos aguardam na defesa da universidade pública e da produção da ciência e da tecnologia em tempos de intensificação da ofensiva burguesa.

Considerações finais

A crise que vive a universidade pública, em função dos poucos investimentos há décadas, ganha uma dimensão mais perigosa, ao ser somada a uma alteração em suas características essenciais e em sua função social. A contrarreforma do Estado sustenta que as universidades públicas, assim como a pesquisa, deveriam ser transformadas em organizações sociais. A resistência da comunidade universitária e de parte da comunidade científica impediram que esse ataque tivesse êxito. No entanto, a redução de recursos públicos, tanto para o custeio da universidade, quanto para o sustento da pós-graduação, foi criando uma situação de penúria para as instituições, abrindo espaço para cooptação de setores da comunidade, visando seu apoio ao novo padrão de financiamento, baseada no modelo da hélice tríplice, que por suas características impõe um novo tipo de pesquisa, aquela que devia ser realizada nas empresas.

No aspecto central das políticas neoliberais que são as parcerias público-privadas, o que houve a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores foi um aprofundamento vigoroso. A crise política instituída em 2016, que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff por meios passíveis de questionamentos, não mudou o curso das políticas. Pode-se dizer, no máximo, que houve uma aceleração para cumprir o acordo com as exigências das frações burguesas, que em trocado apoio ao *impeachment* exigiram a contrarreforma trabalhista, o ajuste fiscal, já aprovados, e a contrarreforma da Previdência, que apesar de várias tentativas ainda não obtiveram êxito.

O conjunto da obra para a educação pública é extremamente desastroso. Está em risco a estrutura, já comprometida pela realidade de um país de capitalismo dependente, cuja necessidade de se instituir um projeto autopropelido de desenvolvimento, preocupado com a formação humana baseada nas demandas e riquezas sociais e culturais do país, nunca foi levada em conta por aqueles que compõem historicamente o bloco de poder. Prima a histórica falta de preocupação, pela maior parte da comunidade científica, com a elaboração de um projeto nacional autônomo fundamentado nas questões necessárias à qualidade da vida humana, um projeto de desenvolvimento de nação que não esteja baseado nas exigências dos organismos internacionais representantes dos países de capitalismo central. Evidencia-se a utilização da autoridade científica para discutir questões miúdas e paliativas e até de interesses individualizados, em detrimento de entrar na disputa de projetos políticos imbuídos de buscar novas descobertas, que possam contribuir para a melhoria da vida humana, seja no exercício de formação e pesquisa, seja na aplicação de resultados de pesquisas.

As análises apresentadas em nossas pesquisas evidenciam, portanto, que estudar, debater e lutar pela educação pública e gratuita e pela produção crítica e criativa do conhecimento é tarefa urgente e necessária, particularmente, nestes tempos de intensificação da contrarrevolução em curso no país.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo.** Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2sx4hQz>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

BURGARELLI, R. Explosão e implosão do Fies: como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In: MARINGONI, G. (Org.). **O negócio da educação:** aventuras na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: Olho d'Água, 2017. p. 37-54.

ETZOKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice:** Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

_____. **Brasil:** em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **O PT em movimento:** contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 43).

_____. **Em busca do socialismo:** últimos escritos e outros textos. Introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

_____. **Universidade Brasileira:** reforma ou revolução. São Paulo. Ed. Alfa-Omega, 1975b.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: _____. (Org.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas.** 1. ed. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010. p. 19-93.

_____. Para silenciar os campi. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.

88, p. 867-891, out. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2FGnAQ3>>. Acesso em: 26 set. 2017.

LIMA, K. Brasil em tempos de contrarrevolução. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 59, p. 92-103, jan. 2017. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-2086732538.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SAMPAIO, P. de A. **Crônica de uma Crise Anunciada**. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

CAPÍTULO VI

CAPITALISMO DEPENDENTE, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E PADRÃO EDUCACIONAL REBAIXADO: SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS

Andréa Araujo do Vale (UFF)
Fabíola Bouth Grello Kato (UFPA)
Larissa Dahmer Pereira (UFF)

Introdução

Historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil configurou-se como extremamente elitzado. Somente nas três últimas décadas, o país assistiu a um processo de expansão significativo e a uma importante mudança no perfil discente nas instituições públicas (embora desigual no acesso às carreiras)¹, permanecendo, contudo, muito aquém de países como Chile, Argentina e Uruguai quanto às estatísticas educacionais².

Apesar da expansão e do maior acesso de jovens ao ensino superior no país, tal acesso não se configura, aqui, como um direito social:³ isto é, o ensino superior não é ofertado pelo Estado como um direito do cidadão, sendo acessível majoritariamente como um serviço mercantil e com fortes subsídios públicos ao setor privado.⁴

Para a compreensão de tal processo de expansão do ensino superior brasileiro, é preciso apreender qual é a função da educação e da formação da força de trabalho complexo, em um país cuja formação social é marcada pela histórica relação de dependência com os países capitalistas centrais. Com tal embasamento, é possível, a nosso ver, apreender por que o ensino superior brasileiro tem um perfil muito demarcado: historicamente elitzado, majoritariamente privado,

¹Segundo a ANDIFES: “A V Pesquisa mostra que o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras está, a cada edição, mais próximo do perfil sociodemográfico do Brasil. Os resultados mostram que as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, assim como a desigualdade de renda. A renda mensal familiar nominal média per capita no país, publicada pelo IBGE em 2018, era de R\$1.373,00, enquanto a renda mensal familiar nominal média per capita dos estudantes da graduação é de R\$1.328,00” (ANDIFES, 2019).

²De acordo com a pesquisa, o Brasil tem apenas 15% de estudantes entre 25 e 34 anos no ensino superior. Esse número é menor do que a média dos países da OCDE, de 37%, e de países como Argentina (21%), Chile e Colômbia (22%). Cf. OECD (2017).

³A Carta Constitucional de 1988 é clara quanto ao acesso ao ensino superior ser meritocrático. Isto é, esse não se configura enquanto um direito de caráter universal, mas acessível mediante provas – o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é o exame que os jovens precisam realizar, no Brasil, para acesso ao ensino superior (<https://enem.inep.gov.br/faq#exame>) - e sem vagas públicas para toda a demanda proveniente de jovens do ensino médio. Conforme o art. 208: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988, s/p). Sobre a relação entre demanda e vagas públicas, no caso de vagas novas, a demanda foi de 17,4 candidatos por vaga nas IFES para cursos presenciais e 3,4 no caso da graduação a distância no ano de 2017. Cf. o último Censo do Ensino Superior (BRASIL, 2017).

⁴Tais subsídios podem ser diretos – direcionamento do fundo público para o setor privado, como no caso do Financiamento Estudantil (FIES) - ou indiretos, como o caso das isenções fiscais e tributárias.

cada vez mais concentrado em megaempresas (conglomerados educacionais), desituído da dimensão da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e, ainda, com forte uso da modalidade⁵ de Ensino a Distância (EaD) como meio para a expansão, especialmente, do segmento privado-mercantil.

Tal análise é de suma importância para uma maior apreensão dos impactos no processo formativo dos assistentes sociais brasileiros: profissionais que lidam diretamente com inúmeras expressões da “questão social”, trabalham em diversas políticas sociais setoriais e cuja formação vem sendo operada majoritariamente em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com finalidades lucrativas e que utilizam o EaD como meio de expansão de seu público consumidor.

O presente trabalho resulta da imersão em estudos bibliográficos e levantamento de dados de natureza documental e estatística. A pesquisa bibliográfica pautou-se em pensadores clássicos brasileiros sobre a formação social e sua relação com o desenvolvimento capitalista. Em seguida, passamos à discussão da formação dos assistentes sociais brasileiros, apresentando alguns dados relativos ao crescimento do EaD nesse curso e problematizando o perfil profissional então constituído.

Padrão educacional rebaixado, formação para o trabalho complexo e a expansão do ensino superior sob o comando do capital financeiro

Deste modo, fica claro que, em uma confirmação capitalista dependente como a brasileira, dois traços se articulam: o lugar ocupado por tal economia na divisão internacional do trabalho e o tipo de formação humana e profissional daí derivado. Trata-se de uma formação social marcada pela heteronomia, de acordo com Florestan Fernandes, cujo lugar é determinado a partir de um vínculo orgânico e subordinado que a burguesia local cria com as burguesias dos centros hegemônicos, definindo, a partir deste ponto, o caráter da educação em geral e da educação superior, em particular. Como mostra Fernandes (apud CARDOSO, 1978):

[...] De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e desituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas.

Na citação acima, ganha nitidez o modo de organizar as relações de clas-

⁵Compreendemos que o uso do EaD em um país capitalista dependente como o Brasil vai além da aplicação/uso de uma mera modalidade: mais do que uma modalidade, o EaD configura-se em significativa estratégia de expansão mercantil do ensino superior brasileiro. Cf. discussão em Barreto (2010).

se internas a partir da dominação externa: a burguesia local comanda a sobreapropriação e a sobreexpropriação necessárias para remunerar tal forma de dominação, submetendo a classe trabalhadora e os grupos subalternos a algo como uma “sobredominação”. Significa que, dentre outras, o padrão de assalariamento e de proteção ao trabalhador é sobredeterminado, desaguando em salários muito baixos e na parca extensão e alcance dos direitos trabalhistas e sociais, bem como, na alocação de parcelas muito significativas da força de trabalho na realização de trabalho simples, separando o trabalho complexo para as elites. Isso aponta para o fato de que a formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo assim se estruturam, ainda que acompanhando o movimento do capitalismo, tal como historicamente configurado. De forma sintética:

Uma sociedade que produz cada vez mais riqueza – a décima em termos de Produto Interno Bruto (PIB) – e que vai se adequando aos métodos técnicos-científicos e culturais coetâneos ao capital mundo, mas de forma desigual. Uma sociedade dependente e associada ao grande capital, de desenvolvimento desigual e combinado, cujo papel dominante, na divisão internacional do trabalho, mesmo com a redefinição do trabalho simples e a ampliação do trabalho complexo, é exercer atividades neuromusculares e, portanto, de baixo valor agregado (FRIGOTTO, 2008, p. 14).

Na história da educação brasileira⁶, pode-se observar que, até os anos iniciais do século XX, em uma economia agroexportadora, o treinamento para a execução do trabalho simples teve desenvolvimento tardio⁷, enquanto a formação para o trabalho complexo formava elites predominantemente para o exercício militar, para a administração do Estado e para as chamadas profissões liberais.

A partir do desenvolvimento da urbanização e da industrialização, a formação para o trabalho simples passa a exigir outros graus de sistematização, realizando-se, cada vez mais, nas instituições de educação escolar e nos centros de formação técnico-profissionais que também se expandem a partir dos anos 1930. A formação para o trabalho complexo foi, então, também reordenada, como mostram Neves e Pronko (2008), durante o governo Vargas, com a reafirmação pela regulamentação do modelo universitário como referência na educação superior, tal como prefigurado no Estatuto das Universidades Brasileiras⁸. Por outro lado, o Estado organizou uma estrutura dual para a formação

⁶É importante salientar que a escola, em formações sociais capitalistas, possui uma dupla finalidade: formar para o trabalho e forjar a formação humana a partir da sociabilidade burguesa, produzindo a coesão social necessária para a reprodução social.

⁷Tratava-se de uma concepção que entendia o ensino técnico-profissional como possuindo um caráter assistencial, muitas vezes de caráter religioso, lógica que se inicia pelos incapacitados e “menores abandonados” e se estende às camadas populares com o sentido de moralização (NEVES, PRONKO, 2008).

⁸Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Cabe ressaltar, todavia, que essa orientação universitária para a educação superior é mais formal que real, especialmente se se pensar em termos de número de instituições. Em

de cunho tecnológico em que se dividia entre a organização e implementação direta do ensino técnico-profissional e aquele em que, aliado aos sindicatos patronais, oferecia formação para a mão de obra já empregada na indústria e comércio, principalmente.

Nos anos que seguiram ao período da Segunda Guerra mundial, uma nova rearticulação da divisão internacional do trabalho – agora sob hegemonia estadunidense – demarca um novo momento do desenvolvimento capitalista no Brasil. Tal período é marcado pela industrialização pesada, pela maior intervenção do Estado na economia e em uma outra relação com as classes sociais. Tratava-se ainda de uma economia mais complexa e diversificada – no bojo do espalhamento da lógica do capital monopolista –, demandando um novo arranjo entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional para um projeto desenvolvimentista⁹, além de uma ampliação da cobertura social do Estado como tentativa de limitar aos moldes da institucionalidade e sociabilidade burguesa a organização da sociedade civil.

Esse quadro significou, como mostram Neves e Pronko (2008), uma elevação das matrículas para todos os níveis de ensino. Tal fato redonda na expansão da formação escolar primária para o trabalho simples, na ampliação do ensino médio – em sua estrutura dual – e no alargamento da educação superior, com o movimento da federalização e da diversificação horizontal e vertical¹⁰ das instituições, constituindo a responsabilização do Estado pelo processo formativo no âmbito do trabalho complexo.

Importa dizer, ainda segundo Neves e Pronko (2008), que esse período demarca a insurgência de demandas populares quanto ao campo educacional no sentido da transformação social, em uma mobilização da sociedade civil que vicejava no sentido de ampliar os estreitos limites da democracia no país. Esse processo é violentamente interrompido pelo Golpe de 1964.

A autocracia burguesa imporia uma modernização conservadora no país, ou seja, uma política econômica modernizadora conjugada com uma ampliação seletiva do Estado, marcada pelo caráter precário e desqualificado dos serviços atrelados às políticas sociais no momento mesmo em que se busca aumentar a produtividade social do trabalho.

Obviamente, tal processo aumenta a exigência da capacidade escolar de sistematizar o saber científico e tecnológico e, ao mesmo tempo, mantendo o processo educacional permeado pela exclusão e pela reprodução da desigualdade por dentro do sistema escolar. Como afirmam Neves e Pronko (2008, p. 44-45):

2017, são 305 instituições universitárias públicas e privadas em um universo de 2.448 instituições, de acordo com o Censo da Educação Superior. Em termos de concentração de matrículas, a situação é melhor: 53,5% das matrículas (presenciais e a distância) estão situadas em universidades (BRASIL. MEC. INEP, 2017). Cabe ressaltar que as instituições públicas adotam predominantemente o modelo universitário, enquanto o mesmo não acontece com o setor privado.

⁹Cf. Cardoso (1978).

¹⁰A diversificação horizontal, segundo Neves e Pronko (2008), expressa-se pelo aumento de cursos e especialidades. A vertical, por sua vez, refere-se, principalmente, à criação de graus hierarquizados dos cursos superiores, como graduação e pós-graduação.

O período 1964-1985 se caracterizou, no âmbito educacional, pela extensão seletiva das oportunidades educacionais, pela refuncionalização dos movimentos de educação popular e pela privatização do ensino, configurando uma redistribuição de tarefas na área educacional.

No que tange à formação para o trabalho complexo, a ordem institucional escolar foi bastante modificada. No caso da educação superior, vivenciou-se a primeira grande onda de expansão de caráter privado (VALE, 2011), no bojo ainda da Reforma Universitária de 1968, por sua vez carregada das diretrizes oriundas dos acordos MEC-USAID. Tem-se, portanto, uma expansão privista da educação superior, bem como o desenvolvimento e a consolidação dos Programas de Pós-Graduação – em geral nas instituições públicas - conjugada a uma imensa repressão contra estudantes, professores e pesquisadores.

Esta Reforma também incidiu no ramo tecnológico da formação para o trabalho complexo, que já vinha sofrendo alterações. No limite, criou-se então uma nova dualidade escolar: a via privada empresarial e católica fica com o ensino propedêutico, encaminhando a classe média e a burguesia para a educação superior em seus cursos e instituições mais prestigiados, enquanto a rede pública de 2º grau, obrigatoriamente profissionalizada, conduzia seus egressos, oriundos da classe trabalhadora e das camadas mais baixas da classe média, para os espaços menos cotados da educação superior, para cursos de treinamento ou mesmo diretamente para o mercado de trabalho¹¹.

Ao analisar a educação superior, Florestan Fernandes caracteriza o que chamou de padrão dependente de educação superior¹² em uma de suas marcas centrais: uma propagação de faculdades privadas se deu, sem a requisição de condições adequadas em termos de infraestrutura, principalmente no que se refere aos docentes. Desta forma, deu-se origem a uma ampliação fragmentária do ensino superior, conduzida pelo setor privado, que, claro, privilegiou os cursos que propiciavam maior retorno em termos de lucro, sem amplos compromissos nem com a formação da força de trabalho e muito menos com a constituição de sujeitos de consciência crítica. Nesse contexto, tivemos, na área do Serviço Social, também a primeira grande expansão dos cursos, inseridos em faculdades isoladas e privadas, afastando-se parcialmente de sua origem confessional e encaminhando-se para um processo de empresariamento da formação (PEREIRA, 2007)¹³.

Os anos 1980 marcam o esgotamento do modelo econômico implementado pela Ditadura, pela organização política da classe trabalhadora, pelo esgo-

¹¹ Neves e Pronko (2008) chamam a atenção para a emergência das Escolas Técnicas e seu importante papel na formação superior tecnológica.

¹² “Pode-se definir padrão dependente de educação como o padrão educacional engendrado pelo lugar subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho e pelo modo de organização da luta de classes característico da formação econômico-social brasileira” (VALE, 2011).

¹³ Netto (1998) analisou o processo de renovação profissional no Brasil, que incluiu também a inserção de cursos outrora isolados em instituições universitárias, dando origem aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social em diversas instituições federais e instituições confessionais (geralmente, as Católicas).

tamento do modelo de Estado ditatorial e pela crise da burguesia brasileira em função da disputa entre suas diferentes frações. É a partir do governo Fernando Henrique Cardoso que se reconfigurou o projeto de sociedade e de sociabilidade burguesa para o novo século, adequado ao novo momento da acumulação capitalista e, portanto, exigindo adequações em termos de formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo.

No âmbito político, o Brasil ingressou de modo mais integral, a partir de 1995, na chamada “era neoliberal”, orientado por um projeto de país que conduz à gestão neoliberal do Estado brasileiro, implicando na condução desse Estado como se ele fosse um negócio (PAULANI, 2008). Segundo a autora, “[...] é no governo Itamar que se tem lugar as primeiras medidas de peso a fim de preparar o país na sua inserção no circuito internacional de valorização financeira”.

Logo no início de seu governo, no fim de 1992, a diretoria da área externa do Banco do Central [...], encarregou-se por meio de mudança que promoveu nas chamadas contas CC5¹⁴, nas providências para abrir o mercado brasileiro de capitais, retirando entraves que impediam a livre saída de recursos do país (PAULANI, 2008, p. 134).

Para a adesão do país ao projeto neoliberal, houve a imposição de um conjunto de alterações estruturais, já acordados, anteriormente, por ocasião do Consenso de Washington. Esses ajustes, sobretudo, de caráter jurídico, ainda inconclusos na atual etapa do desenvolvimento capitalista vivida no país, tiveram o objetivo central de transformar o país numa economia juridicamente atrativa para novas formas de valorização de capital, baseando-se, sobretudo, na desregulamentação trabalhista, na gestão monetária da economia e na atração de Investimento Externo Direto (IED) (PAULANI, 2008).

A prioridade central do país nesta adesão ao capital financeiro passa a se assentar na estabilidade macroeconômica, na disciplina fiscal e monetária, na adoção de uma agenda que previsse uma revisão constitucional envolvendo reformas tributárias, um novo pacto federativo revisando o papel dos entes federados e sua relação com a sociedade e as novas relações com o capital financeiro (SILVA JUNIOR, 2012; KATO 2013). Algumas medidas foram tomando forma já neste período, como a securitização da dívida pública, o Plano Real, a venda - ao capital internacional - de empresas públicas de setores estratégicos, como as empresas de energia elétrica e telecomunicações, elevação das taxas de juros, aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovação, por Emenda Constitucional, de isenção de Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) de recursos aplicados nas Bolsas de Valores e, mais sig-

¹⁴No governo Itamar Franco, a diretoria da área externa do Banco Central, de responsabilidade de Armínio Fraga na ocasião, alterou o funcionamento das contas CC5 – contas exclusivas para não residentes no país -, sem passar pelo Congresso Nacional. Tais mudanças consistiram na ampliação do conceito de não residente, incluindo a partir daí contas livres de instituições financeiras no exterior, o que ganhará força com Gustavo Franco na direção desta área. A segunda mudança é executada em 1996, quando as contas CC5 passaram a poder enviar qualquer saldo ao exterior abrindo a possibilidade de qualquer agente remeter dinheiro em moeda forte para fora do país, bastando, para tal, depositar dinheiro em moeda local nessas contas.

nificativamente, concedeu isenção de imposto de renda à remessa de lucros ao exterior e a distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros (PAULANI, 2008).

A adoção dessas políticas induziu a preparação jurídica do país para o circuito de valorização financeira e tem elevado a imbricação entre a expansão da educação superior privado-mercantil e a financerização da economia. Notadamente, até a década de 1990, o setor educacional era pouquíssimo atrativo para os investidores nacionais e internacionais. As razões desta baixa atratividade podem ser entendidas pela própria estrutura jurídica e regulações administrativas que envolviam a criação de Instituições de Educação Superior (IES): a legislação anterior à Constitucional Federal de 1988, no que disciplinava a educação superior brasileira, preconizava a criação de uma estrutura de educação superior voltada para o padrão universitário a partir do pacto ensino, pesquisa e extensão, com forte regulação estatal e sem disciplinar constitucionalmente a aferição do lucro.

Ao estipular que as faculdades privadas não tivessem finalidades lucrativas, os legisladores não tinham como meta impedir o lucro - algo inviável em qualquer negócio capitalista -, mas alterar a apropriação do lucro. Este não poderia ser privado, mas poderia ser reinvestido na própria produção. Mesmo assim, havia burlas. Os grupos mantenedores faziam várias manobras legais para se apropriarem do excedente, como realizar obras superfaturadas por empreiteiras ligadas aos proprietários, transações intragrupos, etc. Uma das manobras consistia em se alugar a sede física - de propriedade de algum membro da sociedade - como se fosse negócio de terceiros. Por duas décadas, esse panorama se manteve. A expansão privada se deu através de estabelecimentos confessionais, fundações de direito privado ou público e empresas familiares (NAPOLITANO, 2017, p. 14).

No caso da educação superior, mesmo que em décadas anteriores tivéssemos experimentado reformas orientadas pela lógica privatista, como na reforma universitária de 1968 que introduziu alterações na extensão, na organização e na gestão universitária (NAPOLITANO, 2017), é a partir da Constituição Federal de 1988 que alterações constitucionais importantes iniciam um processo de pavimentação jurídica para tornar o setor educacional, em especial a educação superior, uma opção rentável e profícua para investimentos, principalmente, financeiros. No artigo 209 da Constituição Federal, por exemplo, já se nota clara indicação do *modus operandi* ao decretar liberdade de ensino à iniciativa privada “[...] o ensino é livre a iniciativa privada, atendida as seguintes condições: I- cumprimento das normas gerais da educação nacional; II- autorização e avaliação de qualidade pelo poder público” (BRASIL, 1988).

De modo complementar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 9.394/96 -, contemplou tal assertiva, ao definir, no Artigo 19, a diversificação entre categorias administrativas para instituições de ensino “I – públicas assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas

pelo Poder Público; II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”, e ao introduzir, no Art. 20, as categorias diferenciadas para as IES privadas:

I – particulares em sentido restrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluem na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV – filantrópicas, na forma da Lei (BRASIL, 1996).

Para além dessas adaptações legais das variadas formas organizativas para as IES, outras alterações na LDB 9.394/96 e na legislação que se seguirá revestiram o caminho rumo à mercantilização da educação superior e sua atratividade e adaptabilidade ao mercado financeiro, criando a ocasião de um novo ciclo de expansão privatista, com contornos mercantis e empresariais mais amplos. Do ponto de vista da organização acadêmico-administrativa, permitiu a flexibilização das prerrogativas acadêmicas universitárias ao criar os Centros Universitários¹⁵, a criação de variados tipos de cursos: graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia); pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*, residências e extensões; além de modalidades de cursos, como presencial e a distância.

O formato legal que as IES privado-mercantis utilizaram para entrada no mercado financeiro é importante [...] De início é necessário relembrar que anteriormente à Constituição de 1988, legalmente, não era possível conseguir lucros (desconsiderando as fraudes) com uma IES particular, a legislação do período ditatorial que previa a natureza jurídica delas era a Lei 5540/68 (BRASIL, 1968), que dispunha em seu art. 4º “As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações”. Isto causava confusão mesmo após o novo regime Constitucional se iniciar, visto que a revogação de tal lei só ocorreu com a LDB (lei nº 9.394/96). Era assim, pois, considerando que a possibilidade de lucratividade foi inserida na Constituição, o fato de que as instituições só poderiam assumir duas naturezas jurídicas, sendo estas duas de um tipo em que os fins lucrativos não eram permitidos, gerava certa inconstância. Portanto, a entrada no mercado financeiro, mesmo após 1988, não era inicialmente possível no Brasil para as IES particulares, já que

¹⁵ Decreto N° 5.773, de 9 de maio de 2006.

para isto seria necessária a natureza jurídica de sociedade. A legislação posterior foi importante para acabar com os constrangimentos do empresariado educacional, mas não somente isso, também foi crucial à própria evolução do capitalismo de predominância financeira, que sempre visa atingir novos mercados. Isto foi feito nas legislações relacionadas à atual LDB, pós 1996 [...] decretos 2.207/97 e 2.306/97 e principalmente no art. 9º da Lei 9.870/1999, que permitiram a possibilidade das IES particulares brasileiras assumirem a forma de Sociedades Comerciais, previstas no inciso II, do art. 16 do Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916), que posteriormente, após a promulgação do novo código civil de 2002, passaram a ser as sociedades empresárias de acordo com o seu art. 982 (BRASIL, 2002). Assim, os limites da mercantilização foram ultrapassados com toda a adaptação legal do Estado brasileiro, que serviu de incentivo ao crescimento da iniciativa privada na educação superior. Estas mudanças eram necessárias para a evolução da exploração da educação como mercadoria, pois para além do crescimento numérico de instituições e matrículas ficou enraizada no ordenamento jurídico a concepção da educação como um bem de serviço, portanto, vendável (SOUZA, 2018, p. 65).

Essas foram algumas das principais alterações jurídicas que permitiram mudanças nas feições de oferta e objetivos do campo da educação superior, permitindo, a partir de 2007¹⁶, que as empresas educacionais iniciassem suas primeiras movimentações em Bolsa de Valores, em mais um ciclo de expansão privatista, em um novo patamar. Lavinas, Araújo e Bruno (2017, p. 6) conceituam o processo de financeirização:

Basicamente, a financeirização retrata um processo no qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e as élites financeiras passam a ter peso crescente nas políticas econômicas e nos seus efeitos (PALLEY, 2007). [...] pode-se acrescentar uns bemóis às distintas facetas desse regime de acumulação, que significa também: expansão extraordinária dos ativos financeiros vis a vis a economia real; proliferação de distintos tipos de ativos em meio à ascendência da lógica acionária; primazia da especulação, em lugar ou em detrimento dos investimentos, que tendem a recuar; mudança interna ao setor privado, com os imperativos financeiros prevalecendo sobre os interesses da produção; aumento da desigualdade em função dos ganhos financeiros das élites; booms de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser “banarizadas”; rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e alta da renda disponível; penetração da finança em todas as dimensões da reprodução da vida, re-mercantilizando o que havia sido desmercantilizado, em particular com a substituição da provisão pública por uma miríade de

¹⁶ Muitas destas empresas começam a se preparar bem antes, ainda no início da década, adotando, dentre outras medidas, a contratação de empresas de consultoria especializadas em preparar empresas para a abertura de capital em Bolsa (IPO).

seguros imperfeitos para os riscos que pretendem cobrir; aumento do risco, sob inúmeras e desconhecidas formas, e também ambientes macroeconômicos mais instáveis.

Ou seja, de acordo com Lavinas; Araújo e Bruno (2017), esta face da financeirização da economia brasileira, amplamente lastreada pelo desenvolvimento da acumulação bancária e o fortalecimento das elites rentistas, permitidos por avanços na interconexão entre os mercados financeiros globais e pela atuação do Estado, passa a desconsiderar o pacto social firmado com a Constituição Federal de 1998, ressignificando o papel da política social, sobre-tudo, “[...] os serviços tradicionalmente providos pelos Estados nacionais como saúde, educação e os sistemas de previdência social” que, antes orientados pela lógica universal, são arrebatados pela lógica financeira dos seguros (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017, p. 17) “[...] empurando a população para a provisão privada e, ao mesmo tempo, favorecendo a captura da política social pelo setor financeiro” (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017, p. 18).

Ao proceder à análise dos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2017, pode-se notar que, em relação à oferta de educação superior, o quadro apresentado é de que 87,9% ou (2.152 instituições) das IES estão no setor privado, das quais 1.878 são faculdades (87,3%) e 12,1% (296) são instituições públicas, demonstrando um predomínio do setor privado em relação à oferta de educação superior. Com base nos números de alunos em 2007, as matrículas somaram 5.302.373 e, em 2017, somaram 8.290.911, um aumento de 56,4% no numero de matrículas em uma década. Quando analisamos a oferta pública-privada no ano de 2017, 75,3% destas matrículas (6.241.307) estão no setor privado, estando apenas 24,7% (2.045.356) no setor público e, em maior parte, em instituições isoladas (BRASIL, MEC, INEP, 2018).

Lavinas, Araújo e Bruno (2017) destacaram um amplo processo de financeirização da oferta educacional superior. Destacaram que, apesar de, no período de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), ter havido investimentos nos setores públicos, com destaque para a criação de 14 universidades públicas situadas em diversas regiões do país, contrariamente, a expansão do número de vagas na educação superior deu-se por uma política de expansão orientada pela indução ao endividamento familiar e da drenagem de investimentos, por parte do fundo público, via programas como Fundo de Financiamento Estudantil- FIES e Programa Universidade para Todos- ProUni.

Essa estratégia de expansão da oferta de vagas no ensino superior revelou-se, no mínimo, ambígua: o percentual de estudantes universitários em instituições privadas já alto, passa de 70% em 2003 para 75% em 2015 (INEP 2016). O mais surpreendente, no entanto, é que o gasto com FIES, nesse mesmo ano, alcança pouco mais de R\$ 15 bilhões, contra R\$ 1,3 bilhão em 2003 e passa a representar 46% de toda a despesa do governo central com universidades públicas federais em 2015 (TESOURO NACIONAL, 2016). Essa progressão geométrica do crédito estudantil em curto espaço de tempo estimu-

lou a formação de grandes conglomerados na área da educação, tais como o grupo Kroton/Anhanguera, Estácio Participações S.A., Ser Educacional S.A. ou Anima, para nos atermos aos maiores. Ademais, permitiu que eles consolidassem posições no mercado mediante estratégias agressivas de aquisições e fusões, apoiadas em abertura de capital a partir de 2007 (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017, p. 17).

Complementando a fala de Lavinas, Araújo e Bruno (2017), os resultados apresentados em relatório final da pesquisa “Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil”, coordenado pela professora Vera Jacob Chaves, revelaram, por meio da análise dos recursos executados pela União:

[...] que o governo federal tem ampliado o espaço de valorização do capital quando, destina recursos públicos para os grandes grupos financeiros/ educacionais, por meio do Fies e do Prouni e privilegia o pagamento da dívida pública. [...] Processo que estimula a transformação da política educacional em espaço de acumulação capitalista, amplamente lastreado por estratégias mercantis capazes de criar grandes conglomerados educacionais de caráter financeirizado e concentrado. Assim, o ensino superior, comercializado por instituições privadas de ensino, constitui-se, deliberadamente, com incentivo estatal direto, em negócio altamente rentável no Brasil (CHAVES, 2019, p. 116).

De outro, a pesquisa também apresentou dados que revelam que a entrada do capital financeiro na área educacional, além das estratégias políticas, via FIES e PROUNI, deram nova forma às políticas de educação superior, agora como exigência da manutenção do pacto social instituído com o capital de predomínio financeiro:

O espaço educacional torna-se, ele mesmo, um espaço de acumulação capitalista, amplamente lastreado por estratégias mercantis capazes de criar grandes conglomerados educacionais de caráter financeirizado e concentrado; o PROUNI e o FIES tem contribuído para o aumento da lucratividade e do patrimônio líquido dos grupos educacionais, favorecendo a expansão privado/mercantil de oligopólios educacionais, com aquisições de instituições menores, em um processo de concentração no setor educacional privado. O FIES é uma das principais fontes de lucro das empresas chegando a responder por quase 50% do rendimento líquido. As margens de lucro exorbitantes do setor privado-mercantil guardam estreita relação com o elevado volume de estudantes beneficiários do FIES, posto que parcela expressiva das receitas derivadas do pagamento das mensalidades fica garantida [...] Em 2015 o grupo Estácio teve receita líquida em mais de 4 milhões; em 2014, o FIES representou 72,7% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. O Relatório Finan-

ceiro do quarto trimestre de 2016 mostra que o grupo recebeu R\$ 2,4 bilhões via FIES. Pode-se afirmar que o grande volume de recursos associados ao FIES e ao PROUNI que se dirigem às instituições privadas contribuiu de forma fundamental para que o quantitativo de matrículas continuasse a aumentar mais no setor privado que no público (CHAVES, 2019, p. 117).

Esse quadro aponta para o fato de que, nos últimos tempos, a burguesia busca atrofiar qualquer experiência de educação escolar para além do capital, mantendo o padrão dependente de educação superior em seus traços centrais: a predominância do setor privado, de instituições não universitárias, com largo uso do EaD como estratégia de expansão, favorecendo uma ampliação da formação para o trabalho complexo que faz menos, ou seja, combater a possibilidade de que a formação para o trabalho complexo venha acompanhada de criticidade e capacidade transformadora, delimitando a formação humana e profissional ao requisitado seletivamente pelo e para o mercado de trabalho, fomentando a sociabilidade burguesa do novo século e pavimentando a coesão social com uma educação cada vez mais precarizada, mercantilizada - e moldada para as demandas centrais do projeto societal do capital - para a classe trabalhadora e para aqueles que com ela trabalharão, como os(as) assistentes sociais.

Considerações finais: sobre a formação dos assistentes sociais em contexto de contrarreforma do ensino superior brasileiro

A reflexão sobre a relação entre desenvolvimento capitalista dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado, realizada no item anterior, nos auxilia sobremodo a apreender as características da política educacional brasileira. Isto é, como o Estado brasileiro vem operando uma política necessária aos padrões de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de tipo dependente. Como vimos, as necessidades de formação da força de trabalho provenientes dos segmentos dominantes da economia apontam historicamente para a formação essencialmente para o trabalho simples (limitado à Educação Básica) e não complexo (de nível superior). Assim, o ensino superior no Brasil configura-se como um imenso mercado: ao invés de formar profissionais para a produção de Ciência e Tecnologia (C&T), a maior parte das matrículas no ensino superior está concentrada em cursos que exigem baixo investimento na área de C&T. São, geralmente, cursos na área de Humanas, que exigem pouco investimento das empresas educacionais, configurando-se como um “nicho” de mercado interessante para as IES com finalidade lucrativa, visto que estas extraem sobretrabalho significativo dos docentes, utilizam-se largamente de plataformas digitais (EaD) e maximizam seus lucros, drenando, ainda, recursos públicos (como isenção fiscal).

O trabalho complexo aqui formado deve ser ampliado para “menos”¹⁷, destituído de qualquer criticidade, voltado para atender às demandas do merca-

¹⁷ Algebaile (2009) realiza uma interessante discussão sobre a ampliação da escola pública, nos anos 1990, para “menos”, sendo possível também pensar tal processo para o ensino superior brasileiro.

do de trabalho e também de formação de público consumidor do ensino superior. Portanto, no âmbito do Serviço Social, ampliamos de forma vertiginosa os cursos e matrículas, cuja formação é adequada a uma política social minimalista, focalizada, de mero “combate à pobreza”, sem a perspectiva de universalização de direitos¹⁸.

Assim, o Serviço Social nasce por meio da articulação entre Igreja Católica e Estado varguista, nos anos 1930, majoritariamente em IES confessionais e sofre as influências de política educacional que se desenvolve e analisamos no primeiro momento desse trabalho: seus cursos expandem-se no período da ditadura civil-militar, iniciando um processo de mercantilização, que será adensado nos anos 1990 e aprofundado nos anos 2000, com intenso uso do EaD.

Não é, contudo, uma novidade a formação na área do Serviço Social ocorrer majoritariamente no setor privado: o que é “novo” aqui é o seu imbricamento com o aprofundamento do processo de mercantilização e de sua exploração por parte de conglomerados educacionais relacionados com o setor financeiro, especialmente após o surgimento dos cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EaD.

Ao analisarmos o crescimento dos cursos de Serviço Social em uma década (2007-2017)¹⁹, constata-se o expressivo crescimento de tal modalidade, principalmente quando observamos as taxas de crescimento (tabela 1).

Embora os cursos presenciais sejam maioria, em termos absolutos, vagas, matrículas, ingressos e concluintes em EaD, em 2017, superam tais categorizações na modalidade presencial. Um dado que impressiona refere-se aos concluintes: em uma década, a taxa de crescimento foi de 32,225%, enquanto os cursos presenciais tiveram crescimento de 58,13%.

Tabela 1 – Cursos, vagas, matrículas, ingressos e concluintes por modalidade de ensino – Serviço Social – Sinopses Estatísticas 2007 a 2017

Presencial/EaD		2007		2017		Taxa de Crescimento	
Cursos presenciais	Cursos EaD	262	5	418	33	60%	560%
Vagas presenciais	Vagas EaD	30.331	51.836	49.081	132.895	61,81%	156,37%
Matrículas presenciais	Matrículas EaD	52.768	31.115	60.767	92.781	15,15%	198,18%
Ingressos presenciais	Ingressos EaD	18.282	37.727	16.517	40.848	- 9,65%	8,27%
Concluintes presenciais	Concluintes EaD	7.876	46[1]	12.455	32.225	58,13%	32.225%

Fonte: Elaboração própria, com base nas Sinopses Estatísticas INEP/MEC 2007-2017, trabalhadas em Pereira e Vianna (2019).

Os dados disponibilizados na tabela 1 nos indica que, em breve, possamos ter mais profissionais atuando no mercado de trabalho formados à dis-

tância do que em cursos presenciais. Tal situação traz profundas implicações para o perfil de assistente social que atua no mercado de trabalho, dadas as particularidades da formação na modalidade de EaD: um profissional formado à distância, sem a relação pedagógica intensa com diversificado corpo docente, com uma formação destituída do tripé ensino-pesquisa-extensão e o contato cotidiano com movimentos sociais importantes, como os movimentos docente e estudantil. Somam-se ainda os problemas relacionados ao Estágio Supervisionado em Serviço Social²⁰, já apontados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o conjunto de Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS) e a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social).

Cabe destacar, ainda, que as características do EaD e suas limitações já vêm sendo estudadas por uma série de pesquisadores no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em nível nacional, que demonstram a fragilidade da formação em tal modalidade, desde a precariedade dos vínculos de trabalho dos tutores até a ausência de supervisão acadêmica de estágio, bem como, a realização de leituras via apostilas, sem o recurso a fontes clássicas, o que dirá a falta efetiva de debate e problematização, especialmente considerando o avanço do conservadorismo/reacionarismo na sociedade brasileira. Como problematizar junto aos discentes sobre a moralização da “questão social” sem diálogo próximo? Como desconstruir valores tão arraigados, embasados no senso comum, visto que muitos discentes vêm procurar o curso de Serviço Social com a ideia de “ajudar ao próximo”? À distância, a tarefa hercúlea de desconstruir o senso comum e construir/formar com base em debate científico e destituído de moralismos, sem dúvida, torna-se bastante limitada.

É claro, portanto, que o EaD torna-se, pois, funcional ao tipo de formação para o trabalho complexo que o mercado de trabalho deseja: destituída de criticidade, mas “apta” a realizar algo tão necessário ao avanço/manutenção do capitalismo dependente brasileiro: formar profissionais sem a solidez e crítica teórico-metodológica necessária, para apassivar a classe trabalhadora e seus diferentes segmentos, individualizar e moralizar as diversas expressões da “questão social”, disseminar termos tão em voga, como “empreendedorismo”, “empoderamento” dos usuários, etc., sem uma aproximação crítica do que a Universidade vem discutindo e problematizando há décadas.

Não se trata, é fundamental salientar mais uma vez, de fazer a crítica aos sujeitos que realizam o EaD, em busca legítima por melhorias em suas vidas. O que buscamos ressaltar é apreender a lógica que atravessa o ensino superior no país, sua relação com a posição do Brasil enquanto um país capitalista dependente e, assim, captar/compreender o veloz crescimento do EaD no país, como uma mercadoria. Nesses termos, é possível mergulhar no Serviço Social e perceber como tal profissional formado à distância é interessante para alimen-

²⁰Frente à própria natureza do EaD, o momento do estágio em Serviço Social carece das condições formativas legais para o seu efetivo exercício. Não à toa, as denúncias aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) quanto a irregularidades nesse momento da formação vêm se tornando crescentes, especialmente direcionadas para o estágio supervisionado. Cf. documento do CFESS/ABEPSS/ENESSO, publicados em 2010 e 2014, sobre uma série de irregularidades relacionadas à formação na modalidade de EAD.

tar postos de trabalho precários, sub-remunerados, nos quais são exigidos dos profissionais maleabilidade e resiliência quanto à perda e negação crescentes de direitos dos usuários.

Salientamos, por fim, a necessidade de, tanto por pesquisadores da área do Serviço Social, quanto pelas entidades da categoria, *permanecer problematizando amplamente junto à categoria profissional as condições formativas de tal modalidade de ensino, que apontam para uma formação fragilizada, com diversas limitações, e articular tal crítica à defesa do direito universal ao ensino superior, em um país com o sistema de ensino superior mais privatizado do mundo*. Ou seja, é primordial demonstrar que se trata em um país marcadamente desigual como o Brasil lutar por direitos sociais – dentre eles o da Educação Pública e de Qualidade – para que tanto assistentes sociais o direito à formação com efetiva qualidade e em consonância com o projeto de formação da ABEPSS, quanto os usuários das políticas sociais tenham o direito ao atendimento com profissionais formados com embasamento crítico teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, o que exige intenso trabalho, ensino, pesquisa, extensão, muito debate em sala de aula, supervisões diretas acadêmica e de estágio e diversificado corpo docente. Realidade, portanto, radicalmente diversa das condições formativas proporcionadas pelas grandes empresas que exploram o EaD.

A ação política de combate à desigualdade educacional – e o EaD é uma de suas expressões, visto que o Estado não se responsabiliza como deveria, com recursos públicos suficientes, para a garantia da escolarização de todos na idade correta e para o acesso universal ao ensino superior de qualidade e presencial –, e o aprofundamento de estudos/pesquisas quanto aos rumos da formação profissional de Serviço Social e suas implicações para o exercício profissional são pois imprescindíveis para resistir e avançar na luta por uma profissão de Serviço Social comprometida com os princípios e valores de nosso Código de Ética (CFESS, 1993).

REFERÊNCIAS

ALGEBAIL, E. **Escola pública e pobreza no Brasil:** a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDIFES. FONAPRACE. **Relatório Executivo da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018.** Uberlândia: UFU, maio 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%BCmico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1299-1318, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [1996a]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 65. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 fev. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil**: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)/EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 2. Brasília: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadedevolume2_2014.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

CHAVES, V. L. J. **Relatório técnico científico final**. Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil. Belém, 2019. 146 p.

KATO, F. B. G. **A Nova Política de Financiamento de pesquisas**: reforma no Estado e no novo papel do CNPq. 2013. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. **Brasil**: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. Texto de Discussão 032. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2017.

MOTA, A. E. **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

NAPOLITANO, C. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, Gilberto (Org.). **O Negócio da Educação**: aventurar na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: Olho d'Água, 2017. p. 7-26.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PEREIRA, L. D.; VIANNA, A. C. V. de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. In: VALE, A. A. do.; PEREIRA, L. D. **O Ensino à Distância na formação em Serviço Social:** análise de uma década. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2019. cap. 6.

OECD. **Education at a Glance 2017:** OECD Indicators, Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

SOUZA. J. A. E. **Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade.** 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

VALE, A. A. do. **As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora:** a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011. 446 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PARTE III

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO PROFISSIONAL

CAPÍTULO VII

O DEBATE TEÓRICO ÍDEO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

Adrianyce A. Silva de Sousa (UFF)
Ivy Ana de Carvalho (UFF)
Morena Marques (UNIRIO)

Introdução

No presente ensaio buscamos estabelecer algumas aproximações com o que entendemos serem duas tendências presentes no debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo, a saber: uma *tendência socialista reformista*, que estaria vinculada a uma parte do segmento progressista da profissão com expressão na vanguarda desta categoria e, uma *tendência (neo) conservadora expressa no empoderamento como metodologia de intervenção profissional*. Estas tendências só são possíveis de apreensão, a nosso ver, se compreendidas à luz dos traços deletérios assumidos, na particularidade do capitalismo brasileiro nos anos 2000, e que dão vicissitudes ao conservadorismo próprio à nossa formação social.

O que nos parece, é que neste processo ganham reforço mecanismos ideológicos apassivadores dos trabalhadores, que passam a ser expressivos no âmbito das políticas sociais, de categorias profissionais (tal como o Serviço Social) e de alguns movimentos sociais. Particularmente, no Serviço Social, a resultante destes processos sociais vivenciados na sociedade brasileira no marco dos anos 2000 é uma disputa em torno da direção social da profissão de "[...] conteúdo ídeo-político, mas embutido na polêmica teórico-epistemológica e operativa" (NETTO, 1996, p. 119).

A "herança PT" e as bases da ascensão ultraconservadora brasileira

A ascensão do PT à presidência é demarcada pela herança neoliberal da era Fernando Henrique Cardoso. Este partido assume o governo federal em meio a uma brutal dilapidação do patrimônio público via privatizações, aumento da informalidade e do desemprego, aumento da dívida líquida do setor público (no primeiro mandato de FHC equivalia a 31,36% do PIB e no último ano de governo à 55,5%)¹ e, o aumento do percentual de brasileiros situados abaixo das linhas da indigência e da pobreza. Marcas do aprofundamento da heteronomia econômica favorável aos interesses do grande capital. Como analisado por Netto (2004, p. 7) "[...] se, desde a agonia da ditadura instaurada em abril de 1964, o capital parasitário-financeiro esteve diretamente representado no coração do Executivo, com FHC ele se apropriou do comando estatal".

Luís Inácio Lula da Silva é então eleito presidente em 2002, herdando

¹Dados do Banco Central, veiculados em O Globo, Edição de 26 de julho de 2004, p. 17. Rio de Janeiro.

um período no qual "[...] nunca, na sociedade brasileira a oligarquia financeira pôde satisfazer em tal magnitude a sua voracidade" (NETTO, idem, p. 8, grifos do autor). E aqui reside um dos elementos importantes dessa vitória eleitoral, uma vez que o Partido dos Trabalhadores se colocou como crítica e resistência à orientação macroeconômica do período que lhe precede. Afinal, quem não se recorda da "Carta ao Povo Brasileiro" de 2002, onde o recém-eleito presidente ao explicitar o seu compromisso com as mudanças dentro dos marcos da institucionalidade e a honra aos contratos firmados ressalta que o "[...] sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se". Para tanto, se faria necessário um outro receituário: superar a vulnerabilidade externa através do aumento e melhora na qualidade das exportações e a substituição competitiva das importações, ambas voltadas a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar; recuperar a capacidade de investimento público e da redistribuição de renda. Assim, crescimento e estabilidade econômica garantiriam um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. Em síntese, o PT lançava as bases para um "novo contrato social" via o "compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social"².

Contudo, os primeiros anos da gestão petista e o seu subsequente desenrolar deixaram claro que longe de efetivar um giro na orientação macroeconômica do governo FHC ela foi aprofundada em sua pauta contrarreformista, privatista e de fortes vínculos ao capital financeiro³, cujas alterações se constituíram, de fato, na base produtiva, em especial via o incremento do agronegócio e o consequente "boom" das *commodities*. Fenômeno que reorientou a inserção do país na divisão internacional do trabalho a partir de uma atuação primária. Neste contexto, destacam-se outros dois elementos de significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a ressignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

Petra demonstra tal escolha econômica quando, ao analisar os governos petistas, identifica que o país se tornou um dos principais exportadores de bens primários no mundo, a partir de produtos como a soja, a carne vermelha, ferro

²Segundo Sítcovsky (2013, p. 118-119): "[...] a trajetória do Partido dos Trabalhadores, durante os anos [19]90 foi construída sob um discurso crítico ao capitalismo e, em especial, ao neoliberalismo. [...] As resoluções do PT e da CUT davam conta de uma pauta política de enfrentamento ao neoliberalismo, que se traduziam no combate às privatizações, às terceirizações, ao modelo de Estado gerencial e à defesa de políticas sociais públicas universais e da responsabilidade do Estado no atendimento às necessidades sociais".

³Petra (2013, p. 18) ressalta que, neste período, "[...] o capital financeiro afluiu para o Brasil como nunca antes. Investimentos diretos estrangeiros (FDI) saltaram de um valor em torno de US\$16 bilhões, em 2002 – durante o último ano do mandato de Cardoso – para mais de US\$48 bilhões, no último ano do mandato de Lula. A carteira de investimento – de tipo mais especulativo – variou de US\$5 bilhões negativos, em 2002, para US\$67 bilhões positivos, em 2010. O influxo líquido do FDI e carteiras de investimento totalizaram US\$400 bilhões no período de 2007 a 2011, comparado aos US\$79 bilhões durante o período dos cinco anos anteriores. Investimentos de carteira em alta lucratividade, elevados títulos de juros retornaram entre 8%-15% – o triplo e o quádruplo das taxas na América do Norte e Europa".

e metais. De acordo com os dados do autor, em 2005 o Brasil exportou US\$55,3 bilhões em matéria-prima e US\$44,2 bilhões em produtos manufaturados; em 2011, a exportação de matéria-prima já era de US\$162,2 bilhões, enquanto a de produtos manufaturados obteve o crescimento de apenas US\$60,3 bilhões. A este fenômeno o autor denomina por "capitalismo extrativo". Ao contrário do que se propugnava como o crescimento de um "setor nacional" a dependência do país à exportação de *commodities* foi ajudada e compensada pela "[...] massiva entrada de corporações multinacionais imperiais e fluxos financeiros de bancos estrangeiros. Mercados internacionais e bancos estrangeiros se tornaram a força propulsora do crescimento extrativo e falência industrial" (PETRA, 2013, p. 12-13).

Ao mesmo tempo, "na particularidade da gestão petista", em expressão utilizada por Behring (2018), foram verificados resultados positivos no acesso ao consumo e trabalho formal dos segmentos sociais mais pauperizados entre os anos de 2004 e 2015:

Houve, de fato, especial expansão de empregos de baixa remuneração – até 1,5 salário mínimo – na base da pirâmide social brasileira [...]. Nesse contexto de expansão do emprego de baixa remuneração, houve nítida redução das pobrezas extremas e absolutas. Esse processo, portanto, assentou-se na queda do desemprego, na formalização do emprego (sete em cada 10 vagas abertas), no aumento do salário mínimo, e na expansão do crédito, especialmente consignado a partir de 2004, combinados aos programas de transferência de renda – PBF, BPC e Previdência Social – com maior peso nos dois últimos, considerando seu vínculo com o salário mínimo. [...] Um resultado dessa mudança foi a expansão do mercado interno daí decorrente e impulso ao chamado “ciclo virtuoso de crescimento” [...] com fortes suportes estatais ao capital financeiro e ao agronegócio, mas também pelo impulso ao consumo interno [...]. Foram ativados mecanismos de renúncia fiscal, a exemplo do IPI para a indústria automobilística e de eletrodomésticos, e mecanismos do PAC (BEHRING, 2018, p. 53-54).

Entendemos que são estas determinações objetivas, anteriormente sumariadas, que possibilitaram a construção de um caldo ideológico para sustentar o projeto petista. Sob a afirmativa de que teríamos vivido um "neodesenvolvimentismo" e a constituição de uma "nova classe média" via "pleno emprego" se obscureceu a heteronômica relação da burguesia a nível nacional com o capital transnacional. Neste sentido, a ideologia neodesenvolvimentista sustentou a tese de um redirecionamento da ação do Estado através da retomada da industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional. Se no que tange à indústria, o seu crescimento estaria organicamente vinculado à atuação sobre bens primários – os chamados produtos "semimanufaturados" (a exemplo do suco engarrafado de laranja ou dos alimentos enlatados); no que tange ao trabalho, a despeito dos indicadores positivos, permaneceram intactos os pilares ao seu trato marginal: a superexploração da força-de-trabalho e as

constantes denúncias sobre as condições de vida e trabalho. Fato bem visto nos setores de alavanca dos programas governamentais, esboçados denúncias e manifestações dos trabalhadores terceirizados nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC.

No que se refere à Política Social temos acordo com Behring quando esta destaca que, mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Segundo Behring (2018, p. 60), a partir de dados da ANFIP, entre os anos de 2006 a 2012 "[...] foram "expropriados" do Orçamento da Seguridade Social R\$ 309.941 bilhões de reais". Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituiram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social. Logo, a Política Social nos governos petistas ainda que tenha ampliado o seu alcance e cobertura – fato inegável a partir do Sistema Único de Assistência Social ou da Estratégia Saúde da Família – não superou os limites estruturais que são os mesmos da era FHC: uma orientação macroeconômica em privilégio dos grandes rentistas.

O elemento analítico que nos permite interpretar este cenário é o recurso aos fundamentos da formação social brasileira. Na nossa compreensão, uma das resultantes que se desenvolve como processualidade histórica é o reforço das relações de dependência sustentadas por uma "democracia de cooptação". De acordo com Fernandes (2009) o processo de internacionalização do modo de produção capitalista se constituiu a partir de relações de dependência dos países periféricos aos centrais: junto aos demais países latino-americanos passamos de coloniais a periféricos. Nestes termos, o Brasil, como um país subdesenvolvido, nasce sob dominação e se desenvolve *pari passu* às exigências imputadas pelas alterações oriundas das diferentes fases do capitalismo monopolista internacional, dominado por potências europeias e os Estados Unidos.

Contudo, considerando as particularidades de nossa formação social, cabe destacar que qualquer que fosse o padrão de dominação externa vigente aqui uma "[...] organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados" (*idem*, p. 21). Por conta disso, a institucionalização do poder político se realizou excluindo os "de baixo" e sacrificando o processo de democratização. Aqui, os setores dominantes se auto intitularam poder do Estado, em detrimento a qualquer iniciativa de "pacto social" para legitimação da ordem. Nestes termos, ao abdicar de uma revolução burguesa e das reformas que lhe são estruturantes, a combinação das formas "arcaicas" com as "modernas" ou "ultramodernas" de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país. Nas palavras de Fernandes (1980, p. 48), todas essas formas de exploração "[...] puderam ser mantidas no circuito histórico graças a várias combinações do poder despótico ou oligárquico das classes capitalistas". Nes-

se sentido, constitui-se uma natureza autocrática da dominação de classe, cuja funcionalidade do Estado é

[...] a de assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente median- do os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais, na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (NETTO, 2006a, p. 27-28, grifos do autor).

Logo, o Estado autocrático erguido no pós-1964, assegurando o pacto contrarrevolucionário, é essencialmente antidemocrático. As articulações econômico-políticas desse período ditatorial foram conduzidas pelos monopólios através do que Netto (2006a) caracterizou como "modernização conservadora". Todavia, conforme esta foi ganhando corpo e o grande capital foi perdendo legitimidade política, abriu-se ao fim dos anos 1970/1980 a possibilidade para o protagonismo dos trabalhadores e das suas pautas civilizatórias historicamente reprimidas, como a defesa da reforma sanitária, a reforma agrária, etc. É neste contexto que a "democracia de cooptação" emerge como possibilidade de integração esterilizante das pressões dos "de baixo", permitindo a articulação política "entre os mais iguais" em nova forma; e promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes e pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política (FERNANDES, 1976, p. 421). Trata-se de uma reconfiguração do poder político a partir da institucionalização do poder político excedente, coexistindo a manutenção da dependência com um sistema democrático restrito.

A dinâmica do real nos mostrou que a "democracia de cooptação", enquanto meio de preservação dos interesses da burguesia autocrática, se efetivou estabelecendo um regime democrático (de cooptação das massas) e autocrático (o privilégio e manutenção dos interesses das burguesias nacional e internacional). E tudo isto sob a faceta da edificação de uma democracia participativa cuja gênese se encontra na *Estratégia Democrático-Popular*, posta em marcha pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁴.

⁴Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. Apesar da contribuição de autores importantes em sua formulação como Prado Jr. (1966) e J. Chasin (2000) é ao sociólogo Florestan Fernandes que atribuímos a construção de sua gênese e fundamentos teóricos. Para este, a estratégia socialista da "revolução brasileira", diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma "revolução democrática", a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, "dentro" e "fora" da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito à quebra das nossas "cadeias coloniais" com a condução operária à chamada "revolução burguesa em atrasado", ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista. Apesar da influência da teoria da "Revolução Democrática", essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura "Democrático-Popular" a partir do 5º Encontro Nacional do PT (1987). O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia

Fernandes, ainda que tenha vislumbrado o irromper de uma "democracia de cooptação" no Brasil e sido assertivo em seu devir, "[...] erra apenas em suas conclusões, na postura cética em acreditar ser possível a coexistência entre democracia burguesa e democracia de cooptação" (MARQUES, 2015, p. 179). Na análise do autor, esta última só se efetivaria enquanto permanência e/ou reciclagem da autocracia burguesa. Contudo, ao nos defrontar com o presente, consideramos que não só a "distensão política" se realizou como, durante o ciclo petista, a democracia burguesa nunca foi tão feliz em garantir a rentabilidade lucrativa do capital com a abertura de parcias concessões ao trabalho.

A concretude da "democracia de cooptação" se deu não apenas pela manutenção de um perfil autocrático na institucionalização política e, sobretudo econômica "dentro da ordem" capitalista; como, o programa político construído pela classe trabalhadora [...], favoreceu a cooptação "para baixo" (Idem, 2012, p. 97).

Os governos petistas, incapazes de romper com os elementos estruturantes de um padrão autocrático de dominação de classe, forneceram extraordinária contribuição à burguesia ultraconservadora brasileira. No dizer de Netto "[...] no poder a esquerda não se diferencia substantivamente daqueles a quem sucede" (NETTO, 2004, p. 19). A mudança se constituiu, talvez, via o apaziguamento da luta de classes a partir de novos consensos, materializados em mecanismos ideológicos fomentadores da resignação dos cidadãos (o cidadão consumidor, desprovido de qualquer identidade de classe) e a pacificação das vanguardas organizadas dos trabalhadores e dos seus respectivos instrumentos de luta.

Não podemos nos esquecer que, diante da necessidade de autoprivilegiamento e autoproteção burguesa, esta classe recicla periodicamente os seus instrumentos de dominação e,

[...] em nome da estabilidade política, estatiza a violência sistemática contra os de baixo, ultrapassando os limites do seu braço armado e a condensando nas políticas sociais e demais esferas públicas de interlocução com os trabalhadores. Prova disto é a ressignificação de direitos fundamentais e a flexibilização de princípios constitucionais, reinterpretados segundo a ótica de antigas misticificações como a proteção do regime democrático ou a defesa da ordem. Se formos à raiz deste fenômeno verificamos que a sua validade é fundada em dois aspectos de nossa contemporaneidade: a manutenção da dependência e a reciclagem do período contrarrevolucionário (MARQUES, 2016, p. 140).

"democrática, popular e anti-imperialista" hegemonizada pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado. Democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo brasileiro. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus "aliados" afetados pelos grupos monopólicos - a pequena burguesia ou uma pseudoburguesia vinculada ao capital produtivo.

O que nos defrontamos no período contemporâneo é com a requisição do monopólio do poder do Estado pela burguesia "in natura" em sua face patriarcalista, arcaica e escravagista. A motivação para esta requisição foi agravada pela crise internacional de 2008/2009, cujos impactos foram sentidos no Brasil anos depois e aprofundados pós-2013. Este processo culmina com o recente golpe parlamentar, empresarial, jurídico e midiático sobre uma presidente democraticamente eleita, expondo a fragilidade do "Eldorado brasileiro". Desta forma, abre-se uma nova quadra histórica, demarcada por um duplo aspecto: de um lado, o ônus para a esquerda hipotecando por longos anos qualquer projeto socialista para o país; de outro, o avanço avassalador da sanha burguesa em recuperar as suas taxas de lucro e se adaptar às novas exigências do capitalismo internacional. Em resumo, trata-se de uma ofensiva brutal sobre o fundo público, os direitos sociais e os trabalhadores (e seus instrumentos organizativos).

Tendências teórico e ídeo-políticas do Serviço Social: aproximações críticas

A síntese apresentada anteriormente demonstra um amplo e complexo processo de reordenamento social operado no país, no qual houve um aprofundamento das particularidades da nossa formação sócio-histórica; ao mesmo tempo, em que sua herança sociocultural incide fortemente na profissão a curto ou médio prazo expressando-se em todas as suas determinações.

Tendência socialista reformista⁵

Desde os finais dos anos de 1960, a profissão desenvolveu um processo de ruptura com o conservadorismo que viabilizou a constituição de uma vanguarda profissional empenhada em decifrar as determinações da dinâmica social brasileira e suas incidências na profissão. Esta construção é tanto legatária do amadurecimento profissional desenvolvido a partir do processo de democratização da sociedade pós-ditadura de 1964, como da influência de um pensamen-

⁵Por "socialismo reformista" compreendemos uma dada concepção estratégica nas reformas, no aperfeiçoamento da democracia e em sua respectiva conformação moderna (mais desenvolvida da cidadania burguesa). Esta concepção de socialismo ganhou diferentes versões a partir de formações sócio-históricas particulares, a exemplo do eurocomunismo em países da Europa, da Estratégia Democrático-Popular no Brasil ou do polêmico Chavismo na Venezuela e, em linhas gerais, pode ser compreendida a partir da caracterização de Marx e Engels (2008) sobre o "socialismo burguês" no *Manifesto do Partido Comunista*. Resgatamos esta concepção burguesa de socialismo, porque estamos convencidas que, ao ser completamente abdicada pela burguesia em seu giro contrarreformista, torna-se nos dias de hoje o horizonte estratégico hegemônico de estratos expressivos da classe trabalhadora. Nos reportamos assim, a uma apreensão do socialismo que detém por objetivo último alterações positivas na base material de vida dos trabalhadores. Mas, por "alteração nas relações materiais de vida", "[...] este socialismo não entende, de modo nenhum, a abolição das relações de produção burguesas, só possível pela via revolucionária, mas melhoramentos administrativos que se processem sobre o terreno destas relações de produção, portanto que nada alteram na relação de capital e trabalho assalariado" (MARX E ENGELES, 2008, p. 59).

Não nos deteremos aqui em amplo debate acerca dos percalços da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, sobre o tema, entre outros conferir Netto (1989, 2006a, 2006b) e Santos (2007).

to crítico vinculado à tradição marxista.

A partir deste amadurecimento constitui-se um projeto profissional crítico – o então chamado "Projeto Ético-Político", consolidado na década de 1990. Porém, as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem um nexo importante, quase nunca enfatizado nas análises profissionais e que explica a tendência ora em análise. Referimo-nos aqui à relação entre os avanços profissionais e o surgimento do PT. No dizer de Netto, "*a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável*" (NETTO, 2004, p. 22 – grifos do autor). Mais precisamente, a condição política, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo, é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira na chamada "Estratégia Democrático-Popular".

Neste sentido, a questão que se apresentava aos segmentos mais avançados da categoria profissional, era como manter os compromissos sociopolíticos com os trabalhadores estabelecendo mediações mais explícitas com a realidade brasileira, de modo tanto a qualificar seus parâmetros e princípios profissionais, quanto a permitir maior suporte à intervenção profissional. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho⁶ e do ponto de vista ídeo-político a "constituição de um novo *ethos*, o de trabalhador assalariado" (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano teórico e ídeo-político, que traz para o interior do debate profissional o nexo de problematizações em torno do trabalho que estava posto na sociedade, o qual confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo.

A decodificação deste movimento, na construção teórica e ideo-política da profissão se deu postulando uma vinculação "entre o projeto profissional e um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero" (NETTO, 2006b, p. 155). Desse forma, coloca-se para o Serviço Social a necessidade de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital. Disto resulta, "em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política" (BEHRING, 2013).

Entretanto, em nossa compreensão, trata-se de dois elementos distintos. Uma perspectiva ontológica comprometida com a emancipação humana, no

⁶As decorrências e problemáticas deste debate no decorrer da década de 1990 são conhecidas. Polêmicas em torno do Serviço Social ser ou não trabalho (IAMAMOTO, 1998; LESSA, 2007; SOUSA, 2016). Decodificações não menos complexas no âmbito do debate das Diretrizes Curriculares (IAMAMOTO, 1998; MOTA, 2000).

sentido da plena realização do humano genérico por meio da socialização da economia, política e cultura; de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma de discriminação e preconceito. Elemento claramente expresso na liberdade como valor central do Código de Ética de 1993, justamente por ser esta uma característica essencial do ser social. A liberdade é o valor ontológico que permite a explicitação dos limites da ordem burguesa na medida em que evidencia o que não se realiza para homens e mulheres sob o capitalismo. Ao mesmo tempo, é este valor ético central "que funda todos os outros princípios fundamentais" (NETTO, 2013, p. 24)⁷.

Mas, trata-se também de um outro elemento: uma perspectiva conjuntural estratégica comprometida com a emancipação política, à medida que os outros princípios, fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A "ampliação e consolidação da cidadania", a "defesa e aprofundamento da democracia", a "garantia do pluralismo", a "defesa da equidade e justiça social" constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro. A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: o que inicialmente estava posto como uma defesa do trabalho – enquanto categoria central para a compreensão da realidade e para sua organização objetiva, responsável por manter na ordem do dia a problematização da sociedade burguesa frente aos processos de exploração e alienação que engendra – limitou-se à defesa exclusiva dos direitos sociais conquistados no processo da luta de classe pelos trabalhadores.

Dito de outra forma, alguns segmentos profissionais, mesmo aqueles da vanguarda profissional, realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos e da política social, sem atentar para o papel jurídico-político nos limites da ordem burguesa. Nestes termos, esta tendência *socialista reformista* rebate do ponto de vista político na falta de mediações, obstaculizando os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital.

Consideramos que esta tendência *socialista reformista* amadurece, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto esse em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o projeto ético-político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo FHC⁸. Mas, é sobretudo na en-

⁷ Netto (2013, p. 24-25) é enfático quanto a esta determinação quando o autor afirma que “para a concepção de liberdade configurada no código, a história não é um cenário, um contexto: é a substância mesma de que se constitui a liberdade enquanto escolhas/opções que se fazem no confronto entre alternativas reais [...]. No Código, as escolhas profissionais são nítidas, inequívocas: numa quadra histórica em que os Estados (inclusive o brasileiro) avançam políticas sociais mercantilizadas e focalizadas, ele preconiza a universalidade de acesso a bens e serviços; diante de uma vida social em que o atentado aos direitos humanos é naturalizado, cotidiano, real e palpável (na guerra e na paz formal), ele aponta sem concessões para a defesa daqueles direitos e para o combate ao arbítrio; em face de uma sociedade onde operam mecanismos de exploração e dominação, ele afirma a possibilidade de uma outra ordem societária – e, nesta afirmação, indica a sua referência geral: a sintonia da valorização ética que assume “com a luta geral dos trabalhadores”.

⁸ Basta mencionarmos as denúncias e articulações feitas pelas entidades da categoria contra os impactos destrutivos do neoliberalismo e da contrarreforma à Seguridade Social inscrita na Constituição de 1988. Aqui nos referimos, entre outros documentos, à *Carta de Maceió* dos anos 2000 elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS.

trada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, o *socialismo reformista* se colocará como tendência no âmbito profissional.

A nosso ver, tendo por base Netto (2017), duas determinações confluem para a explicitação desta tendência, a saber: a *primeira* se relaciona com a agudização das expressões da "questão social" a nível internacional, cujas diretrizes do Banco Mundial passam a orientar as políticas de *combate à pobreza* nos países periféricos; bem como, a transferência de responsabilidades sociais do Estado para organizações do terceiro setor. Ou seja, ao invés de fortalecer as políticas de caráter universal, o Estado passa a atender aos interesses do capital, adotando uma política de combate à pobreza nos marcos da manutenção do tripé macroeconômico. Este combate é realizado tanto através da implementação de políticas focais e segmentadas, como analisado na parte inicial deste ensaio; como determina a emergência de expressões neoconservadoras, a exemplo do *empoderamento* que iremos analisar à frente.

O *segundo elemento* refere-se à relação genética do Projeto Ético-Político com a programática democrático-popular encampada pelo PT, haja vista que as eleições de Lula/Dilma colocaram a profissão, e parte da sua vanguarda, à prova quanto a sua autonomia face aos governos deste partido⁹. Nestes termos, compreendemos que é nos desdobramentos do combate à pobreza – via a implementação de políticas de refilantropização da assistência social (ou dos meios de assistencialização da própria Seguridade Social), como reforço aos mecanismos de apassivamento dos trabalhadores – que se encontra o caldo que fortalece a tendência *socialista reformista* aqui apontada.

Esta tendência socialista reformista destitui a relação dialética entre *emancipação humana* e *emancipação política* própria ao Projeto Ético Político, uma vez que princípios como o pluralismo, a democracia, a justiça e a igualdade social, são tomados exclusivamente como campos de disputa interna às instâncias democrático-institucionais, num *continuum* de acumulação de forças pelas "reformas burguesas em atraso"¹⁰.

Contudo, é particularmente em torno do hiperdimensionamento do princípio da democracia que esta tendência *socialista reformista* se consolida. E isto não é à toa. Primeiro, porque parte da vanguarda destitui o princípio da democracia como perspectiva conjuntural estratégica e passa a tomá-la enquanto "o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade" (CFESS, 1993, p. 21). E, em segundo, por ser referenciada como o princípio mais "operacional" para o exercício profissional, na sua interseção com os serviços e políticas sociais, outros profissionais, instituições e população usuária. Este hiperdimensionamento da

⁹Ainda que - como assinala Netto (2004, p. 23) - o projeto ético político "constituiu-se autonomamente: se a relação com o PT [...] contribuiu e influenciou na sua elaboração, sua constituição não se subordinou a nenhuma ingerência extraprofissional".

¹⁰Em países de capitalismo dependente, como é o exemplo brasileiro, é incorreto falar da realização de efetivas "reformas sociais", como visto na experiência histórica dos países centrais. No máximo poderíamos nos reportar ao conceito de cidadania restrita ou recessiva. Como bem sinalizam Behring e Boschetti (2011, p. 81), o fundamental é compreender que o liberalismo à brasileira nunca comportou a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para a sua implementação e garantia efetiva.

democracia, destituída do seu caráter conjuntural estratégico guarda, a nosso ver, profunda afinidade tática com o *ideário do socialismo reformista*, ou, com a compreensão que alguns fazem do "socialismo democrático", enquanto transição socialista que se realiza gradualmente através do Estado burguês.

Nesse sentido, parte da vanguarda e da categoria profissional ao instrumentalizar as suas competências, atribuições e prerrogativas apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, vai ao encontro do que esta concepção reformista preconizou por ser o gradualismo democrático da "nova ordem de cidadania plena" e do "Estado ampliado de Direito" sob o fortalecimento participativo dos "de baixo".

Tendência do Empoderamento como metodologia de intervenção profissional

Os elementos postos anteriormente demarcam uma tendência que se desenvolve no campo progressista e que tenciona a clareza quanto ao Projeto Ético-Político, seus princípios constitutivos, e a direção social da profissão. Cabe-nos agora uma aproximação com uma tendência que consideramos associada ao campo conservador dos estratos profissionais. Ao contrário do que muitos propalam, a construção da direção social da profissão não significou a superação do conservadorismo no interior desta categoria. Ao contrário, considerando o tensionamento das forças sociais que dão sustentação ao segmento marxista na profissão, o conservadorismo vem se reacendendo sob novas facetas. Netto (1996, p. 11-12), em meados dos anos de 1990, já chamava atenção para um "hiperdimensionamento da magnitude da ruptura com o conservadorismo". Em suas palavras, a "dinâmica das vanguardas profissionais, altamente politizadas, ofuscou a efetividade da persistência conservadora" e, mais à frente, concluirá:

As correntes profissionais inspiradas na tradição marxista ganharam tal credibilidade que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva; a resistência à tradição marxista, fundamentalmente arraigada em ponderáveis segmentos da categoria, não se reduziu – simplesmente não encontrava condições para se manifestar franca e abertamente (*ibidem*).

São justamente estes setores que, ao encontrarem no momento presente da ofensiva capitalista solo fecundo para o seu desenvolvimento, vêm ganhando fôlego. E, aqui destacamos o *empoderamento* incidindo no Serviço Social como metodologia de *intervenção profissional*. Partimos da ideia de que aquela *primeira determinação* aludida no item anterior relacionado à agudização das expressões da "questão social" no mundo, cujas diretrizes do Banco Mundial passam a orientar as políticas de *combate à pobreza* em países dependentes como o Brasil também impactam na segunda tendência que estamos analisando agora.

No nosso entendimento, das intervenções focalizadas sobre as expres-

sões da "questão social" em benefício do capital, constituem-se formas atualizadas do Estado transferir para os indivíduos a responsabilidade sobre sua situação social¹¹. Este repasse de responsabilidade, a nosso ver, na atualidade vai se dar, entre as outras formas que discutimos anteriormente, por meio do *empoderamento*. Como parte do "combate à pobreza" o *empoderamento* compõe as orientações do Banco Mundial para ampliar a eficiência econômica dos países periféricos no trato à pobreza. Mais precisamente, trata-se mesmo de um dos principais dispositivos do Banco Mundial, que reverbera na divisão social e técnica do trabalho, haja vista que, partindo de uma concepção positivista, as corporações profissionais são chamadas a cumprir determinado papel na estabilização da ordem social, ou seja, no apaziguamento dos conflitos de classes.

Com base nos elementos aludidos, podemos perceber que nos fundamentos da recente política social brasileira¹², o *empoderamento* se põe como um dos mecanismos de reatualização dos seus traços conservadores, ao mesmo tempo em que a focalização, individualização de seus usuários, fragmentação em detrimento da integração, moralização e subjetivização das expressões da "questão social" contribui para os processos de apassivamento, reforçando a falsa ideia de autonomia e autofortalecimento.

No âmbito do Serviço Social o *empoderamento*, será incorporado por parte dos assistentes sociais, como um instrumento de intervenção – tal como propõe Faleiros. Assim, configuramos esta tendência do *empoderamento como metodologia de intervenção profissional* como uma expressão da reatualização do conservadorismo na profissão. Compreendemos, ainda, que sendo colocado como meio de intervenção dos assistentes sociais, o *empoderamento* impacta duplamente a profissão: 1- no reforço ao trato estatal às políticas sociais com transferência de responsabilidades; 2- na precarização da atuação profissional, que somada à execução de políticas restritas, usam como estratégia de intervenção o *empoderamento* dos usuários dessas políticas¹³.

Ambas as manifestações mencionadas têm consequências deletérias para os usuários do Serviço Social, uma vez que se deparam com a redução e transferência de responsabilidade estatal no trato à "questão social" – "autoatribuindo esta atividade aos próprios sujeitos portadores de carecimento" (IAMAMOTO, 2008, p. 250), bem como com a intervenção de um assistente social cujo instrumental é "*empoderá-los*". Assim, incide objetiva e subjetivamente na vida destes usuários, pois estará diante de uma política ou programa alicerçado no discurso de mobilização dos próprios recursos, no estímulo ao desenvolvimento de habilidades e na ampliação da autonomia. Estará ainda diante de um assistente social que, inserido em tais políticas precarizadas e de parcos recursos, intervirá de modo a não responder suas demandas materiais, posto que irá incentivar

¹¹ Em Netto (1996) temos pertinente análise quanto aos processos de psicologização e responsabilização dos sujeitos sociais na consolidação do capitalismo monopolista.

¹² No ano de 2002 o Banco Mundial lançou um livro de referência sobre o "*empowerment*" intitulado: "*Empoderamento e redução da pobreza: uma coletânea*".

¹³ Bem nos lembra Netto (2006, p. 74) que o Estado burguês, ao enfrentar as expressões da "questão social" implementando políticas sociais, demanda o assistente social enquanto um agente meramente técnico responsável por sua formulação e execução-implementação.

os usuários a se fortalecerem para sair da situação social precária em que se encontram.

Examinando a tese da correlação de forças de Faleiros, à qual insere o *empoderamento*, Iamamoto (2008, p. 300-301) diz que embora ele tenha se esforçado para ressignificar o "termo", este – de conotação liberal – alicerça-se em uma perspectiva teórica "estranha à teoria social crítica e ao método que lhe é inerente". Não obstante, Iasi (2006, p. 153) elucida-nos que nas relações sociais dominantes sua substância última encontra-se na expressão ideal de determinados "significantes mestres". Estes em sua substância são repassados e internalizados não como meras ideias, mas sim como "carga afetiva" no superego. Ressalta o autor: "Esta substância se mantém a mesma nas metamorfoses pelas quais o ser social passa as relações que compõem o conjunto do ciclo da vida da pessoa".

Nestes termos, a tendência do *empoderamento como metodologia de intervenção profissional* tem duplo impacto na profissão. De um lado porque reforça a ideologia do senso comum sobre a intervenção profissional respaldada cientificamente e, por outro lado, porque contribui ainda mais para o tensionamento da direção social estratégica da profissão. Dito de outra forma, o *empoderamento* como estratégia de intervenção visando fortalecer o indivíduo, reduzir a "opressão" e ampliar a autonomia dos usuários das políticas sociais (FALEIROS, 2010), tende a desqualificar a intervenção profissional fazendo com que as intervenções embasadas cientificamente deem lugar à prevalência de concepções imediatistas ou cotidianas amparadas em conhecimentos do "senso comum" e validadas pela "prática tomada em si como critério de verdade". Logo, o profissional é chamado a manipular variáveis empíricas que transferem responsabilidades. Isto faz com que os usuários incorporem pensamentos do senso comum¹⁴, tal como: "querer é poder", "só depende de mim", "só os fortes conseguem", dentre outras.

Logo, no nosso entendimento, o *empoderamento* pode ser tomado como uma mistificação (um fetiche) afeita ao avanço da reificação social, uma vez que os sujeitos sociais coisificados ou desumanizados acabam por perder a dimensão social do real e de si enquanto sujeitos coletivos. Assim, os sujeitos apegam-se à ideia fantasiosa de que desenvolvendo habilidades poderão sozinhos ou em grupos sair da condição subalterna que estão, isto num contexto de destruição das políticas sociais e de responsabilização dos sujeitos na provisão de suas necessidades sociais. Assumem como suas responsabilidades o que outrora foram direitos conquistados pelos trabalhadores ante o Estado burguês, mobilizando seus próprios recursos, tornando-se "empreendedores, cidadãos ativos e autônomos". Vigora no *empoderamento* a ideia mistificada de que as pes-

¹⁴Todas essas ideias têm um papel ativo no sentido de serem funcionais à ideologia dominante, uma vez que o senso comum está apoiado em estruturas objetivas de mistificação sobre o real. Segundo Mészáros (2004), o senso comum é capaz de confirmar de modo ativo as determinações basilares da estrutura da sociedade mercantilizada e de estabelecer laços afinados à ideologia dominante. Portanto, é fundamental percebermos a afinidade existente entre a estrutura socioeconômica capitalista e as "imagens ideológicas do "senso comum", uma vez que, o senso comum se orienta de maneira a manter a estabilidade da reprodução social, seja por via da fragmentação das relações sociais e dicotomização da relação teórica/prática, seja por meio da apreensão desviada das dimensões contraditórias inerentes ao modo de produção capitalista.

soas conseguirão sair da situação de pobreza através de "sua própria força"¹⁵.

Nesta perspectiva, quando o profissional de Serviço Social utiliza o *empoderamento* como instrumento de sua prática profissional, suscita que o usuário, reproduzindo o "senso comum", internalize " [...] as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural [...]" (MÉSZÁROS, 2004, p. 482).

Neste sentido, a tendência do *empoderamento como instrumento da intervenção profissional*, reitera o trato moralista e subjetivado às expressões da "questão social". Nestes termos, o *empoderamento*, para além de não *dar poder aos usuários*, reforça um tipo particular de consciência social: a individualista e reificada. O *empoderamento* aparece como um *mecanismo mistificador* que vai na contramão da direção social estratégica da profissão, necessariamente anticapitalista, na medida em se põe efetivamente a serviço da lógica de acumulação do capital¹⁶.

Por estes elementos, compreendemos a tendência do *empoderamento como metodologia de intervenção profissional*, a nosso ver, que reatualiza traços conservadores dos quais o Serviço Social é herdeiro, manifestando-se assim, como uma "estratégia de intervenção" favorável à manutenção *empoderamento do status quo*. Voltam à tona aqui, como dispositivos de intervenção, elementos irracionais e de cunho moral no trato aos usuários, tais como: a "autoajuda", "autoestima", "autoconfiança", "habilidades individuais tomadas em si", dentre outros. O claro tensionamento com os princípios basilares do projeto ético-político fica explícito no choque ao núcleo que articula a perspectiva ontológica da emancipação humana, qual seja: o valor ético central da liberdade. Quer nos parecer que pela via do empoderamento, de certo modo, retoma-se uma perspectiva subjetivada da liberdade, que "consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser" (IAMAMOTO, 2004, p. 24). Nestes termos, a aprovação do *empoderamento* por parte dos assistentes sociais, como instrumento da prática profissional, reatualiza em novas faces traços conservadores originários do Serviço Social, no qual o profissional é chamado a contribuir para "a reforma do homem dentro da sociedade" (IAMAMOTO, 2004, p. 29).

Todos esses aspectos nos levam a associar a tendência do *empoderamento como metodologia da intervenção profissional*, como uma vertente "neoconservadora inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna [...] com uma reentronização das práticas tradicionais" (NETTO, 1996, p. 127). A incidência do *empoderamento* no Serviço Social se dá de maneira a resgatar a perspectiva que descola os sujeitos das bases materiais conformadoras das relações sociais no modo de produção capitalista, modernizando conservadoramente um instrumental operativo de redução da situação precária dos usuários, de mudança de hábitos e de atitudes dos trabalhadores.

¹⁵ Lembremos que, conforme Iasi (2011, p. 81), a ultrageneralização do particular é uma característica própria da ideologia no capitalismo.

¹⁶ Infere Netto (1996, p. 116): "[...] num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ideo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão".

Ao mesmo tempo, a tendência do *empoderamento com metodologia da intervenção profissional* vem também no bojo da retomada da psicologização das relações sociais no âmbito da intervenção profissional, em que as dimensões materiais da vida dos usuários são preteridas e estes percebidos pelos profissionais como sujeitos com dificuldade para "potencializar habilidades" e mudar atitudes. Vale ressaltar que tanto o *empoderamento* quanto o Serviço Social – preservando suas particularidades – recebem influências da corrente filosófica do pragmatismo estadunidense. Ambos bebem do que Netto (2006, p. 123) chamou de "pensamento personalista norte-americano" " visto que consegue integrar traços da racionalidade formal-abstrata pragmática e do irracionalismo. Porém, no que tange o *empoderamento* estamos nos referindo ao irracionalismo característico do pensamento pós-moderno.

Portanto, estamos entendendo que o personalismo norte-americano – que afetou a prática profissional do Serviço Social nos idos de 1940 – ressurge hoje na tendência do *empoderamento* tomado como *metodologia de intervenção profissional*, reatualizando a prática conservadora na qual o assistente social "emoldura as refrações da "questão social" no âmbito da *personalidade* e, em seguida, no âmbito da *relação interpessoal* [...]" (NETTO, 2006, p. 123, grifos do autor).

Considerações finais

Por todo o exposto até aqui, pensamos que as formulações prospectivas de Netto (1996) consubstanciam hoje um complexo processo de disputa real pela direção social estratégica da profissão, não abertamente tratado como disputa, mas imbuída do verniz teórico-epistemológico e operativo.

De um lado porque a ascensão do PT à presidência, em 2002, seduziu amplos segmentos profissionais. Em outras palavras, também é expressão da tendência *socialista reformista* através da cooptação de parte das vanguardas profissionais para ministérios e secretarias, da ocupação de quadros intelectuais à estrutura do governo via formulação/gestão de programas e políticas sociais focalizadas, com destaque à política de assistência social. Somado a tal feito, citamos outros agravantes da tendência socialista *reformista* no universo profissional: primeiro, uma defesa acrítica do expressivo número de assistentes sociais às "novas" políticas desenvolvidas, que sob o saldo positivo do combate focalizado à fome no país, reconheceram no projeto governamental a materialização do próprio Projeto Ético-Político; segundo, o revisionismo nas novas produções teóricas, a relativizar e ressignificar princípios ético-políticos, detendo por diretriz um universalismo básico, da participação social consentida e colaboracionista.

Particularmente neste segundo encontramos a maior capilaridade quando identificamos a vinculação contemporânea que se faz entre a consolidação/materialidade do Projeto Ético-Político à necessidade da contribuição profissional na ampliação da legalidade institucional. É requisitado ao assistente social

o fomento de uma "cultura pública democrática"¹⁷, cujo desafio é o de tornar os espaços de atuação profissional em espaços efetivamente públicos, alargando-os em prol da interferência da população usuária e assim, permitindo a sua maior interferência e controle social, sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social que se consolida e se mantém "pelo alto". Quer nos parecer que o assistente social aparece assim, nesta tendência socialista reformista, como o próprio agente da democracia.

O mesmo contexto também requer, por outro lado, mecanismos de adequação dos indivíduos às exigências neoliberais de destruição das políticas sociais, através da responsabilização dos sujeitos e reatualizações (neo)conservadoras. E, neste sentido, a tendência do *empoderamento como metodologia de intervenção profissional*, também emerge e repercute no âmbito do Serviço Social brasileiro. Esta vem se constituindo como uma mescla entre o *conservadorismo tradicional* (do personalismo e do indivíduo autodeterminado) que recorreu à fenomenologia e a psicologização das relações sociais, e um *neoconservadorismo* inspirado na leitura pós-moderna das relações sociais.

As pistas lançadas por nós, para uma aproximação às duas tendências tratadas aqui, configuram-se no nosso entendimento como desafios que precisam ser enfrentados. Pois, as suas repercussões já se fazem fundas no desenvolvimento profissional.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Empoderamento e Redução da Pobreza:** uma coleção. Washington: Banco Mundial, 2002.

BEHRING, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. IN: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de (Org.). **Marxismo e política social e direitos.** São Paulo, Cortez, 2018.

_____. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: _____. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social.** Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

_____. **Brasil em Contra Reforma** - desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELO, R. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na

¹⁷ Esta busca profissional pela "ampliação progressiva da esfera pública", a impulsionar a democracia ao máximo da legalidade institucional, adquire variações mais otimistas e um tanto utópicas no que diz respeito à concepção de Estado, como visto em Raichelis (1988). Para esta autora, a esfera pública "transcende a forma estatal ou privada, pois remete a novos mecanismos de articulação entre a sociedade civil e no interior dessas esferas, permitindo superar a perspectiva que identifica automaticamente estatal com público e privado com mercado" (*idem*, p. 79). Sob tal leitura, cuja estratégia é a própria cidadania "plena" ou "ampliada", esta "esfera pública" não exigiria uma outra sociedade, mas a superação dos limites desta e seu aperfeiçoamento.

era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** Revista e Atualizada. 9. ed. Brasília: CFESS, 2011. p. 21.

FALEIROS, V. **Estratégias em Serviço Social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2009.

_____. **O que é Revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Movimentos Socialistas e Partidos Políticos.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

IASI, M. L. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. In: _____. **As metamorfoses do PT (1980-2000).** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. cap. 6.

_____. **Ensaios sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Brasil:** Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1998.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho:** porque o Serviço Social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

MARQUES, M. G. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, 2016.

_____. **Em busca da Revolução Brasileira:** uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular. Santa Catarina: Prismas, 2015.

_____. **Em busca da “Revolução Brasileira”:** O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOTA, A. E. S. da. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. **Revista Temporalis**, São Luís, n. 14, jul./dez. 2000.

MOTA, A. E. S. da.; AMARAL, A. (Org). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (Org). **José Paulo Netto**. Ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: _____. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

_____. Das Ameaças à Crise. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Editora: Cortez, 2006a.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al (Org). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006b.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, set. 2004.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, maio 1989.

PETRA, J. Brasil: Capitalismo Extrativo e o Grande Retrocesso. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 1, p. 11-31, 2013.

RAICHELLIS, R. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 56, 1988.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época 132).

SITCOVSK, M. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia.

Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 23 n. 1, p. 117-139, 2013.

SOUSA, A. A. S. de. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. Curitiba: Prismas, 2016.

CAPÍTULO VIII

NÚCLEO DE ESTUDOS DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Adriana Ramos (UFF)

Luciana Gonçalves Pereira de Paula (UFJF)

Considerações iniciais: a relevância dos estudos sobre o Serviço Social na atualidade

O capitalismo contemporâneo tem apresentado um quadro de efeitos desastrosos e devastadores que incide diretamente sobre amplos setores da sociedade. Estamos assistindo a um fenômeno que transforma a barbarização da vida social em banalidade cotidiana. Esses tempos perversos refletem o auge da maturidade da ordem vigente e incidem sobre todas as instituições e organizações que estruturam a sociedade capitalista. Propiciam implicações diretas no Serviço Social, pois constituem suas bases sócio-históricas. Desta forma, “o período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada, e pode-se afirmar que é uma das mais duras que a categoria profissional já passou” (ABRAMIDES, 2007, p. 37).

Frente a este quadro, fazem-se necessárias reflexões teóricas e investigações científicas que possam contribuir para que o assistente social, mesmo atuando sob a égide do capital – cujas inerentes contradições expressam-se no cotidiano profissional –, possa melhor compreender a natureza e o significado de sua prática no contexto das relações sociais.

A produção teórica e a pesquisa científica constituem, neste sentido, elementos capazes de subsidiar a intervenção profissional, oferecendo aos assistentes sociais aportes teórico-metodológicos que lhes propiciem uma melhor compreensão dos processos sociais que constituem a realidade social, nas suas contradições e tensionamentos, que se manifestam no cotidiano das instituições, nos diversos espaços sócio ocupacionais, nos quais se objetiva o trabalho profissional.

No entanto, constitui-se, ainda, como um desafio que perpassa a agenda de pesquisa, na área do Serviço Social, o adensamento desses estudos. “Na esteira desse desafio, inclusive, situa-se a diminuta abordagem dos Fundamentos do Serviço Social no campo da estruturação das áreas de concentração dos programas e linhas de pesquisa” (PRATES, CLOSS e CARRARO, 2016, p. 15), no cenário da pós-graduação. Essa realidade impacta também a produção de conhecimento que possui como tema o próprio Serviço Social. Em pesquisa realizada por Closs (2015), analisando 226 volumes dos periódicos de 11 revistas (totalizando 2031 artigos), identificou-se que “as publicações que possuem o descritor Fundamentos do Serviço Social são extremamente reduzidas, perfazendo 0,49% dos artigos publicados nas principais revistas da área, vinculadas

aos PPGSS" (PRATES, CLOSS; CARRARO, 2016, p. 15).

É fato que a área de concentração que possui foco no Serviço Social conta com uma rica literatura sobre o tema, desenvolvida por pesquisadores que formularam teses distintas e essenciais para a compreensão do significado social e das particularidades dessa profissão em sua trajetória sócio-histórica. Entretanto, "em que medida essas fecundas formulações vêm sendo aprofundadas, desdobradas em análises que adensem o debate dos Fundamentos, ou ainda, como essas teses vêm se expressando nas produções recentes?" (PRATES, CLOSS; CARRARO, 2016, p. 16).

Com esses questionamentos percebemos que ainda são parcias as produções que possuem o Serviço Social como objeto de análise. A grande concentração em estudos e pesquisas que se debruçam sobre o campo das Políticas Sociais, muitas vezes, faz com que a produção de conhecimento centrada no Serviço Social seja considerada de menor relevância acadêmica e social.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível a ampliação dos esforços empreendidos em pesquisas relacionadas à formação e ao trabalho profissional dos assistentes sociais. E não estamos tratando aqui de uma perspectiva endógena de análise do Serviço Social, pelo contrário, em tempos de complexificação do capital, faz-se urgente e necessário o desenvolvimento de estudos que atualizem a compreensão dessa profissão em sua relação com as classes sociais e em sua articulação com o Estado e com a sociedade, portanto seu significado sócio-histórico contemporâneo.

Compreendemos que esses estudos são fundamentais para a defesa da concepção de Serviço Social que construímos historicamente, desde o Movimento de Reconceituação e, mais especificamente, no Brasil, no bojo da Intenção de Ruptura, ao longo do Processo de Renovação de nossa profissão. Uma concepção de Serviço Social pautada na Teoria Crítico-Marxista, que comprehende essa profissão como uma atividade inscrita na divisão social e técnica do trabalho, portanto com o corte do assalariamento, dentro de uma sociabilidade regida pelo capital. Uma profissão que possui a inerente contradição de atender a interesses antagônicos – do capital e do trabalho –, mas que, por meio desse entendimento, pode fortalecer um desses polos em detrimento do seu oposto.

Tais análises corroboram com a necessidade e relevância de construção e consolidação de espaços de estudos e reflexões sobre a profissão. Pautando-se nesta perspectiva, o Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social – NEFSS, foi criado, no ano de 2011, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (campus de Niterói), com o objetivo de estimular estudos que se debruçassem sobre a área dos fundamentos do Serviço Social, visando contribuir para o adensamento destes.

O intuito maior do estudo e da fundamentação em torno da compreensão dos fundamentos de nossa profissão consiste no fortalecimento de um projeto crítico do Serviço Social – historicamente conhecido como Projeto Ético-Político – fazendo frente aos avanços neoconservadores que vem invadindo o trabalho profissional dos assistentes sociais.

O NEFSS constitui-se, desse modo, como um espaço de resistência e

defesa dos princípios que regem, hegemonicamente, o Serviço Social. Com isso, um breve panorama da constituição e do amadurecimento desse núcleo, tendo como seu foco central o próprio Serviço Social, buscando compreender os elementos que compõem o exercício dessa profissão, será apresentado no item que se segue.

O Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS): o seu processo de constituição

Segundo Guerra (2012, p. 41), “[...] o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas [...]”. Para a construção dessas respostas o assistente social precisa mobilizar um arsenal de conhecimentos que devem ser acumulados durante o processo de formação/capacitação. Esses conhecimentos devem construir-se a partir de uma sólida fundamentação teórico-metodológica e princípios ético-políticos, desdobrando-se em habilidades técnico-procedimentais, entre outros.

Desta forma, esse rol de conhecimentos, necessário à constituição do trabalho profissional do assistente social, deve estar assegurado no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Deve ser pautado e tratado ao longo do conjunto de disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos de Serviço Social, mas também deve se fazer presente nos espaços dedicados à pesquisa e à extensão, compondo, assim, a tríade necessária a uma formação de qualidade.

Nesse sentido, não apenas o curso de Serviço Social, mas toda a Universidade deve ser compreendida como lócus de desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, respondendo às exigências do mundo contemporâneo, articulando os princípios da formação acadêmica com as demandas do mercado profissional.

Para esse direcionamento temos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, para o Curso de Serviço Social, o nosso norte. Servindo-nos como uma bússola orientadora, as Diretrizes Curriculares pautam-se em três núcleos de fundamentação, sendo eles: a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se expressam em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional, agregando “[...] um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 4). Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

Compõem essas atividades complementares e os outros componentes curriculares os espaços oferecidos pelos campos da pesquisa e da extensão. Esses espaços constituem-se enquanto possibilidades de consolidação e enri-

quecimento da formação acadêmica dos discentes. E, apresentam-se, também, como espaços propícios à socialização e à produção de conhecimento.

Nessa perspectiva, o NEFSS foi originariamente concebido a partir da iniciativa de duas docentes, que tinham aproximação com os estudos dos fundamentos do Serviço Social. A proposta do núcleo consistia em oferecer aos discentes do Curso de Serviço Social, da UFF/Niterói, um espaço de estudo, para além da sala de aula, que tivesse como eixo central os debates sobre a nossa profissão. A proposta foi elaborada ao longo do primeiro semestre do ano de 2011 e foi efetivamente implementada no segundo semestre do mesmo ano.

O NEFSS nasceu, portanto, no formato de um grupo de estudos, composto por docentes e discentes interessados em aprofundar suas discussões sobre o Serviço Social. O intuito, inicialmente, consistia em oferecer suporte teórico-metodológico às pesquisas desenvolvidas por essas professoras – naquele momento, ainda de forma individual – e possibilitar a ampliação dos debates realizados, envolvendo também os estudantes.

Assim, o NEFSS constituiu-se como um espaço de estudo, debate e apropriação de conhecimento, tendo como foco central o Serviço Social inserido nos processos de produção e reprodução das relações sociais. O núcleo proporcionou a docentes e discentes a oportunidade de aprofundamento de temáticas relacionadas, especialmente, às disciplinas que conformam, em nossa estrutura curricular, o “Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional”.

O NEFSS buscou fundamentação no campo do materialismo histórico e dialético, possuindo como referencial teórico-metodológico a Teoria Social Marxista. Este fecundo subsídio teórico permite a análise crítica da sociedade capitalista, apontando suas contradições e perspectivas de superação. Assim, o núcleo surge com a intenção de compreender a ação profissional em suas determinações sociais através de um movimento reflexivo orientado pela crítica, considerando os fenômenos sociais em sua totalidade.

Desse modo, o NEFSS se configurou enquanto espaço político pedagógico, que se propõe a desenvolver estudos, debates e pesquisas acerca das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais, sobre seu processo de formação acadêmica, sobre as formas de enfrentamento das expressões da questão social, entre outros elementos.

Em seu primeiro ano de existência – o ano de 2012 – o NEFSS debruçou-se sobre o estudo de duas obras completas: SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010; e NETTO, Leila Escorsin. *O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011; sendo cada obra objeto de estudo de um semestre letivo.

No seu papel de núcleo de estudos, sua finalidade precípua envolveu a promoção de debates e reflexões entre discentes bolsistas, docentes e profissionais acerca das temáticas: trabalho, cotidiano e profissão.

Os primeiros frutos desse processo vieram no ano de 2013, com a apresentação de dois trabalhos no I Encontro Nacional de Trabalho, Política Social e Serviço Social, em Maceió/AL; e um trabalho apresentado no I Encontro

Nesse mesmo ano, o NEFSS teve, ainda, uma importante participação da Semana do Assistente Social, promovida pela ESS da UFF/Niterói, oferecendo para estudantes e profissionais do Serviço Social uma oficina cuja temática foi a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social.

Desse modo, podemos destacar que temas relacionados à articulação entre teoria e prática, o conservadorismo no Serviço Social e as dimensões que compõem o trabalho profissional do assistente social, com especial atenção à dimensão técnico-operativa, compuseram os debates realizados pelo NEFSS nos seus três primeiros anos de existência. Essas reflexões impulsionaram as primeiras pesquisas que se debruçaram sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, abrindo para o NEFSS a possibilidade de se consolidar como um espaço de produção de conhecimento na área do Serviço Social.

Esse processo de amadurecimento se deu ao longo dos anos seguintes – especialmente entre 2014 e 2015 – permitindo que, a partir do segundo semestre do ano de 2016, o NEFSS passasse a integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o que proporcionou, de forma mais estreita, a articulação entre ensino e pesquisa, necessária ao processo de formação profissional do assistente social.

Os estudos e as pesquisas desenvolvidas a partir desse momento buscaram uma compreensão crítica acerca do trabalho, entendendo-o como componente formador da sociabilidade humana, cujas particularidades do processo de acumulação capitalista na sociedade burguesa constituem uma sociabilidade fortemente marcada pela exploração e a desumanização, que imprime a forma de assalariamento na profissão, que se encontra na relação dos componentes formadores da “questão social”.

O debate sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social: elemento de análise

Nos processos de pesquisas que foram se constituindo no NEFSS, identificamos a recorrência de análises centradas em produções, no âmbito do Serviço Social, que se debruçam sobre o debate da caracterização teórico-prática da profissão, especialmente ao longo das últimas décadas. Esse debate tem angariado mais adeptos entre aqueles que se dedicam ao exercício da reflexão teórico-metodológica, no terreno do Serviço Social. Consideráveis e significativos esforços vêm sendo realizados no sentido de discutir, à luz da teoria marxista, a dimensão técnico-operativa da intervenção profissional do assistente social – articulada às demais dimensões. E tais esforços empreendem-se, com mais veemência, em torno do debate sobre os instrumentos e técnicas profissionais, especialmente a partir dos anos 2000. Mesmo assim, consideramos, ainda, insuficiente o acervo teórico produzido e publicado, que traz como foco central o debate sobre as particularidades que envolvem a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social.

Corroborando com Mioto (2009, p. 28),

Os textos produzidos sobre as questões técnico-operativas têm, de maneira geral, se concentrado na discussão das bases do projeto ético-político e na necessidade de transformação da intervenção profissional, mencionando apenas nas suas últimas páginas os processos de construção das ações profissionais. Essa postura, ao privilegiar a sua adesão às transformações estruturais, à discussão da garantia dos direitos e à luta pelo acesso aos serviços, não tem abordado em profundidade o conjunto de conhecimentos específicos que circundam o “fazer profissional” e que poderiam qualificar as ações dos assistentes sociais.

Segundo Mioto (2009), temos, também, por vezes encontrado definições do trabalho profissional sendo construídas a partir da identificação dos instrumentos utilizados pelos assistentes sociais em seu processo interventivo – entrevistas, relatórios, encaminhamentos, visitas domiciliares, grupos socioeducativos, entre outros. E, nesse momento ressaltamos que dimensão técnico-operativa, que também se expressa nos instrumentos e técnicas, não se resume a esses elementos. Essa dimensão do exercício profissional abarca o instrumental técnico-operativo que se coloca à disposição dos assistentes sociais, mas abrange outros constitutivos para além desses.

Considerando, portanto, que a dimensão técnico-operativa engloba os instrumentos e técnicas profissionais, compreendemos que

[...] ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação -, além das condições objetivas de trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais, o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos de ação (SANTOS, 2012, p. 12)

Nesta direção o movimento investigativo que se construiu no âmbito do NEFSS, constituindo suas primeiras pesquisas, buscou compreender como o trabalho profissional do assistente social vem se organizando num determinado espaço sócio ocupacional, tendo como eixo a dimensão técnico-operativa. Este estudo, ainda em processo, vem buscando realizar uma análise reflexiva sobre o trabalho do assistente social, compreendendo como as questões econômicas, sociais, políticas e culturais estão relacionadas ao trabalho profissional e como se objetiva o processo de construção de respostas às demandas e requisições que estão postas no cotidiano institucional, ou seja, que estratégicas e táticas são mobilizadas e/ou construídas pelo profissional no contexto institucional.

Desta forma, consideramos importante conferir destaque à dimensão técnico-operativa, considerando-a uma unidade de diversos, ou seja, compreendendo-a como a síntese do trabalho profissional, aquela que informa o “fazer”

dessa profissão, e que, por isso, revela as bases teórico-metodológicas e ético-políticas sobre as quais se constrói a ação profissional. Portanto, a análise desta dimensão técnico-operativa da profissão mostra-se como um caminho para se compreender a dimensão teórico-metodológica e ético-política que direciona a atuação profissional dos assistentes sociais.

Nesta direção, o estudo da dimensão técnico-operativa não se limita ao conhecimento de quais instrumentos os profissionais vêm utilizando no atendimento aos seus usuários, mas de que forma estão sendo construídas as respostas às demandas e às requisições institucionais postas. Deste modo, pretende-se pensar tais articulações a partir de uma interlocução crítica, contribuindo para a reflexão acerca dos limites e possibilidades, na cena contemporânea, para o exercício profissional.

Nesse sentido, os estudos, os debates e as pesquisas desenvolvidas do espaço do NEFSS tiveram como orientação o tema: “trabalho, cotidiano e profissão”, buscando a apreensão dos fundamentos que subsidiaram a discussão do trabalho, da alienação e da vida cotidiana na tradição marxista, compreendendo o trabalho profissional do assistente social como constituinte e constitutivo das relações sociais.

O estudo sobre o cotidiano tornou-se, assim, fundamental, pois como já mencionado, é neste campo que se objetiva o trabalho do assistente social, ou seja, “[...] a vida cotidiana constitui-se em âmbito privilegiado em que se realiza o exercício profissional, estando os (as) assistentes sociais expostos (as) às suas determinações” (VELOSO, 2014, p. 117). Ainda que a esfera cotidiana seja marcada pela sua heterogeneidade, superficialidade e imediaticidade é nela que os fenômenos sociais se apresentam na sua forma aparente, sem revelar sua essência. Buscar o que está por trás dos fenômenos sociais, as suas causalidades e processualidades históricas é um movimento inerente ao exercício da pesquisa, que pressupõe a construção de um conhecimento aproximativo da realidade social nas suas contradições.

Entretanto, se por um lado o cotidiano se constitui como um espaço propício à alienação, ele também se configura como possibilidade de superação desta mesma alienação e do desvendamento dos processos que constituem a vida social (HELLER, 2000).

Por isso, a reflexão teórica sobre o cotidiano se apresenta como fundamental e, articulada a ela, os debates acerca do pragmatismo que vem, muitas vezes, sendo absorvido pelo trabalho profissional, podendo reduzir a ação dos assistentes sociais à razão instrumental.

É nesse sentido que o principal eixo de análise, nas pesquisas desenvolvidas pelo NEFSS, não se constrói a partir das especificidades da dimensão teórico-metodológica, nem ético-política, mas sobre as particularidades do caráter técnico-operativo do trabalho profissional dos assistentes sociais, na mobilização de suas estratégias e táticas. Destacando a sua articulação com as demais dimensões constitutivas da profissão, buscando compreender, com profundidade, os fundamentos teórico-metodológicos do debate acerca do caráter técnico-operativo do Serviço Social.

Em um rápido levantamento realizado nas produções mais recentes, no campo do Serviço Social, tomando como recorte temporal o ano 2000, pudemos constatar que o parco debate construído sobre o tema dos instrumentos e técnicas encontra-se, especialmente, em dois campos.

No primeiro campo, o debate tem sido realizado compreendendo instrumentos e técnicas como expressão da criação de protocolos de atendimento, como se fosse possível adequar os instrumentos, em sua racionalidade, ao movimento dinâmico da realidade social e em seus fenômenos constitutivos. Daí ser hegemônica uma concepção conservadora que entende estes instrumentos como “métodos de intervenção” no real e que propiciem determinado resultado sobre o aspecto abordado.

Num segundo campo, não tão bem estruturado quanto o primeiro, o debate dos instrumentos e técnicas tem sido sinalizado nas obras de diversos autores que trabalham na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Não encontramos nesse campo, nenhuma obra que se debruce especificamente sobre a temática, dos instrumentos e técnicas – embora já encontremos produções sobre a dimensão técnico-operativa – mas muitas delas apontam para a importância da realização desse debate.

Dessa forma, destacando a urgência do debate, nos propomos a refletir sobre instrumentos e técnicas, no campo do Serviço Social, compreendendo-os como elementos centrais da dimensão técnico-operativa da intervenção profissional do assistente social.

Entretanto, para a efetiva realização da pesquisa, uma necessidade latente apresentava-se para nós: a escolha de um cenário específico a ser analisado. Pautando-se no método materialista histórico dialético, compreendemos a necessidade de se construir abstrações a partir de um solo real e concreto. Nos termos de Marx, a teorização nada mais é que o concreto pensado.

Desse modo, o campo de Política de Saúde foi o lócus escolhido para o desenvolvimento de nossa investigação, entendendo que as diversas áreas que empregam os assistentes sociais incidem sobre o trabalho desses profissionais, com suas particularidades e especificidades. Portanto, o próximo item tem como objetivo apresentar, de forma breve, o universo pesquisado: a Política de Saúde, no Brasil contemporâneo.

A Política de Saúde como lócus de pesquisa: um campo de contradições

Em relação à nossa escolha pelo campo da Saúde para constituir-se em universo de pesquisa, esta se deu pelo fato das docentes, que coordenavam as atividades do NEFSS, terem acumulado experiências profissionais, como assistentes sociais – antes do exercício da docência –, nessa área de atuação.

O campo da Saúde, no Brasil, desde os anos de 1980 até a cena atual, atravessou inúmeros processos de mudança. A mais significativa delas refere-se à ampliação de sua condição universal, de direito, adquirindo status de política pública, quando, a partir de 1988, passa a compor o tríplice da Seguridade Social

– junto às políticas de assistência social e previdência social – na Constituição Federal.

Com esse marco a Saúde torna-se uma política social e deixa de estar restrita a um determinado conjunto de trabalhadores, “daí o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) ser entendido como um direito universal, não contributivo, no qual o sujeito deve ser visto na sua integralidade” (MATOS, 2014, p. 33). Esta construção inaugurou, na realidade brasileira, um novo modelo de acesso à saúde relacionada a uma concepção ampliada, não mais vinculada exclusivamente à ausência de doenças, mas articulada à possibilidade de acesso a bens e serviços, ideário construído no processo denominado de Reforma Sanitária.

Portanto, a Política de Saúde assumiu um novo desenho jurídico a partir da Constituição Federal de 1988, e da construção do Sistema Único de Saúde (SUS). As mudanças introduzidas nesta política propiciaram não só a sua normatização, mas o seu crescimento significativo em termos de unidades de saúde e equipamentos públicos, além de diversos programas de ações preventivas, nos quais os assistentes sociais foram chamados a trabalhar.

De acordo com a análise de Bravo e Menezes (2013), a Saúde vem se consolidando como um campo tensionado, marcado por projetos políticos distintos e antagônicos, que se configuraram como o modelo privatista (ênfase na saúde privada, como nicho de mercado), o de Reforma Sanitária (ênfase na saúde pública com substratos democráticos) e o projeto do “SUS flexibilizado” ou o “SUS possível”.

Esse projeto do SUS possível é pautado por arranjos institucionais, mecanismos gerenciais e responsabilização dos profissionais para a adequação da política de saúde às exigências de uma política de rebaixamento da proposta inicial do Projeto da Reforma Sanitária (BRAVO, 2018, p. 10).

Se por um lado o SUS consagrou o atendimento das reivindicações populares, por outro o seu processo de manutenção e funcionamento qualitativo não é garantido pelo poder público estatal. Com isso, observa-se na realidade brasileira um crescimento significativo de planos de saúde, ainda que o SUS estabeleça para a saúde privada um caráter complementar de prestação de serviços.

Com relação a esta última questão, observa-se que sua função social se inverteu nos últimos vinte anos, onde se tem uma saúde privada fortalecida, que está incorporada a uma lógica de privatização e uma saúde pública sucateada, enfraquecida e ameaçada em seus fundamentos democráticos.

Nas últimas décadas, as ações de governos que sucessivamente descharacterizaram o SUS, aliadas a uma política de expansão do capital na área da saúde, vem criando uma forte expressão ideológica da impossibilidade do SUS se concretizar nas suas diferentes frentes propostas nas leis que o regulamentam. E, desse modo, “[...] a saúde como um nicho de mercado, logo como um serviço que deve ser comprado pelos seus usuários, vem sendo naturalizada, daí a importância de análises atentas aos mecanismos de reprodução dessa ideologia”

(MATOS, 2014, p. 27).

Outro elemento importante para considerarmos a Saúde como um campo a ser pesquisado, se refere às constantes modificações pelas quais essa área vem passando, provocadas pelos direcionamentos da política macroeconômica, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) até os governos do Partido dos Trabalhadores – Lula e Dilma – onde se realizaram severos cortes orçamentários, restrição de investimentos e medidas de caráter privatista (BRAVO; MENEZES, 2013).

Desta forma, pensar o trabalho do assistente social nos contornos que esta política vem assumindo, a partir da discussão sobre o processo de privatização, sobretudo a partir da proposta da “[...] adoção de um novo modelo jurídico institucional para a rede pública de hospitais, [e], a criação de Fundações Estatais de Direito Privado” (BRAVO; MENEZES, 2013, p. 30) é fundamental. Este movimento representa uma descaracterização dos princípios fundamentais do SUS Constitucional e, na cena atual, a expressão máxima deste processo é a criação Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sancionada em 2011, que se configura como uma empresa pública de direito privado cujo objetivo é a reestruturação dos Hospitais Universitários, em todo o Brasil.

Nessa conjuntura, ocorre um aumento expressivo do mercado de trabalho para o assistente social, na medida em que este profissional é chamado para atuar junto às demandas pontuais, mas, também, na esfera da gestão e do planejamento das ações, atribuindo outras competências para este profissional. Este fato coloca novas frentes de trabalho para a categoria profissional e, portanto, novas demandas e desafios.

Desta forma, pensar o trabalho do assistente social, com ênfase na sua dimensão técnico-operativa, a partir dos contornos assumidos pela Política de Saúde, significa desvendar o que está posto nesse cotidiano institucional. Portanto, os esforços de pesquisa do NEFSS voltaram-se para o conhecimento e a compreensão da atuação profissional dos assistentes sociais no âmbito público e privado, da área da saúde, buscando desvelar como exercem suas funções, respondem às demandas e articulam propostas de intervenção. As investigações propostas e formuladas no NEFSS também pretendem analisar quais são as possibilidades e dificuldades encontradas no cotidiano institucional e como os assistentes sociais se apropriam dos conceitos, pressupostos e diretrizes operacionais para a organização de seu trabalho no que se refere à construção de estratégias e táticas para uma intervenção profissional qualificada.

Entretanto, essa pesquisa empírica exigiu ao grupo de pesquisadores do NEFSS um movimento anterior: o levantamento acerca do que o Serviço Social vem produzindo no campo da Saúde, ou seja, como o Serviço Social vem se apropriando das questões que são constitutivas e constituintes do campo da Saúde. Desta forma, definimos como procedimento metodológico anterior e fundamental, a realização de um mapeamento sobre a produção do conhecimento no campo da Saúde; uma revisão de literatura, cujo objetivo é identificar, dentro de um determinado período histórico que compreende os anos de 2000 a 2015, como o assistente social vem construindo suas análises, interlocuções e

reflexões no campo da saúde.

A fase atual da pesquisa: mapeamento da produção do conhecimento em Serviço Social e Saúde

Tendo como objetivo último do processo de investigação empreendido pelo NEFSS sobre o conhecimento do trabalho do assistente social, na sua dimensão técnico-operativa, no cenário da Política de Saúde, percebemos que seria necessário realizar um mapeamento sobre a produção de conhecimento nessa área. Ou seja, o que o Serviço Social vem construindo em termos de reflexão na sua interlocução com o campo da Saúde? Ou, ainda, como o Serviço Social constrói suas reflexões em meio ao debate da Saúde, no sentido de identificar e agregar a esta pesquisa dados referentes a esta discussão?

Essa etapa da pesquisa – o mapeamento sobre a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a área da Saúde – realizou-se por meio de uma revisão de literatura, consultando o banco de dissertação e teses da CAPES a partir dos descriptores: Serviço Social, Trabalho Profissional, Política de Saúde. O material encontrado foi constituído por dissertações de Mestrado, teses de Doutorado (UFF, PUC-RJ e PUC-SP, UnB, UERJ, UFRJ).

Além das teses e dissertações, também foram investigadas as publicações realizadas nas principais revistas da área (Serviço Social & Sociedade, Katálysis e Praia Vermelha). No material pesquisado foram encontrados 129 artigos que versam sobre Saúde e Serviço Social. O objetivo desse mapeamento é buscar a compreensão em torno do debate da Saúde, no campo de Serviço Social, destacando as principais questões para o trabalho profissional.

Todo esse levantamento debruçou-se sobre material produzido no período de 2000 a 2015, pautando-se na hipótese de que estes podem vir a refletir as discussões mais relevantes, no campo do Serviço Social, após a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), em meio ao enfrentamento dos desafios postos, especialmente, pelos governos do PT.

Ao final deste mapeamento o objetivo foi articular as diferenças e as similaridades existentes entre as produções sobre a Saúde, no campo do Serviço Social. Desse modo, a análise do material foi realizada através da leitura dos seus resumos, sendo criados, para orientar tal leitura, os seguintes eixos temáticos: Política de Saúde (onde estavam contidos os debates e as discussões sobre o nível macroestrutural da Política de Saúde e sua relação com os princípios e diretrizes do SUS); Serviço Social e Saúde (que abrangeu os trabalhos e reflexões relacionadas ao trabalho profissional do assistente social na área da Saúde); Trabalho e Saúde (que abarcou reflexões sobre a inserção dos trabalhadores da Saúde nos seus espaços de trabalho, bem como seus desafios e potencialidades); Lutas e Movimentos Sociais (que reuniram reflexões que expressam os processos políticos organizativos existentes no campo da Saúde); e Sujeitos da Política (compreendendo estudos relacionados aos usuários da rede e dos serviços públicos de saúde que são ofertados).

Nessa primeira aproximação analítica realizada sobre o material coletado,

verificamos que dos 129 textos encontrados, 53% estão localizados no eixo de Política de Saúde, 36% no eixo Serviço Social e Saúde, 4% no eixo Trabalho e Saúde e 2% no eixo Sujeitos da Política.

A hipótese levantada sobre a alta concentração de textos produzidos no eixo da Política de Saúde refere-se aos próprios processos de mudança a que esse campo vem sendo submetido, ao longo das últimas décadas. Faz-se necessário estudar este campo pelos constantes ataques que vem sofrendo, pela forma como vem sendo vilipendiado historicamente com os avanços da política neoliberal. Portanto, produzir conhecimento sobre essa área pode se constituir como uma estratégia de luta e resistência, tanto na perspectiva do desenvolvimento e da denúncia desses processos deletérios de sucateamento da rede pública, quanto da defesa dos princípios do SUS.

Por outro lado, identificamos uma porcentagem extremamente pequena no eixo Lutas e Movimentos Sociais. A hipótese levantada é de um arrefecimento nas preocupações acadêmicas e analíticas em torno dessa temática, revelando que, no movimento da sociedade, este tema também vem se expressando de forma arrefecida.

Outro dado analisado se refere ao eixo Sujeitos da Política. Nesse eixo, constatamos um significativo avanço no campo da produção do conhecimento, considerando que os usuários da Política de Saúde não são mais compreendidos, em maior parte, como indivíduos, e sim como sujeitos históricos, como partícipes da construção histórica da Saúde, ainda que ela se faça a partir de condições materiais objetivas que estão postas na realidade.

Partindo destes eixos, foram extraídas determinadas tendências, considerando que estas expressam polêmicas ou questões que aparecem em grande parte dos textos. Portanto, foram destacadas as seguintes tendências no debate: adoecimento, controle e participação social, direito à saúde, equipe interdisciplinar, formação profissional do Serviço Social, modelos de gestão, humanização, modelos de avaliação, parcerias público privada, princípios do SUS, programas específicos, projeto ético-político, questões éticas, sindicato/partido político, trabalho profissional, formas de violência.

Na identificação de qual nível de atendimento do SUS os estudos se concentram, observamos que 54% estão localizados no nível terciário, 32% no nível primário e 13% no nível secundário. Esses dados nos indicam que as instituições hospitalares se constituem como o espaço mais investigado – sobre o qual mais se produz conhecimento – no campo do Serviço Social. O que corrobora com a realidade de absorção desses profissionais na área da Saúde, onde os hospitais figuram como um amplo mercado de trabalho que agregam um número significativo de assistentes sociais.

Na sequência destas análises a próxima tarefa da pesquisa é refinarmos a análise dos dados para que possamos realizar leituras dos materiais, identificando os referenciais teóricos que vem consolidando o processo de reflexão sobre este campo. A finalidade será conhecer e analisar quais os objetivos principais do texto, quais as categorias e conceitos mais utilizados, quais os principais autores consultados para a interlocução e quais as ideias estão presentes e que

se expressam de forma mais significativa. Nesse sentido, compreender como se objetiva o trabalho do assistente social na saúde e de que forma a dimensão técnico-operativa se encontra presente nestes estudos e reflexões.

Considerações finais

O NEFSS vem, desde o ano de 2011 até o presente momento, construindo a sua caminhada, sem perder o foco em sua proposta inicial: a compreensão do trabalho profissional do assistente social, no âmbito da Saúde, buscando entender a efetivação de sua dimensão técnico-operativa, em articulação com as demais dimensões que compõem o Serviço Social.

Compreendemos que esses espaços – os grupos de estudos e pesquisas – especialmente aqueles que se debruçam sobre os fundamentos de nossa profissão, oferecem aos seus participantes uma privilegiada oportunidade de discussão e reflexão sobre as demandas que configuram, perpassam, constituem e atravessam o Serviço Social. Bem como, um momento ímpar para a elaboração, o adensamento e a produção de um conhecimento que possa vir a oferecer pistas à própria categoria profissional sobre como enxergar, na realidade social, as possibilidades de intervenção e construir as suas estratégias de atuação.

Destacamos, assim, esse movimento de estudo, investigação, pesquisa e produção de conhecimento deve se tornar incessante, uma vez que a realidade que se apresenta para nós é dinâmica, se produz de forma dialética e se altera sob os direcionamentos de diferentes conjunturas sócio históricas e político econômicas.

Afinal, como nos lembra José Saramago:

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “não já mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía. Ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

Esperamos que as viagens empreendidas pelo NEFSS rendam, ainda, muitos frutos e que a sua trajetória de constituição possa inspirar tantos outros assistentes sociais – docentes ou não – ao estimulante processo de aprofundamento da compreensão e da defesa da nossa profissão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996.

ABRAMIDES, M. B. C. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007.

BRAVO, M. I. S. **As lutas pela Saúde**: desafios da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/PDFs/arq_1742_234.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de. A Política de Saúde na atual conjuntura: algumas reflexões sobre os governos Lula e Dilma. In: SILVA, L. B.; RAMOS, A. (Org.). **Serviço Social, Saúde e questões contemporâneas**: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas: Papel Social, 2013.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000,

MATOS, M. C. No rastro dos acontecimentos: política de saúde no Brasil. In: OLIVEIRA, M. J. et al. **Política de Saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 27-46.

MIOTO, R. C. T. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 8, 2009.

PAULA, L. G. P. de; NACARAT, A. C. L.; SILVA, C. M. da. A proposta das oficinas nas diretrizes curriculares: elementos para debate. **Revista Temporais**, Brasília, n. 35, p. 155-172, jan./jun. 2018.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T.; CARRARO, G. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 5-33, jan./jun. 2016.

SANTOS, J. A. S. Apresentação. In: _____. **Cinema e Teatro como experiências inovadoras e formativas na educação**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

VELOSO, R. dos S. Condições de trabalho e dimensão técnico-operativa do Serviço Social. In: OLIVEIRA, M. J. et al. **Política de Saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 115-134.

CAPÍTULO IX

AVANÇO DO CONSERVADORISMO, REGRESSIVIDADE E OS ATAQUES À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E DROGAS

Rachel Gouveia Passos (UFRJ)
Tathiana Meyre da Silva Gomes (UFF)

Introdução

Tudo isso pode ser facilmente acusado de obviedade. Não é uma novidade identificar e rejeitar o abuso do homem sobre o homem; não é uma novidade buscar lhe as causas, recusando-se a acobertá-las sob o preconceito. Mas, enquanto o abuso e a violência ainda forem o óbvio leitmotiv da nossa realidade, só se podem usar palavras óbvias, para não mascarar, sob a construção de teorias aparentemente novas, o desejo de deixar as coisas como estão (Franco Basaglia).

A política de saúde mental, álcool e drogas no cenário contemporâneo vem sofrendo severos ataques. Não é exclusivo da conjuntura atual a presença de forças conservadoras representada por uma psiquiatria tradicional que questiona e reivindica a centralidade da internação, do isolamento, da medicalização e do poder e saber médico. O que a conjuntura recente inaugura, contudo, é a possibilidade deste projeto conservador tornar hegemônico a defesa daquilo de mais essencial que é questionado no projeto radical de reforma psiquiátrica brasileiro e da luta antimanicomial: a busca da superação da violência como cuidado e da lógica manicomial.

Isto significa que a proposta radical de reforma psiquiátrica brasileira (RPB) – que se vincula às transformações nas próprias relações sociais – e o movimento da luta antimanicomial encontram-se ameaçados em sua hegemonia por um levante de forças reacionárias que sempre estiveram presentes neste campo. Não por acaso a Lei 10.216/01 somente foi aprovada após mais de 10 (dez) anos de discussões no Congresso Nacional, expressando o processo de correlação de forças presentes neste setor.

Por distintas razões, entre as quais podemos citar vontade política e o fato de sua adoção enquanto política oficial ocorrer *pari passu* à adoção dos preceitos neoliberais no país, a reforma psiquiátrica não foi plenamente implementada em nosso território de proporções continentais. Ao contrário, em algumas regiões a reforma foi assimilada e compatibilizada pela lógica de enxugamento dos gastos públicos.

Esta constatação não aponta para a inviabilidade da implementação da reforma psiquiátrica deslocada de uma lógica de destituição do caráter universal das políticas sociais, mas chama atenção para a sua assimilação como reforma neoliberal, objetivo oposto ao projeto radical de reforma psiquiátrica brasileira.

Um dos objetivos centrais da reforma psiquiátrica brasileira e do movimento da luta antimanicomial é a desinstitucionalização. Esta não se resume ao

processo de retirada das pessoas dos manicômios, a chamada desospitalização. Contudo, a viabilidade da desinstitucionalização depende do funcionamento real de uma rede de atenção psicossocial, ou seja, uma rede de serviços de base territorial e comunitária que garanta a integralidade de cuidados (GOMES, 2015).

Ao sinalizar que a plena realização do projeto radical de reforma psiquiátrica depende de investimentos sólidos e constantes do Estado, Scull (1977) atesta para o risco de uma incompatibilidade da reforma psiquiátrica com um Estado mínimo. A conjuntura conservadora no país parece radicalizar este risco.

Atualmente o projeto de reforma psiquiátrica brasileira e os fundamentos defendidos pelo movimento da luta antimanicomial estão em “xeque”. A base fundamental sobre a qual se erige tal projeto encontra-se ameaçada, qual seja: o fim dos manicômios e da lógica manicomial que, tal qual afirmou Basaglia (2005), se relaciona à lógica de funcionamento do capitalismo e de suas relações sociais. Neste caminho, o presente texto se propõe a refletir sobre as consequências da crise do capital que culmina com a adoção de um projeto conservador e ultra neoliberal no Brasil para o campo da reforma psiquiátrica brasileira e o movimento da luta antimanicomial.

“É pau, é pedra, é o fim do caminho?” Avanço conservador e regressão de direitos no cenário contemporâneo

Iniciar um texto com limites tão curtos cuja pretensão anunciada no título seria tratar, ainda que em linhas gerais, do avanço do conservadorismo com ênfase na particularidade brasileira para analisar, ainda que brevemente, as repercussões no campo da RPB, promoveu em nós certo momento de paralisia.

Paralisia justificada não pela ausência de análise de conjuntura para prosseguir com a tarefa anunciada. Inversamente, a capacidade de fazê-la de maneira ininterrupta em diferentes quadros históricos nos colocou diante do risco de repetição de tom. Não queremos dizer com isto que não há novos elementos na conjuntura atual. Eles existem, são evidentes e gravíssimos para a jovem democracia brasileira e o conjunto de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Ocorre que alguns dos elementos que constituem a atual conjuntura tão adversa, já estavam postos em momentos anteriores, tendo sido, em grande parte, alvo de problematizações por distintos autores (NETTO, 2007; ALENCAR; GRANEMANN, 2009; BARROCO, 2015).

Por mais que a processualidade histórica deste avanço conservador estivesse presente em tais análises, torna-se praticamente impossível não entoar a indagação: como chegamos à forma de Estado burguês caricatural que se apresenta na conjuntura atual exprimindo um projeto de país baseado em concepções individualistas, fundamentalistas e grotescas?¹

Tratar do avanço conservador parece exigir, entre outras coisas, o reco-

¹Tem sido constrangedor, para dizer o mínimo, acompanhar tanto as notas e discursos oficiais quanto os sujeitos que os inspiram e seus esdrúxulos argumentos ao questionar o que até então eram consensos científicos, numa clara tentativa de desqualificação da intelectualidade e da própria ciência.

nhecimento de que ele “[...] supõe sua inserção no processo histórico movido por um conjunto de determinações estruturais e conjunturais, atores econômicos, político-culturais e pela dinâmica da luta de classes” (BARROCO, 2015, p. 624).

Os anos de 1970 representam um marco histórico importante neste processo com a crise capitalista e a ofensiva burguesa como resposta. Neste cenário, cujas respostas do capital já foram bastante problematizadas (CHESNAIS, 1996; ANDERSON, 1995, HARVEY, 2004; ANTUNES, 1999) e diante de uma interpretação que concebe o fracasso dos projetos emancipatórios e dos valores universais, ideologia neoliberal e pós-modernidade assume a função social de “[...] justificar as transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital” (BARROCO, 2011, p. 206).

Nos períodos que sucederam esta década viu-se as tentativas de resposta burguesa ao esgotamento capitalista (EAGLETON, 2012; ZIZEK, 2015) para retirá-lo de sua própria crise, sendo esta estrutural (MÉSZAROS, 2004).

No Brasil, a principal mediação em relação à conjuntura de crise e de adaptação do país às tendências de internacionalização do capital tem sido a adoção de “políticas de ajuste”. Como consequência, temos experimentado o rebaixamento a patamares mínimos de algumas conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira, assim como do próprio processo civilizatório conquistado (SAMPAIO Jr., 2017).

Neste contexto de crise capitalista, mas também das hegemônias de esquerda no capitalismo tardio, de recrudescimento da violência e das formas de repressão, de espraiamento da reificação para todas as dimensões da vida social, de irracionalismo e disseminação do senso comum, o conservadorismo se reatualiza, avança, se difunde (BARROCO, 2015) e se expressa, mais recentemente, na materialização de governos de ultradireita em distintos países, dentre eles, o Brasil.

É neste contexto que, conforme atesta Barroco (2015), se expressa uma forte tendência moral-punitiva, onde as expressões da questão social voltam a ser tratadas como casos de polícia e tem expropriado de seu conteúdo a articulação com seus determinantes socioeconômicos. O culto ao presenteísmo tem sido uma constante na conjuntura recente, onde, na ausência de seus determinantes históricos, os fenômenos passam a ser explicados por si mesmos. Nesta ótica, ainda segundo a referida autora, as expressões da questão social passam a revelar tão somente desajustamentos individuais que carecem de “correção”. Cabe destacar que no atual cenário “a moralização da questão social não é dirigida exclusiva ou prioritariamente ao ajustamento, mas à punição” (BARROCO, 2015, p. 629). Assim, seu trato tem por base a perspectiva moral-punitiva por parte de um Estado altamente repressor, conforme assinala a autora:

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão im-

plicam em violência contra o outro [...] e são mediadas moralmente na medida em que se objetiva a negação do outro (BARROCO, 2011, p. 209).

Além disso, o avanço do conservadorismo ganhou força, se institucionalizou em forma de governo e tem prometido levar a cabo todo sacrifício social necessário em prol da sustentabilidade do mercado e da acumulação com base na propriedade privada.

Trata-se de um cenário desastroso de enorme regressividade no campo dos direitos sociais e de perdas históricas importantes para o conjunto da classe trabalhadora. Estamos diante de um projeto de desmonte de um tímido Estado social e de destruição das políticas sociais que se pretendiam universais. O que se anuncia com as medidas que estão sendo encaminhadas por este projeto não é tão somente a precarização, via focalização, das políticas sociais, mas o seu verdadeiro desmonte: a destruição total das políticas sociais e da concepção de Seguridade Social tal qual defendemos².

A repercussão no conjunto das políticas sociais não poderia ser menos desastrosa e tem demonstrado a capacidade de atingir centralmente o campo da saúde mental impactando o processo de implementação da rede de atenção psicossocial. No particular da política de saúde mental, álcool e outras drogas as consequências remetem a um cenário de puro obscurantismo, com o retorno do hospício como instituição de “cuidado” e da prática de violência como “tratamento”.

Uma das expressões recentes desse avanço conservador foi a aprovação da Portaria Ministerial 3.588/2017 e da alteração do eixo central da política de drogas, extinguindo a perspectiva da redução de danos enquanto política oficial. Nos debruçamos sobre estes desdobramentos no item a seguir.

Retrocessos no processo de implementação da política nacional de saúde mental, álcool e drogas

A política de saúde mental, álcool e outras drogas foi redirecionada em 1992, a partir do momento que o médico Domingos Sávio se tornou coordenador nacional de saúde mental do Ministério da Saúde. A redefinição da assistência psiquiátrica para a atenção psicossocial não ocorreu sem disputas. Podemos dizer que a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) sempre se colocou como opositora do novo modelo e desejou ocupar a direção da política. Até o ano de 2015, tivemos a presença de coordenadores de saúde mental que se identificavam com a reforma psiquiátrica e com a luta antimanicomial. Entretanto, foi no contexto do golpe parlamentar de 2015 que ocorreu uma mudança brusca na direção da política, tendo a entrada de um representante da psiquiatria tradicio-

² A Carta de Maceió, elaborada durante o XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL), entre os dias 3 e 6 de setembro de 2000, representando o conjunto dos assistentes sociais brasileiros, afirma a importância da defesa e apresenta concepção de Seguridade Social reafirmada aqui nesse artigo. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CARTADEMACEIO.pdf> - acesso realizado 31/05/2019.

nal vinculado aos interesses da ABP.

Apesar da mudança na representação e direção da política não podemos deixar de assinalar que desde 2010 temos vivenciado, ainda que de maneira sutil, a entrada das comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial. Conforme aponta Duarte (2018), logo após a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, realizada em Brasília, no período de 27 de junho a 01 de julho de 2010, emergiu o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Esse plano teve a participação, o acordo e o pacto da coordenação nacional de saúde mental. Logo, garantiu-se o “[...] aumento de vagas para usuários e financiamento público nas comunidades terapêuticas, além de se omitir quanto ao processo de internações forçadas nas principais capitais brasileiras, levado a cabo por agentes públicos de forma repressora e autoritária” (DUARTE, 2018, p. 230).

Não podemos deixar de destacar que existe uma disputa em relação ao orçamento público³ e, no caso da saúde mental, isso ocorre, principalmente, a partir do redirecionamento do investimento público para os novos equipamentos que compõem a RAPS – dentre eles as Comunidades Terapêuticas, incluídas oficialmente a partir das Portarias nº 3088/2011 e nº 131/2012.

Em 2013, durante o I Encontro Nacional da RAPS, ocorrido na cidade de Pinhais/PR, os participantes do evento elaboraram, aprovaram e divulgaram a “Carta do I Encontro Nacional da RAPS”. Nesse documento os participantes (trabalhadores, usuários e familiares) denunciaram a grave ameaça que a política de saúde mental, álcool e outras drogas vinha sofrendo a partir da oficialização do financiamento público para as comunidades terapêuticas, do número crescente de internações compulsórias e das medidas higienistas utilizadas pelo poder público para lidarem de forma moralizante com a famigerada guerra às drogas.

Segundo Duarte (2018), o documento foi elaborado a contragosto do coordenador nacional de saúde mental que, de certa forma, defendeu as comunidades terapêuticas e seu financiamento. Já para Vasconcelos (2016), a coordenação teria recebido ordens “superiores” de inserir as comunidades terapêuticas como serviço no âmbito da RAPS. Essas diferentes análises demonstram que há disputas no interior do movimento de reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial⁴. Podemos sinalizar que alguns atores seguiram no ideário reformista, se distanciando das bases do movimento social e, de maneira substancial, incorporando um arcabouço jurídico e legislativo significativo, tais como portarias e normas conforme problematiza Albrecht (2019, p. 346).

Um outro ponto importante diz respeito ao apoio de Gleisi Hoffman,

³Para Conceição, Cislaghi e Teixeira (2012, p. 98), o orçamento público não é apenas uma “peça técnica que explicita as fontes de financiamento e as despesas apresentadas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Legislativo. Ele é, sobretudo, uma arena de embate político de diferentes sujeitos que interferem na origem e no destino de recursos em função de interesses de classes e de grupos sociais”.

⁴Para Passos (2017, p. 58), há pelo menos três projetos em disputa: 1º) a proposta radical de Reforma Psiquiátrica, pautada na Luta Antimanicomial; 2º) a proposta de manutenção da perspectiva manicomial tradicional; 3º) a proposta de uma Reforma Psiquiátrica “simpática” às mudanças de carácter meramente legislativo e assistencial.

ex-ministra da Casa Civil durante o governo Dilma, na defesa das comunidades terapêuticas, as internações compulsórias e do caráter religioso desse modelo de “tratamento”. Hoffmann assumiu, na época, o comando das negociações sobre o projeto de lei que previa internações involuntárias de dependentes de drogas⁵. Esse apoio no interior do governo demonstra que mesmo em uma gestão que defendia os princípios democráticos havia disputas internas no que diz respeito às comunidades terapêuticas e a bancada evangélica, já que a maioria delas adota o cristianismo como estratégia para manejá-lo “tratamento” para usuários de álcool e outras drogas.

No final de 2015, diante de uma conjuntura extremamente adversa e que antecedia ao golpe parlamentar, foi que o primeiro psiquiatra conservador e manicomial assumiu a direção nacional da política. Tal mudança de gestão deu-se de forma abrupta e condicionada pelos acordos entre o PT e o PMDB, uma vez que a substituição do Ministro da Saúde ocorreu na tentativa de garantir, minuciosamente, um acordo para a permanência de Dilma Rousseff na presidência. O que levou a uma reorganização no Ministério da Saúde e das coordenações das políticas setoriais no âmbito da saúde (PASSOS, 2017).

A indicação do novo coordenador de saúde mental não foi bem aceita pelos movimentos sociais, coletivos e entidades que defendem a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial. Foram solicitados pedidos de audiências, além de ter sido enviado notas de repúdio, realizaram-se abraços aos Centros de Atenção Psicossocial, abaixo-assinados, marchas e etc. No dia seguinte da nomeação do novo coordenador nacional, a coordenação foi ocupada por diversos militantes que pediram a sua exoneração. A ocupação foi sustentada durante 123 dias ininterruptos e seu fim deu-se no dia 15 de abril de 2016 com a entrada da Polícia Federal no local.

No ano seguinte, em 2016, as comunidades terapêuticas foram reafirmadas através da portaria nº 1.482/2016, tornando-se elegíveis para o cadastro no sistema nacional de estabelecimentos de saúde. Entretanto, foi em 2017 que se consolidaram as expressivas transformações na política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas através da portaria 3.588/2017. Mas foi a resolução nº 32/2017 que introduziu na RAPS os leitos psiquiátricos e os ambulatórios de saúde mental. Portanto, o hospital psiquiátrico retorna à cena e ganha destaque no cenário atual (SOUSA; JORGE, 2017). Cabe sinalizar, que essa aprovação ocorreu por meio de articulações obscuras junto à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e à coordenação nacional de saúde mental, além de passarem por cima dos representantes civis, movimentos sociais e entidades que defendem a reforma psiquiátrica brasileira.

Em 2018, foi lançada, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Nova Política Nacional de Saúde Mental e da Assistência Psiquiátrica, composta por deputados que são ligados aos planos de saúde e comunidades terapêuticas. O grupo propõe algumas alterações da Lei 10.216/2001, assim como mudanças no financiamento de serviços e na própria

⁵<https://oglobo.globo.com/brasil/gleisi-hoffmann-apoia-internacao-involuntaria-de-dependentes-quimicos-8289713> Acesso realizado em: 05 de maio de 2019.

estrutura da RAPS. Não podemos deixar de sinalizar que a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) e a ABP possuem um papel fundamental na articulação dessa frente parlamentar mista que defende a retomada do conservadorismo manicomial. Neste mesmo ano, através da portaria nº 2.243/2018, tivemos o reajuste das diárias pagas para internações psiquiátricas, inclusive aquelas que duram mais de 90 dias. Em síntese, para Delgado (2019, p. 2), entre 2016 e 2019, o governo federal tomou as seguintes medidas:

- 1) modificou a PNAB – Política Nacional de Atenção Básica, alterando os parâmetros populacionais e dispensando a obrigatoriedade da presença do agente comunitário de saúde nas equipes de saúde da família, com consequências imediatas de descaracterização e fragilização da atenção básica; 2) ampliou o financiamento dos hospitais psiquiátricos, concedendo reajuste acima de 60% no valor das diárias; 3) reduziu o cadastramento de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em proporção ainda imprecisa, uma vez que o Ministério da Saúde deixou de fornecer os dados sobre a rede de serviços de saúde mental; 4) ampliou o financiamento para mais 12 mil vagas em Comunidades Terapêuticas; 5) restaurou a centralidade do hospital psiquiátrico, em norma já publicada, e recomendou a não utilização da palavra “substitutivo” para designar qualquer serviço de saúde mental (embora seja medida esdrúxula do ponto de vista da gestão, tem uma intenção simbólica clara, de negar a mudança de modelo de atenção); 6) recriou o hospital-dia, um arcaísmo assistencial, vinculado aos hospitais psiquiátricos, sem definir sua finalidade, em evidente reforço ao modelo desterritorializado; e 7) recriou o ambulatório de especialidade, igualmente sem referência territorial.

Ainda nesta esteira de regressividade, nos primeiros dias do ano de 2019, no início de uma nova gestão do governo federal, foi publicada a Nota Técnica nº 11/2019, que orienta sobre novas e severas medidas para a política nacional de saúde mental, álcool e drogas. Entre as barbaridades anunciamos podemos destacar: compras de aparelhos para aplicação da eletroconvulsoterapia (ECT)⁶; internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos violando, inclusive, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); inclusão dos hospitais psiquiátricos e ambulatórios multiprofissionais como unidades ambulatoriais especializados; negação da redução de danos e a afirmação das comunidades terapêuticas. O documento também ressaltava que não haveria mais o fechamento de leitos psiquiátricos e nem que iria considerar nenhum serviço substitutivo ao modelo asilar, descaracterizando o lugar do CAPS, dentre outras atrocidades. Diversas entidades, coletivos, movimentos manifestaram notas de repúdio, sendo que, dois dias depois do lançamento da nota técnica o

⁶Sinalizamos que no interior do movimento de reforma psiquiátrica não é hegemonic o posicionamento acerca da utilização do ECT. De acordo com a nota “O cuidado em saúde mental e a contrarreforma psiquiátrica: posicionamento crítico da ABRASME à nota técnica do Ministério da Saúde (MS) n. 11/2019 de 04 de fevereiro de 2019”, emitida pela Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), indica que o ECT é uma estratégia de exceção para o cuidado em saúde mental. Tal defesa provoca intensas polêmicas e discordâncias dentro do campo.

Ministério da Saúde retira o documento dos meios de comunicação e informa que irá rever o material. Além disso, a gestão da política nacional de álcool e outras drogas passa a compor o “superministério” da Cidadania, que incorporou Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte (DELGADO, 2019).

Guimarães e Rosa (2019, p. 123-124) afirmam que o avanço da remanicomialização do cuidado em saúde mental estrutura-se através de quatro elementos base da última portaria: 1) ambulatorização do cuidado com equipes especializadas; 2) a remanicomialização da saúde mental através do aumento do financiamento para o valor da diária nos hospitais psiquiátricos; 3) a utilização de até 20% da capacidade dos leitos em hospitais gerais para alas psiquiátricas; 4) ampliação do aporte financeiro para as comunidades terapêuticas. É evidente o direcionamento para o fortalecimento dos equipamentos que afirmam a lógica psiquiátrica e manicomial.

É fundamental atentarmos para o retrocesso que este cenário institui, conforme destacado em análise recente sobre as alterações na política nacional de saúde mental, álcool e drogas:

Instituíu arbitrariamente uma política de saúde mental que afronta os princípios e objetivos da Reforma Psiquiátrica brasileira porque, entre outras coisas, implicará no desfinanciamento da rede de atenção psicossocial. Cabe destacar que em 2002, 75,24% dos recursos do SUS para a área da saúde mental eram destinados a hospitais psiquiátricos especializados, enquanto apenas 24,76% eram destinados para a rede substitutiva. Com o avanço da implementação da Reforma Psiquiátrica, em 2014, 79,39% dos gastos foram destinados à rede substitutiva em saúde mental enquanto 20,61% com hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2015). O cenário que a Portaria 3.588/2017 parece indicar, no médio prazo, é regressão do processo de implementação da Reforma Psiquiátrica antimanicomial no país com retorno próximo aos patamares de investimento de mais de uma década atrás (GOMES, 2018, p. 30).

Ademais, precisamos compreender que o avanço do conservadorismo apresentado pelas mudanças na política de saúde mental encontra-se vinculado ao fortalecimento do punitivismo e do extermínio. Vivenciamos, atualmente no Brasil, um reavivamento e reconfiguração das instituições da violência (BASA-GLIA, 2005), a fim de autorizar o extermínio da população negra e pobre. Não podemos esquecer que o Ministro da Justiça e Segurança Pública apresentou um projeto para modificar 14 normas e endurecer as penas para o crime organizado, corrupção e delitos violentos. A proposta sinaliza a necessidade de alteração do Código Penal. Além disso, o “pacote anticrime”, como foi intitulado, aponta para modificações legais sobre a isenção de responsabilidade dos policiais que matam civis ao agirem em certas abordagens.

Conforme sinaliza Davis (2018), há uma intersecção entre o complexo industrial-prisional e o complexo industrial-farmacêutico, ou seja, além da guerra às drogas, promovida pelo proibicionismo, temos também um sistema

punitivo e de controle de corpos e subjetividades atualizado pelas comunidades terapêuticas. Portanto, o “pacote anticrime” e a “nova” política nacional de saúde mental, álcool e drogas nada têm de novo, apenas são reconfigurações das estratégias conservadoras. Mais uma vez o manicômio e suas facetas servirão de instrumento de extermínio e do controle da população marginalizada (PASSOS, 2018).

Cabe lembrar da funcionalidade histórica do manicômio na sociabilidade do capital, tendo servido instrumento de controle e punição, além de invisibilizar parte da classe trabalhadora que não se inseria na esfera produtiva (BASA-GLIA, 2005; ROSA; CAMPOS, 2013; ENGEL, 2001; GOMES, 2014 e 2018).

Por fim, destacamos que foi aprovado pelo Senado, no período em que finalizávamos esse artigo, o projeto que prevê a internação compulsória de usuários de drogas. O texto altera a lei de drogas e aumenta para 8 (oito) anos a pena mínima para traficante que é comandante de facção criminosa. A proposta segue para ser sancionada pelo presidente.

Aos trabalhadores da saúde mental, em particular aos assistentes sociais que atuam neste campo, os desafios colocados passam pela capacidade de análise de conjuntura, articulação em torno dos objetivos fundamentais da reforma psiquiátrica brasileira e de resistência à destruição dos seus pilares fundamentais. Ao compreender que a organização social capitalista é, em essência, inumanizável, cabe a recusa à assimilação da violência, do isolamento e do autoritarismo como formas de cuidado e tratamento, reconhecendo a íntima articulação entre os princípios fundamentais do código de ética da profissão e os princípios da reforma psiquiátrica brasileira.

“Ainda há tempo”: a título de observações finais

Não te rendas, ainda estás a tempo
De alcançar e começar de novo, aceitar as tuas sombras,
Enterrar os teus medos, largar o lastro,
Retomar o voo (Mario Benedetti).

No presente artigo buscamos apresentar elementos e questões que estão em ebulição no atual cenário político e econômico do país e atravessam a política de saúde mental, álcool e outras drogas. As disputas que perpassam a saúde mental não são novidades para aqueles que compõem o campo, entretanto, o que nos chama a atenção é a maneira como há uma modernização de estratégias que já foram superadas e são recuperadas pelas forças ultraconservadoras.

O manicômio serviu como instrumento de repressão, controle, punição, isolamento, tortura, violência, abuso e etc. Sempre foi um espaço de aprisionamento daqueles que são identificados como desviantes da normalidade e da normatividade, portanto precisam ser tratados e curados pelo isolamento. Contudo, a sua lógica também se expressa no cotidiano das relações sociais.

Ao identificarmos que o manicômio está para além dos muros institucionais, nos propomos a questionar o quanto que as forças ultraconservadoras

acionam o racismo, o machismo, o patriarcado, o sexism, a lgbtfobia, as desigualdades de classe para retomarem a manicomialização das políticas públicas e das relações sociais. A partir do discurso de ódio há uma reafirmação dessa estratégia que ultrapassa a política de saúde mental, álcool e outras drogas, pois o pacote “anticrime” apenas fortalece o extermínio da população negra e a nova política de drogas promove a aniquilação da existência através da internação compulsória nas comunidades terapêuticas. Não são apenas as pessoas usuárias de drogas que serão internadas, mas também as mulheres negras, pessoas em situação de rua, lgbts, etc.

Nesse caminho, só é possível apontar para o caminho coletivo reconhecendo que a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica brasileira não podem mais caminhar sem estarem entrelaçadas com a luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. É momento de retomarmos a radicalidade do nosso projeto e seguirmos nos fortalecendo nos mais diversos espaços.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, D. Movimentos antimanicomiais, estratégia democrático-popular e consciência de classe: notas introdutórias. In: IASI, M.; MANSUR, I. F.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- ALENCAR, M. GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.
- BARROCO, M. L. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- _____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONCEIÇÃO, T. S.; CISLAGHI, J. F. TEIXEIRA, S. O. O financiamento da saúde no Brasil: principais dilemas. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.º 23, p. 97-124, jan./jun., 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELGADO, P. G. Reforma Psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. (2), 2019.

DUARTE, M. J. O. Política de saúde mental e drogas: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, nº. 2, p. 227-248, ago./dez., 2018.

EAGLETON, T. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

ENGEL, M. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

GOMES, T. Capitalismo contemporâneo, crise e política social: impactos na política de saúde mental, crack, álcool e outras drogas. **O Social em Questão**, n. 34, p. 297-314, 2015.

_____. **Para além da rima pobre do capital**: questões sobre a inserção de pessoas com transtorno mental no trabalho formal. 2014. 372 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Reforma Psiquiátrica e formação socio-histórica brasileira: elementos para o debate. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 24-34, set./dez. 2018.

_____. Capitalismo contemporâneo, crise e política social: impactos na política de saúde mental, crack, álcool e outras drogas. **O Social em Questão**, n. 34, p. 297-314, 2015.

GUIMARÃES, T. A. A.; ROSA, L. C. S. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. **Revista O social em questão**, Rio de Janeiro, ano XXII, n.º 44, maio./ago., 2019.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 13. ed. 2004.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. In: **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 79, . São Paulo, Cortez. Ed. Especial, 2007.

SOUSA, F. S. P.; JORGE, M. S. B. O retorno da centralidade do hospital psiquiátrico: retrocessos recentes na política de saúde mental. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. (1), 2019.

PASSOS, R. G. Luta antimanicomial no cenário contemporâneo: desafios atuais frente a reação conservadora. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, n° . 2, p. 55-75, jul./dez., 2017.

_____. _____. “**Holocausto ou Navio Negreiro?:**” Inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Revista Argumentum**, Vitória, vol. 10, n. 3, p. 24-34, set./dez. 2018.

ROSA, I.; CAMPOS, R. Saúde mental e classe social: Caps, um serviço de classe e interclasse. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144. abr./jun. 2013.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 1, n. 3, dez. 2011. Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/14552-54957-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

VASCONCELOS, E. M. **Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência:** diálogos com o marxismo e o Serviço Social. Campinas: Editora Papel Social, 2016.

ZIZEK, S. **Problema no paraíso:** do fim da história ao fim do capitalismo. São Paulo, Zahar editora, 2015.

CAPÍTULO X

DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A QUESTÃO DO ATO INFRACIONAL NO BRASIL

Rodrigo Silva Lima
Fábio do Nascimento Simas
Fabiana Schmidt

Introdução

O presente ensaio visa problematizar o tratamento dado a adolescentes pobres no Brasil com enfoque na temática do sistema socioeducativo passado quase três décadas de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, se observa um cenário de violações de direitos humanos das mais variadas naturezas em que apesar dos avanços no campo político-normativo, o tratamento a esses sujeitos guarda profundas conexões com o legado histórico dispensado a esse público marcado pelo autoritarismo e violência do Estado e das classes dominantes.

Para tanto, teceremos reflexões teórico-conceituais sobre a temática dos direitos humanos para em seguida dissertar sobre essas mudanças no século XX e seu paradigma na atenção à infância e, por conseguinte, centrar o debate no tema do ato infracional e sistema socioeducativo.

Direitos Humanos, Infância e Juventude: tensões conceituais e justificativas históricas

O samba cantado por Paulinho da Viola, “Chico Brito”, tem algo rousseauiano nos seus versos. Nos leva a conceber que, “se o homem nasceu bom, e bom não se conservou, a culpa é da sociedade que o transformou”. Aborda, de maneira simples, uma perspectiva importante para pensar no papel do Estado e nos direitos humanos e, também, na concepção reducionista que a interpretação desses direitos adquire por parte de setores conservadores e reacionários da sociedade. Na verdade, não se trata apenas de uma questão de interpretação, mas da dificuldade de equacionar uma questão: os direitos humanos em sua completude são incompatíveis com o modo de produção capitalista (NETTO, 2009).

Ademais, o campo dos direitos humanos é marcado por tensões teóricas e políticas das mais variadas matrizes. A linha de análise de João Ricardo Dornelles (2007) dá margem para coexistência de diferentes noções de direitos humanos, pois parte de pelo menos três grandes concepções para fundamentar filosoficamente os direitos da pessoa humana: as idealistas, as positivistas e as crítico-materialistas (*Ibidem*, p. 16). O autor em questão subdivide três gerações de direitos humanos, algo questionável. Embora os direitos surjam de maneira distinta e sem a linearidade histórica tecida nas formulações clássicas marshallia-

nas¹, Dornelles (2007), numa tentativa didática, identifica na primeira geração de direitos humanos: *os direitos individuais* – direitos à liberdade de pensamento e expressão; liberdade de ir e vir; livre iniciativa; mão de obra livre; liberdade política, dentre outras (DORNELLES, 2007, p. 21); a segunda geração: os *direitos coletivos* – direito ao trabalho; à previdência social em caso de velhice, invalidez, incapacidade para o trabalho, aposentadoria; direito à educação gratuita; direito aos serviços públicos (transporte seguro e confortável, segurança pública, saneamento básico, ruas calçadas, iluminação, água encanada e tratada, comunicação etc.) (Ibidem, p. 30); a terceira geração: *os direitos dos povos ou os direitos da solidariedade* – direito à paz; direito ao desenvolvimento e o direito à autodeterminação dos povos; o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado; o direito à utilização do patrimônio comum da humanidade (Ibidem, p. 35-36).

Por outro lado, José Paulo Netto percebe que “é no âmbito da democracia que, nos últimos anos, a questão dos direitos humanos vem sendo amplamente tematizada” (NETTO, 2009, p. 9). Porém, afirma que no mundo contemporâneo e na América Latina a defesa dos direitos humanos, ainda que na sua especificidade e irredutibilidade, se inscrevem no campo dos direitos sociais: “na contemporaneidade, a defesa dos direitos humanos não é factível se for atomizada dos direitos sociais – eu ousaria mesmo dizer que, hoje, os direitos humanos são uma face dos direitos sociais” (Ibidem). Entendemos assim que no âmbito da luta por direitos humanos, os direitos sociais adquirem maior tensionamento vide sua potencialidade de distribuição da riqueza.

Nos estudos sobre a história dos direitos humanos de Trindade (2002), Ruiz (2009) e Maringoni e Vannuchi (2010), observa-se que essa construção social antecede ao modo de produção capitalista². Porém, é a partir da sociedade moderna, especialmente com as revoluções burguesas³, entre os séculos XVII e XVIII, que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade são colocados em movimento, mais especificamente, a partir da aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Nacional francesa, em 1789 (MARINGONI e VANNUCHI, 2010), cunhada por Trindade (2002) como a certidão de nascimento dos direitos humanos. Não obstante, é somente após a 2^a Guerra Mundial em que dezenas de milhões de vidas humanas foram dizimadas que se estabelece no âmbito das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que cria de fato um amplo sistema mundial de proteção dos direitos humanos desencadeadores de uma série de convenções, pactos e tratados.

No âmbito da proteção à infância. observa-se que, pelo menos, três ordenamentos incorporaram, progressivamente, os conteúdos dos direitos humanos

¹Em sua obra seminal “Classes sociais, cidadania e status” (1967), TH Marshall estabelece uma cronologia no acesso à cidadania sendo primeiro os direitos civis, depois os políticos e os sociais a partir de sua análise da sociedade britânica. Embora se reconheça que tais etapas ditas clássicas se estabeleceram de forma semelhante nos países capitalistas centrais, esse ordenamento temporal de direitos é insuficiente se analisarmos como isso se deu no mundo. No Brasil, por exemplo os direitos sociais foram instituídos em período de ditadura.

²O código de Hamurabi, surgido na Mesopotâmia por volta de 1700 a.C., é exemplar.

³Revoluções que demarcam a queda do absolutismo na Inglaterra e na França, ordem social que se estruturou através da desigualdade formal e real.

no século XIX. Além da lei do direito de viver, um sistema de abonos salariais, sem a necessidade de contrapartidas, conhecida como *Speembanland Law* (POLANYI, 1980), que vigorou de 1795 até 1834, temos a experiência da Lei Fabril de 1850 que regulou a jornada de trabalho de todos os trabalhadores nos ramos industriais submetidos a ela, em especial, crianças e adolescentes submetidas às jornadas de trabalho extenuantes. Uma diferença básica entre a lei fabril e a lei do direito de viver é que ela esboça as primeiras conquistas da classe trabalhadora, em geral, extensivas ao público infantil submetido precocemente ao trabalho, ou seja, “desde a promulgação da primeira Lei Fabril, havia já decorrido meio século” (MARX, 1984, p. 233). Não menos importante, a Encíclica papal *Rerum Novarum*, de 1891, em linhas gerais propugnava a intervenção estatal nas expressões da “questão social”, “formulando a moderna doutrina social da Igreja” (DORNELLES, 2007, p. 29). A abordagem efetuada por Vicente Faleiros revela um paradoxo das premissas da Igreja que, de maneira bastante resumida, residiam na ideia de partilhar as riquezas dos poderosos com os pobres:

A ideia difundida, até mesmo, pelo papa Leão XIII [...], de que os pobres devem receber os supérfluos dos ricos parece na prática estar invertida. Os trabalhadores produzem a riqueza e ainda, quando excluídos da produção, contribuem, com os impostos, para a manutenção do processo de acumulação, como consumidores e contribuintes. Em síntese, são os pobres que financiam seus próprios benefícios (FALEIROS, 2004, p. 48)

Nesse sentido, a preocupação internacional com os direitos da criança tem início, conforme foi abordado anteriormente, no final do século XIX. No início do século XX pode-se destacar um conjunto de ações intensificadas a partir da Revolução Russa⁴, em 1917, e do Tratado de Versalhes, com a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT (DORNELLES, 2007). Com a aprovação da Declaração de Genebra, em 1924 e, posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, têm-se ordenamentos específicos que postularam os direitos de crianças e adolescentes, em razão de sua idade e imaturidade e da necessidade de proteção e cuidados especiais (ARANTES, 2012).

A Declaração de Genebra (1924), instituída pela Liga das Nações, visava, dentre outras coisas, a garantia da sobrevivência das crianças, a primazia em receber socorro, a conjugação de esforços para saciar a fome, a proteção dos órfãos contra o abandono, a prevenção de todas as formas de exploração e o incentivo ao desenvolvimento pleno a serviço da humanidade, ainda mais num ambiente de crise que sucedeu os horrores da primeira Grande Guerra Mundial e, sendo assim, cinco princípios podem ser destacados:

⁴Destarte, a Revolução de Outubro teve repercussões globais e profundas ao disseminar as sementes insurrecionais por todo o planeta. Formalizou-se, no ano de 1918, a “aprovação da Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, incorporando várias demandas sociais das décadas anteriores” (MARINGONI e VANNUCHI, 2010, p. 58).

1. A criança deve ser dotada dos meios necessários para o seu desenvolvimento normal, tanto materialmente quanto espiritualmente.
2. A criança que está com fome deve ser alimentada, a criança que está doente deve ser ajudada, a criança que se desvia deve ser recuperada, e o órfão e a criança abandonada devem ser protegidos e socorridos.
3. A criança deve ser a primeira a receber socorro em tempos de aflição.
4. A criança deve ser colocada em posição de ganhar a vida e deve ser protegida contra toda forma de exploração.
5. A criança deve ser criada na consciência de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço da humanidade (ARANTES, 2012)⁵.

Com a invasão da Polônia pela Alemanha Nazista, em 1939, iniciou-se a segunda Guerra Mundial e seu desfecho trágico, em meio a tentativas de composição política entre os socialistas da União Soviética e os países do capitalismo ocidental, ou de uma “aliança bizarra entre capitalismo liberal e comunismo” (HOBSBAWM, 1995, p. 17), se deu em face da pusilanimidade dos EUA e pela inexorável necessidade de demarcar sua hegemonia que, mesmo depois da rendição japonesa, utilizou-se do aparato bélico nuclear dizimando as cidades de Hiroshima e Nagasaki⁶.

As principais causas da Segunda Guerra Mundial teriam sido provocadas não apenas pela instabilidade gerada com o fim a Primeira Grande Guerra ou com o crash da Bolsa de Nova no final da década de 1930, mas por disputas imperialistas de mercado e pelo estabelecimento de uma nova ordem nas relações de poder no plano interacional. De acordo com Maringoni e Vannuchi (2010) estima-se a perda de cinquenta milhões de vidas humanas nesse período da história e diante de um cenário avassalador, foram recriadas dinâmicas entre Estado, sociedade e economia.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a bipolaridade mundial iniciada com a Guerra Fria, a chave para o desenvolvimento capitalista incluía além dos vultosos orçamentos destinados ao aparato bélico militar, a atenção para com crianças e adolescentes, e, assim, “impôs-se à comunidade internacional o resgate da noção de direitos humanos” (TRINDADE, 2002, p. 189).

Embora os direitos individuais (civis e políticos) e os princípios do liberalismo tenham influenciado de maneira significativa o entendimento atual sobre os direitos humanos, é constatado na literatura específica que a primeira geração dos direitos humanos, ou seja, os direitos civis e políticos, pautava-se pela necessidade de limitação de atuação do Estado, ou seja, criando barreiras

⁵Tradução livre feita pela autora a partir do texto em inglês (DETRICK, 1992, p. 641-642). DETRICK S (compiled and edited by), Doek, J. and Cantwell, N. (contributors) (1992). *The United Nation Convention on the Rights of the Child. A Guide to the “TravauxPréparatoires”*. The Netherlands: MartinusNijhoff Publishers.

⁶Estima-se que “foram 250 mil vítimas em alguns segundos, quase todas civis, das quais 160 mil mortas imediatamente, configurando o maior morticínio instantâneo da história da humanidade” (TRINDADE, 2002, p. 203).

contra os imperativos do “absolutismo feudal” (DORNELLES, 2007, p. 30) e do “obscurantismo clerical” (TRINDADE, 2002, p. 111), visando à ampliação das liberdades dos cidadãos. Porém, “o processo ficou mais delicado na chamada segunda geração dos direitos humanos – direitos econômicos e sociais – quando a questão fundamental passou a girar em torno da necessidade de ampliação da atuação do Estado” (CUNHA, 1998, p. 115).

Os ideais democráticos e a garantia de bens e serviços aos cidadãos, no limiar da década de 1950, são objetos de tensionamentos, ora postulados pelos liberais, ora exaltados pelos socialistas, e reúnem, dentre tantos direitos, aqueles relativos ao trabalho, à organização sindical, à greve, à previdência social, à saúde, à educação, à proteção à infância, ao lazer, à moradia digna etc (DORNELLES, 2007).

Apesar do evidente desequilíbrio entre os conjuntos de enunciados da Declaração – vinte artigos sobre direitos civis e políticos e apenas seis sobre direitos sociais –, foi, certamente, um progresso que os direitos econômicos, sociais e culturais tivessem sido, finalmente, admitidos no solene rol dos direitos humanos pela “comunidade internacional”. É claro que isso não se tornou sinônimo de coexistência pacífica entre as duas óticas incidentes na Declaração: a liberal e a socialista (TRINDADE, 2002, p. 190).

Quando trazemos à tona o debate em relação aos campos dos direitos humanos, democracia e cidadania entendemos que embora sejam conceitos em disputa estes podem ser inclusive considerados sinônimos, partimos de dois pontos essenciais em nosso campo de análise: 1) a luta por direitos, permeada por tensões, historicamente conferiu maior dignidade à classe trabalhadora sendo, portanto, uma luta *progressista*; 2) a materialização de forma universal dos direitos humanos é incompatível com a sociedade burguesa.

Sobre a incompatibilidade entre direitos humanos e o sistema capitalista é relevante considerar a crítica marxiana aos direitos humanos. Os mesmos são apreciados como processos vinculados apenas a avanços parciais, sendo restritos à emancipação política sem constituir emancipação humana, em uma direção mais densa e radical. A efetivação dos direitos humanos pode representar avanços civilizatórios e melhoria nas condições de vida da população, mas não implicam na redução das desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Destarte,

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornar ente genérico na qualidade individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver conhecido e organizado suas "forces propres" [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 49).

Coutinho (1997) ao comentar a dimensão histórica da cidadania nos fornece duas importantes assertivas: no capitalismo (ainda que com ressalvas) pode-se assegurar direitos civis e políticos (mais restritos), mas nunca o pleno gozo dos direitos sociais. Os direitos nessa sociedade não são naturais mas frutos de lutas históricas sendo negados pela classe dominante no primeiro momento, concedido no momento seguinte a partir de condições desfavoráveis na correlação de forças e por conseguinte instrumentalizado em seu favor.

A partir da segunda metade do século XX, os direitos humanos, no plano político mundial, tornaram-se amplamente legitimados com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU⁷ (1945), do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF (1946), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e com a consolidação das experiências de Bem-Estar Social, denominadas de WelfareState, nos países centrais. O avanço significativo de tais mudanças pode ser verificado em Norberto Bobbio, quando pondera que a Declaração de 1948 “representa a consciência histórica que a humanidade tem de seus próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX” (BOBBIO, 2004, p. 34).

Segundo Maringoni e Vanucchi (2010), da Declaração Universal aos dias atuais sucederam crescentes manifestações por direitos humanos e lutas por soberania política, com destaque para os conflitos por direitos civis para os negros nos EUA (1955); o movimento de libertação da Argélia que, por meio de uma Guerra contra França (1954-1962), conquistou a independência depois de 132 anos; a Guerra do Vietnã (1965-1975), onde mais de 3 milhões de vietnamitas morreram em defesa da independência; o fim do regime de Apartheid na África do Sul e a eleição de Nelson Mandela (1994), e ditaduras financiadas pelo imperialismo estadunidense na América Latina, dentre outros.

No decorrer das décadas, período intitulado por Hobsbawm (1995) de “era de ouro”, o mundo presenciou lutas sociais e guerras que serviram para aquecer a economia por meio da indústria bélica; nesse sentido, “a base da vitória não foi militar. A realidade primária era econômica” (WALLERSTEIN, 2001, p. 52).

Malgrado a escalada de violência desses processos e os efeitos, diretos e indiretos, que reposam drasticamente sobre as crianças e adolescentes, uma conquista que pode ser enumerada é a Declaração dos Direitos da Criança. Aprovada, de maneira unânime, em 20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, além de vincular os direitos da criança aos direitos humanos acrescentam às Declarações anteriores os direitos ao nome, à nacionalidade, à educação e à infância feliz, incluindo poder brincar e não ser submetida ao trabalho precoce – que, inclusive, são ideais a serem perseguidos pelos mi-

⁷Ligados à ONU há organismos especializados que trabalham em áreas tão diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho – por exemplo: OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Estes organismos especializados, juntamente com as Nações Unidas e outros programas e fundos (tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas (www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php). Segundo Maringoni e Vannuchi (2010), a ONU “tornou-se a mais importante instância multilateral voltada para as relações internacionais após a II Guerra (Ibidem, p. 65).

litantes de direitos humanos no mundo e no Brasil. É evidente que o conjunto de reformas sociais, no plano internacional, são conquistas importantes para ampliação de uma democracia formal e a consolidação de direitos, incidindo significativamente em políticas sociais; porém, com os desdobramentos de duas grandes guerras mundiais, a ampliação dos direitos sociais seria, sem dúvida, uma ameaça constante aos interesses da classe dominante.

Os massacres de populações civis, os genocídios de grupos étnicos, religiosos, culturais etc. e a permanente ameaça à paz internacional demonstraram que não bastava que cada Estado aprovasse internamente uma declaração de direitos, ou mesmo subscrevesse diferentes documentos internacionais para que automaticamente passasse a respeitar os direitos enunciados em relação aos seus habitantes (DORNELLES, 2007, p. 38)

Crianças e adolescentes no centro do debate dos direitos humanos no Brasil

No Brasil, para além de todo processo de colonização de Portugal e das iniciativas de cunho educativo e assistencial da Igreja Católica, com a criação de colégios, orfanatos, a roda dos expostos, entre o final do século XV e o início do XIX, o Estado esboçou um modelo de proteção realçado por uma lógica tutelar e a coercitiva, com a criação do Primeiro Código de Menores e instituição do Juizado de Menores, na década de 1920, o Sistema de Assistência ao Menor, na década de 1940, e a Política Nacional de Bem Estar do Menor que reforçou procedimentos de longa institucionalização e controle de determinados segmentos infanto-juvenis (ARANTES, 1995).

Importante observar que como demonstram as pesquisas de Rizzini (2011), o primeiro sistema de atenção a esse público no Brasil se fundamentou no aparato médico-jurídico cujas práticas denotavam o controle dos pobres com destaque para a população negra recém liberta cunhada de *classes perigosas*⁸ na ideologia eugenista, apesar da reprodução de discursos ufanistas acerca da infância brasileira.

A partir da metade do século XX, o UNICEF iniciou sua trajetória de atuação no Brasil e, nesse sentido, atravessou décadas influenciando no planejamento e execução de políticas sociais para crianças e adolescentes. Com a presença solidificada desse organismo, havia também uma estratégia da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID – em frear a expansão do bloco socialista no Brasil e na América Latina. O discurso propagado era de que a pobreza constituía uma ameaça tanto às nações peri-

⁸ A denominação e/ou conceito de “classes perigosas”, tem sua origem na segunda metade do século XIX, e considera “perigosas porque pobres, por desafiarem as políticas de “controle social” no meio urbano e também por serem consideradas propagadoras de doenças” (CHALHOUB, 1996, p. 20), estando as mesmas “à margem da lei”. Esse processo, que inaugurou de forma técnica e científica a gestão das diferenças sociais nas cidades, é abordado por Batista (2003) como uma forma de fundamentar políticas de “controle social” e o genocídio dos pobres e negros no Brasil na atualidade.

féricas, como às mais prósperas e desenvolvidas (AMMANN, 2003); com isso, os organismos internacionais legitimaram sua presença em território brasileiro. O objetivo, ao contrário do que se imaginava, não era garantir qualquer tipo de desenvolvimento autônomo do Brasil, mas o de impedir a propagação do comunismo, pois na luta ideológica travada na época vigorava a máxima de que “os povos famintos têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações mais prósperas” (Ibidem, p. 29).

A ação do UNICEF compreendeu campanhas nutricionais e de merenda escolar, no período conhecido como Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 2003). Na década de 1950, o órgão também celebrou, ao final da década de 1970, o Ano Internacional da Criança, divulgando a Declaração Universal dos Direitos da Criança (aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1959) e prestou apoio à Pastoral da Criança e ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua na década de 1980. E sua articulação histórica com setores da sociedade civil incentivou a mobilização política que culminou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e que mudou o marco legal dos direitos de meninas e meninos no País.

Dentre todas as ações do UNICEF e das contradições existentes, cabe salientar a necessidade de participação mais incisiva em ações e campanhas que visem alterar a realidade das instituições de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais e em cumprimento de medidas socioeducativas⁹. Os objetivos dos organismos internacionais não englobaram o enfrentamento da “questão social” e suas múltiplas expressões, dando a entender “que o estatuto jurídico que ampara os direitos humanos é frágil porque constrangido por relações sociais que estruturalmente atentam contra esses direitos” (FRIGOTTO, 2009, p. 13).

Observa-se que os órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos apresentam discursos que reforçam a vulnerabilidade e o risco social, bem como compromissos sociais como: a manutenção de uma cultura de paz, o envolvimento em campanhas para a melhoria da vida de crianças e adolescentes, campanhas contra o trabalho infantil; porém, negam a existência de classes sociais antagônicas e estão longe de influenciar na politização da *questão social*, entendida como contradição entre interesses de classes sociais distintas, “é a manifestação, no cotidiano na vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1996, p. 77).

Nesse último triênio, se acirram as já existentes contradições das políticas públicas de segurança na relação direta com a garantia de direitos humanos, são impostos cortes orçamentários e o estabelecimento de teto de gastos na área de educação, saúde, assistência social, bem como se realiza de maneira eficiente, num contexto social e econômico bastante adverso. Essas relações sociais,

⁹As entidades de cumprimento de medidas socioeducativas, caracterizadas pela privação de liberdade, são objetos frequentes de denúncias de grupos de direitos humanos, como a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), assemelhadas muitas vezes a mini prisões e em descompasso com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

expressão de um modo de produção cada vez mais predatório, incorporam a disseminação de uma cultura de repressão, encarceramento e eliminação física de pessoas pobres em áreas periféricas (WACQUANT, 2001).

Para amplos contingentes populacionais, informados por mensagens de fontes duvidosas em redes sociais e por pautas sensacionalistas dos veículos de comunicação de massa, o discurso do ódio e suas variantes induzem à construção de um modelo de proteção individual, amparado pela “justiça com as próprias mãos” ou da prestação de serviços privados de segurança. Segundo Inácio Cano, “o clima de insegurança reinante aumenta a sensação de urgência e reduz o espaço para intervenções de longo prazo. Todavia as ações de segurança pública no país são muitas vezes pautadas pela imprensa” (CANO, 2009).

Algumas notícias estão sendo veiculadas sem que isso cause qualquer tipo de crítica ou perplexidade por parcela da sociedade que banaliza a violência e a violação de direitos humanos. Em 2014, por exemplo, um adolescente foi espancado e preso nu, em um poste, na zona sul do Rio de Janeiro. Em 2018, uma criança, Benjamim, de apenas dois anos de idade foi morta com um tiro na cabeça, num confronto entre policiais e traficantes na Favela Nova Brasília.

No cotidiano do público infanto-juvenil, em especial aquele oriundo de segmentos pauperizados da classe trabalhadora, as mudanças observadas em políticas públicas e as práticas estatais caminham a passos lentos, pois ainda existem traços conservadores de forte tradição no país, imiscuídas em práticas paternalistas, assistencialistas e preconceituosas que se somam ao processo de criminalização e ao atendimento coercitivo dispensado aos “incômodos” das classes subalternas.

Nesse sentido, existe, mesmo que parcialmente, o menosprezo por conquistas dos direitos humanos e considera-se sua violação algo justificável. A possibilidade de tais violações está assentada nas tendências de autoproteção individual (MAURIEL, 2006), num individualismo exacerbado e num sentimento de vingança que em nada se aproxima dos ideais de justiça social, seja com a população encarcerada, crianças e adolescentes em situação de rua, indígenas, quilombolas, nordestinos e demais “indesejáveis” (ARANTES 1995).

O enquadramento de alguns veículos da mídia burguesa, que atentam para o chavão eternizado pelo jornalista Sivuca, de que “bandido bom é bandido morto” dão indícios da virulência que se arvora na sociedade civil. No bojo dessa discussão é importante dizer que a noção de direitos humanos é totalmente subvertida, assumindo novas roupagens e orientadas pela mesma linha de pensamento que norteou a ideologia da Segurança Nacional, chega-se a afirmar que “quem construiu o conceito de que direitos humanos é direito de bandido foi a mídia” (FREIRE, 2000).

O assombroso cenário de violência social no país passa pela perpetuação de posturas execráveis dos que criminalizam a classe trabalhadora e seus estratos pauperizados¹⁰, reiteram um típico “sujeito padrão” que pode ser rotulado,

¹⁰ Em ações policiais, amplamente divulgadas pela mídia, o atual Governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ao sobrevoar com helicóptero da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), a região do conjunto de favelas da Maré, compactuou com os disparos da equipe de atiradores de elite da polícia em

perseguido e até mesmo exterminado¹¹. Principalmente se esses indivíduos são jovens, negros e favelados. Os cânticos e lemas das tropas de elite da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro reiteram um automatismo na identificação entre o “inimigo interno” e o “favelado”, interpretado, nesse caso, como um “bandido”.

Como exemplo, podemos selecionar os seguintes: “o interrogatório é muito fácil de fazer, pega o favelado e da porrada até doer; o interrogatório é muito fácil de acabar, pega o bandido e da porrada até matar”; “bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil e metralhadora”; “oh! Homem de preto qual é a sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão” (BOPE - Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e CORE - Coordenadoria de Recursos Especiais, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) (BRITO, 2008, p. 21-22)

Na fase atual do capitalismo, principalmente em países de economia dependente, coexistem contrastes no campo dos direitos humanos e na atenção à infância e à juventude. Inexiste neutralidade político-ideológica dos governos e há uma incorporação, por parte das forças sociais identificadas tanto com a esquerda como a direita, de abordagens neoliberais, dos organismos internacionais, que preconizam “ajustes com a face humana” (MAURIEL, 2011, p. 254).

Ao mesmo tempo, são verificadas novas relações de poder e roupagens da sociabilidade religiosa nas políticas e práticas sociais. São tendências políticas que alteram perversamente a lógica da seguridade social na Constituição Federal brasileira e se ancoram nas noções do “pluralismo de bem-estar social” (PEREIRA, 2004). São estabelecidas redes de solidariedade que envolve igrejas, empresas, associações, entidades da sociedade civil que, em parcerias de cunho público-privado, desenvolvem atividades em políticas de assistência social e de saúde mental (TORRES, 2007). Essas terminam por espelhar um *modus vivendi* – “estilo de vida americano” (*American way of life*) – que tem na iniciativa privada, no êxito individual, no culto da prosperidade burguesa, o seu tipo ideal (SALES, 2007).

Essas tendências políticas de caráter regressivo para a democracia, se somam a, pelo menos, quatro aspectos que incidem na vida da classe trabalhadora: (1) na confluência histórica entre política e religião. Tanto no Executivo, como no Legislativo o uso da máquina pública tem servido para cooptar segmentos pauperizados e subverter a lógica dos direitos como se fossem práticas benéficas; (2) na intolerância subjacente aos discursos proferidos por lideranças de determinadas religiões, com destaque para as neopentecostais¹², que alimentam

horário diurno e com crianças e adolescentes saindo das escolas.

¹¹ Os determinantes históricos se perpetuam na atualidade como forma de neutralização e ou eliminação, pois se constituem em um sistema que criminaliza “seletivamente, tornando delitos boa parte das alternativas de vida do segmento negro e lançado sobre ele uma suspeição generalizada, pode se valer desses mesmos atributos para condenar à morte” (FLAUZINA, 2008, p. 134). A denominada teoria da “suspeição generalizada”, se apresenta como a essência da expressão das “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996).

¹² Segundo Célia Torres (2007) a história pentecostal pode se dividir em três períodos distintos: “a) 1910-1950;

práticas violentas que desrespeitam o pluralismo religioso; (3) no crescimento de redes de comunicação que envolve aquisição e aluguel de horários em canais de televisão, programas de rádio, bem como o mercado da música gospel¹³ e (4) no clamor punitivista e racista, presente nas tensas relações entre Estado e sociedade civil, inclusive no que tange aos hábitos e costumes dos segmentos de classe mais fragilizados¹⁴.

São reiteradas, portanto, uma ofensiva contra os direitos humanos e as contradições em relação às conquistas sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988. Esses aspectos não estão ligados apenas às lacunas do Estado ou à preocupação em minorar o sofrimento daqueles que amargam as consequências de um determinado modelo econômico com “baixos salários, desemprego, subemprego, acidentes de trabalho etc.” (SALES, 2007, p. 209).

Nesse caldo cultural em que as múltiplas expressões da “questão social” são associadas ao mix de conturbações nos valores pluralistas, os segmentos da classe trabalhadora, sejam eles negros, pobres, LGBTs, religiosos de matriz africana, crianças e adolescentes são criminalizados e o Estado tem sido um dos artífices da negação da cidadania e do uso da violência institucional, principalmente por parte dos seus aparatos coercitivos, pois “fica difícil saber no Brasil quem é bandido e quem é policial, pois a nossa polícia é a que mais mata no mundo. Quem deveria construir a segurança pública acaba amedrontando e realizando esta chacina diária que existe em nosso país” (FREIRE, 2000).

No bojo das mudanças atuais e da preocupação latente com os direitos de determinados grupos é recorrente, em manuais e cartilhas¹⁵ sobre direitos humanos, a elaboração de textos que conjugam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, trechos da Constituição da República Federativa do Brasil e a configuração das políticas de defesa de crianças, adolescentes, mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, transexuais, religiosos, pobres e oprimidos dentre outros. Acredita-se que a defesa que a universidade e os segmentos de classe deveriam incorporar não é apenas, nesse caso, por direitos

b) 1950-1975; c) a partir de 1975 até os dias atuais [...] o termo *neopentecostalismo* vem sendo utilizado para identificar as igrejas pentecostais mais recentes e caracterizar a terceira onda pentecostal”. As igrejas neopentecostais têm uma abordagem resumida em pelo menos três pontos: “o valor atribuído às entidades demoníacas – e, consequentemente, a importância atribuída ao exorcismo e ao combate às religiões afro-brasileiras; a influência da teologia da prosperidade – da qual decorrem a cura e os milagres que, por sua vez, dependem do dízimo e das ofertas; e a liberação dos usos e costumes – anteriormente utilizadas para diferenciar os adeptos pentecostais tradicionais” (GIUMBELLI apud TORRES, 2007, p. 58).

¹³ Isso, por outro lado, culmina na depreciação das leis de incentivo à cultura, como a Lei Rouanet, que culminam num processo de criminalização da arte e de artistas identificados com o pensamento crítico

¹⁴ Sabe-se que nunca houve de fato laicidade no Brasil, mesmo após a redemocratização. Mas há afronta, desqualificação e perseguição às religiões de matriz africana e aos frequentadores desses cultos, por meio de ameaças aos símbolos e templos religiosos, inclusive, por parte do Estado (MONTEAGUDO e VASCONCELOS, 2011). Esse fato não expressa o comportamento dos 43 milhões de protestantes no Brasil (IBGE, 2010). Outra questão é que a atuação de determinados religiosos na política é algo de longa tradição, mas os embates na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, tem sido objeto de críticas e foi bastante questionada, principalmente pela maneira ostensiva como lidam com os direitos da população LGBT; porém, é importante ressaltar que existem movimentos de evangélicos que também são contrários a esse tipo de posicionamento (RITTO, 2013).

¹⁵ Ver o exemplo clássico da cartilha de Direitos Humanos produzida em quatro idiomas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEADH-RJ) e a Ação Comunitária do Brasil (s/d).

humanos de crianças e adolescentes, mas de direitos humanos de uma maneira mais ampla, e a partir dessas considerações é plausível o seguinte apontamento:

A luta política e a conjuntura do início do Século XXI tem apontando outro ponto de partida: trata-se daquele que reconhece direitos humanos a segmentos específicos da humanidade. É comum verificarmos em lutas sociais, eventos e debates, expressões como direitos humanos da criança e do adolescente, direitos humanos das mulheres, direitos humanos das pessoas com deficiência etc (RUIZ, 2009, p. 28)

Ato infracional e medida socioeducativa no Brasil

A Constituição Federal de 1988 estabelece ser “*dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente*”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera crianças e adolescentes em situação peculiar de desenvolvimento, devendo, portanto, receber proteção integral¹⁶. A legislação brasileira considera esse público não passível de cumprimento de pena (inimputável) e compreende o ato infracional enquanto prática análoga ao crime. Os adolescentes estão sujeitos a cumprimento de medidas socioeducativas¹⁷ que são aplicadas levando em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional. A Constituição e o ECA mantiveram a maioridade penal aos 18 anos em consonância com a maioria dos países do mundo¹⁸, inclusive a Convenção dos Direitos da Criança (CDC)¹⁹.

As medidas socioeducativas de internação encampadas sob uma perspectiva de justiça juvenil tem em seus principais fundamentos normativos: a brevidade (devido aos impactos que a privação de liberdade causa esta não deve ser muito prolongada), excepcionalidade (só aplicá-la como último recurso) e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (por ser sujeito em processo de formação) cujo tempo máximo de internação é de três anos. Tais valores se chocam com a classe dominante brasileira dado o caráter autoritário de nossa cultura política e a histórica violência de Estado praticada contra sua juventude pobre e negra.

O traço autoritário e assim como as persistentes desigualdades sociais que presidem no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil têm

¹⁶ O referido marco legal considera criança de 0 a 12 anos incompletos e adolescente de 12 anos a 18 anos incompletos. Nos casos expressos em lei, pode-se aplicar excepcionalmente até os vinte e um anos de idade.

¹⁷ De acordo com o ECA as medidas socioeducativas são seis: em meio aberto- advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida; em restrição de liberdade- semiliberdade; em privação de liberdade- internação em estabelecimento educacional.

¹⁸ Silva e Oliveira (2015) baseadas em um estudo da UNICEF apontam que 78% dos países adotam 18 anos ou mais como a maioridade penal.

¹⁹ Em 2019 se completará 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) .Trata-se do documento mundial mais importante na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes pautado no interesse superior da criança e sua condição peculiar de sujeito em desenvolvimento, Inserida no sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a CDC apresenta o aspecto impositivo de seu cumprimento imediato pelos países que a ratificaram, diferente das convenções anteriores que tinha mais a função de recomendações.

sido uma das particularidades históricas de nossa formação, repercutindo intensamente na construção dos direitos para o segmento da criança e do adolescente, obtendo uma relação inseparável nesse processo. No conhecimento da formação social, econômica, política e cultural do Brasil, é perceptível que a luta de classes se efetivou e se efetiva pela dominação ideológica burguesa conservadora e autoritária. Ampliando o olhar sobre os momentos decisivos da história brasileira, é possível compreender que estes se apresentaram através de manobras “pelo alto” (elitista e antipopular), sem rupturas nas estruturas dominantes de poder econômico, conservando interesses privados da burguesia pela via de uma “revolução passiva”²⁰, base da modernização (conservadora) capitalista no Brasil, sendo o setor público um lugar de relações “condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de "controle social" sobre elas”(VIANNA, 1997, p. 7).

Tanto que o ECA e mais especialmente sua parte relacionada ao ato infracional e as medidas socioeducativas tem sido recorrentemente fruto de questionamento em especial pela ampliação da punição aos adolescentes no contexto do recrudescimento penal brasileiro bem ao gosto do neoliberalismo: a pauta da redução da maioridade penal ou aumento do tempo de internação existe desde o início dos anos de 1990 e atualmente no Congresso Nacional²¹ há (aproximadamente) 63 projetos de lei²² de alteração do ECA na matéria socioeducativa cuja maioria se refere ao incremento de seu punitivismo.

Há que se destacar nesse processo de criminalização, o papel protagonista que a mídia²³ em seus grandes grupos corporativos exerce na legitimação da figura do adolescente/jovem pobre e negro como classe perigosa passível de ser eliminado e encarceramento cuja figura do traficante varejo de drogas ilícitas ganha status de fantasmagórico (BATISTA e MALAGUTI, 2003). Sales (2007) observa que a mídia empresarial monopolista brasileira sobretudo em casos de grandes repercussão explora sobremaneira a imagem deste adolescente em geral descontextualizando-o histórico e politicamente das condições de vidas destes sujeitos na realidade brasileira, atendendo ainda a interesses comerciais

²⁰ O conceito de “revolução passiva” ganhou destaque nas reflexões de Gramsci (1987). Conforme os estudos de Freire, “Gramsci considera que a "revolução passiva" realiza uma espécie de estatização da transição que destrói toda a iniciativa popular na base e qualquer modificação nas relações governantes-governados no interior das superestruturas e das instituições. A "revolução passiva" compromete, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação” (FREIRE, 2011, p. 19).

²¹ No ano de 2015, assistimos em rede nacional, a patética manobra do ex-presidente da Câmara dos Deputados, hoje preso pro corrupção, Eduardo Cunha que após ser derrotada em votação no plenário em 01º/07, a pauta sobre a redução da maioridade penal para 16 anos foi novamente votada e aprovada no dia seguinte, revelando que a criminalização da juventude faz parte do pacote do golpe parlamentar em curso no Brasil. “*Com nova manobra de Cunha, Câmara aprova redução da maioridade penal*”, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/com-nova-manobra-de-cunha-camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-4715.html>. Consulta em 31/05/2018.

²² Disponível em: <https://observatoriocriancas.org.br/agenda-legislativa/temas/adolescentes-autores-ato-infracional>. Consulta em 31/05/2018.

²³ Conforme Batista (2002, p. 223) existe “uma solidariedade entre a mídia e os sistemas penais no neoliberalismo, que espraiia a noção de sanção como rito sagrado para a solução do conflito”.

na vendagem da notícia sensacionalista e escamotear as mais profundas contradições sociais da relação capital/trabalho de nosso caráter dependente.

Na década de 1990, observamos como imagem a incompleta transição das FUNABEM/FEBEMs²⁴ para o ECA e as cenas de rebeliões nestas unidades, além da explosão sem precedentes da violência urbana. Nos decênios seguintes, ainda que permaneça tais realidades, temos como marco no cenário político-normativo das medidas socioeducativas no Brasil a aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

No que se refere ao tema do adolescente autor de ato infracional, destacamos a importância da aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE em 2006, pela Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)²⁵. Tal documento é fruto de um intenso debate entre os mais variados setores e expressa uma série de normas e parâmetros para execução de medidas socioeducativas inseridas em uma perspectiva de direitos humanos (SEDH e CONANDA, 2006). Em janeiro de 2012 foi aprovada a Lei federal N° 12.594/2012 que institui e regulamenta o SINASE.

A base de dados oficiais sobre o sistema socioeducativo no Brasil está situada no sítio do Ministério dos Direitos Humanos que desde o ano de 2010 divulga levantamento anuais. Porém, se observa fragilidades na divulgação destas informações seja pela sua parca sistematização, pela maior pobreza de dados do meio aberto e pela descontinuidade nos levantamentos²⁶, o que dificulta sobremaneira a realização de pesquisas sobre o tema, bem como proposição de políticas públicas.

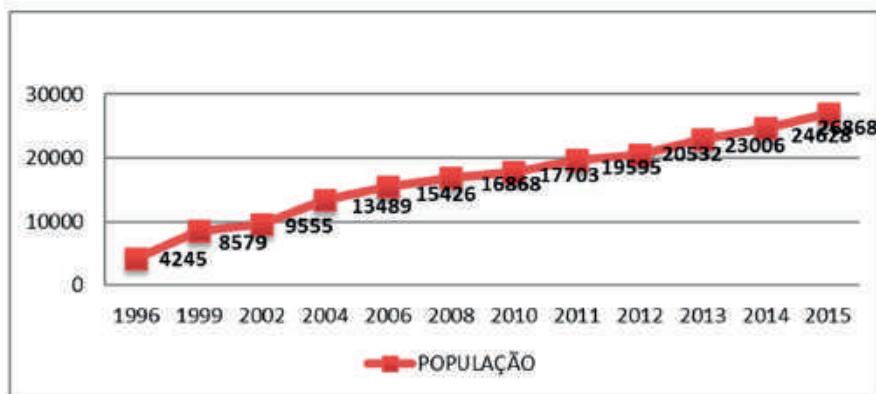
Se por um lado pairam alguns questionamentos no tocante à qualidade dos dados divulgados, o que não se pode ter dúvidas é o tratamento cruel e degradantes que os adolescentes brasileiros recebem cumprindo medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade. Entre os anos de 1996 e 2015, o número de adolescentes nestas condições passou de 4245 para 26868 o que equivale a um aumento de 600,33% no período (MDH, 2018). Para se ter uma dimensão deste fenômeno, a população carcerária brasileira aumentou cerca de 400,4% no mesmo espaço de tempo e a população de adolescentes no Brasil cresceu 1,02% entre 1997 e 2013 (SILVA e OLIVEIRA, 2015).

²⁴ Além da publicação de Roberto da Silva (1997) “Os filhos do governo: formação da identidade criminosa em criança órfãs e abandonadas”, dois filmes podem ser indicados. “Contador de Histórias”, de Luiz Villaça, inspirado numa história real. Trata das desiguais relações sociais que perpassam a vida de crianças e adolescentes, por meio de uma biografia, e a complexa realidade institucional. Também há o que denuncia e retrata a violência institucional, “Pixote: a lei do mais fraco”, de Héctor Babenco. De maneira mais realista demonstra a situação de parcela de crianças e adolescentes empobrecidos e submetidos a condições de vida muito crueis e as dimensões do processo de institucionalização.

²⁵ Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

²⁶ Para se ter uma ideia, no momento de finalização deste artigo o link com os levantamentos estava fora do ar e o último censo do ano de 2015 somente fora divulgado no início de 2018.

Gráfico 1 - Evolução da privação e restrição de liberdade



Fonte: MDH (2018), elaboração própria.

No tocante ao ato infracional, os dados apontam a recorrente prevalência de atos infracionais análogos a roubo (46%) e tráfico de drogas (24%), o homicídio que corresponde a 10% deste total. Um dos fatores que representam maiores preocupações é o uso constante de aplicação de privação de liberdade para atos infracionais análogos ao tráfico de drogas (cerca de ¼), visto que tal prática por si só não justificaria a privação de liberdade por não se tratar de violência e grave ameaça à pessoa (MDH, 2018). É relevante indicar então que o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), através da convenção 182, ratificada pelo Brasil em 12 de setembro de 2000, como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil. Este conceito abrange:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
 - b) utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas;
 - c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
 - d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.
- Estas quatro categorias integram o núcleo básico do conceito “piores formas de trabalho infantil” e devem ser priorizadas nas políticas e suas estratégias de combate (BRASIL, 2006).

Considerando, então, a Convenção da OIT, fica claro que se o trabalho no tráfico de drogas é definido como exploração do trabalho infantil, o debate que deve ser feito é de que estes jovens precisam é de políticas públicas de proteção e não de responsabilização.

Ainda em relação ao perfil, 96% dos adolescentes são do gênero masculino sendo que 57% do montante total está entre as idades de 16 e 17 anos, anos finais da adolescência, o que indica uma maior atenção a política pública da última fase da adolescência. Além disso, 61% dos adolescentes privados de liberdade no Brasil são pretos/pardos o que por si só reflete a desigualdade étnico/racial brasileira, fruto de nosso processo histórico e determinante para compreensão da luta de classes nestas latitudes (MDH, 2018; SNJ, 2015).

Podemos destacar como um dos grandes avanços do SINASE em conformidade com o SUAS, a execução de medidas socioeducativas em meio aberto pela política de assistência social no qual o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é o seu equipamento. Antes do SUAS, em muitos dos estados, a execução era feita diretamente pelo poder judiciário responsável pela aplicação de medida o que gerava um emblemático paradoxo. O último material do SINASE disponível apontou um total de 67356 adolescentes em cumprimento de LA e PSC, que deveriam ainda ser mais potencializadas pois as unidades da assistência social são ainda marcadas pela precária infraestrutura de seus equipamentos, parcias ofertas de políticas públicas para atendê-los e baixa remuneração de seus profissionais.

O retrato mais fidedigno da dinâmica da criminalização da juventude pobre e negra via encarceramento é o tratamento dispensado pelo Estado aos adolescentes privados de liberdade. Em síntese, as unidades socioeducativas se apresentam superlotadas, com degradantes condições de funcionamento de infraestrutura que afetam toda a esfera do atendimento. Além disso, a violência institucional se expressa no cotidiano destas instituições nos quais podemos destacar: as estruturas de atendimento militarizadas, sanções arbitrárias, lógica disciplinar sob a via da segurança em detrimento da socioeducação, tempo excessivo de confinamento, uso reiterado de algemas e spray de pimenta, revista vexatória em familiares, falta de individualização e as práticas de tortura, muitas vezes mais gravosas que adultos (MNPCT, 2017) que reatualizam a *situação irregular menorista* e consolida a arbitrariedade do Estado em seus aparelhos repressivos.

Em praticamente todas as visitas realizadas pelo MEPCT para o presente relatório, foi uníssona a reclamação dos adolescentes em relação ao uso excessivo da força perpetrada pelos agentes socioeducativos. Os relatos são desde agressões físicas e verbais – como xingamentos, intimidações, tapas, socos, pontapés, até a utilização de barras de ferro ou madeira. Nos sete anos de existência do Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura fluminense, foram observadas diversas situações de torturas e maus tratos (MEPCT/RJ, 2017, p. 62).

Soma-se a isso ao alarmante quadro de homicídios de adolescentes em privação de liberdade. De acordo com os últimos levantamentos do SINASE (MDH, 2018) foram a óbito 130 adolescentes entre 2013 e 2015 em geral em conflito interpessoal e generalizado agravando mais a situação já que é dever do

Estado a integridade de quem ele priva da liberdade, contribuindo ainda pela dor e falta de seus familiares²⁷.

As constantes violações sofridas por adolescentes em privação de liberdade no país apontam para o grande desafio²⁸ que temos pela frente no que refere a implementação de direitos humanos para este segmento. Neste sentido a atualidade de Marx (2011, p. 25) se apresenta para nossa análise. Na publicação do “18 Brumário de Luís Bonaparte”, em relação a processos históricos é referido que “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. Podemos afirmar que a tragédia permanece em um grau intenso de barbárie; enquanto fundante do processo capitalista, na atualidade se expressa de forma inconteste, pois a luta de classes ocorre de forma devastadora, com reduzidos espaços civilizatórios. Já a farsa se apresenta pela via instrumental da punição/criminalização dos pobres e negros, aqui pelos discursos de socioeducação, mas que na verdade se constituem como violações no cotidiano da execução das MSEs.

Considerações finais

A luta pelos direitos humanos da infância e juventude adquiriu no Brasil a sua mais ampla visibilidade nos últimos trinta anos, mas ao mesmo tempo esbarra nas condições concretas das situações de vida destes sujeitos, em especial na agudização das expressões da *questão social* oriundos da relação capital-trabalho. Essa dinâmica de *cidadania escassa* que dialoga com o legado histórico do tratamento à infância nestas terras tem na figura do adolescente autor de ato infracional sua materialização mais expressiva do processo de criminalização.

Neste sentido, se entendemos que para Marx (2012) o capitalismo produz e reproduz através do fetichismo a transformação de relação sociais em relações entre coisas, esse instrumento da reificação goza de extremo triunfo no papel ideológico desempenhado em seu projeto criminalizador da juventude pobre. Ou, como afirma Barroco (2010, p. 46), “a reprodução universal do fetichismo de mercadoria no contexto de consolidação do capitalismo contemporâneo instaura formas sofisticadas de fragmentação da vida social, do controle e transformação das relações humanas em relações coisificadas”.

O recrudescimento da barbárie, relacionada às forças destrutivas ativadas para efetivação de projetos desiguais que não atentam para as dimensões civilizatórias, ganha maior funcionalidade no atual estágio do capitalismo. A administração dos sobrantes e inúteis ao mercado depende do alargamento do sistema punitivo, colocando como evidência a face penal do Estado, sendo essa

²⁷ No momento de finalização deste artigo, tivemos conhecimento que em Goiás nove adolescentes morreram em um incêndio em uma unidade socioeducativa que funcionava em unidade improvisada de um batalhão da Polícia Militar desde os anos 1970. “Em GO, nove adolescentes morrem em incêndio em centro para infratores”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/em-go-nove-adolescentes-morrem-em-incendio-em-centro-para-infratores.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

²⁸ O papel das universidades, na produção e disseminação de conhecimento, bem como a sua articulação com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes no que tange às orientações e às estratégias de denúncia sobre violações dos direitos humanos.

uma das expressões do neoliberalismo.

Senão vejamos: o caso da violência urbana na sociedade brasileira que apresenta uma das maiores desigualdades sociais e índices de homicídios de jovens no mundo frutos da histórica condições de cidadania escassa de sua classe trabalhadora, das relações autoritárias e do generalizado uso excessivo da força de seus aparelhos de repressão (*relações sociais*) que no senso comum midiático é transmitido como a violência fosse propriedade e modo operandi cotidiano da população negra e de periferia, especialmente o mais jovem, que “nasceu” para as práticas criminosas, é destituído de “humanidade” e portanto deve ser eliminado, quiçá encarcerado (*relação entre coisas*).

Por outro lado, no tabuleiro de nossas contradições, os ataques nessa pauta têm encontrado algumas reações de setores progressistas de nossa sociedade, bem no otimismo de nossa vontade. Paradoxalmente ao cenário apresentando tem se surgido e consolidado movimentos e campanhas, algumas protagonizadas pelos próprios jovens, como a ocupação das escolas contra o desmonte da educação, as “batalhas” de passinho e de rima (do funk e do hip hop) ou os movimentos contra a redução da maioridade penal, com destaque para o “Amanhecer contra redução”, que resistem a esse processo. Como nos ensinou nosso saudoso poeta mineiro Fernando Brandt, “caminhando pelas ruas dessa cidade, o povo resiste, tenha fé nesse povo que ele insiste”.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARANTES, E. M. M. **Inquirição judicial de crianças**: um debate necessário (2012). Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Inquiricao-Judicial-de-Criancas.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI; I. (Org.). **A Arte de Governar Crianças - A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/OEA, AMAIS Livraria e Editora, Universidade Santa Úrsula, 1995.

BARROCO, M. L. As bases sócio-históricas de constituição da ética. In: _____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. Biblioteca Básica do Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BATISTA, N.; MALAGUTI, V. Todo crime é político. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 77, ago. 2003.

BATISTA, V. M. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. Biblioteca básica do Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Direitos Humanos:** Documentos internacionais. Brasília: Presidência da República, 2006.

_____. Lei federal nº 8069 de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.

_____. Lei federal nº12594 de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jan. 2012. Seção 1, p. 8.

BRITO, F. M. da S. Até o último homem. In: _____. **Acumulação (democrática) de escombros.** 2010. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CANO, I. Como se fossem entulho. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, (seção Opinião) set. 2009. O Globo, Rio de Janeiro, p. 7 - 7, 10 set. 2009.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

CUNHA, J. R. Orçamento público e fundo da infância e da adolescência. In: DINIZ, A. CUNHA, J. R. (Org.). **Visualizando apolítica de atendimento à criança e ao adolescente.** Rio de Janeiro: Litteris Editora, KroArt, Fundação Bento Rubião, 1998.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DORNELLES, J. R. W. **O que são direitos humanos.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).

FALEIROS, V. de P. **O que é Política Social.** São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos).

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo Negro Caído no Chão:** o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREIRE, S. de M. Entrevista - Dossiê Novos líderes: relações internacionais em tempo de crise. **Revista Ágora**, 2000.

FRIGOTTO, G. Direitos humanos, democracia, e educação na contemporaneidade. In: FREIRE, S. de M. (Org.). **Direitos Humanos e Questão Social.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

HOBSBAWN, E. **A Era dos extremos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1996.

MARINGONI, G.; VANNUCHI, P. **Direitos humanos: imagens do Brasil**. Brasília: Editora Aori, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Volume 1. I livro primeiro. O processo de produção do capital. 2. ed. Paulo: Abril cultural, 1984.

_____. A mercadoria. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Sobre a questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider. Prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAURIEL, A. P. A nova forma da política social: desenvolvimento humano e combate à pobreza. In: _____. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

_____. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. **Ser Social**, Bahia, n. 18, 2006.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório anual**. 2016-2017. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Levantamento Anual**. SINAISE 2012, 2013, 2014, 2015. Brasília: MDH, 2018.

MONTEAGUDO, C.; VASCONCELOS, H. Mais um terreiro de umbanda é condenado à destruição em São Gonçalo. **Jornal Extra online**, Rio de Janeiro, out. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/mais-um-terreiro-de-umbanda-condenado-destruicao-em-sao-goncalo-2727271.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

NETTO, J. P. Democracia e Direitos Humanos na América Latina: aportes necessários. In: FREIRE, S. de M. (Org.). **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M.; MATOS, M. de C.; LEAL,

M. C. (Org.). **Política Social, Família e Juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, K. **A Grande Transformação.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

RITTO, C. A vez dos evangélicos: Feliciano não nos representa. **Revista Veja**, São Paulo, abr. 2013. Por **Cecília Ritto** access_time12 abr 2013, 12h15. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-vez-dos-evangelicos-feliciano-nao-nos-representa>>. Acesso em: 13 maio 2013.

RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUIZ, J. L. de S. **Concepções de direitos humanos e um diálogo com o Serviço Social.** 2009. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SALES, M. A. **(in)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil.** Brasília: SNJ, 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE.** Brasília: SDH, CONANDA, 2006.

SILVA, R. da. **Os filhos do governo:** formação da identidade criminosa em criança órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997. (Série Fundamentos).

SILVA, E. R.; OLIVEIRA, R. M. **O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal:** esclarecimentos necessários. Nota Técnica Nº 20 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

TORRES, R. C. **A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD):** configurações e significados - um olhar sobre a Associação Beneficente Cristã (ABC) do Rio de Janeiro. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

TRINDADE, J. D. de L. **História Social dos Direitos Humanos.** São Paulo: Peirópolis, 2002.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2001.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Ramos – Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR-UFF). Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o NEFSS - Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (UFF).

Adrianyce A. Silva de Sousa – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pós-Doutoranda em Serviço Social (PUC-SP). Coordena o NUTTS - Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF-UniRio-FIOCRUZ).

Ana Cristina Oliveira – Docente colaboradora do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência – Sociedade Brasileira de Economia Política, do NUTTS - Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF-UniRio- FIOCRUZ), do NEPFE – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (UFF) e do NEPHU – Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos. Coordenadora do Grupo Permanente de Estudos Trabalho, Questão Social e Serviço Social: expressões do conservadorismo na formação social brasileira.

Andrea Araújo do Vale – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFF). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Coordena o eixo 4 da pesquisa integrada “Políticas, gestão e direito à educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção pós-2013, vinculada à Rede Universitas. Membro do TEIA – Núcleo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Educação e Serviço Social (UFF).

Denilson Araujo de Oliveira – Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da UERJ. Geógrafo e Doutor em Geografia pela UFF. Integra como docente permanente o Mestrado em Geografia da FFP-UERJ. É docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades - UFF. Coordena o NEGRA – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora.

Douglas Ribeiro Barboza – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professor do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UERJ. Doutor em Serviço Social pela UERJ. Coordena o GEMARB - Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (UFF). Integra como pesquisador o NEPEQ - Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (UFF). Pesquisador Associado do PROEALC - Programa de Estudos de América Latina e Caribe (UERJ).

Eblin Farage – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFF. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Coordena o NEPFE – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (UFF).

Fabiana Schmidt – Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Assistente Social pela PUC/RS. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Integra como pesquisadora a pesquisa “Questão Social e Direitos Humanos na América latina”, coordenada pela docente Silene de Moraes Freire.

Fábio Simas – Professor do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social (UFRJ) e Doutorando em Serviço Social pela UERJ. Coordena o NUDISS - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (UFF). Integra como pesquisador o Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC)- UERJ.

Fabíola Bouth Grello Kato – Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutora e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Graduada em Pedagogia pela UFPA. Coordena a pesquisa “Financeirização do ensino superior privado-mercantil, modelo de governança corporativa e os efeitos para o trabalho docente no Pará”, com apoio financeiro do CNPq.

Francine Helfreich – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFF. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Integra como pesquisadora o NEPFE – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (UFF) e o NEPHU – Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos.

Giselle Souza - Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Coordena projeto de pesquisa sobre Fundo Público e Estado no Brasil. Integra como pesquisadora o NUTTS - Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF – UniRio- FIOCRUZ).

Guilherme Silva Almeida – Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ. Assistente Social pela UERJ. Doutor em Saúde Coletiva pela UERJ. Coordena projeto de pesquisa e extensão sobre diversidade sexual e de gênero, política de saúde e relações de trabalho.

Isabel Cardoso – Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integra como pesquisadora o Programa de Estudos de Trabalho e Política (UERJ) e coordena o UrbanoSS – Grupo de Estudos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social.

Ivy Ana de Carvalho - Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Assistente social pela UFRJ. Integra como pesquisadora o NUTTS - Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF – UniRio- FIOCRUZ).

Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza - Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UERJ. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Coordena o NEPEQ - Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (UFF). Integra como vice-coordenadora o NEDDATE - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Faculdade de Educação – UFF).

Katia Lima – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UERJ. Doutora em Educação pela UFF. Coordena o GEPESS - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social

Lalo W. Minto – Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor em Educação pela UNICAMP. Economista pela UNESP. Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisador do GEPECS – Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social.

Larissa Dahmer Pereira – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social (UFRJ). Pós-Doutora em Educação (UFRJ). Coordena o TEIA – Núcleo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Educação e Serviço Social (UFF). Membro do Coletivo de Estudos Marxismo e Educação (COLE-MARX-UFRJ) e da Rede Universitas.

Luciana Gonçalves – Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente Social pela UFJF. Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Integra como pesquisadora o NEFSS - Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (UFF).

Marcela Soares – Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pós-Doutora em Sociologia do Trabalho pela UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas metamorfoses (UNICAMP) e do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (UFRJ). Integra o NUTTS Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF – UniRio- FIOCRUZ). e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx - UFF).

Márcia Cristina Brasil Santos – Doutoranda em Serviço Social (UERJ). Assistente social (UFF). Coordena o Ambulatório da Unidade de Atenção Especializada do Processo Transsexualizador do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente social do Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ).

Maria das Graças O. P. Lustosa – Docente aposentada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF) e do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UNB. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pós-Doutora em Teoria Social de Marx e Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca). Integra como pesquisadora o NEPEQ - Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Socie-tários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (UFF).

Morena Marques – Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Assistente Social pela UFRJ. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Coordena o NUTTS - Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (UFF-UniRio- FIOCRUZ).

Rachel Gouveia Passos – Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF. Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Assistente Social pela UFF. Pós-Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Integra como pesquisadora o NEPS – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Mental (UERJ), o Grupo de Pesquisas Experiências de Trabalhadoras e Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o NUEPSSS - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Saúde (UFF).

Raquel Santos Sant'Ana - Pós-Doutora em Serviço Social (UFRJ). Doutora em Serviço Social pela UNESP. Assistente social pela Faculdade de Serviço Social de Lins. Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (UNESP). Coordena o NATRA - Núcleo Agrário Terra e Raiz (UNESP) e integra o Grupo de Pesquisa Teoria Social de Marx e Serviço Social (UNESP).

Rodrigo Lima – Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Professor do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social (UFRJ) e Doutor em Serviço Social pela UERJ. Coordena o NUDISS - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (UFF).

Silvia de Sousa Carvalho – Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). Assistente social (UFF) e Mestre pelo PPGSSDR-UFF. Integra como pesquisadora o NEGRA (UERJ) e o projeto de pesquisa: “MULHERES EM MOVIMENTO - Lutas Sociais urbanas contemporâneas, resistências contra opressões e criminalização”, coordenado pela docente Tatiana Dahmer Pereira e vinculado ao TEIA.

Simone Silva - Pedagoga pela Faculdade de Educação da UERJ. Doutora em Educação pela UFRJ. Integra como pesquisadora o COLEMARX-UFRJ e coordena o Laboratório de Ética em Pesquisa (LABEP-NUBEA UFRJ). Coordenadora de Extensão do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada (NUBEA-UFRJ).

Tatiana Dahmer Pereira - Docente permanente do PPGSSDR-UFF. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 pelo CNPq, coordenando o projeto de pesquisa: “MULHERES EM MOVIMENTO - Lutas Sociais urbanas contemporâneas, resistências contra opressões e criminalização”. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFRJ. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Pós-Doutora em Serviço Social (UFRJ). Membro do TEIA – Núcleo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Educação e Serviço Social (UFF).

Tathiana Meyre da Silva Gomes - Docente colaboradora do PPGSSDR-UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da UFF. Assistente Social pela UFF. Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. Integra como pesquisadora o NUEPSSS - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Saúde (UFF), o Grupo de Pesquisa Ciências Humanas, Saúde e Sociedade (CCBS-IB-CSS-UNiRio), o NEPS – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Mental (UERJ) e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (Faculdade de Economia - UFF).

